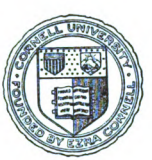
F
2528
L683
1955

Digitized by Google

F
25-28
L683
1935-

CORNELL
UNIVERSITY
LIBRARY



Digitized by Google

Cornell University Library
F 2528.L683 1955
Livro que da razao do Estado do Brasil
3 1924 020 004 168
olin

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Era velho desejo dos estudiosos da história brasileira — do período colonial — uma edição que tornasse acessível o códice **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** com a colação dos textos do Rio de Janeiro e do Pôrto.

A Comissão do Tricentenário da Restauração Pernambucana incluiu entre as edições comemorativas a do famoso códice. Confiou o trabalho de colação dos textos, notas, e introdução ao ilustre historiador Prof. Hélio Viana, nome que dispensa qualquer apresentação conhecidas que são as suas pesquisas, a seriedade dos seus estudos e a sua extensa bibliografia.

O ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL tomou o encargo de fazer a edição, contando com a prestimosa colaboração da Imprensa Oficial.

Outras edições comemorativas do Tricentenário da Restauração Pernambucana serão realizadas pelo ARQUIVO PÚBLICO.

JORDÃO EMERENCIANO
Diretor do Arquivo Público Estadual

Digitized by Google

Digitized by Google

DIOGO DE CAMPOS MORENO
SARGENTO-MOR DO ESTADO DO BRASIL

LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL - 1612

EDIÇÃO CRÍTICA, COM INTRODUÇÃO E NOTAS DE HELIO VIANNA

736

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO
DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA
ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL
RECIFE — 1955

Digitized by Google

Digitized by Google

PREFÁCIO

Em nossa bibliografia histórica não são numerosos os códices que encerrem obras homogêneas sôbre o período colonial e que se conservem nas bibliotecas e arquivos do país e do estrangeiro. Caso bem expressivo é o da Razão do Estado do Brasil *que, guardado na Biblioteca Pública da cidade do Pôrto e divulgado, em pequena parte, por Francisco Adolfo de Varnhagen, desde 1839, sòmente cento e dez anos depois foi integralmente publicado em revista norte-americana. Crescerá a nossa estranheza se nos lembrarmos que, em 1855, outro exemplar do mesmo* Livro que dá Razão do Estado do Brasil *doou o Imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sem que fôsse o mesmo publicado, até hoje. Embora tenham sido aproveitados, ambos, por diversos historiógrafos, isto só em parte se fêz, sem que os referidos apógrafos tivessem recebido, até agora, o estudo crítico e a colação que merecem. Acrescente-se que possuem, os dois, bom número de cartas geográficas e plantas de autoria, pelo menos em parte, do cosmógrafo português João Teixeira Albernaz, do maior interêsse para a história de nossa cartografia, e ver-se-á que ainda não lhes foi dada a devida atenção.*

A referida publicação do texto paleográfico do códice pertencente à Biblioteca do Pôrto, na The Hispanic American Historical Review, *em novembro de 1949, efetivada pelo professor Engel Sluiter, da Universidade da Califórnia, fêz com que retomássemos antigo projeto de estudar o apógrafo do Instituto Histórico, cotejando-o com o portuense, visto que, das leituras*

Digitized by Google

de ambos, resultou logo a verificação de que divergiam em mais de um ponto, principalmente na parte relativa à capitania de Pernambuco. Nas visitas que fizemos àquela Biblioteca portuense, em 1952, tivemos ocasião de concluir pela necessidade dessa colação, pois também é interessante quanto à análise cartográfica. Já havíamos iniciado êsse estudo, quando veio ao encontro de nossos desejos o convite que nos fêz o Sr. Jordão Emerenciano, secretário da Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, para que escrevêssemos a Introdução da edição crítica do Livro que dá Razão do Estado do Brasil, *anotando o respectivo texto e passando-o para a linguagem atual.*

E' o que aqui fazemos, esperando que o nosso trabalho possa ser útil aos estudiosos do passado brasileiro.

Helio Vianna

Digitized by Google

INTRODUÇÃO

Digitized by Google

Digitized by Google

1. FONTES E BIBLIOGRAFIA

Em 1919 publicou-se na **Revista da Faculdade de Direito,** de Lisboa, um artigo intitulado "Um códice dos séculos XVI e XVII, propriedade do Dr. Abel de Andrade". Tratava-se das **Cartas de El-Rei escritas aos Srs. Alvaro de Sousa e Gaspar de Sousa,** muito interessantes à História do Brasil de 1612 a 1616. Capistrano de Abreu, sempre atento ao aproveitamento de documentos inéditos, em 1920 tentou fazer com que o adquirisse a Biblioteca Nacional ou o Museu Paulista (1). Não o conseguiu e o valioso códice passou depois aos conhecidos livreiros londrinos Maggs Bros., que sob n.° 373 o descreveram em seu **Catálogo n.° 546, Biblioteca Brasiliensis ou Manuscritos, Livros Antigos e Gravuras sôbre o Brasil**, de 1930, p. 328/329. Avaliando o interêsse que teria para a História de nosso país, conseguiu comprá-lo para o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do então encarregado de negócios do Brasil na Inglaterra, ministro Joaquim de Sousa Leão Filho, em fins de 1941, o diretor da Biblioteca do Itamarati, Luís Camilo de Oliveira Neto, dedicado estudioso de nosso passado. Ali consultamos, muitas vêzes, o precioso manuscrito, e às fls. 100 v. encontramos, no item 54 do inédito **Regimento** a 31 de agôsto de 1612 passado ao governador-geral Gaspar de Sousa, a seguinte reiteração de ordem régia de Filipe III de Espanha (II de Portugal), para a elaboração de um **Livro do Estado do Brasil,** origem inegável dêste de que nos ocupámos:

"Eu mandei ao governador D. Diogo de Menezes que para bom govêrno do dito Estado e para das cousas dêle ter mais inteira notícia, mandasse ordenar um **Livro** no qual se assentassem tôdas as capitanias dêle, declarando-se as que são da Corôa e as que são de donatários, com as fortalezas e fortes que cada uma tem e assim a artilharia que nelas há, com a declaração necessária do número das peças, pêso e nomes de cada uma, as armas, munições, que nelas ou nos meus

(1) — **Correspondência de Capistrano de Abreu** (Rio de Janeiro, 1954), cartas a J. Lucio de Azevedo, tomo II, p. 188 e 193; carta ao Sr. Affonso de E. Taunay, tomo I, p. 316.

Digitized by Google

armazéns houvesse, gente que tem de ordenança, oficiais e ministros, com declaração dos ordenados, soldos e despesas ordinárias que se fazem em cada uma das ditas capitanias, e assim do que cada uma delas rende para minha Fazenda, pondo-se ao dito Livro título de **Livro do Estado,** o qual tivesse em seu poder, e fôsse reformando nêle cada ano o que se mudasse, alterasse, acrescentasse ou diminuisse nas ditas capitanias, assim no tocante à sua fortificação como à artilharia, armas, munições, capitães e gente de guarda; e porque o dito governador não me enviou cópia do dito **Livro** (como também lhe mandei), nem me avisou do que nisso tinha feito, o sabereis, e tendo êle feito o dito **Livro,** vo-lo entregará, e me enviareis a cópia, e o ireis continuando em o reformar na maneira que fica dito, enviando-me também disso cada ano uma fôlha por vós assinada, para eu o saber; e não tendo ordenado o dito **Livro** o fareis na mesma forma" (2).

Pouco tempo depois da expedição dêsse **Regimento** a Gaspar de Sousa, achando-se êle ainda na Europa, como mostraremos mais adiante, aí chegou, vindo do Brasil, o sargento-mor dêsse Estado, Diogo de Campos Moreno, provàvelmente levando consigo, conforme também demonstraremos, o original ou notas para a elaboração do referido **Livro**. Encontrou-se com o novo governador, conforme está documentadamente provado, e dêsse encontro naturalmente terá resultado não ter Gaspar de Sousa dado cumprimento àquela ordem real, visto ter sabido, então, que já a teria executado, ou iria fazê-lo com os dados trazidos do Brasil, o referido sargento-mor.

Redigido, portanto, em 1612 ou, no máximo, no ano de 1613, durante o qual permaneceu na Europa o seu autor, alguns anos depois, certamente entre 1625 e 1627, receberia alguns cortes e vários acréscimos no texto um dos apógrafos do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** exatamente o que hoje pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que aqui transcrevemos. Pela mesma época, conforme também demonstraremos, recebeu êste e, antes dêle, o apógrafo pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, mapas e plantas devidos, pelo menos em parte, ao cosmógrafo português João Teixeira Albernaz.

A **Razão do Estado do Brasil** fôra, porém, redigida, quando se encontravam separadas do govêrno de D. Diogo de Menezes as três ca-

(2) — **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, fls. 100 v. e 101 do códice pertencente ao Ministério das Relações Exteriores, fls. 16 v. e 17 do **Regimento** em 31 de agôsto de 1612 dado ao referido governador, que, à margem, assinalou: **«Livro das Capitanias, fortes e fortalezas &»**. O mesmo trecho aparece na 2a. via do **Regimento** rubricado pelo Conde Almirante (Conde da Vidigueira) e assinado pelo mesmo e pelo Bispo do Pôrto, a fls. 141. Nesta via está marcado à margem — «Ao governador».

Digitized by Google

pitanias do Sul, as do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Conseqüentemente, para ela não foram escritos textos às mesmas referentes, conforme esclarece outro título dos apógrafos citados, e mais o da Biblioteca Nacional de Lisboa: **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte, sòmente assim como o teve Dom Diogo de Menezes e Siqueira, até o ano de 1612**. Tendo, entretanto, Gaspar de Sousa, nesse mesmo ano, voltado a governar todo o Estado, novamente unido, tornou-se desde logo obsoleta a versão original do trabalho. E embora seu autor em 1614 tenha regressado ao Brasil, participou, então, da expedição de conquista do Maranhão, que também por escrito relatou. Voltando à Europa, e novamente ao Brasil e Maranhão, em 1615, não teria tido, nessa ocasião de outra campanha militar, a possibilidade de retomar aquela obra, tendo em vista completá-la. E passado o govêrno de Gaspar de Sousa, em que se ultimou a conquista referida, em vez da manutenção do referido **Livro do Estado,** para o registro das despesas reais nas diversas capitanias, organizou-se, ainda em 1616, mas para ter aplicação no ano seguinte, a **Fôlha Geral** das que deveriam ser pagas dos rendimentos do Brasil (3). Substituiria, assim, um dos objetivos do **Livro** ordenado a D. Diogo de Menezes e reiterado a Gaspar, o que serve para justificar a sua interrupção, apesar dos acréscimos posteriormente feitos a um de seus apógrafos, precisamente o que aqui mais detidamente examinamos, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Falecendo Diogo de Campos Moreno pouco depois, no govêrno de D. Luís de Sousa, Conde do Prado, iniciado em 1617, talvez sòmente do decênio seguinte datarão pelo menos alguns dos mapas e plantas dos dois apógrafos primeiramente citados, da **Razão do Estado do Brasil**. Com a conquista do Maranhão e Pará, com novas ocorrências nas capitanias do Sul e, principalmente, com as invasões holandesas de 1624 e a partir de 1630, tornar-se-iam cada vez mais desatualizadas as informações nos dois códices recolhidas. A restauração da monarquia portuguêsa em 1640 e a conseqüente guerra entre Portugal e a Espanha, determinariam maior desinterêsse pelo respectivo texto, embora por muito tempo continuassem os cartógrafos aproveitando os seus mapas.

Passam-se os decênios, muda-se, várias vêzes, o curso da História, Diogo Barbosa Machado, em sua **Biblioteca Lusitana**, de 1741/1759, nada diz de Diogo de Campos Moreno e suas obras (4), e sòmente do ano

(3) — Transcrita na segunda parte dos **Anais do Museu Paulista**, tomo III (S. Paulo, 1927), do «Livro Segundo do Govêrno do Brasil», códice procedente do espólio de Eduardo Prado, n.º V, p. 12/31.

(4) — Assegurou-o Inocêncio Francisco da Silva, no tomo II de seu **Dicionário Bibliográfico Português** (Lisboa, 1859).

Digitized by Google

de 1781 vamos ter notícia da compra de um exemplar de códice denominado **Razão do Estado do Brasil**. Fê-la, na Holanda, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Senhor de Balsemão, Tendais e Ferreiros, ex-governador de Mato Grosso, de 1769 a 1772, mais tarde 1.° Visconde de Balsemão, em cuja opulenta livraria muito estudou o nosso patrício Antônio de Morais Silva, conforme registrou no "Prólogo" de seu **Dicionário da Língua Portuguêsa,** desde a 1a. edição, de 1789, p. VII.

A êste trabalho do mesmo capitão-mor das ordenanças do Recife caberia a primeira citação impressa, até agora conhecida, daquele códice. E' no verbete da palavra "mocambos", que aparece no tomo II, p. 88, como equivalente a "Quilombos ou habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil. Ms. da **Razão do Estado do Brasil** por D. Diogo de Menezes em 1612". Na 2a. edição, de 1813, foram aquelas primeiras palavras passadas para o singular.

Ainda ao mesmo **Dicionário** de Morais, porém já depois da morte do autor, ocorrida em 1824, competiria o primeiro registro bibliográfico do mesmo manuscrito. E' o verbete que sòmente apareceu em sua 4a. edição, de 1831, "correta e enriquecida" por Teotônio José de Oliveira Velho, e que da seguinte forma figura na respectiva lista das "Abreviaturas das citações dos livros portuguêses com que se autoriza o uso das palavras", à p. XIII:

"**Razão do Estado do Brasil**. Manuscr. in gr. fol. de 1612. Na Livraria do Exc. Visconde de Balsemão, comprado em Holanda em 1781, por D. Diogo de Menezes".

Do 2.° Visconde de Balsemão, filho do primeiro do título e herdeiro de sua rica livraria, passou o códice à posse da Biblioteca do Pôrto, fundada em 1833, onde ainda se encontra, catalogado sob n.° 126 e acompanhado de uma cópia do século XIX, sem os mapas, numerada 819 (5).

Ao nosso grande historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, depois Barão e Visconde de Pôrto Seguro, coube publicar, em 1839, maior referência ao mesmo exemplar da **Razão do Estado do Brasil,** em suas "Reflexões Críticas sôbre o escrito dos fins do século dezesseis impresso com o título de **Notícia do Brasil**", incluídas na **Coleção de No-**

(5) — A. de Magalhães Basto — **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, separata de Publicações da 5a. Seção do I Congresso de História da Expansão Portuguêsa no Mundo (Lisboa, 1938), p. 7, 115/126.

Digitized by Google

tícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, da Academia Real das Ciências, de Lisboa, tomo V, n.º II, p. 87/95, daquele ano.

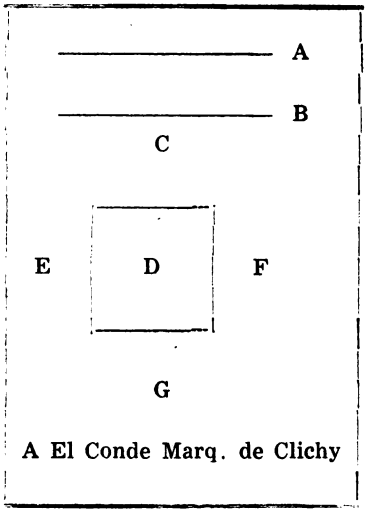
Afirmando, desde logo, não tratar-se do manuscrito original (p. 89), mas de uma cópia, examinou, primeiramente, a questão da respectiva autoria, conforme depois veremos. Conhecedor do verbete do **Dicionário** de Morais, consultou, então, a propósito do referido códice da Biblioteca do Pôrto, "um jovem e habilíssimo literato daquela cidade", cuja modéstia — acrescentou — havia-lhe imposto "a condição de calar o seu nome". Dêle, que provàvelmente era Diogo Köpke (6), recebeu minuciosas informações, de que transcreveremos, agora, apenas as de caráter bibliográfico:

"O frontispício é do modo que vou indicar. O formato é folio máximo, papel grosso e escuro (portanto coetâneo), a marca dágua dalgum vem a ser como 2 VV ligados superiormente, por um risco, dentro de um círculo; outras fôlhas não a tem".

---

(6) — No cit. **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos**, p. 123, opinou o Sr. A. de Magalhães Basto no sentido de ser "da autoria do habilíssimo Diogo Köpke a primeira descrição do códice da **Razão do Estado do Brasil** na Biblioteca do Pôrto existente, enviada a Varnhagen e por êste publicada. No Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, entre os papéis que pertenceram ao Visconde de Pôrto Seguro, encontramos um necrológio impresso de Köpke, avulso de C.A.F.V., "oferecido por F. J. Coutinho", publicado naquela cidade, em 1844, por ocasião de sua morte, aos 36 anos de idade. Nêle se dizia que a Köpke devem-se "os primeiros trabalhos para a coordenação dos manuscritos da Biblioteca Pública do Pôrto, dos quais extratou bilhetes que devem servir de base do seu Catálogo e de que, extraviando-se a primeira cópia, a convite da Exma. Câmara Municipal, franqueou um segundo transunto". Comunicando o achado ao Sr. A. Magalhães Basto, respondeu-nos o ilustre historiador confirmando a referida atribuição. Pela época em que Varnhagen escrevia as "Reflexões Criticas" a Biblioteca do Pôrto ainda não estava aberta à consulta pública. Mas nela muito trabalhava embora sem pertencer ao seu quadro de funcionários o "talentoso e infatigável arqueólogo e patriota portuense capitão de artilharia e lente de matemática da Academia Politécnica do Pôrto, Sr. Diogo Köpke tão jovem roubado às letras pátrias e a ciência". Estas palavras — escreveu-nos o Sr. Magalhães Basto — são da "Advertência" do 1.º fascículo do **Índice Preparatório do Catálogo dos Manuscritos** da mesma Biblioteca, no Pôrto impresso em 1879 — Referindo-se ao mesmo estudioso, registrou Inocêncio Francisco da Silva, em seu **Dicionário Bibliográfico Português**, tomo II (Lisboa, 1859), p. 161: "Fêz também por sua mão o índice ou catálogo de todos os manuscritos que possuia a Biblioteca Pública do Pôrto". — Outros dados referentes à biobibliografia de Diogo Köpke, plenamente autorizam a hipótese formulada pelo diretor dos Serviços Culturais da Câmara Municipal do Pôrto.

Digitized by Google



"A e B — Raspadelas de nomes, talvez dos pôssuidores, feitas a canivete.

Em A ainda se lê **Robines**.

C — As armas de Portugal.

D — O título, como já o escrevi **(Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes até o ano de 1612)**; fundo vermelho, letras d'ouro, capitais de 1/2 polegada.

E — Uma tarja representando um vulcão lançando chamas.

F — Outra tarja, representando chamas ao fundo, e no alto as palavras AD ALTIORA, invertidas nas letras.

G — As Armas dos Castros (podem ser dos Altamiranos), Corôa sôbre as armas de Barão, sem flôres".

Alguns enganos contêm-se nesta descrição, conforme pessoalmente verificamos na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, em julho de 1952, por gentileza do respectivo diretor, Sr. Antônio Cruz, em companhia e com a valiosa ajuda do eminente paleógrafo e historiador Sr. Artur de Magalhães Basto, que posteriormente confirmou, em carta, as nossas observações. Assim, há êrro quanto à marca dágua; o que está escrito na parte inferior do frontispício, como declaração de propriedade ou oferta, é "A El Conde Marq. de Eliches" e não "de Clichy". A corôa citada não é de "Barão" e sim de Marquês; e as armas podem não ser dos Castros de treze arruelas, conforme depois demonstraremos, na parte relativa à colação entre os códices do Pôrto e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Outras observações fêz o correspondente portuense de Varnhagen, mas como dizem respeito ao conteúdo do manuscrito, à questão de sua autoria e aos mapas que o acompanham, aqui não as mencionaremos. Assegura constar do livro ter sido êle escrito — "nesta cidade de Lisboa", afirmativa que, com êste aspecto categórico, nele não encontramos. Registra ter sido composto no ano de 1613, do que, também, não

Digitized by Google

achamos provas decisivas, embora possa a hipótese ser considerada como muito provável. E observa, com acêrto, ser confusa a sua pontuação.

Segue-se a transcrição de tôda a Introdução simplesmente denominada **Razão do Estado do Brasil,** que constitui a primeira publicação parcial do códice. Depois de uma pequena apreciação anti-jesuítica, terminou Varnhagen perguntando: "E quem sabe se por diligências jesuíticas é que o livro não foi publicado?" À qual poderíamos responder com o citado parágrafo do **Regimento** dado ao governador Gaspar de Sousa, onde se evidencia que o projetado **Livro do Estado do Brasil** não se destinava à publicação.

Depois do comentário varnhageano, passaram-se alguns anos sem notícias do apógrafo da **Razão do Estado do Brasil**. Note-se, porém, a continuidade de sua inclusão na lista das "Abreviaturas" do **Dicionário** de Morais, como na 5a. edição, de 1844 (p. XIII) e nas seguintes tiragens.

Mais ou menos em 1847 esteve o códice requisitado à Biblioteca do Pôrto pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de Portugal, segundo constou ao respectivo bibliotecário, Nogueira Gandra, para empréstimo à legação do Brasil em Lisboa (7), cujo titular era, então, o conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, figurando entre os seus auxiliares Varnhagen, exatamente encarregado de pesquisas relativas à História do Brasil (8). Datarão dessa época as cópias ou notas que lhe terão servido para inclusão na **História Geral do Brasil,** já em projeto.

Apesar daquelas referências, não foi mencionado o manuscrito da **Razão do Estado do Brasil** na **Bibliografia Histórica Portuguêsa,** de Jorge César de Figanière, aparecida em Lisboa, 1850.

Varnhagen, a êsse tempo, já conhecia todo o texto do códice, ou por uma ida ao Pôrto ou por aquêle empréstimo à legação, em que estêve até 1847. De Madri, onde passou a servir, escreveu a 2 de novembro de 1852 ao Imperador D. Pedro II, sôbre o andamento da elaboração da **História Geral do Brasil:** ... "já me acho no importante govêrno do autor da obra **Razão do Estado do Brasil,** etc., D. Diogo

(7) — **Indice Preparatório do Catálogo dos Manuscritos** da Biblioteca do Pôrto, cit. na nota anterior, p. 150. — Informação do Sr. A. de Magalhães Basto.

(8) — Conforme as minutas de ofícios da Legação do Brasil em Lisboa, da época, guardados no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Digitized by Google

de Menezes, quando na Bahia se instalou a primeira Relação que teve o Brasil" (9).

Em 1854, aparecido o primeiro tomo de sua obra magna, nêle se incluíram várias referências à **Razão**. Algumas das muitas pequenas informações de que não costumava Varnhagen indicar a fonte, também dela procedem. Indicamos várias, de um e outro gênero, no decorrer das notas ao texto em linguagem atual, não do códice do Pôrto, de que se serviu o historiador, porém do carioca, que mais adiante será estudado. E é curioso notar como se descuidou êle, até mesmo da verificação de simples adições de despesas, de modo a apresentá-las com enganos, nas duas edições que pessoalmente preparou. O mesmo entretanto, registrou-se nas três tiragens posteriormente revistas por João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, que no Rio de Janeiro já dispunham de elemento de verificação conveniente ao caso.

Um ano depois, encontrando-se em Portugal o poeta Antônio Gonçalves Dias, em missão de pesquisa de documentos relativos à História do Brasil, a 13 de julho de 1855 também escreveu a D. Pedro II, comunicando-lhe sua próxima ida ao Pôrto, a fim de ver os manuscritos sôbre os limites do Brasil, que Alexandre Herculano lhe informara ali existirem (10). Sendo essas peças pertencentes à Biblioteca portuense e procedentes da livraria dos Viscondes de Balsemão, nela não deixaria de ver o códice 126 da **Razão do Estado,** provàvelmente ordenando sua cópia, como era de suas atribuições. Infelizmente, porém, sua correspondência posterior, até agora conhecida, é omissa a êsse respeito. Voltaremos ao assunto, quando tratarmos dos vários apógrafos da **Razão do Estado do Brasil**.

Nesse mesmo ano de 1855, em outubro, ocorreu fato decisivo, quanto à bibliografia dessa obra. Do resumo da ata da 11a. sessão, do dia 13 dêsse mês, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicado na respectiva **Revista,** tomo XVIII, do último trimestre do mesmo ano (n.º 20, V da 3a. série), p. 441, consta o seguinte: "Sua Majestade o Imperador dignou-se expender algumas observações sôbre a obra denominada **Livro que dá Razão das Cousas do Brasil (sic),** observações sugeridas pelo exame a que está procedendo da referida obra. Sua Majestade foi ouvido pelos membros do Instituto com profunda atenção, e suas informações recebidas com todo o agrado". Adiante, à p. 443, relativa ao resumo da ata da 12a. sessão do ano, de 26 do mesmo

(9) — «Cartas de Varnhagen a D. Pedro II e outros escritos», no **Anuário do Museu Imperial,** de Petrópolis, vol. IX, de 1948, p. 171, doc. 5.869, n.º 7, do Arquivo da Família Imperial.

(10) — «Cartas de Gonçalves Dias a D. Pedro II», no **Anuário** supracitado, vol. XI, de 1950, p. 235 e 233, doc. 6.059 do Arquivo da Família Imperial.

Digitized by Google

Digitized by Google

1 — FÔLHA DE ROSTO DO LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, APÓGRAFO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Digitized by Google

mês, acrescenta-se: "Sua Majestade dignou-se de mandar guardar no Arquivo do Instituto o precioso manuscrito que oferecera noutra sessão, acompanhado d'estampas e atlas colorido; bem como uma cópia do mesmo, sem estampas". Anote-se, desde já, que a referida cópia não mais se encontra na instituição, conforme será adiante explicado.

Ainda no mesmo ano e no "Suplemento" da mesma **Revista,** acham-se outras referências à importante doação. Assim, no Relatório do secretário Joaquim Manuel de Macedo, apresentado na sessão de encerramento de 15 de dezembro, lê-se, à p. 14: "Sua Majestade o Imperador... honrou o Instituto com três manuscritos interessantíssimos e de extremado valor"... E, depois de mencionar os dois primeiros: "Não é menos insigne e precioso o terceiro manuscrito, que devemos à mão tão graciosa: intitula-se êle — **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** — enriquecido de numerosos mapas coloridos; parece um trabalho executado na primeira metade do século décimo-sétimo, e contém curiosas noções geográficas e estudos topográficos e administrativos sôbre as diversas capitanias estabelecidas no Brasil, sendo ilustrada a descrição de cada uma dessas capitanias com mapas coloridos, que são de um socorro estimável para a completa apreciação do texto. O **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** é um verdadeiro tesouro do passado".

À p. 76 do mencionado "Suplemento", na lista das "Ofertas feitas no ano de 1855", aparece, como apêndice ao Relatório do secretário:

"Manuscrito — Sua Majestade o Imperador — **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** enriquecido de mapas coloridos e desenhos. 1 vol. folio grande oblongo. Em 26 de outubro de 1855. — Cópia do dito. 1 vol. folio pequeno. Dito".

Assim doado ao Instituto Histórico, o códice passou a figurar em suas coleções, como até hoje se encontra, embora sem constar como chegou às mãos de D. Pedro II, se por herança de seus antepassados, se por aquisição, do gênero das muitas que fêz o Magnânimo Imperador.

Isto mesmo assinalou, no ano seguinte, em cartas a Varnhagen, João Francisco Lisboa, que na Europa substituira Gonçalves Dias, na missão cultural de pesquisa de documentos históricos relativos ao Brasil, existentes em seus arquivos e bibliotecas. Estando, ainda, em boas relações com o historiador, da capital portuguêsa, a 3 de outubro de 1856 escreveu-lhe o seguinte: "Como não posso ir ao Pôrto senão depois do inverno, estava resolvido a mandar daqui mesmo diligenciar cópia do manuscrito da **Razão do Estado,** a fim de ganhar tempo. Mas vejo agora na **Revista do Instituto** n.º 20 (Tomo 18, 5.° da 3a. série) do último trimestre do ano passado, que o Imperador ofereceu um precioso manuscrito — que ora se intitula **Livro que dá a Razão do Estado**

Digitized by Google

do Brasil — ora **Livro que dá a Razão das Cousas do Brasil** — com mapas coloridos e desenho (1 vol. folio grande oblongo). Parece, diz o secretário Dr. Macedo, no seu relatório, um trabalho executado na primeira metade (11) do século 17.°, e contém curiosas noções geográficas e estudos topográficos e administrativos sôbre as diversas capitanias estabelecidas no Brasil (veja-se o referido N.°, pág. 441, 14 e 16 do Suplemento). Bem que eu não saiba como nem de quem obtêve o Imperador êsse manuscrito, e mais outra cópia dêle que também ofereceu, quer-me parecer que é a mesma obra que V. E. me indica".

A 21 de outubro do mesmo mês e ano, voltava João Francisco Lisboa ao assunto, ainda em carta a Varnhagen, por êste depois publicada: "O Regimento do provedor-mor Antônio Cardoso de Barros, e creio que também os das demais provedorias do Brasil, foi o próprio Imperador que os ofereceu ao Instituto, juntamente com o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil:** estava eu então presente à Sessão. Não sei quem lhos deu a êle" (12).

A existência, no Rio de Janeiro, dêsse códice, a todos acessível no Instituto Histórico, iria proporcionar a transcrição de três de seus capítulos. Fê-la A. J. de Melo Morais, no tomo I de sua **Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política,** cuja tiragem inicial data de 1858. Pôrto Seguro, Ilhéus e Bahia (esta incompletamente), foram as capitanias cujo texto aí se reproduziram, em simples notas de pé de página. Houve 2a. edição, em 1866, sem que melhorasse a habitualmente descuidada revisão de escritos dirigida pelo "colecionador" Melo Morais, como o classificava Capistrano.

Em 1859, aparecendo, em Lisboa, o tomo II do **Dicionário Bibliográfico Português,** nêle registrou Inocêncio Francisco da Silva a atribuição de autoria da **Razão do Estado do Brasil** a Diogo de Campos Moreno, conforme em 1854 a havia feito Varnhagen, no volume inicial de sua **História Geral do Brasil,** à p. 496.

Uma das mais antigas utilizações do **Livro que dá Razão do Estado,** para esclarecimento de pontos duvidosos da História do Brasil, foi a que, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 26 de agôsto de 1859, fêz Brás da Costa Rubim, ao ler sua "Memória sôbre os limites da Província do Espírito Santo". Publicou-a a respectiva **Revista Trimensal,** no vol. XXII, do ano seguinte, p. 113/128. Abordou, então, não só a questão que consta do título da comunicação, como a do roteiro da discutida entrada de Marcos de Azevedo, à procura de esmeraldas.

---

(11) — Nesse ponto anotou Varnhagen: «Aliás em 1612, pelo sargento-mor Diogo de Campos».

(12) — Francisco Adolfo de Varnhagen — **Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa, Timon III** (Lima, 1867), p. 73|74 e 81.

Digitized by Google

Em 1861, tendo João Francisco Lisboa ido ao Pôrto, no desempenho da citada missão, em sua Biblioteca Pública copiou ou mandou copiar vários documentos relativos ao Brasil, mas, dentre os que constam da lista publicada pelo Sr. A. de Magalhães Basto (**op. cit.**, p. 20), não se inclui o códice n.º 126, da **Razão do Estado,** certamente por já ter êle conhecimento do apógrafo doado por D. Pedro II.

Em 1872, visitando o Imperador do Brasil a cidade do Pôrto, em sua Biblioteca não deixariam de mostrar-lhe o exemplar da **Razão do Estado,** com os mapas, e a respectiva cópia, sem êles, também procedente do acervo dos Viscondes de Balsemão. E' o que se depreende da notícia recolhida em reportagem da época, pois ali "o ilustre monarca patenteou conhecimentos de um exímio bibliófilo, interessando-se muito ao ver alguns dos raros exemplares impressos e manuscritos que lhe mostrou o Sr. Eduardo Augusto Allen" (13).

A primeira proposta para a publicação do códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fê-la, na própria instituição, o senador Cândido Mendes de Almeida, em sessão de 7 de dezembro de 1877. Realmente, lê-se no resumo da respectiva ordem do dia a seguinte proposta, pelo ilustre geógrafo firmada: "Que se publique pela imprensa e pela litografia a obra denominada **Razão do Estado,** do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, com os seus mapas, e sendo possível, pelo sistema de Kunstmann, conforme se acham desenhados e coloridos" (14).

Sòmente no ano seguinte, em sessão de 2 de agôsto, foi remetido à Comissão de Fundos e Orçamento um parecer da de Estatutos e Redação, datado de 5 de julho, em que se dizia: "Quanto à obra do sargento-mor Diogo de Campos, entende a Comissão que deve ser publicada: é trabalho curioso, enriquecido de mapas coloridos de subido interêsse pela minuciosidade e exatidão das notícias que contém, embora de data muito antiga, mas que ainda hoje poderá ser com vantagem consultada. Observou, porém, a Comissão ,que a publicação da volumosa obra, e especialmente dos numerosos mapas que devem ser litografados, importará despesa crescida, que talvez exceda os meios de que dispõe o Instituto para trabalhos dessa natureza, e assim propõe que, ouvida a Comissão de Fundos e resolvida a impressão em avulso, seja ela contratada pela mesa do Instituto com qualquer estabelecimento litográ-

(13) — José Alberto Côrte Real, Manuel Antônio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro — **Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal** (Coimbra, 1872), p. 105.

(14) — **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,** tomo XL, parte II ,vol. 55, de 1877 (Rio, 1877), p. 533|534.

Digitized by Google

fico nacional ou estrangeiro, que esteja no caso de bem servir e melhores condições possa oferecer" (15).

Nada mais consta a respeito, não sendo difícil supor que o elevado custo da impressão dos 22 mapas e plantas tenha impedido a desejada publicação. Nem por isto, entretanto, justifica-se o fato de não ter o Instituto transcrito, nas páginas de sua **Revista,** pelo menos o texto do códice que há um século possui.

Em 1881, realizou-se o magnífico acontecimento (para as nossas letras históricas), que foi a Exposição de História do Brasil, a 2 de dezembro, aniversário do Imperador, inaugurada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para que se avalie a sua importância, basta lembrar que o respectivo **Catálogo** (publicado no vol. IX dos **Anais** da nossa Casa dos Livros) é, ainda hoje, o repositório mais importante de nossa bibliografia histórica. Conseqüentemente, nêle não deixaria de figurar, e até por duas vêzes, o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Inicialmente, na classe de "Geografia do Brasil", como obra geral, com o n.º 15 (tomo I, p. 5), aparece com o segundo e não com o primeiro de seus títulos: em vez de **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** da capa, vem o que antes figurava no frontispício: **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte, somente assim como o teve D. Diogo de Menezes (sic) até o ano de 1612**. Assinalamos o nome do governador para que se observe uma diferença com a descrição posterior. E, depois da atribuição da autoria a Diogo de Campos Moreno, a declaração: "Cópia do século XVIII". Trata-se, aqui, de engano evidente, pois, além das "cartas geográficas em pergaminho", dá como expositor o "Inst. Histórico", fazendo, ainda, remissão para o n.º 1.393 do mesmo **Catálogo**. Admitimos que seja cópia, porém do próprio século XVII, como aliás também acontece ao apógrafo da Biblioteca do Pôrto.

O segundo verbete, mais extenso, que tem o n.º 1.393 (à p. 131 do tomo I), figura ainda na classe de "Geografia do Brasil", mas no § 7.º, dedicado às 'Cartas Geográficas, Hidrográficas e Topográficas". Dá como título **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes e Sá até o ano de 1612. Na** diferença relativamente ao título anterior ocorre outro engano. Não é "e Sá" o último sobrenome do governador, mas "e Siqueira" (16), ali abreviado para "e Sª.", o que ocasionou o engano para a leitura "e Sá". Segue-se a lista dos mapas, "em pergaminho, a aquarela", em número de 22, sòmente o primeiro tendo transcrita tôda a legenda res-

(15) — **Revista Trimensal,** cit., tomo XLI, parte II, de 1878, vol. 57 (Rio, 1878), p. 407|408.

(16) — Cf. Varnhagen — **História Geral do Brasil,** cit., 4a. ed., tomo V (S. Paulo, 1953), p. 251.

Digitized by Google

pectiva. Dos demais, há apenas seu resumo. De todos, são mencionadas as dimensões. In fine: "16 ff de texto em papel, 2 ff. em pergaminho".

Na classe de "História" do **Catálogo** (dividida em Civil, Administrativa, Eclesiástica, Constitucional, Diplomática, Militar, Natural, Literária e das Artes, Econômica), não figurou o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** que, entretanto, em várias, dentre as referidas divisões, teria exata colocação. Bastaria, aliás, a simples lista dos seus capítulos, para justificar uma atenção maior por essa obra. Também não foi lembrada na classe de "Estatística", onde teria inteiro cabimento, como obra precursora do gênero, entre nós. Só a de "Geografia do Brasil" o distinguiu por seus mapas e plantas, convindo lembrar que cópias de dois dêles aí também apareceram. Uma, do Ceará, à aquarela, em 1874 mandada fazer certamente pelo senador Cândido Mendes de Almeida (falecido a 1.º de março de 1881), foi exposta por seu filho, Fernando Mendes de Almeida. Outra, da mesma proveniência, é a da "Costa do Rio Grande do Norte e parte do seu território". Têm, no **Catálogo,** os números 1.591 e 2.205, respectivamente. Não é improvável que já naquele ano pensasse o autor do **Atlas do Império do Brasil** na publicação das cartas geográficas que acompanham o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.**

Aparecendo, em 1885, o **Catálogo das Cartas Geográficas, Hidrográficas, Atlas, Planos e Vistas existentes no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro,** nêle figurou, com o n.º 162 (p. 32/34), o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** inclusive com a seguinte anotação: "Este Atlas tem outro título que se acha sôlto e é o seguinte: **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte, sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes e Sa (sic), até o ano de 1612.** Contém 16 fls. de texto, sendo 2 (as dos títulos) e 22 cartas em pergaminho". Seguem-se as legendas dos mapas.

Era, mais uma vez, a idéia do atlas geográfico sobrelevando a do texto, quando, na verdade, aquêle é subalterno a êste. Ainda hoje figura o Livro no Catálogo da Mapoteca do Instituto como seu "Atlas" n.º 88, e não no Catálogo de Manuscritos.

Em outubro de 1890 deu entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro "a parte mais valiosa da livraria de Francisco Antônio Martins, conservador da Biblioteca Fluminense, comprada ao seu espólio pelo Conde de Figueiredo: compõe-se de 2.622 obras, dentre as quais 1.040 folhetos, tudo de incontestável mérito bibliográfico, versando em sua máxima parte sôbre ccusas da América, e particularmente do Brasil. Dos 214 manuscritos que nesta aquisição entraram, são quase todos inéditos: tomados isoladamente, é incontestável sua importância; em globo avulta o seu interêsse, pois é o produto de muitos anos de trabalho e perseverança de colecionador proficiente". "Esta notícia, conquanto em parte já divulgada pelo dr. Pires de Almeida, na edição do **Jornal do**

Digitized by Google

Comércio de 25 de setembro de 1896", foi reproduzida, "com importantes acréscimos", nos **Anais da Biblioteca Nacional,** vol. XIX, de 1897, como "Resumo Histórico" da instituição, e incluída em posterior publicação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (17), de que dependia, então, a Biblioteca. E' de autoria do diretor de nossa Casa dos Livros, pois no exemplar da respectiva Seção de Manuscritos, colocou êle suas iniciais "T.M." (Teixeira de Melo, José Alexandre), e tem para nós interêsse especial. Isto porque, entre os manuscritos ali mencionados inclui-se mais um apógrafo da **Razão do Estado do Brasil,** sem os mapas, com 74 fls., inclusive várias em branco. E' cópia, feita no próprio século XIX, segundo verificamos, do códice da Biblioteca do Pôrto, não do exemplar do Instituto Histórico, pois faltam-lhe várias das características dêste, tendo as daquele, como vão assinaladas no cotejo adiante feito, nas notas de nossa leitura em linguagem atual, do último. O papel dêste códice traz as marcas dágua: ALMASSO e GIOVANNI CHECCHI, com um escudo de bordas irregulares, tendo ao centro uma estrêla, encimado por fantasiosa coroa.

Qual seria a procedência dessa cópia, e como foi ter às mãos de Francisco Antônio Martins? Aqui poderemos repetir o que de um manuscrito da **História do Brasil,** de frei Vicente do Salvador, pertencente à mesma Biblioteca Nacional escreveu Capistrano de Abreu, na "Nota Preliminar" à respectiva 2a. edição, de 1918: "O mais ligeiro exame do códice revelava seu passado: — a encadernação de couro à portuguêsa, o aspecto do papel, a letra do copista, denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50 por comissão do govêrno imperial, confiada primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa. A coleção, depois de ficar alguns anos na Secretaria do Império, foi remetida para o Instituto Histórico, donde uma parte escorreu para mãos de particulares. A Biblioteca Nacional possui alguns volumes comprados a particulares" (18).

Trata-se, conforme verificamos, da cópia da **Razão do Estado do Brasil** em 1855 por D. Pedro II oferecida ao Instituto Histórico e que lá não se encontra, pois ainda pode ser lido, ao alto da primeira fôlha do texto, apesar de ter sido criminosamente quase apagado, por motivo obvio, o seguinte: "Offdo. ao Instituto Histórico por S. M. o Imperador". Nota, esta, que, **com a mesma letra,** mas sem as abreviaturas, por haver mais espaço, também aparece no frontispício do códice que ainda está no

(17) — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — **Notícia Histórica dos Serviços, Instituições e Estabelecimentos pertencentes a esta Repartição, elaborada por ordem do respectivo Ministro Dr. Amaro Cavalcanti** (Rio, 1898), p. 10 da parte referente à «Biblioteca Nacional».

(18) — J. Capistrano de Abreu — «Nota Preliminar» à **História do Brasil** de frei Vicente do Salvador, 2a. ed. (S. Paulo, 1918), p. IV/V.

Digitized by Google

Instituto Histórico... Abstemo-nos de sugerir quem terá desviado da instituição, ainda em dias do Segundo Reinado, o referido apógrafo. Tem, portanto, inteiro cabimento, também quanto a esta cópia, o que Capistrano de Abreu aventou quanto à **Historia do Brasil** de frei Vicente, que igualmente foi parar em "mãos de particulares" e, destas, a Biblioteca Nacional. Seria cópia no Pôrto mandada especialmente fazer por Varnhagen, que dela se teria servido em sua **História Geral do Brasil,** enviando-a depois a D. Pedro II, ou mandada copiar por êste? Seria uma das devidas a Gonçalves Dias, embora por êle não mencionada em documento conhecido? Não teria, neste caso, passado pela Secretaria do Império, nem seria devida a João Francisco Lisboa, inimigo das duplicatas e de "arrombar portas abertas" (19), como dizia Capistrano.

. E' curioso que nao tenham notado, o Imperador e os que a teriam visto no Instituto, inclusive o próprio Varnhagen, em sua vinda posterior ao Brasil, as diferenças existentes entre ela e o códice que ali inda está, as quais começam no próprio título: **Razão do Estado** e **Livro que dá Razão do Estado,** respectivamente. Notou-as, porém, Rodolfo Garcia, de 1932 a 1945 diretor da Biblioteca Nacional, embora sem aproveitá-las nas anotações que fêz para a **História Geral do Brasil,** do mesmo Varnhagen, conforme notas suas, a lápis, que se encontram à margem da referida cópia.

Acrescente-se, ainda, que se trata de trabalho imperfeito, com freqüentes enganos e **modernizações,** contendo erros grosseiros, como, por exemplo, "Capitania de Itamaracá, de donatário", substituído para "Capitania de Itamaracá, de donativo"... Está catalogado, o apógrafo na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, sob a indicação I-4-1, n.° 63, cód. 25-9 da Coleção Martins.

Da parte dos bibliógrafos continuava, ao fim do século XIX, em Portugal e no Brasil, ou o silêncio ou a precariedade das informações sôbre Diogo de Campos Moreno e suas obras. Assim, talvez por continuar inédita a **Razão do Estado do Brasil,** não a mencionou Martinho Augusto da Fonseca, em seus **Subsídios para um Dicionário de Pseudônimos, Iniciais e Obras Anônimas de Escritores Portuguêses** (Lisboa, 1896). E, entre nós, talvez por não ser brasileiro nato o sargento-mor, também não o incluiu Sacramento Blake nos sete volumes de seu **Dicionário Bibliográfico Brasileiro,** aparecidos no Rio de Janeiro, de 1883 a 1902.

De mais um apógrafo da **Razão do Estado,** o quinto e último de que temos notícia, fêz menção e transcrição parcial o Barão de Studart,

(19) — **Correspondência de Capistrano de Abreu,** cit., vol. I, p. 122. No vol. II, p. 51/52, Capistrano confirmou roubos tanto na Secretaria do Império como no Instituto.

Digitized by Google

na **Revista Trimensal do Instituto do Ceará,** vol. XXII, ano XXII, do 1.° e 2.° trimestres de 1908 (Fortaleza, 1908), p. 193/198. Reproduziu, aí, as "oito últimas fôlhas do volume manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa E-2-37, sob o título **Razão do Estado do Brasil no govêrno do Norte sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes até o ano de 1621 (sic),** o qual pertenceu à Biblioteca da Congregação da Missão Lisbonense". Trata-se do capítulo "Rio Grande, Capitania de Sua Majestade", certamente cópia em Lisboa obtida pelo Barão, trazendo o subtítulo — "Pela primeira vez publicado". O motivo da inserção apenas dêsse capítulo seria conter êle curtas mas expressivas referências à conquista do Ceará, conforme no devido lugar comentaremos.

A referida nota de Studart assim termina: "Do livro **Razão do Estado do Brasil** encontra-se uma cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dádiva do Imperador Senhor D. Pedro II, o liberal protetor das letras e das ciências do Brasil. Mais de uma vez o compulsei e sempre com real proveito para os meus estudos. Aumentam-lhe de muito o valor preciosas cartas, mapas, etc.".

Cotejando o capítulo publicado por Studart, com o mesmo, existente nos códices do Instituto Histórico e da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, verifica-se que o de Lisboa tem mais semelhança com o segundo que com o primeiro. Aqui convém acrescentar que, como acontece à cópia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, também esta da instituição congênere da capital portuguêsa é mal feita, pois onde, por exemplo, os dois referidos apógrafos dizem: "nas raias das Índias de Castela", leu o copista do exemplar lisboeta — "na naya das Índias delas"...

Procurando obter maiores informações sôbre o apógrafo da **Razão do Estado** pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, graças à gentileza do escritor Sr. Cyro dos Anjos e da bibliotecária Dra. Carlota Gil Pereira, apuramos mais o seguinte: Em 1948 foi o referido exemplar roubado à instituição, que conseguiu recuperá-lo, embora já sem a fôlha de rosto e outras em que se encontrava carimbada a sua marca. Não tem mapas e plantas, embora a elas se refira o texto. Faltando-lhe, agora, aquela fôlha inicial, não pode ser verificado o engano de data que já assinalamos e que ainda consta de sua ficha antiga: "1621", em vez de 1612. Nem tampouco pode ser apurada sua procedência. A letra, porém, é do século XVII. A capa é de pergaminho e o texto consta de 78 fôlhas, in-quarto, com as dimensões de 207 x 150 mm. Faltam, também, in fine, os três últimos parágrafos da capitania do Rio Grande e parte da relação de armas e munições nela existente. Sua cota atual é F. G. (Fundo Geral) 1.443.

No mesmo ano de 1908, outros capítulos do **Livro que dá Razão do** Estado do Brasil — os referentes a Pernambuco e Itamaracá — foram copiados, no Instituto Histórico, pelo historiador Francisco Augusto Pe-

Digitized by Google

reira da Costa. Destinava-os, certamente, aos seus estudos regionais. Incluiu-os, integralmente, mas sem anotações, em seus **Anais Pernambucanos**, que deixou inéditos ao falecer, em 1923. Iniciada, depois, a publicação dessa extensa obra, na **Revista de História de Pernambuco** e na **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, sòmente em 1952, no respectivo vol. II (1591-1634), p. 295/305, editado pelo Arquivo Público Estadual, apareceram os dois capítulos.

Continuava, assim, o precioso códice, a ser objeto de referências das pessoas dedicadas ao estudo do passado brasileiro. Em 1911, redigindo Subsídios para a História do "Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", ao referir-se à proteção a êle sempre dispensada por D. Pedro II, escreveu Vieira Fazenda, bibliotecário da instituição: "Basta citar a oferta da **Razão do Estado do Brasil**, uma das preciosidades do Instituto, obra composta em pergaminho (20) e constante de textos e diversos mapas raríssimos, consultada constantemente pelos estudiosos" (21).

Assim sendo, não se compreende a restrição que aos seus mapas, não ao texto, fêz Capistrano de Abreu, nos magistrais "Prolegômenos" à **História do Brasil**, de frei Vicente do Salvador, 2a. ed., de S. Paulo, 1918, p. 262. Mencionou, então, a "cópia" existente no Instituto Histórico, "não escoimada de interpolações, ilustrada de mapas feitos posteriormente em geral de escasso valor". Note-se, porém, que duas dessas ilustrações — o mapa do Maranhão (tão útil à história de sua conquista) e a minuciosa planta da cidade do Salvador — incluiu, em reproduções, no mesmo livro, o que, aliás, pela primeira vez era feito. A segunda, do códice do Pôrto, já em 1917 recomendava a J. Lúcio de Azevedo, para ser incluída em sua **História de Antônio Vieira** (22). Se tinha razão, o grande historiador, quanto à "cópia" e "interpolações", não a terá no julgamento da contribuição cartográfica de João Teixeira, aí de muito valor, sobretudo para a época em que foi feita, como veremos no capítulo respectivo. Nem se diga que Capistrano ter-se-ia deixado influenciar pela anterior opinião do Barão do Rio Branco, contrária aos méritos do "cosmógrafo" português, chegando até a negar-lhe o caráter oficial, quando precisou contraditar argumentos do advogado

(20) — Aliás, em pergaminho sòmente estavam as duas fôlhas dos títulos e os 22 mapas.

(21) — José Vieira Fazenda — «Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Subsídios para a sua História), 1838-1911», na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIV, de 1911, parte I, vol. 124 (Rio, 1911), p. 364/365.

(22) — **Correspondência de Capistrano de Abreu**, cit., vol. II, p. 46 e 56.

Digitized by Google

francês na questão do Amapá (23). Tinha plena autonomia de modos de ver, mas, não tendo simpatizado com o indigitado autor da **Razão do Estado,** Diogo de Campos Moreno, por causa de sua **Jornada do Maranhão,** como veremos ("Prolegômenos" cits., p. 431), ao julgamento daquela outra obra levou suas reservas.

Apesar do acatamento devido à opinião de Capistrano, nem por isso deixaram os historiadores brasileiros de recorrer ao texto e mapas do códice do Instituto. Assim, no ano seguinte, 1919, nas anotações de Brás do Amaral às **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia,** de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, vol. I, apareceram várias referências ao **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** além da transcrição do texto dos capítulos referentes às capitanias de Ilhéus, Pôrto Seguro e Bahia de Todos os Santos, a exemplo do que antes havia feito Melo Morais, em sua **Corografia Histórica**.

Ainda no mesmo ano, coube a Rodolfo Garcia, digno sucessor do mestre cearense, descrever, mais uma vez o "Atlas", na **Razão** incluído, em nota de sua "Bibliografia Geográfica Brasileira", destinada ao VI Congresso de Geografia, então reunido em Belo Horizonte. Fazendo-o, como n.° 1 da seção de "Mapas e Cartas", não cogitou do respectivo texto (24). Voltando ao mesmo **Livro,** em 1922, na notável "História das Explorações Científicas", incluída no **Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,** do Instituto Histórico, declarou-o Garcia "referente à descrição geográfica do país nos primórdios do século XVII". Enganou-se, porém, ao julgá-lo "original", o que também repetiu, em notas às duas últimas edições da **História Geral do Brasil,** de Varnhagen. Foi, entretanto, o primeiro a assinalar que na carta de Pernambuco "figuram as fortificações mandadas fazer por ordem de Matias de Albuquerque, na ocasião em que os holandeses tomaram a Bahia" — o que prova serem posteriores a 1612. E embora concordando com a referida opinião de Capistrano de Abreu, de serem os seus mapas "em geral de escasso valor", concluiu que o **Livro que dá Razão do Estado** não deixa, por isso, de ser um documento digno de consulta, com referência à geografia histórica brasileira (25).

---

(23) — Barão do Rio Branco — **Questões de Limites. Guiana Francesa**. 1a. Memória. (Rio, reed. de 1945), p. 120, 179/180; 2a. Memória, idem, p. 85. — Aliás, de acôrdo com informação do próprio Capistrano, o **Livro que dá Razão do Estado,** do Instituto Histórico, estêve emprestado ao Barão do Rio Branco, (Cf. **Correspondência** supracitada, vol. I, p. 155, carta a Guilherme Studart, de 1902). Voltaremos ao assunto, ao fazer a «Análise cartográfica» do códice.

(24) — Rodolfo Garcia — «Bibliografia Geográfica Brasileira», na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo LXXXV, de 1919, vol. 139, p. 90/93.

(25) — **Dicionário** cit., vol. I (Rio, 1922), p. 863. E notas à **História Geral do Brasil,** cit., 3a. ed., tomo II, p. 141; 4a. ed., tomo II, p. 132.

Digitized by Google

No mesmo ano, outro ilustre historiador brasileiro, o Sr. Affonso de E. Taunay, reproduziu, em sua **Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga,** mais um dos mapas do códice do Instituto Histórico, o de n.º 2, com a "Descrição da costa que vai do Rio de Janeiro até o pôrto de São Vicente", conforme cópia em 1917 feita pelo agrimensor Juvenal Martins. Repetiu-o, em 1953, no tomo I de sua resumida **História das Bandeiras Paulistas,** p. 40.

Aparecendo no Rio de Janeiro, em 1929, as **Achegas a um Dicionário de Pseudônimos, Iniciais, Abreviaturas e Obras Anônimas de Autores Brasileiros e de Estrangeiros sôbre o Brasil ou no mesmo impressas,** do Sr. Tancredo de Barros Paiva, delas não constou, certamente por conservar-se em manuscrito, a **Razão do Estado.**

Em 1930, para algumas de suas eruditas notas aos **Diálogos das Grandezas do Brasil,** utilizou Rodolfo Garcia o texto do **Livro que dá Razão do Estado.**

Em 1938, quase um século depois da primeira descrição de Köpke e Varnhagen, tivemos a segunda, do códice portuense e de sua cópia na mesma Biblioteca existente, no **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto,** para a 5a. Seção do I Congresso da História da Expansão Portuguêsa no Mundo, do ano anterior, excelentemente preparada pelo Sr. A. de Magalhães Basto. Aí, da p. 115 a 126, estão bibliogràficamente descritos os dois códices, ns. 126 e 819, com todo o rigor científico, reproduzindo-se várias das legendas dos mapas sòmente no primeiro dêles incluídos. Muitos de seus dados foram utilizados em nossas notas ao texto do apógrafo do Instituto Histórico e nos capítulos referentes à autoria e análise cartográfica. Em 1952, por gentileza do Sr. Antônio Cruz, diretor da citada Biblioteca, e em companhia do próprio Sr. Artur de Magalhães Basto, tivemos ocasião de pessoalmente estudar o importante códice, verificando, então, a absoluta precisão e fidelidade das informações do notável paleógrafo e historiador. Na mesma oportunidade, e posteriormente, por correspondência, e no Recife, em 1954, quando na capital pernambucana estêve exposto o apógrafo portuense, conseguimos acrescentar alguns dados úteis ao seu melhor conhecimento, os quais serão devidamente apontados no capítulo referente à colação com o códice do Instituto Histórico. E' êste, portanto, o lugar conveniente para agradecer ao devotado chefe dos Serviços Culturais da Municipalidade do Pôrto, a valiosa cooperação que ao nosso trabalho gentilmente prestou.

Iniciando-se, no mesmo ano de 1938, a publicação da monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil,** do padre Serafim Leite, S. J., sòmente encerrada em 1950, nela foram reproduzidos nada menos de sete mapas e plantas, extraídos dos códices da Biblioteca do Pôrto e do Instituto Histórico. Assim, no tomo I, do apógrafo do Pôrto apareceu uma

Digitized by Google

parte da Planta da Cidade do Salvador e outras partes dos mapas da Bahia de Todos os Santos e da Costa da capitania do Espírito Santo. E mais ,do códice do Instituto Histórico, porém de acôrdo com a citada reprodução feita pelo Sr. Affonso de E. Taunay, o do litoral entre o Rio de Janeiro e São Vicente — que falta ao apógrafo portuense. Dêste ainda utilizou, no tomo II, também aparecido em Lisboa e no ano de 1938, a planta do Forte dos Reis Magos, do Natal, atribuindo-a, por engano sòmente há pouco documentadamente desfeito, ao jesuíta Gaspar de Samperes (26). No tomo V, de 1945, editado no Rio de Janeiro, incluiu uma ampliação da parte urbana de Olinda, extraída do mapa n.º 10 do Instituto. E o mapa da costa do Rio Grande, novamente com a planta do referido Forte, n.º 20 do mesmo códice.

Também de 1938, embora publicado em 1941, foi outro trabalho que inteligentemente utilizou três dos mapas do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Trata-se do "Testamento de Men de Sá — Inventário de seus bens no Brasil", tese pelo Sr. Wanderley Pinho apresentada ao III Congresso de História Nacional, comemorativo do centenário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Incluído no vol. III dos respectivos **Anais**, nêle se encontram os mapas de números 9, 10 e 11, relativos à capitania dos Ilhéus, à região do Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo e à Bahia de Todos os Santos.

Continuaram a receber reproduções, depois da publicação do **Catálogo** do Sr. A. de Magalhães Basto, os mapas do códice da Biblioteca do Pôrto. Na **História da Expansão Portuguêsa no Mundo**, tomo III, publicada em Lisboa, 1940, por ocasião do Tricentenário da Restauração de 1640, dêle se repetiram os do Forte do Natal e de parte da capitania do Espírito Santo, compreendendo a ilha dêsse nome e a aldeia jesuítica dos Reis Magos.

Em 1941 restaurou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o códice do Instituto Histórico. Encadernando-o, nêle não foi incluído o segundo título, que antes se achava sôlto, o que dizia: **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte, sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes e Siqueira, até o ano de 1612**.

Mais um mapa dêsse códice, o da capitania de Pôrto Seguro, foi reproduzido no "Ensaio de topografia histórica" do Sr. Jaime Cortesão, em 1944 publicado no Rio de Janeiro, sob o título **Cabral e as Origens do Brasil**.

O outro título dêsse apógrafo, **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, apareceu, com todo o frontispício, como ilustração da reedição da **Notícia do Brasil**, de Gabriel Soares de Sousa, em 1945 preparada,

(26) — Cf. nota 25, ao texto do capítulo sôbre o «Rio Grande, capitania de Sua Majestade».

Digitized by Google

em São Paulo, pelo professor Pirajá da Silva, tomo I. Da mesma obra consta um "Mapa Geral do Brasil", também de João Teixeira, apresentado por engano como procedente da **Razão do Estado,** sendo, entretanto, seguramente posterior. Nas notas apostas ao respectivo texto, foi algumas vêzes aproveitado o códice do Instituto Histórico.

Igualmente de 1945, do valioso **Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador,** excelentemente impresso pela Tipografia Beneditina, da Bahia, foi a melhor (porque maior) reprodução da "Planta" da mesma capital, extraída do citado apógrafo.

Também na **História de um Engenho do Recôncavo** (Rio, 1946), do Sr. Wanderley Pinho, repetiu-se o mapa daquela região baiana, da mesma procedência.

Mais uma publicação parcial de texto da **Razão do Estado** fêz-se, em 1947, na **Revista do Instituto Histórico de Alagoas,** vol. XXIV, de 1945/ 946, em trabalho do Sr. Manuel Diégues Júnior, intitulado **"O Livro que dá Razão do Estado do Brasil** — Notas à margem do seu texto e dos seus mapas". Refere-se, porém, apenas aos trechos referentes ao território do atual Estado de Alagoas, transcrevendo e comentando o capítulo sôbre o "Rio de São Francisco" e trechos do de "Pernambuco". Opinando sôbre o valor da obra, afirmou, com justeza, que "trata-se de manuscrito importante para a reconstituição do nosso passado, quer do ponto de vista geográfico, quer do ponto de vista histórico" (**op. cit.,** p. 13).

Também aproveitou referências do **Livro que dá Razão do Estado** a obra incompleta, mas mesmo assim pòstumamente publicada na Bahia, em 1949, de Teodoro Sampaio, a **História da Fundação da Cidade do Salvador**. Uma de suas plantas, em parte baseada na da então capital do Brasil, contida no códice do Instituto Histórico Brasileiro, gerou uma confusão que provocou divergência entre sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. E' que, tendo o douto escritor aproveitado, na citada planta, apenas a zona circundada por um fôsso, em que se faria a cidadela do Salvador, de construção em 1605 proposta ao rei — tomou-a pela "indicação dos muros e circunvalação primitivos, da fundação de Tomé de Sousa, em 1549" (27) — o que foi aceito por alguns e recusado por outros estudiosos baianos. Realmente, seria absurdo que o primeiro governador do Brasil tivesse deixado fora dos ditos muros e circunvalação o Hospital da Misericórdia e o Colégio dos Jesuítas, por exemplo, como muito bem nos observou o Sr. Wanderley Pinho. Acreditamos que exatas interpretações dos textos e legendas respectivas, dos códices existentes no Rio de Janeiro e no Pôrto, solucionarão a pendência criada por pequeno lapso do eminente autor de **O Tupi na Geografia Nacional**.

(27) — **Op. cit.,** planta em frente à p. 184

Digitized by Google

Do mesmo ano de 1949 foi a primeira publicação integral, em leitura paleográfica, do códice 126 da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. Fê-la o Sr. Engel Sluiter, professor de História da Universidade da Califórnia, de Berkeley, na seção de "Documentos" da **The Hispanic American Historical Review**, de Durham, Carolina do Norte, sob o título "Report on the State of Brazil, 1612", no vol. XXIX, n.º 4, de novembro dêsse ano, p. 518/562, sem os respectivos mapas e plantas. Depois de 3,5 p. de introdução, com 20 notas, seguem-se mais 41,5 p .de texto do documento transcrito, com mais 24 notas de pé de página. Merece amplos louvores e agradecimentos essa publicação, embora, como é natural, sendo feita através de microfilme do manuscrito, gentilmente fornecido pelo Sr. Bailey W. Diffie, professor de História do Colégio da Cidade de Nova York, e impressa em revista de língua inglêsa, alguns enganos tenham ocorrido na respectiva leitura ou transcrição. Alguns serão indicados no transcorrer de nossa leitura em linguagem atual, do códice do Instituto Histórico, não como incabível censura, mas em estrito espírito científico de colaboração.

Na introdução com que antecedeu a transcrição do manuscrito portuense, abordou o prof. Engel Sluiter alguns pontos que serão mais longamente estudados neste trabalho. Com muita exatidão acentuou que a **Razão do Estado do Brasil** "may properly be called one of the key sources for the study of early seventeenth-century Brazilian history" (p. 518). Assinalando que o códice até então nunca havia sido integralmente publicado, registrou que o resumo feito por Varnhagen, no atual tomo II de sua **História Geral do Brasil**, "contains some serious errors" (p. 519).

De três cópias manuscritas da **Razão** declarou saber a existência o prof. Sluiter, total que aqui elevamos para cinco. Tendo trabalhado apenas com o microfilme do mais antigo dos dois apógrafos do Pôrto (que concorda não tratar-se do original), supõe, acertadamente, ter sido êste o único de que se serviu aquêle nosso grande historiador. Quanto ao número de mapas e plantas, "17" para o códice do Pôrto, "21" para o do Instituto Histórico, poderemos elevá-los, sem êrro, para 18 e 22. respectivamente, conforme demonstraremos. Não tendo visto o segundo, também com segura intuição duvidou das afirmativas do **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, em seu n.º 15,tomo I, p. 5, de ser êle "cópia do XVIII século", e de Rodolfo Garcia, de ser "the original, but without giving his reasons" (28). A propósito, acrescenta, sempre com inteira precisão: "All this merely points up the need for a careful collation of the Pôrto and Rio de Janeiro copies" (p. 519). É exatamente, o que aqui faremos.

(28) — Cf. o nosso texto referente à nota 25, supra.

Digitized by Google

Mais adiante assegurou, esquecendo-se dos **Diálogos das Grandezas do Brasil, que** "As to the place which the **Razão** occupies in the available documentation for early Brazilian history, it may be said that it is about the only broadly descriptive source we have for the second decade of the seventeenth century. Its great virtue is that it is beautifully concrete" (idem). E sôbre o seu conteúdo, opulento de informações, conclui: "It is really an amazing thing that so much precious information came to be incorporated into a single document, and that it happens to have come down to us" (p. 520).

Outro aspecto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, sua contribuição à história da lavoura canavieira e da indústria açucareira do Brasil colonial, focalizou o Sr. Miguel Costa Filho em cinco artigos, de outubro de 1950 a novembro de 1952 publicados na revista **Brasil Açucareiro,** do Instituto do Açúcar e do Álcool, sob o título "Engenhos do Século XVII na **Razão do Estado do Brasil**" (29).

Para a **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, do Rio de Janeiro, n.º 9, de 1945, sòmente publicada em 1952, preparou D. Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B., documentado estudo sôbre "Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil", por vários motivos interessante ao estudo do texto, mapas e plantas do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** conforme ver-se-á não só em nossas notas à leitura em linguagem atual, como nos capítulos referentes à autoria e análise cartográfica. Nêle se reproduziu, mais uma vez, o mapa do Maranhão, n.º 22 do códice do Instituto Histórico.

Da mesma forma, em trabalho datado de 1951, mas publicado no ano seguinte na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** vols. XLVIII-XLIX, de 1951-1952, estudou o Sr. José Moreira Brandão Castelo Branco "O Rio Grande do Norte na Cartografia do Século XVII", inclusive nos mapas dos Teixeiras, dentre os quais o do **Livro que dá Razão do Estado,** existente no Rio de Janeiro, referente àquela capitania.

Terminando esta resenha sôbre as fontes e a bibliografia dessa valiosa obra, queremos assinalar como vários estudiosos pernambucanos dela se têm ocupado últimamente, de modo a justificar a presente edição, promovida pelo govêrno de Pernambuco.

Em março de 1950, retomando um estudo do falecido Manuel Lubambo, de dezembro de 1942 (30), sôbre "Recife — cidade holandesa ou cidade portuguêsa?", serviu-se o Sr. Guilherme Auler do texto e do mapa de Olinda e Recife, n.º 17 do **Livro que dá Razão do Estado**

(29) — Publicados nos números de outubro de 1950, maio e agôsto de 1951, abril e novembro de 1952.

(30) — Divulgado na revista **Tradição, do Recife,** de outubro de 1944.

Digitized by Google

do Brasil, para comprovar a boa tese da inegável precedência lusitana no povoamento do pôrto que depois viria a ser cabeça da capitania pernambucana. Fê-lo em estudo expressivamente intitulado "Recife é cidade portuguêsa", naquele mês e ano publicado no suplemento "Arte e Literatura" do jornal **Tribuna de Petrópolis**.

Outro assunto recifense — a localização da Alfândega em Olinda, antes da invasão holandesa de 1630 — foi abordado pelo Sr. Gil Maranhão, como primeiro capítulo de suas "Notas sôbre o Recife primitivo", na **Revista do Norte**, da mesma cidade, série III, n.º 5, de junho de 1952. E embora aí seja citado, à p. 25, com algumas diferenças, trechos do **Livro da Razão do Estado do Brasil (sic)**, trata-se de uma parte que excepcionalmente consta do códice da Biblioteca do Pôrto, mas não do exemplar do Instituto Histórico, conforme foi esclarecido em nota ao nosso texto em linguagem atual (31).

Também o Sr. Flávio Guerra, em trabalho intitulado **Arrecife de São Miguel**, em 1954 editado pelo Arquivo Público Estadual de Pernambuco, várias vêzes citou a **Razão de Estado**, obra realmente indispensável à História e Geografia do Brasil do início da era seiscentista.

Ainda como nota bibliográfica, deve ser mencionado que no mesmo ano foi a Lisboa e veio ao Recife, a fim de figurar na **Exposição Histórica, Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana**, nas duas cidades realizada, o códice da **Razão do Estado do Brasil**, pertencente à Biblioteca Pública Municipal da cidade do Pôrto. No respectivo **Catálogo**, organizado pelo Sr. Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, da capital portuguêsa, teve o n.º 13, figurando à p. 14. No Recife, por gentileza do Sr. José Manuel da Costa, Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, de Portugal, e do Sr. Alberto Iria, mais uma vez o estudamos, embora já o houvéssemos feito, em 1952, na própria Biblioteca portuense.

Afinal, como mais recente elo desta cadeia de três séculos, serviu o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** à tese apresentada pelo Sr. Luiz Menezes Monteiro da Costa ao Instituto Normal da Bahia, ao concurso para a respectiva cátedra de História do Brasil, intitulada **Certidões de Nascimento da Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo** (Salvador, 1954).

(31) — Nota 18, do capítulo sôbre a «Capitania de Pernambuco».

Digitized by Google

2. QUESTÃO DA AUTORIA (CRÍTICA DE ATRIBUIÇÃO)

a) Atribuições de autoria

O primeiro problema que se apresenta a uma edição crítica do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** é o da autoria desta obra anônima. Três nomes para ela já foram apontados e, embora tenham sido afastados os dois primeiros, o terceiro, apesar de geralmente aceito, ainda não encontrou comprovações suficientes para sua indiscutível aceitação. Referimo-nos ao governador D. Diogo de Menezes e Siqueira, (depois 1.º Conde da Ericeira), ao jesuíta e apóstata padre Manuel de Morais e ao capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno.

Vejamos, ordenadamente, como se apresentaram essas três sugestões, como se afastaram aquelas duas primitivas e como se mantém a terceira.

A primeira referência à autoria da **Razão do Estado do Brasil** é a que apareceu no verbete da palavra "mocambos", na edição inicial, de Lisboa, 1789, do **Dicionário da Língua Portuguêsa,** "composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Morais Silva", no tomo II, p. 88. Autorizando a sua significação como "quilombos, habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil", acrescenta: "Ms. da **Razão do Estado do Brasil** por D. Diogo de Menezes em 1612".

A primeira referência pròpriamente bibliográfica relativa ao mesmo manuscrito, sòmente apareceu quarenta e dois anos depois, na lista das "Abreviaturas das citações dos livros portuguêses com que se autoriza o uso da palavra", na 4a. edição, de 1831, do mesmo **Dicionário,** embora desde 1824 já houvesse falecido o seu autor, Morais. Aí novamente se declarou ser aquêle códice da biblioteca do Visconde de Balsemão, em 1781 adquirido na Holanda, escrito "por D. Diogo de Menezes". O autor da nota, provàvelmente Teotônio José de Oliveira Velho, que preparou a referida edição, não deve ter feito qualquer investigação a respeito, apenas tendo repetido a atribuição feita pelo próprio dicionarista. Se viu o exemplar do 2.º Visconde de Balsemão, que pou-

Digitized by Google

co depois passou à Biblioteca do Pôrto (fundada em 1833), não deve ter percebido que o título mais completo do códice apenas queria dizer que o texto se referia:

1.º) ao govêrno "do Norte" do Brasil, isto é, das oito capitanias que existiam nessa direção, de Pôrto Seguro, inclusive, ao Rio Grande (do Norte), e não a todo o Estado;

2.º) ao período em que governou sòmente essa região D. Diogo de Menezes, começado em 1609 e terminado "em 1612".

Note-se que D. Diogo foi nomeado, em 1606, governador de todo o Estado. Mas, aqui chegando em fins de 1607 e tomando posse a 7 de janeiro seguinte, pela mesma época, isto é, a 2 de janeiro de 1608, nomeou o rei Filipe III a D. Francisco de Sousa governador da chamada "Divisão do Sul". Compreendia esta as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, as quais foram então retiradas da jurisdição de D. Diogo, que contra a diminuição muito se queixou, porém inùtilmente (1).

Êste fato também nos limita a fase a que se refere a obra em aprêço: posterior a 1608 e anterior a 1612, inclusive. Ou, mais precisamente, posterior a 1609, porque sómente nesse ano, a 19 de fevereiro, pela segunda vez chegou ao Brasil D. Francisco de Sousa, a fim de se empossar do dito govêrno do Sul.

O referido verbete, do **Dicionário** de Morais, foi mantido na 5a. edição, de 1844, posterior à referência seguinte, de Francisco Adolfo de Varnhagen. E continuou aparecendo nas demais tiragens.

Nas "Reflexões Críticas sôbre o escrito dos fins do século dezesseis, impresso com o título de **Notícia do Brasil**", incluídas na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,** da Academia Real das Ciências (Lisboa, 1839), tomo V, n.º II, à p. 22, nota 34, fêz o futuro Visconde de Pôrto Seguro a seguinte sugestão, referindo-se ao autor da **História ou Exposição Anual das Operações da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais:** "Laet valeu-se muito para a sua obra dos escritos de um autor português, cujo nome não declara; porém cita v. g. no Cap. 7.º do Liv. 15 "Porro authorLusitanus, quem hactemus hic ut plurimus secutus sum etc.; e que Barbosa [Machado] diz que foram os escritos de Manuel de Morais. O não declarar êle o nome do autor faz-nos lembrar que seria a célebre **Razão do Estado do Brasil,** ms. anônimo que veio da Holanda, e que Morais [Antônio de Morais Silva] cita no **Dicionário** e existe hoje com outros

(1) — Cf. "Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes. 1608-1612", nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,** vol **LVII, de 1935** (Rio, 1939), p. 52/53.

Digitized by Google

acêrca do Brasil na **Biblioteca Pública Portuense.** Podia-se talvez avançar a conjetura de que Manuel de Morais é então o autor da **Razão do Estado etc.**"

Para invalidar a hipótese, bastaria lembrar que em 1613, ano em que provàvelmente ter-se-ia terminado a primitiva elaboração da **Razão do Estado,** Manuel de Morais, aos 16 anos de idade ingressava no colégio jesuítico do Rio de Janeiro (2).

Entretanto, à p. 87 daquela mesma publicação, na "Observação [D']" o próprio Varnhagen assim retirou a referida sugestão: "Havendo nós avançado uma conjetura temerária a respeito da célebre **Razão do Estado do Brasil etc.** — cumpre-nos dizer que tendo perguntado se existia, na Biblioteca Pública da Cidade do Pôrto, algum exemplar da obra que criticamos [a **Notícia do Brasil,** de Gabriel Soares de Sousa] e recebido de um jovem e habilíssimo literato daquela cidade (cuja modéstia nos impõe a condição de calar seu nome)... recebemos também o desengano de que o autor anônimo não é Manuel de Morais, e que não foi a **Razão do Estado** o livro que consultou Laet". O referido literato portuense, que o Sr. A. de Magalhães Basto, com sólidos argumentos julga ser Diogo Köpke (3), assim escreveu a propósito, a Varnhagen, conforme carta por êste aí transcrita (**loc. cit.,** nota **u**): "Não vejo que a **Razão do Estado do Brasil no govêrno do Norte assim como o teve D. Diogo de Menezes até o ano de 1612** apresente vestígios de ser da família de Morais". E, mais adiante: "Do livro consta, 1.º — que foi escrito "Nesta Cidade de Lisboa" (4); 2.º — que o govêrno do Norte foi **pela costa vista e visitada de Sul a Norte por quem fêz esta Relação, e posta pelo dito governador na Razão em que hoje a vemos** (5); 3.º — que o autor era da confiança de D. Diogo de Menezes, e

(2) — Cf. "Extratos dos Arquivos Domésticos da Companhia de Jesus referentes ao Padre Manuel de Morais", em 1900 fornecidos a Eduardo Prado pelo padre Carlos Sommervogel, publicados na Revista Nova, de São Paulo, ano 2, n.º 7, de 15 de junho de 1932, p. 247/248.

(3) — No **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto** (Lisboa, 1938), p. 123, e conforme nossa nota 6, ao capítulo "Fontes e Bibliografia".

(4) — Não encontramos, nos textos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca do Pôrto, a afirmação categórica do Livro ter sido escrito "nesta cidade de Lisboa". Todavia, contêm, ambos os códices, referências que permitem essa interpretação, embora seja evidente que o trabalho não poderia ser redigido senão com rascunho ou notas levadas do Brasil. Mas também é compreensível que sòmente na Europa poderia receber os mapas que os dois apógrafos incluíram. Não consta, então, a presença, no Brasil, de cartógrafo habilitado.

(5) — Esta afirmação, que é verdadeira, permite a hipótese de ter o governador colaborado com o autor do Livro, pois muitas de suas idéias, expressas na respectiva "Correspondência", cit. em nossa nota 1, nêle também aparecem.

Digitized by Google

sabia de cousas tocantes ao govêrno, que, enquanto a mim, sómente pessoa em autoridade sabia. **Julgo que do texto e mapas se pode conjeturar o autor"** (6). E, ainda mais adiante, à p. 89, observou que o cabeçalho (aliás a legenda) do mapa da região dos Abrolhos, falava em terem sido ali mandados por D. Diogo, em 1610, o capitão e sargento-mor do Estado, sendo pilotos Antônio Vicente [Cochado] e Valério Fernandes. "Começo a suspeitar que êle [o autor] fôsse o capitão ou sargento-mor". Aqui está, pela primeira vez, a sugestão da autoria, por Diogo Köpke feita a Varnhagen, de Diogo de Campos Moreno, de quem êle nem mesmo conhecia o nome, mas apenas o cargo.

Depois de outras informações do prestativo jovem portuense e da transcrição do capítulo de introdução simplesmente intitulado "Razão do Estado do Brasil" (p. 91/95), vem a conclusão de Varnhagen, em que êste ainda não identificou o autor sugerido por Köpke, preferindo atribuir aos jesuítas (a "gente de roupa larga") a possível culpa pela não publicação da obra...

Apesar daquelas indicações, manteve-se, durante vários anos, o engano do historiador, quanto à autoria da **Razão do Estado**. Assim, em 1851, na nota 14 ao **Tratado Descritivo do Brasil** (novo título da **Notícia do Brasil**, de Gabriel Soares de Sousa), assegurou, quanto àquela, "que hoje temos certeza de haver sido escrita pelo próprio governador D. Diogo de Menezes" (7). E no ano seguinte, de Madri escrevendo ao Imperador D. Pedro II, sôbre o andamento da elaboração de sua **História Geral do Brasil**, declarou que já se achava "no importante govêrno do autor da obra **Razão do Estado do Brasil etc.**, D. Diogo de Menezes" (8).

Fazendo-o, porém, encontrou elementos para atribuí-la a Diogo de Campos Moreno, de acôrdo com a sugestão de Köpke, embora admitindo a colaboração do governador e, até, errôneamente atribuindo a êste a iniciativa do empreendimento, que decorreu de expressa ordem régia, como vimos no **Regimento** em 1612 dado ao seu sucessor Gaspar de Sousa. É o seguinte o trecho a respeito, na primeira edição daquela obra de Varnhagen, aparecida em 1854, à fls. 326 v.: "Do tempo que governou [D. Diogo de Menezes] possuimos não só quase tôda a correspondência de próprio punho, como o eterno padrão da obra **Razão do Estado do Brasil no govêrno do Norte sómente assim como o teve D. Diogo de Menezes até o ano de 1612.** Fôsse ou não a obra por êle escrita ou dirigida, é uma preciosa pedra miliária, posta em seu tempo

(6) — Os grifos são nossos.

(7) — Op. cit., 1a. ed., do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio, 1851), p. 371; 3a. ed. (S. Paulo, 1938), p. 440.

(8) — "Cartas de Varnhagen a D. Pedro II e outros escritos", no **Anuário do Museu Imperial**, de Petrópolis, vol. IX, de 1949, p. 171, doc. n.º 5.869 do Arquivo da Família Imperial do Brasil.

Digitized by Google

na terra de Santa Cruz, na distância de um quarto de século aquém da que devemos a Gabriel Soares". Trecho, êste, assim modificado na 2a. ed. da mesma obra, de 1877: "Os serviços, que mais que nenhuns outros imortalizarão para sempre no Brasil o nome de D. Diogo de Menezes serão a colonização do Ceará e proposta para ser colonizada a maior parte da costa do Norte (9), e o magnífico livro intitulado **Razão do Estado do Brasil**, quando deixou o govêrno em 1612. Êste último, se bem que redigido pelo sargento-mor Diogo de Campos (10), foi evidentemente empreendido por iniciativa do governador, e com muitas informações por êle pessoalmente fornecidas" (11).

No ano seguinte ao da saída do primeiro tomo da **História Geral do Brasil**, fêz o Imperador a doação de seu exemplar do **Livro que dá Razão do Estado** ao Instituto Histórico. Não consta que então se tenha tratado da questão da respectiva autoria, a não ser que o tenha feito o próprio D. Pedro II, nas "observações sugeridas pelo exame" a que estava "procedendo da referida obra", conforme o resumo da ata da sessão de 13 de outubro de 1855 (12). Estas observações, certamente verbais, não foram incluídas na referida **Revista**, nem se encontram, mesmo em forma de simples apontamentos, nos papéis do Imperador, que se guardam no Arquivo da Família Imperial, no Museu Imperial, de Petrópolis, ou no próprio Instituto Histórico.

Tratando-se, portanto, de obra registrada como anônima, assim também apareceu nas más publicações parciais feitas no tomo I da **Corografia Histórica**, de Melo Morais, em 1858 e 1866.

Assim entretanto não procedeu Cândido Mendes de Almeida, que em nota às suas **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão**, tomo II, de 1874, p. 156, aceitou a autoria de Diogo de Cam-

(9) — A idéia da conquista do Ceará e Maranhão já vinha do govêrno de Diogo Botelho conforme deixa bem claro a sua "Correspondência", publicada na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121, p. XXX e outras.

(10) — Nêste ponto colocou Varnhagen a seguinte nota de pé de página, em que alterou um pouco o que lhe indicara Diogo Köpke em sua carta: "Na própria obra se lê a respeito de uma parte da costa, onde não estivera D. Diogo, que fôra "vista e visitada por quem fêz esta relação", etc. O trecho, que é o final da introdução, não se refere, realmente, a um determinado lugar, em que teria estado o sargento-mor e não o governador.

(11) — Quanto às informações não quanto à iniciativa, não pode haver dúvida sôbre a colaboração, pela própria natureza dos cargos por ambos exercidos. O trecho cit., na **História Geral do Brasil**, 2a. ed., tomo I, p. 430. Antes, à p. 401, já Varnhagen havia mencionado Diogo de Campos Moreno como "conspícuo e ativo autor do importante **Livro da Razão do Estado do Brasil**, e escritor da conquista do Maranhão".

(12) — Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XVIII, de 1855, vol. 18 (Rio, 1855), p. 441.

Digitized by Google

pos Moreno para o **Livro que dá Razão do Estado,** o que também fêz três anos depois, a propor a sua publicação pelo Instituto Histórico, conforme vimos na parte de "Fontes e Bibliografia", nota 14.

É curioso notar como, a esta altura, já Varnhagen dizia-se esquecido do modo como havia chegado àquela atribuição de autoria, aliás mais de Diogo Köpke que dêle. Eis o trecho em que fêz, no **Post facio** à 2a. ed. da **História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654** (Lisboa, 1872), em folheto impresso em Viena, 1874, e então enviado a D. Pedro II: "Muitos outros fatos tenho conseguido apurar, no largo curso de perto de quarenta anos, a respeito dos quais, se hoje me pedissem as provas, eu não saberia dá-las, nem indicar o processo mental seguido no meu achado. E sem ir mais longe: citarei dois, admitidos completamente por meu douto censor no seu próprio Prefácio (13): o de ser Diogo de Campos Moreno o autor do livro **Razão do Estado do Brasil,** no que só atinei (se é que atinei) depois de o ter atribuido a dois outros indivíduos [o padre Manuel de Morais e D. Diogo de Menezes] e o de ser o padre Jerônimo Machado o autor da **Jornada e Conquista da Paraíba"** (14).

Em Portugal, na própria Biblioteca do Pôrto, ainda em 1879 supunha o respectivo bibliotecário, João Nogueira Gandra, que o autor do códice 126 fôsse Diogo de Castro Menezes (sic), conforme nota incluída à p. 150 do **Índice Preparatório do Catálogo dos Manuscritos** da instituição.

Entre nós, ao ser encadernada a cópia sem mapas e plantas que em 1855 o Imperador havia doado ao Instituto Histórico e que em 1890 deu entrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, assinalou-se a sua autoria na respectiva lombada: "C. Moreno — **Razão do Estado do Brasil".**

No **Catálogo da Exposição de História do Brasil,** de 1881, separata dos **Anais da Biblioteca Nacional,** vol. IX, no verbete n.º 15, mas não no n.º 1.393, também se atribuiu a Diogo de Campos Moreno a autoria da **Razão do Estado.** Colocou essa declaração sob a responsabilidade de Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, como "editor" (aliás como diretor da Biblioteca), o prof. Engel Sluiter, na introdução à sua publicação do texto do códice do Pôrto, na **The Hispanic American Historical Review,** de novembro de 1949, p. 518.

---

(13) — Refere-se a Cândido Mendes de Almeida, a quem então respondia, quanto à defesa da **História da Companhia de Jesus da Província do Maranhão e Pará,** do padre José de Morais, incluída nas citadas **Memórias,** vol. I, de 1860.

(14) — **Post facio** cit., p. 6 — Na última atribuição enganou-se Varnhagen, pois, segundo Serafim Leite, S.I. — **História da Companhia de Jesus no Brasil,** tomo IX (Rio, 1949) p. 166, o autor do **Sumário das Armadas que se fizeram e Guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba** foi o padre Simão Travassos.

Digitized by Google

Também no verbete relativo ao apógrafo do Instituto Histórico, no **Catálogo das Cartas Geográficas, Hidrográficas, Atlas, Planos e Vistas** da mesma instituição, de 1885, não se cogitou de declaração da respectiva autoria.

Aceitaram, porém, a de Diogo de Campos, vários outros historiadores brasileiros, que entretanto não a discutiram ou comprovaram. Assim aconteceu com o Barão do Rio Branco, na efeméride de 5 de agôsto de 1591, publicada primeiramente em 1891, no **Jornal do Brasil,** na qual, por engano, deu a **Razão** como de "1611" (15). Aceitou-a, igualmente, Pereira da Costa, que em 1908 no Instituto Histórico copiou, para os seus futuros **Anais Pernambucanos** (16) os capítulos do **Livro** que **dá Razão do Estado** referentes a Pernambuco e Itamaracá.

Omitiu, entretanto, referências a respeito, Capistrano de Abreu, nos **Capítulos de História Colonial,** de 1907, onde, a propósito de estatísticas da época, preferiu citar as da "Fôlha Geral do Estado", que reputamos sucessora da **Razão,** de 1617 (17). Também o Barão de Studart, ao publicar o capítulo sôbre o "Rio Grande, Capitania de Sua Majestade", em 1908, extraído de outro apógrafo, da Biblioteca Nacional de Lisboa, não abordou a questão da autoria, embora mencionasse a existência do exemplar do Instituto Histórico (18). O mesmo fêz Vieira Fazenda, em 1911, ao anotar, em "Subsídios" para a História da mesma instituição, a valiosa dádiva de D. Pedro II (19).

Em 18 de junho de 1917, em carta a J. Lúcio de Azevedo, admitia Capistrano de Abreu ser "possível" a atribuição a Diogo de Campos, feita por "Varnhagen e Cândido Mendes" (20). Mas não se comprometeu, na matéria, ao registrar, no ano seguinte, nos "Prolegômenos" à **História do Brasil,** de frei Vicente do Salvador, à p. 262, que "a Moreno atribui Varnhagen o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** de que existe cópia (sic), no Instituto Histórico". Repetiu-o Rodolfo Garcia, quer na "Bibliografia Geográfica Brasileira", de 1919 (21), quer na "História das Explorações Científicas", de 1922, onde, como em nota a Varnhagen (22), considerou "original" o referido apógrafo.

---

(15) — **Efemérides Brasileiras,** ed. restaurada por Rodolfo Garcia (Rio, 1946), p. 362.

(16) — **Op. cit.,** vol. II (Recife, 1952), p. 305.

(17) — **Op cit.,** 3a. ed. (Rio, 1934), p. 80/81.

(18) — **Na Revista Trimensal do Instituto do Ceará,** vol. XXII, do 1.º e 2.º trimestre de 1908 (Fortaleza, 1908), p. 193.

(19) — **Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo LXXIV, parte I, de 1911, vol. 124 (Rio, 1911) p. 364.

(20) — **Correspondência de Capistrano de Abreu,** vol. II (Rio, 1954), p. 56.

(21) — **Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo LXXXV, de 1919, vol. 139, p. 90/93.

(22) — **No Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,** vol. I (Rio, 1922), p. 863; **na História Geral do Brasil,** de Varnhagen, tomo II, 4a. ed. (S. Paulo, 1948) p. 132.

Digitized by Google

Preferiu, entretanto, manter a dúvida quanto à questão da autoria, Brás do Amaral, em notas às **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia,** de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, por duas vêzes escrevendo ser o **Livro que dá Razão do Estado** "atribuído por uns ao governador D. Diogo de Menezes e por outros a Diogo de Campos, secretário do govêrno da Bahia" (aliás, capitão e sargento-mor do Estado) (23).

Reproduziu trechos da carta de Diogo Köpke a Varnhagen e o primeiro verbete do **Catálogo da Exposição de História do Brasil,** inclusive quanto à atribuição de autoria, o Sr. A. de Magalhães Basto, no cit. **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto,** de 1938, p. 123/124.

Igualmente mencionou a autoria de Diogo de Campos Moreno o Sr. Manuel Diégues Junior, na **Revista do Instituto Histórico de Alagoas,** vol. XXIV, de 1945/1946 (Maceió, 1947), p. 7.

Com muito boa crítica aludiu à questão o prof. Engel Sluiter, em sua publicação de 1949, cit., p. 518: "Although this identification of authorship rests upon circumstantial rather than direct evidence, it has generally been accepted by Brazilian scholars, and we unfortunately do not possess new information to confirm or to deny it".

Responderemos a esta justa opinião nas páginas seguintes:

b) Diogo de Campos Moreno

A única indicação clara, referente ao autor do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** nêle contida, é a que aparece nas linhas finais de sua introdução, simplesmente intitulada "Razão do Estado do Brasil". "E para que melhor tôdas as cousas ditas se entendam, e pratiquem, seguiremos o que vale e pode em particular cada capitania com seus povoados e despovoados, com suas despesas e rendimentos, e com seus portos e sondas, dêles vindo correndo a costa do Sul para o Norte, no govêrno do dito D. Diogo de Menezes sómente, **como parte vista e visitada por quem fêz esta Relação,** e posta pelo dito governador na Razão em que hoje a vemos" (24).

Outras referências nêle existem, ao capitão e sargento-mor do Estado do Brasil, que era o próprio Diogo de Campos Moreno, pessoa, abaixo do governador, naturalmente indicada para recolher as informações, principalmente militares, mas também administrativas e econômicas, que deveria conter o projetado **Livro do Estado,** por Filipe III como obra permanente ordenado ao governador D. Diogo de Menezes e reiterado ao seu sucessor Gaspar de Sousa, como vimos.

(23) — Op. cit., tomo I (Bahia, 1919), p. 409 e 428.
(24) — O grifo é nosso.

Digitized by Google

A primeira, que foi a que serviu para a sugestão de autoria, por Diogo Köpke feita a Varnhagen, aparece no códice da Biblioteca do Pôrto, mas não no do Instituto Histórico. É a que figura na legenda do mapa n.º 3 dêsse apógrafo (n.º 7 do Rio de Janeiro), assim transcrita pelo Sr. A. de Magalhães Basto (no **Catálogo** cit., p. 118): "Diligentíssima demonstração da sonda dos Abrolhos na costa do Brasil, desde o rio dos Frades e ponta do Corumbabo até o rio das Caravelas. Feita por mandado do governador D. Diogo de Menezes no ano de 1610 pelo capitão e sargento-mor daquele Estado, sendo pilotos Antônio Vicente e Valério Fernandes". Segue-se mais um parágrafo, que não nos interessa, pois o que desejamos assinalar é que falta, no codice do Instituto Histórico, a parte que diz: "pelo capitão e sargento-mor', etc., até "Valério Fernandes".

Outra referência direta ao sargento-mor é a que aparece no capítulo sôbre a capitania do Rio Grande, quando diz: "Pela mostra que no ano de 1611 tomou o sargento-mor dêste Estado, visitando esta fortaleza", etc. Esta menção supôs o prof. Sluiter (à p. 562, nota 24, de sua cit. publicação), fôsse a que havia sugerido a Varnhagen a autoria de Diogo de Campos Moreno.

A mais importante é, porém, a primeira mencionada nêste capítulo, que aparece no final da introdução da "Razão do Estado do Brasil", e que foi, também, a citada por Varnhagen, por sugestão de Diogo Köpke (25). Afirmando-se, ali, que a costa do sul para o norte, no govêrno de D. Diogo de Menezes, portanto de Pôrto Seguro ao Rio Grande, "foi vista e visitada por quem fêz esta Relação" — mandam as boas regras da crítica de atribuição que se investigue, inicialmente, quem, na época dêsse govêrno (entre 1608 e 1612), poderá atender a essa essencial condição, para que possa ser apontado como autor do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.**

Fácil será demonstrar que isto compete a Diogo de Campos Moreno, verificando-o através de sua biografia, até hoje ainda não suficientemente levantada, apesar de ser, comprovadamente, o autor de outra obra indispensável ao conhecimento de importantíssimo episódio da História do Brasil de seu tempo — a **Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614.**

Nascido em Tânger, de acôrdo com uma publicação espanhola, ou na cidade da Praia, na ilha Terceira, como aceitou Manuel Barata, mais ou menos em 1566 (pois em 1603 declarou ter 37 anos), combateu nas Flandres, ao tempo do comando de Alexandre Farnese, Príncipe de Parma, conforme referência da **Colección de Documentos Inéditos para la História de España,** tomo 74 (Madri, 1880), p. 273/274, e de carta

(25) — **História Geral do Brasil,** de Varnhagen, 4a. ed., cit., tomo II, p. 131, nota 41.

Digitized by Google

de La Ravardière a Jerônimo de Albuquerque, contida na **Jornada** cit., ed. de 1874, p. 228. Ali chegou a alferes do mestre de campo D. Carlos Coloma: "nessa guerra, em renhida e sangrenta escaramuça, por maio de 1592, recebeu grave ferimento, que lhe deu um inimigo a cavalo, ao qual matou. Conta-o o Livro XVI — "De las Guerras Civiles y Rebellion de Flandes, en que se escriben los sucesos del ano 1592", na citada **Colección.** Casado com Teresa Joaquina de Teive, natural da ilha de São Miguel, também nos Açôres, consta terem tido uma filha, Águeda da Cunha, primeiramente casada com Melchior Gonçalves d'Ávila, depois com Pedro Teixeira, o da conquista da Amazônia (26).

Era seu sobrinho Martim Soares Moreno, conquistador do Ceará, o "guerreiro branco" de **Iracema,** de José de Alencar, que de alferes da fortaleza do Rio Grande passou à região que Pero Coelho de Sousa não conseguira integrar nos domínios da coroa portuguêsa, fazendo-o êle graças à amizade dos indigenas, que soube obter. Também foi sobrinho de Diogo de Campos Moreno, de acôrdo com o próprio depoimento (na **Jornada do Maranhão,** cit., p. 214/215), Luís de Guevara, natural de Tânger, filho de Gonçalo de Guevara, cavaleiro da Ordem de Cristo, morto no combate de Guaxenduba, contra os franceses e indígenas. Entre os feridos no mesmo encontro figurava mais um sobrinho seu, o alferes Estévão de Campos **(op. cit.,** p. 216).

Foi Diogo o terceiro sargento-mor nomeado para o Estado do Brasil, cargo ao qual competia, "além das atribuições que tinha no Reino, as que havia em cada comarca, que era a inspeção das ordenanças, tudo quanto respeitava às fortificações e artilharia" (27).

Vindo para o Brasil em 1602, com o governador Diogo Botelho, êste, ao passar o equador, reuniu em conselho os capitães e resolveu-se que a frota seguiria a rota de Pernambuco, indo, porém, para a Ba-

---

(26) — Cf. J. Capistrano de Abreu — "Prolegômenos" à **História do Brasil** de frei Vicente do Salvador, cit. p. 431; Manuel Barata — **A Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco — Fundador da Cidade de Belém, 2a.** ed. (Belém, 1916), p. 23; Rodolfo Garcia — Nota à **História Geral do Brasil,** cit., tomo II, p. 62, nota 66. — Parece-nos mais provável ter Diogo nascido em Tânger, não só por algumas alusões à região marroquina, que aparecem no início da **Razão do Estado,** e que devidamente assinalamos em notas ao seu capitulo de introdução, como por outras circunstâncias. Entre estas, a naturalidade tangerina de seu sobrinho Luís de Guevara, acima mencionado, e o fato de ser filho de um capitão de Tânger, Francisco Botelho, embora nascido em Lisboa, o governador Diogo Botelho, com o qual veio Diogo de Campos para o Brasil. (Cf. a "Correspondência de Diogo Botelho", na **Revista do Instituto Histórico,** cit., p. VII e VIII).

(27) — Varnhagen — **História Geral do Brasil,** cit., tomo I, p. 33 — Na 1a. ed. dessa obra, de 1854, à fls. 325 v., declarou o autor que Diogo de Campos Moreno era o "inspetor das capitanias tôdas no que respeitava à milicia — o ministro da Guerra, ou antes, o chefe do Estado Maior do **Brasil,** para nos fazermos entender".

Digitized by Google

hia o sargento-mor, a fim de prestar auxílios ao capitão-mor Álvaro de Carvalho, na eventualidade de algum novo ataque de estrangeiros à cidade do Salvador (28), a exemplo do que em 1599 ocorrera.

Em 1603 já se encontrava em Olinda, com o governador, que aí permanecia, pois depôs no inquérito por Diogo Botelho solicitado, para justificação de seus serviços. Declarou, então, ter ido primeiramente à Bahia, tendo também estado na Paraíba, onde fôra extinguir o forte de Inhobí que se tornara inútil (29), em Itamaracá e Rio Grande, a tôdas essas capitanias provendo de pólvora, pelouros e artilharia, nelas ordenando alardos e fazendo inventário das cousas de guerra — assuntos, êstes, todos posteriormente contidos no **Livro que dá Razão do Estado,** acrescentamos nós. Também cuidou das fortificações do Recife de onde despachou armadas para o Reino (30). Quando estêve no Rio Grande, ajudou a organizar a primeira expedição de Pero Coelho de Sousa, ao Ceará, como contou na página inicial da **Jornada do Maranhão.**

No ano seguinte, ocorrendo novo ataque holandês à Bahia, o de Paulus van Caarden, declarou Capistrano de Abreu que Diogo de Campos dêle foi "testemunha providencial e figura obrigada do sucesso" (31), sendo, também, "o único dos nossos cronistas que referiu o fato", na mesma **Jornada,** segundo Rodolfo Garcia (32), conforme também já observara Alfredo de Carvalho (33). Note-se, a propósito, que igualmente no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** aparece alusão a êsse assalto de 1604. (Cf. nossa nota 25 ao capítulo referente à capitania da Bahia de Todos os Santos).

Em conseqüência dêsse ataque, mandou o governador que em fins do ano o sargento-mor voltasse à Europa a fim de mostrar a necessidade de maiores meios para a melhor defesa do Brasil, inclusive a remessa de mais mosqueteiros e artilheiros para todos os pontos fortificados. Levou, também, o pedido de recursos para que se procedesse à "jornada do Maranhão", desde o Rio Grande, assunto a que o rei Fi-

---

(28) — "Correspondência de Diogo Botelho", na **Revista** cit., p. XVIII.

(29) — Embora não tenha sido mencionado êsse assunto no texto do **Livro que dá Razão do Estado,** decerto por não ter mais atualidade, em 1612, figura na legenda do mapa da Paraíba, n.º 19 do códice do Instituto Histórico, a "casa que foi Forte do Imobo". (sic.) O auto para sua destruição está na "Correspondência de Diogo Botelho", cit., p. 49/51.

(30) — Tôdas essas informações constam do depoimento de Diogo de Campos no citado inquérito, reproduzido às p. 90/100 da Revista cit.

(31) — J. Capistrano de Abreu — "Prolegômenos" cit., p. 255.

(32) — Rodolfo Garcia — Nota XIV à seção XXIV da **História Geral do Brasil,** cit., tomo II, p. 106. A referência da **Jornada** está nas **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão,** de Cândido Mendes de Almeida, cit. tomo II(Rio, 1874), p. 160.

(33) — Em "O Corsário Paulus van Caarden na Bahia", na **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** vol. XVI, de 1909, n.º 35, reproduzido em **Aventuras e Aventureiros no Brasil** (Rio, 1930), p. 132.

Digitized by Google

lipe III a 19 de março de 1605 prometeu responder, depois de ver os papéis por êle levados. Da mesma forma, já a 28 de fevereiro de 1606 prometeu estudar as plantas das fortificações, inclusive as da Bahia, também recebidas por seu intermédio. E por êle remeteria 200 mosquetes, 300 arcabuzes, 200 piques, 50 quintais de morrão, 50 de chumbo e 150 de pólvora. Em outubro do mesmo ano referia-se o rei à sua partida, já devendo ter chegado a salvamento no Brasil (34). Quanto à conquista do Maranhão, como depois salientou Diogo na **Jornada** (à p. 161 da ed. cit.), não foi obtida, nessa ocasião, ordem para ser realizada.

Outra visita às capitanias da Paraíba e Rio Grande fêz Diogo de Campos Moreno em 1608, por ordem do novo governador D. Diogo de Menezes, conforme carta dêste ao rei, de 4 de dezembro do mesmo ano, em que relatou os reparos por êle então feitos às fortificações de Cabedelo e Natal (35). Pela mesma época, também opinou sôbre as obras do forte novo do Recife (36). Quando de sua estada no Rio Grande, aí recolheu, de volta da desastrosa primeira missão jesuítica no Ceará, o padre Luís Figueira (37).

De Pernambuco mandou-o o governador, antes dêle próprio, ainda em fins de 1608, à Bahia, para socorrer o galeão de D. Constantino de Menezes, alí arribado. E, em fevereiro seguinte, "êle o tinha tão bem feito" que, quando chegou o governador, pôde enviá-lo "mui bem aparelhado" (38).

De 1610 foi a comissão do sargento-mor a Pôrto Seguro, de que dá discreta notícia, sem se nomear, no capítulo referente a essa capitania, mas que aparece, como vimos, na legenda do mapa da zona dos Abrolhos, existentes no códice da Biblioteca do Pôrto, de seus dizeres resultando-se a certeza de sua participação na exploração daquele trecho litorâneo.

Em 1611, tendo el-rei determinado a D. Diogo de Menezes que o informasse sôbre a possibilidade da conquista do Maranhão, mandou o

---

(34) — Bernardo Pereira de Berredo — **Anais Históricos do Estado do Maranhão**, 3a. ed., tomo I (Florença, 1905), p. 42; Varnhagen — **op. cit.**, tomo II, p. 72; "Correspondência de Diogo Botelho", cit., p. XXX, XXXII, XXXIV.

(35) — "Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes", cit., p. 45; Varnhagen — **op. cit.**, tomo II, p. 117 e 123.

(36) — "Correspondência" supracitada, p. 43.

(37) — Diogo de Campos Moreno — **Jornada do Maranhão, nas Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão**, de Cândido Mendes de Almeida, cit., vol. II, p. 162; Berredo — **op. cit.**, tomo I, p. 44; Serafim Leite, S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo II (Rio, 1943). p. 11.

(38) — "Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes", **cit.**, p. 47.

Digitized by Google

governador que novamente fôsse Diogo de Campos Moreno ao Rio Grande, a fim de recolher os dados necessários. Respondendo àquela ordem, já em março do ano seguinte, sugeriu D. Diogo, certamente graças às informações do sargento-mor, a divisão daquelas terras em três capitanias: uma no Jaguaribe, outra no Camocim, a última no próprio Maranhão. E deu conta do bom êxito da missão pacificadora de Martim Soares Moreno, tenente da fortaleza dos Reis Magos, junto aos indígenas do Ceará (39).

Em 1612, com licença real, voltou Diogo de Campos, pela segunda vez, à Europa, a "levar a sua casa", como escreveu, embora também Berredo acertadamente informe que na côrte de Espanha se encontrava "por haver passado a Portugal com a dependência dos justos despachos dos seus muitos serviços" (40).

Tem para nós muita importância esta viagem, por coincidir com a época do recolhimento das últimas notícias contidas na versão mais antiga da **Razão do Estado,** isto é, do códice hoje pertencente à Biblioteca do Pôrto. Realmente, sabendo-se que elas, quanto ao Brasil, são as da conquista do Ceará, pelo sobrinho do sargento-mor, e, quanto a Portugal, as da partida do novo governador, Gaspar de Sousa, com o material bélico citado em evidentes adendos feitos ao respectivo texto — tem o maior interêsse a fixação de alguns dados cronológicos, a Diogo de Campos relativos. São os que se contém em duas cartas que Martim Soares Moreno tinha em seu poder, quando, em 1613, indo do Ceará a explorar Maranhão, arribou a São Domingos, aí sendo traduzidas e enviadas em cópias à Espanha, onde foram ter ao Archivo General de Índias, em Sevilha. Nêle foram novamente copiadas, por ordem do Barão do Rio Branco, sendo encaminhadas ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, de onde o mesmo titular as forneceu à Biblioteca Nacional, para publicação em seus **Anais,** vol. XXVI, de 1904, aparecido no ano seguinte.

A primeira dessas cartas, de D. Diogo de Menezes a Martim, escrita da Bahia, a 12 de dezembro de 1612, conta-lhe o seguinte, de acôrdo com a respectiva tradução espanhola: "El sargento mayor Diogo de Campos me escribió de su llegada y de como le rrobaron en el camino y que llegó son salud y toda su casa el particular de esto os contará

39 — "Correspondência" supracitada, p. 75/77. — Esta carta do Arquivo da Torre do Tombo, de D. Diogo de Menezes a Filipe III, foi antes publicada nos "Diversos documentos sôbre o Maranhão e Pará", incluídos nos **Anais da Biblioteca Nacional,** vol. XXVI, de 1904 (Rio, 1905), p. 307/310.

(40) — Berredo — **op. cit.,** tomo I, p. 72, aproveitando a **Jornada do Maranhão,** na cit. ed. de Cândido Mendes, p. 167.

Digitized by Google

allá Almeida [o portador da carta] que todavia escapó un poco de palo que llevaba de aquel me ambiasteis que fué alla muy estimado", etc. (41).

A segunda carta, do novo governador, Gaspar de Sousa, ao mesmo Martim Soares Moreno, datada de Olinda, de 5 de janeiro de 1613, também lhe deu notícias do tio, em Portugal e já a caminho de Espanha, precisando melhor as datas que nos interessam: "Llegué á esta capitania de pernambuco dia de nuestra señora de la o [18 de dezembro de 1612] aviendo quarenta dias que me tenia apartado del sargente mayor Diogo de Campos Moreno que dexé con salud y de camino para Madrid a sus particulares y le ayude en lo que puede" (42). Vê-se, por aí, que a 9 de novembro de 1612 em Portugal havia Gaspar de Sousa se despedido de Diogo de Campos, quando êste já se preparava para ir a Madri, a tratar de seus interêsses.

Outras notícias dessa nova permanência do sargento-mor na Europa, durante a qual, acreditamos, terá completado o texto de sua **Razão do Estado do Brasil,** e, talvez, até mesmo cuidado das cartas geográficas e plantas que deveriam acompanhá-la, encontramo-las na correspondência do próprio rei Filipe III, dos governadores de Portugal e de membros dos Conselhos de Portugal e da Índia e Conquistas Ultramarinas, que se guarda no códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** hoje pértencente ao nosso Ministério das Relações Exteriores.

Assim, já a 8 de novembro de 1612 escrevia Felipe III ao novo governador do Brasil: "E ao sargento-mor Diogo de Campos Moreno tenho mandado ordenar se embarque para ir servir seu cargo na mesma Jornada [do Maranhão] com os ordenados que tinha, e que acabada ela lhe mandarei fazer as mercês que merecer, por êsse e os mais serviços que me tiver feito" (43).

Entretanto, mais de um ano depois, ainda se encontrava Diogo na Península, conforme outra carta do rei a Gaspar, de 19 de dezembro de 1613:: "tendo respeito ao que me representastes, antes que dêste Reino partísseis, sôbre dever tornar a enviar a êsse Estado a Diogo de Campos Moreno, sargento-mor dêle, o houve por bem, para ir servir o mesmo cargo na Jornada e Conquista do Maranhão que vos tenho ordenado que mandeis fazer, como vereis da provisão que lhe mandei passar; e vos encomendo que, acabando-se a Jornada, ou deixando-se de fazer, por alguns respeitos, me aviseis para mandar ordenar o que o dito Diogo de Campos houver de fazer, e até haver respeito meu vencerá o ordenado que pela dita provisão lhe é taxado" (44).

(41) — "Informação de Martim Soares Moreno sôbre o Maranhão", nos **Anais da Biblioteca Nacional,** cit., vol. XXVI, p. 183.

(42) — Idem, p. 183/184.

(43) — Códice inédito. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** na Biblioteca do Itamarati, fls. 165.

(44) — Códice supracitado, fls. 279.

Digitized by Google

Sómente, porém, em março de 1614, cêrca de ano e meio depois de sua segunda volta do Brasil, estava pronto a embarcar, como em 1606 trazendo armas e munições, conforme uma carta de 18 de março dêsse ano, assinada pelo Bispo do Pôrto e pelo Conde-Almirante (Conde da Vidigueira), em nome do rei dirigida a Gaspar de Sousa: "O sargento-mór Diogo de Campos vai servir nesse Estado na forma que entendestes de outra minha carta que vos dará com esta a sua provisão, o qual se não partiu até agora por eu ordenar que levasse alguma gente, entendendo que vos seria necessária, assim por razão do aviso que tive de os inimigos intentarem ir a ela por a conquista do Maranhão que tendes entre mãos"... (45).

À ordem real de embarcar para a Jornada do Maranhão, com a promessa de futuras mercês e honras por seus serviços passados e futuros, de acôrdo com o depoimento do próprio Diogo de Campos — "replicou por três vêzes o dito sargento-mor, escusando-se de tornar ao Brasil, donde estava já despedido com licença do dito Senhor: mas estando nestas dúvidas, sucedeu que chegou aviso à Côrte como os holandeses armavam para o Brasil". Decidiu-se então a partir, embora não encontrasse em Lisboa os amplos recursos de guerra que lhe foram prometidos (46).

Curta foi, porém, a terceira permanência de Diogo de Campos Moreno no Brasil, exatamente a da fase principal da conquista do Maranhão, que êle mesmo narraria em sua **Jornada**, documento essencial para o episódio.

Chegando ao Recife a 26 de maio de 1614, pôs-se a trabalhar, com o governador, na preparação das fôrças que iriam àquela emprêsa, para a qual a 30 de julho foi nomeado "adjunto e colateral", junto ao "capitão da conquista" Jerônimo de Albuquerque, "ficando porém êste sempre superior nas decisões dos votos e expedição das ordens" (47) — posição certamente incômoda, quiçá injusta, para quem era o sargento mor do Estado. Explica-se, entretanto, a atitude de Gaspar de Sousa, por ter superestimado a contribuição indígena que lhe oferecia o mameluco Jerônimo.

A 23 de agôsto partiu, depois dêste, com uma esquadrilha, reunindo-se-lhe no Rio Grande. Passaram pelo Ceará a 17 de Setembro, a 5 de outubro no forte do Rosário, em Jererecuacuara, chegando a 18 de outubro à barra do Preá, desembarcando em Guaxenduba a 26, onde

(45) — Idem, fls. 300. Acompanha esta carta o "Rol das cousas que leva Diogo de Campos Moreno": balas, mosquetes, arcabuzes, pólvora, morrão, espadas e também algum material de resgate com os indígenas: machados, tesouras, facas, corais falsos, pentes e fitas. (Idem, fls. 301).

(46) — **Jornada do Maranhão** ed. cit., p. 167.

(47) — Berredo — op. cit., tomo I, p. 76.

Digitized by Google

logo começou o engenheiro do Estado, Francisco de Frias da Mesquita, a construir o forte de Santa Maria.

A 19 de novembro, atacados pelos franceses vindos da fronteira ilha do Maranhão, conseguiram vencê-los, com brilhante participação de Diogo, no combate. No dia seguinte, no interrogatório dos prisioneiros, serviu de intérprete, por saber-lhes a língua. A 21, uma carta do chefe dos atacantes, Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière, a Jerônimo, iniciou a correspondência que terminaria no assentamento de tréguas, a 27, decidindo-se a ida de emissários a Madri e Paris, a fim de que nas côrtes européias fôsse resolvido o destino do Maranhão. Diogo de Campos, que nas negociações teve parte saliente, ofereceu-se para ir à Espanha, com o francês Mathieu Maillart, com êle partindo a 4 de janeiro de 1615 e chegando a Lisboa a 5 de março, conforme a fôlha final da **Jornada do Maranhão,** aqui reproduzida do próprio original ou de cópia contemporânea, que serviu para a publicação de 1812, na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,** tomo I (48).

Da terceira permanência de Diogo na Europa, em alguns meses de 1615, temos notícias nos documentos publicados nos **Anais da Biblioteca Nacional,** vol. XXVI, como no códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** cit.

Neste consta a carta de 22 de março, do arcebispo-primaz (de Braga), D. Aleixo de Menezes, vice-rei de Portugal, a Gaspar, relatando a chegada do sargento-mor e a narrativa, que entregou, do combate de Guaxenduba e das tréguas com os franceses ocupantes da ilha do Maranhão. Não concordando com estas o govêrno de Filipe III, deveria o governador do Brasil fingir nada saber, preparar gente e ir pessoalmente expulsar os invasores, procedendo contra Jerônimo e os demais responsáveis pela expedição anterior (49). Caso Gaspar de Sousa não pudesse ir, confiaria o segrêdo a Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco, passando-lhe a chefia da emprêsa (50), como realmente aconteceu.

---

(48) — A cronologia foi traçada de acôrdo com o resumo feito por J. Capistrano de Abreu nos "Prolegômenos" cit., p. 433/435. — A fôlha final manuscrita, da **Jornada do Maranhão,** adquirimo-la em Lisboa, 1952, conforme adiante explicaremos.

(49) — Neste ponto, numa segunda via da citada carta, à fls. 342 e 342 v., do códice do Itamarati, há anotações marginais, provàvelmente de Gaspar de Sousa, defendendo Jerônimo: "Não se ponha ao pobre fidalgo a culpa que outro tem". Alusão a Diogo de Campos, conforme adiante se verá.

(50) — Códice cit., fls. 341. A fls. 351 há uma terceira via da mesma carta, esta assinada pelo próprio rei e referendada pelo Conde de Miranda. Constitui documento importantissimo sôbre a conquista do Maranhão e está, até agora, inédito.

Digitized by Google

Submetido o assunto aos Conselhos de Portugal e de Estado, decidiu êste, a 2 de abril, de acôrdo com diversas opiniões. Assim, concluiu o Marquês de Villa Franca que "el Governador del Brasil ha andado bien y las personas que envio pelearon bien pero hicieron mal concierto", sendo de parecer que Diogo de Campos voltasse ao Brasil, como também opinou D. Agustin Messia. O Marquês de La Laguna, quanto ao sargento-mor acrescentou que "aun que tubo culpa en las capitulaciones que hizo lo sucedio tambien que no le daria ningun castigo por ello y assi le pareze que se escriva al governador del Brasil no use de rigor contra el" (51).

A chegada a Lisboa do capitão Manuel de Sousa d'Eça, arribado do Maranhão, pois, destinando-se a Pernambuco foi ter às Antilhas e daí à Europa, trouxe notícias das várias divergências surgidas entre Jerônimo de Albuquerque e o sargento-mor do Estado, embora também êle não ficasse atrás em procedimento, pois confessou seus "muchos dares y tomares" com o capitão-mor, a propósito das tréguas, que desaprovou (52). É o que consta da relação, que também apresentou, de que se deu comunicação a Gaspar de Sousa, a 5 de abril, acrescentando-se que com os entendimentos vigentes entre os luso-brasileiros e os franceses, talvez se obtivesse sem perda de sangue a conquista (53).

Em consequência, já a 30 de maio de 1615 a Gaspar de Sousa anunciava o arcebispo-primaz a próxima volta do sargento-mor ao Brasil: "Dos papéis que Diogo de Campos Moreno me apresentou, que recebereis com outra das minhas cartas que êle vos dará com esta, entendereis o que êle diz acêrca da entrega dos franceses... me pareceu que vos devia mandar com esta embarcação o dito Diogo de Campos... E porque Diogo de Campos diz que se lhe estão devendo alguns anos de seu ordenado, vos encomendo que o façais socorrer com o que vos parecer, para que a comodidade que lhe fizerdes neste pagamento possa sair das necessidades em que se acha". Não partiu, porém, sem levar ao governador uma carta de recomendação, do secretário de Estado Cristóvão Soares, datada do dia seguinte (54). Seguiu com Vasco de Sousa Pacheco, então nomeado capitão-mor de Pernambuco, apesar de não constar o seu nome das listas até agora existentes, dos ocupantes dêste cargo, embora mencionado por frei Vicente do Salvador (55).

---

(51) — "Pareceres do Conselho de Estado da Espanha a respeito da emprêsa do Maranhão", nos **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. XXVI, cit., p. 299/300.

(52) — "Breve relacion de la Jornada de la Conquista del Maranon", de Manuel de Sousa d'Eça, nos Anais cit., p. 281/287, e "Consulta del Consejo de Portugal", p. 291/292.

(53) — Carta no códice cit., fls. 361, 362 e 363, em três vias.

(54) — Duas cartas do mesmo códice do Itamarati, fls. 373 e 377.

(55) — Idem, fls 377/378. — A referência de frei Vicente a "Vasco de Sousa", em sua **História do Brasil**, 2a. ed., cit., p. 488.

Digitized by Google

Não encontraria Diogo de Campos ambiente favorável junto a Gaspar de Sousa. A 19 de junho escrevera êste ao rei uma carta, para cujo conteúdo pedia o maior segredo, em que fazia graves acusações ao sargento-mor do Estado, quanto às tréguas negociadas com os franceses do Maranhão, à distância julgadas inconvenientes. Responsabilizando-o, delas inocentava Jerônimo de Albuquerque. "Mal haja Diogo de Campos — dizia o governador — que com sua lábia enganosa persuadiu o pobre fidalgo a vir em tais tréguas, tudo por ter ocasião dêle fugir ao perigo, que foi o que sempre ambos praticamos, conhecendo-lhe aquela natureza"... E acrescentava..." no negócios das tréguas não é tão culpado o fidalgo como Diogo de Campos lá o fazia, por se aliviar da culpa sôbre êle carrega, sendo o autor que as moveu e assentou como tão francês por se ver um dia nomear Mosiur (sic) de Campos, conforme se contém na cópia dos capítulos que Jerônimo d'Albuquerque me enviou, que me caem em muita graça, e assim não será razão que Sua Majestade deixe de fazer ao fidalgo as honras e mercês que por seus trabalhos merece, como espero que faça, apesar da malignidade e enganos de Mosiur de Campos, que fôra cá bem escusado, pois a guerra se faz mais com as mãos que êle não tem, que com a língua que lhe sobeja". (Carta incluída no códice **Livro 1.º do Govêrno do Brasil,** da Biblioteca do Itamarati).

Pela quarta e última vez chegado ao Brasil, em Pernambuco novamente encontrou Gaspar de Souza dirigindo os aprestos para a definitiva conquista do Maranhão. Dêles participou Diogo de Campos Moreno, logo designado "almirante da armada" da expedição confiada a Alexandre de Moura. Partindo, esta, a 5 de outubro, foi dar fundo na baía de São José. Reunindo-se os seus elementos aos de Jerônimo de Albuquerque, desconhecidas as tréguas há um ano desautorizadamente combinadas, seguiram, todos, a combater os invasores, indo por terra as fôrças do chefe pernambucano, por mar as de Alexandre. Aproximando-se aquelas, e desembarcadas, estas, na baía hoje chamada de São Marcos, prontificou-se La Ravardière à rendição, sem luta, a 2 e 3 de novembro de 1615, cessando, assim, a campanha. Ocupado, no dia seguinte, o forte de São Luís, ao sargento-mor competiu o seu comando, como consta do respectivo auto de posse (56).

Regressando a 9 de janeiro seguinte para Pernambuco, com Alexandre de Moura, ali chegou a 5 de março de 1616. Até o fim do ano ainda governou Gaspar de Sousa, a 1.º de janeiro de 1617 substituído por D. Luís de Sousa, Senhor de Beringel, depois Conde do Prado. Em

(56) — Documento n.º 18, anexo ao "Relatório de Alexandre de Moura sôbre a Expedição à ilha do Maranhão", nos Anais cit., p. 228/229; Berredo — op. cit., tomo I, p. 154/159.

Digitized by Google

seu govêrno morreu Diogo de Campos Morreno, "sem passar de sargento-mor", comentou Capistrano de Abreu, que também informou ter isso ocorrido "no Reino" (57).

Do exposto, até aqui, de sua biografia no Brasil, conclui-se que não há conhecimento de outra pessoa categorizada que em missões oficiais, especialmente militares, mais percorresse a costa do Brasil, visitando e inspecionando as respectivas capitanias de Pôrto Seguro ao Rio Grande, entre 1602 e 1611, e depois, duas vêzes, de Pernambuco ao Maranhão (em 1614/1615 e 1615/1616) que Diogo de Campos Moreno. Auxiliar direto, como principal chefe militar do Estado, de quatro governadores, em época de crescimento e progresso, mas também de grandes dificuldades internas e externas, muito de perto privou da administração, nesse período de três lustros, durante o qual três vêzes voltou à Europa, sempre aí tratando de assuntos brasileiros (58).

Tudo está a indicar, portanto, ter sido êle o alto funcionário indicado por D. Diogo de Menezes para redigir o **Livro do Estado do Brasil**, de elaboração determinada por Filipe III, e que não é senão **o Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, de que tratamos. Tudo indica, também, que em sua viagem de 1612 tenha levado consigo o respectivo original, ou pelo menos as notas de que se serviria para escrevê-lo, em todo o ano seguinte, durante o qual permaneceu na Europa. Assim se explica por que, no respectivo texto, encontraram-se, várias vêzes, alusões que parecem indicar ter sido escrito em Portugal (59), embora também não faltem outras, que podem defender o argumento de que a redação tenha ocorrido no Brasil (60).

E se de outras provas ainda necessitássemos, para provar que compete a autoria daquela obra a Diogo de Campos Moreno, bastaria compará-la com a **Jornada do Maranhão**, como já em 1854, na primeira edi-

---

(57) — "Prolegômenos" cit., p. 439. **Correspondência de Capistrano**, cit. vol. II, p. 67.

(58) — Em 1604/1606, 1612/1614 e 1615.

(59) — Assim, por exemplo, no capítulo da Bahia de Todos os Santos, quando dá o orçamento para a construção de uma embarcação, escreveu: "Manuel Antônio, mestre carpinteiro que foi da Ribeira desta cidade de Lisboa" ... (Cf. nota 47 do referido capítulo). Também mencionou, então, as "cousas que hão de ir do Reino". — Já na própria introdução, referindo-se ao Brasil aludiu à "distância mal assegurada dêle a êstes Reinos"...

E sempre que tratou do material bélico trazido por Gaspar de Sousa disse: "levou" e não trouxe, o que aliás está de inteiro acôrdo com o fato, documentadamente comprovado, a que aludimos, de terem-se encontrado em Portugal, em novembro de 1612, conforme carta dêsse governador a Martim Soares Moreno, que citamos.

Digitized by Google

ção de sua **História Geral do Brasil** nos seguintes têrmos sugeriu Varnhagen, sem que o seu conselho fôsse até agora seguido por qualquer historiógrafo brasileiro: "Hoje temos quase a certeza que a **Razão do Estado etc.** foi escrita pelo sargento-mor Diogo de Campos, autor da **Jornada do Maranhão.** Quem estudar as duas obras, conferir as opiniões delas, e confrontar a primeira com a ciência que do Maranhão só tinha Diogo de Campos, estará em caminho de encontrar os mais argumentos que temos para seguir tal opinião" (61). É o que faremos, no capítulo seguinte.

c) A Jornada do Maranhão e a Razão do Estado do Brasil

Para a apuração de uma autoria ainda não comprovada, de determinada obra anônima, nada mais aconselhável que a sua comparação com outra inegàvelmente escrita pelo mesmo autor que se suspeita ser também o daquela. Em suma, como método de crítica de atribuição, partir do exame de um trabalho de autoria indubitável, compará-lo com o outro, de autor duvidoso, e concluir pela possibilidade, ou não, de serem, ambos, de um só autor. É o caso do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** e da **Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614,** esta aliás igualmente anônima, no ou nos manuscritos que serviram para o seu primeiro aproveitamento e para sua primeira publicação, embora contendo amplos dados demonstrativos de que sua autoria sómente pode competir ao sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

Preliminarmente, convém lembrar que não será fácil essa comparação, tratando-se de trabalhos de gêneros muito diferentes, embora escritos, o primeiro provàvelmente em 1612/1613, o segundo nos três primeiros meses de 1615. Pois se a **Razão do Estado do Brasil** é um levantamento administrativo, militar, econômico e estatístico, além de histórico e geográfico, de oito capitanias brasileiras, a **Jornada** é um diário de navegação marítima e de campanha militar, principalmente destinado a êsses fins e relativa a regiões quase totalmente não compreendidas entre aquelas do manuscrito anterior. Além disto, faltando os originais de ambas as obras, não se poderá fazer o respectivo confronto caligráfico.

Apesar disto, sendo, como acreditamos, do mesmo autor, valerá a pena aproximá-las, inclusive quanto às eventuais coincidências de estilo, vocabulário, sintaxe etc.

---

(60) — Assim, no capítulo sôbre Sergipe d'El-Rei, menciona a artilharia" que trouxe Cristóvão de Barros, quando veio à conquista".

(61) — Francisco Adolfo de Varnhagen — op. cit., 1a. ed., tomo I, fls. 496.

Digitized by Google

É necessário, entretanto, que depois do que temos dito sôbre a **Razão,** acrescentemos alguns dados sôbre a **Jornada.**

A primeira referência a seu respeito conhecida será a feita pelo arcebispo-primaz (de Braga), vice-rei de Portugal, D. Aleixo de Menezes, em carta a Gaspar de Sousa, que já mencionamos, de 22 de março de 1615. Alude, aí, à "relação e papéis que trouxe" Diogo de Campos Moreno, do Maranhão (62).

Coube a Bernardo Pereira de Berredo aproveitar, mais de um século depois, o respectivo manuscrito, "sem nome de autor", existente na biblioteca do 4.º (e não do 3.º, como diz) Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, o qual, escreveu — "conferido com as minhas memórias, acho que é exatíssimo diário dos sucessos" da expedição de conquista do Maranhão (63). Dêle largamente se serviu, em seus **Anais Históricos do Estado do Maranhão** (Lisboa, 1749), onde foi citado no "Catálogo dos Livros e Relações Manuscritas em que se acham algumas memórias do Estado do Maranhão", que figura na referida 1a. edição. Transcreveu-o, quase literalmente, nos respectivos Livros 3.º e 4.º.

O mesmo fêz Roberto Southey, em sua **História do Brasil** (Londres, 1810/1819).

Na opinião de Varnhagen, quase sempre restritiva aos seus antecessores, ambos, Berredo e Southey, "não fizeram mais que (o) seguir, às vêzes sem a devida prevenção contra as suas exagerações ou ressentimentos, aliás pouco favoráveis à glória do prudente chefe pernambucano" (refere-se a Jerônimo de Albuquerque) (64).

Mais ponderado que Varnhagen, registrou João Francisco Lisboa, no **Jornal de Timon,** nos "Apontamentos para a História do Maranhão" (recolhidos na publicação de suas **Obras,** São Luís, 1865, vol., II p. 68, nota 1), o valor da contribuição da **Jornada** à história maranhense: "Berredo seguiu à risca e com muita exatidão a Cláudio d'Abbeville e a Diogo de Campos; Beauchamp a Berredo e a d'Abbeville; e Gaioso e Lago, a Berredo sómente, convindo notar que a compilação de Gaioso ressente-se de grande confusão, e não poucas inexatidões. Êstes dois últimos autores, ao que parece, não tinham a menor notícia do manuscrito de Diogo de Campos, aliás muito preferível à obra de Berredo". Referia-

(62) — Códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** cit., fls. 341.

(63) — Berredo — op. cit., 3a. ed., p. 80, § 217. — Note-se que o 4.º Conde da Ericeira era parente, embora não fôsse direto descendente do 1.º Conde do mesmo título, que não foi outro senão D. Diogo de Menezes, governador do Brasil do qual procederia provàvelmente, o citado manuscrito da **Jornada do Maranhão,** de que Berredo se serviu, tendo-o obtido na referida "universal vivente Biblioteca das nossas idades D. Francisco Xavier de Menezes" (loc. cit.).

(64) — Varnhagen — op. cit., 4a. ed., tomo II. p. 166.

Digitized by Google

se, João Francisco Lisboa, à **Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et Terres Circonvoisines,** de Paris, 1614; à **Histoire du Brésil, depuis sa Découverte em 1500 jusqu'en 1810,** de Alphonse de Beauchamp, Paris, 1815; ao **Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão,** de Raimundo José de Sousa Gaioso, Paris, 1818; e à **Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão,** de Antônio Bernardino Pereira do Lago, Lisboa, 1822.

No mesmo trabalho João Francisco Lisboa comparou Diogo de Campos Moreno e o segundo Jerônimo de Albuquerque: Diogo — "tático consumado e veterano de Flandres, prudente e contemporizador, nada queria fiar do acaso, dissipava-se em cálculos e aprestos, e em cada ponto que aportava, o seu primeiro cuidado era traçar e erguer fortalezas, e ordenar as companhias e esquadras de soldados, segundo as regras mais apuradas de ciência e disciplina militar. Jerônimo de Albuquerque, pelo contrário, soldado encanecido nas guerras irregulares, decidido, arrojado, vaidoso e crédulo, fazia só fundamento nos seus índios, e andava sempre tão encasquetado de grande merecimento e valia da sua pessoa, que ainda nas vésperas do ataque a Guaxenduba, e apesar de avisos e indícios evidentíssimos, supunha que com só mostrar aos tupinambases inimigos, todos lhe renderiam imediata obediência" **(op. cit.,** p. 83).

Ao contrário de João Lisboa, não viu Capistrano de Abreu com simpatia Diogo de Campos e a **Jornada,** nos "Prolegômenos" à **História do Brasil** de frei Vicente do Salvador, 2a. ed., p. 431: "Da participação de campanhas tão famosas [as de Flandres], do conhecimento do castelhano e do francês tirava um ar de filáucia, de superioridade impaciente. A **Jornada** revela dotes de escritor, porém mais de um passo arranha a verdade e deve ser coibida com os testemunhos de Manuel de Sousa [d'Eça] e frei Vicente". Essa opinião, que sem maior exame já se tem repetido, deveria ser revista à luz de outras considerações, inclusive a confessada simpatia de Capistrano por Souza d'Eça (**loc. cit.,** p. 459), e a muito menor contribuição que para a história da conquista do Maranhão representam, em comparação com a **Jornada,** os escritos dos mesmos "Manuel de Sousa e frei Vicente".

A propósito, para mostrar que Capistrano nem sempre leu com a devida atenção a **Jornada,** basta apontar dois exemplos. Apresentou (loc. cit.), dando como base a p. 168 da edição de Cândido Mendes de Almeida, ter Sousa d'Eça nascido "na capitania de Ilhéus", quando o que ali está é: "natural das Ilhas, naquela Província". Note-se, ainda, que também "natural das Ilhas", não "de Ilhéus", aparece tanto na publicação inicial de 1812, na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,** tomo I, p. 10, como na posterior, do Barão de Studart, na **Revista do Instituto do Ceará,** vol. XXI, de 1907, p. 219.

Digitized by Google

É verdade que no **Catálogo Genealógico,** de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo LII, de 1889, vol. 79, consta, à p. 321, Manuel de Sousa d'Eça (e não de Sá) como neto de uma das órfãs que vieram com D. Duarte da Costa para casar-se no Brasil. Cumpria, portanto, a Capistrano, corrigir as indicações erradas, e não apresentar uma delas com visível alteração, por Rodolfo Garcia repetida em nota às edições 3a. e 4a. da **História Geral do Brasil,** de Varnhagen, tomo II, p. 208 e 192, respectivamente.

O outro exemplo de descuido na leitura da **Jornada** é o seguinte: quanto à expedição, assegurou Capistrano de Abreu, nos "Prolegômenos" cit., p. 431, que o "soldado de Flandres", isto é, Diogo de Campos, "repetidas vêzes chama a armada **milagrosa**", deslembrado de que o próprio sargento-mor atribuiu essa classificação, à p. 172 da edição de 1874, aos dois capuchinhos que a acompanharam, "a que puseram nome **a milagrosa**", como aí está.

Acrescente-se que nos **Capítulos de História Colonial,** gratuitamente afirmou Capistrano que Diogo de Campos "aproveitou a travessia [de São Luís a Lisboa], para escrever a **Jornada do Maranhão**" **(op. cit.,** 3a. ed., p. 73), quando seria mais lógico supor que à chegada em Portugal teria apresentado um relatório mais sucinto e **oficial,** redigindo, depois, o mais longo e **particular,** que é o publicado. As citações das **Décadas,** de João de Barros, nas primeiras linhas desta (p. 159 da ed. de Cândido Mendes), e das trágicas conseqüências do naufrágio de Manuel de Sousa de Sepúlveda, "na terra dos Cafres" (p. 161), igualmente desautorizam a hipótese da redação em plena viagem marítima, certamente sem livros a mão, para citações do gênero destas duas. Isto, embora pareça de procedência francesa (e francês era o navio em que viajava) o papel da última fôlha do manuscrito da **Jornada** (cópia ou original), que possuímos, conforme adiante será mencionado.

A primeira publicação integral da **Jornada e Sucessos do Maranhão, por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614,** apareceu, conforme já aludimos, em Lisboa, 1812, na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas,** da Academia Real das Ciências, tomo I, n.º IV, p. I-VIII, 1-118. Conforme lê-se na respectiva "Prefação", p. V, "foi tirada de um manuscrito, que pela sua letra e forma parecia não só datar da mesma época dos acontecimentos que refere, mas até ser o próprio autógrafo do autor, que quis ocultar o seu nome".

A autoria de Diogo de Campos Moreno é, aí, claramente demonstrada, de acôrdo com a leitura do respectivo texto. Conhecia navegação e arquitetura militar, narra com minúcias fatos que sòmente uma testemunha de vista, como foi o sargento-mor, poderia descrever. Atribuindo a êle mesmo grande parte do bom êxito alcançado, isto é feito com prejuízo de Jerônimo de Albuquerque, de quem entretanto se declara

Digitized by Google

amigo. Afirmando-se no manuscrito ser o autor quem levou a Lisboa a notícia das tréguas, nenhuma dúvida poderá subsistir quanto à respectiva autoria. Não o assinou decerto pelo que ali diz, restritivamente, de Jerônimo

Guardaram-no, provàvelmente, desde então, os condes da Ericeira (p. VI e VII), sendo o primeiro o governador do Brasil, D. Diogo de Menezes, o terceiro do título D. Luís de Menezes, conhecido historiador, e o quarto D. Francisco Xavier de Menezes, que fêz o empréstimo a Berredo, bibliófilo, também escritor e membro da Academia da História (65).

Apresentou o manuscrito à Academia das Ciências o sócio correspondente de número Joaquim José da Costa e Sá (p. III), que entretanto morreu antes de feita a publicação (p. VIII), conforme explicou-se na mencionada "Prefação". Dêle ficou, entretanto, no Arquivo da sociedade, um "Juízo Crítico acêrca do ms. **Jornada do Maranhão"**, do qual tem cópia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre as mandadas fazer por D. Pedro II em Portugal, anônimamente catalogadas por João Capistrano de Abreu (66). Lê-se, no referido trabalho, que o manuscrito "consta de setenta e duas páginas, com os respectivos versos, que são cento e quarenta e quatro laudas". "Achei êsse manuscrito na livraria de uma personagem ilustre desta côrte, que com generosa franqueza, própria da sua fidalguia, m'o confiou" (67).

Estando em 1952 em Lisboa, tivemos ocasião de adquirir do escritor Sr. Ângelo Pereira, como "Fragmento de uma Memória sôbre o Maranhão", em. letra e ortografia do início do século XVII, exatamente a fôlha 72, a última dêsse manuscrito da **Jornada do Maranhão.** Procedendo do disperso arquivo dos marqueses de Lavradio, pertenceu ao códice que serviu à publicação da Academia das Ciências, como evidencia aquela coincidência de numeração, e, se o dos condes da Ericeira passou, por aliança de família ou por outro motivo, aos Lavradio, terá pertencido também ao original ou cópia de que se utilizou Berredo.

A referida fôlha traz, como marca dágua, entre a sexta e a sétima linha vertical, ao que parece, as letras I C. Procurando identificá-la, recorremos a **Les Filigranes — Dictionnaire Historique des Marques du Papier dés leur apparition, vers 1282 jusqu'en 1600** (Paris, 1907), de Charles Moise Briquet, e aí encontramos, no tomo III, p. 498, sob n.º 9.449, essas iniciais como característica de papel procedente de Péri-

(65) — Cf. D. Antônio Caetano de Sousa — **Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal** (Lisboa, 1755), p. 369/373.

(66) — "Documentos mandados copiar por D. Pedro II", catálogo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXVII, de 1904, vol. 109, p. 16.

(67) — Tomo V das cópias feitas na Academia Real das Ciências, de Lisboa, p. 27 e 27 v.

Digitized by Google

da uoca da mesma cor, sabor, e cheiro. e se tão abundante este sitio, q̃ soo de sua ria tinhão os francezes tirado duzentas e sincoenta cargas de outras cousas, q̃ viu, e entendeu od. Diogus de campos se partio do forte S. Luis a 4 de Jan̄, de 615, e sos cabos e gumge, trazẽdo consigus os capitaes Matheus marbarte francez, cõ o qual pera reformar, e testemunho do q̃ dello refere, se apresentou diante do Sr. Archeduque Rey de Portugal e S. do Maranhão do dito anno, sendo o pr̃o portuguez, q̃ do Maranhão e diversura veyo a Lx̃a. de Santos, quantos êtentaraõ aquella empreza, de q̃ a Deus seiaõ dadas eternas louuores.

Finis.

2 — ÚLTIMA FÓLHA DA JORNADA DO MARANHÃO, DE DIOGO DE CAMPOS MORENO, MANUSCRITO PERTENCENTE AO ANOTADOR DESTA EDIÇÃO DA RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL.

Digitized by Google

gueux, 1598. Confirmando-se a identificação, poder-se-á aceitar que Diogo de Campos tenha obtido o papel francês em que escreveu a **Jornada do Maranhão** dos ocupantes de São Luís ou no navio de Mathieu Maillart que o levou à Europa, pois durante a travessia talvez tenha escrito o seu relato, de acôrdo com a hipótese formulada por J. Capistrano de Abreu (68).

Baseados naquela publicação da Academia das Ciências, segundo o citado historiador de "texto bastante viciado" (69), reproduziram a **Jornada:** Cândido Mendes de Almeida, nas **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão,** tomo II (Rio, 1874); e o Barão de Studart, na **Revista do Instituto do Ceará,** tomo XXI (Fortaleza, 1907). Em pequena parte, apareceu também na **Fundação do Maranhão,** de José Ribeiro do Amaral (São Luís, 1912).

Examinando-se aquelas três edições completas, verifica-se que a melhor é a segunda, de Cândido Mendes, pois é a única beneficiada com anotações, embora principalmente de identificação geográfica e de linguística indígena regional, em menor número as históricas ou bibliográficas.

Estabelecidas, assim, a procedência, autoria e bibliografia da **Jornada do Maranhão,** passamos a examinar o respectivo conteúdo, comparando-o, ao mesmo tempo, com o do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.**

---

1 — "Prayva", por Paraíba, é forma que tanto aparece na primeira página (p. 159 da ed. de 1874, de Cândido Mendes de Almeida) e noutras da **Jornada,** como no contemporâneo apógrafo do **Livro que dá Razão do Estado,** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Note-se, desde já, que no respectivo mapa, como prova de que é posterior ao texto, já aparece "Paraiba", na legenda. No apógrafo da Biblioteca do Pôrto, está "Praiba" no texto do códice 126, "Paraiva" na legenda do mapa.

2 — Confirma-se, por outros dados, aqui já citados quando traçamos a biografia de Diogo de Campos Moreno, a sua primeira ida ao Rio Grande em 1603, por ocasião da partida da expedição inicial de Pero Coelho de Sousa ao Ceará, embora seja esta melhor referida na **Jornada** (p. 159), que no texto da **Razão do Estado do Brasil,** onde, entretanto, há alusão à guarnição militar riograndense dêsse ano. Ainda mais clara, a respeito dessa comunidade de informações quanto às tentativas de Pero Coelho, daquele ano até o de 1608 — é a legenda do

---

(68) — J. Capistrano de Abreu — **Capítulos de História Colonial,** 3a. ed. (Rio, 1934), p. 73.

(69) — J. Capistrano de Abreu — "Prolegômenos" cit., p. 431.

Digitized by Google

respectivo mapa, existente no códice do Instituto Histórico e no **Atlas** da Biblioteca Nacional de Paris, mas não no apógrafo da Biblioteca do Pôrto.

3 — A serra de Ibiapaba, que aparece como "Buapava", na **Jornada** (p. 160), está como "muibuapaba" na legenda do mapa n.º 21 do códice do Rio de Janeiro.

4 — A referência ao ataque holandês de Paulo van Caarden à Bahia, em 1604, que Diogo de Campos foi o único de nossos cronistas a registrar, expressamente consta da **Jornada** (p. 160), e é aludida na **Razão,** conforme nossas notas 25 e 26 ao texto sôbre a "Bahia de Todos os Santos".

5 — Alusões à viagem de Diogo de Campos à Europa, de 1604 a 1606, mencionada na **Jornada** (p. 161), também constam da **Razão** quando se refere à planta das fortificações do Salvador, em 1605 por êle apresentada ao rei, conforme amplamente documentam algumas peças, que já mencionamos, da "correspondência de Diogo Botelho", publicada na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** vol. 121.

6 — O socorro por Diogo de Campos, do Rio Grande prestado ao padre Luís Figueira, de volta da primeira incursão jesuítica ao Ceará, em 1611, que aparece na **Jornada** (p. 162), encontra confirmação parcial, quanto ao local e data, em texto expresso da **Razão,** quando o autor lembra sua nova ida àquela capitania, naquele ano, para correição militar. Da mesma forma, o padre Pero "São Peros", do mesmo parágrafo da **Jornada** citado, é o "padre da Companhia chamado Samperes", aliás Gaspar e não Pedro, que aparece como primeiro construtor do "Forte Velho" do Recife, no capítulo pernambucano da **Razão,** conforme a nossa nota 31, aí incluída, e a 25, ao texto sôbre a capitania do "Rio Grande".

7 — Os elogios ao governador D. Diogo de Menezes, registrados na **Jornada,** p. 162, confirmam os que também transparecem de vários trechos da **Razão do Estado.** Terá sido êste o governador com quem melhor se entendeu Diogo de Campos, pois a Diogo Botelho acusou de participar da venda de índios escravizados por Pero Coelho (p. 160), e de Gaspar de Sousa, de quem várias vêzes divergiu, terá recebido censuras, como entrevimos em anotações dêste, a uma carta relativa às culpas que se imputavam a Jerônimo de Albuquerque Maranhão, pela expedição de 1614. (Cf. nota 49, supra).

8 — O bom êxito da missão de Martim Soares Moreno, sobrinho de Diogo, ao Ceará, aparece tanto na **Jornada** (p. 163), como na **Razão** (ainda no capítulo sôbre o Rio Grande), com a mesma palavra: "amizade" com os indígenas. As diferenças são mínimas, nos dois textos: Jaguaripe, **cinco** soldados e um capelão, Camusipe (Camocim), no **Livro que dá Razão do Estado;** Jaguaribe, "sós dois soldados" e o capelão, Camuri, na **Jornada** (p. 164 e 166).

Digitized by Google

9 — Ainda em conseqüência da afinal conseguida pacificação dos indígenas do Ceará, ao chegar Diogo de Campos ao Rio Grande, em 1611, como afirma na **Jornada** (p. 163), "fêz uma mui conveniente e nova relação das cousas de aquela conquista, de modo assim guizada narração de seus fundamentos, que foi assinada por todos os capitães de aquelas Capitanias do Norte, até do de Pernambuco, assegurando ser convenientíssimo fazer-se a conquista [do Maranhão], irem-se assegurando e povoando primeiro alguns portos de aquela costa com pequenos presídios". Trata-se, como se vê, de alusão a trabalho anterior, por êle redigido, e que terá servido, certamente, de base à carta do governador D. Diogo de Menezes ao rei Filipe III, de 1.º de março de 1612, em que é mencionada aquela viagem de pesquisa de informações do sargento-mor ao Rio Grande. Nela foram usadas designações geográficas que são tanto da **Jornada** como da **Razão do Estado do Brasil** (rios Gararaú e Camosi, serra de Guapaba, por exemplo), concluindo pela necessidade da criação de três novas capitanias na região. (Cf. "Correspondência do Governador D. Diogo de Menezes", nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,** vol. LVII, cit., p. 75/76).

10 — Embora a **Razão do Estado,** no apógrafo da Biblioteca do Pôrto mencione a falta que faziam no forte da Laje, do Recife, duas colubrinas de alcance, de quarenta quintais cada uma, acrescentou-se, no códice do Instituto Histórico: "estas lhe pôs o governador-geral Matias de Albuquerque". (Cf. nossas notas 26 e 27 ao capítulo sôbre "Pernambuco"). Entretanto, como se vê na **Jornada** (p. 167), "duas colebrinas" para êle trouxe Diogo de Campos em 1614, de Portugal, mas não seriam do calibre exigido, e sim apenas "meias colubrinas", conforme carta do Bispo do Pôrto e do Conde-Almirante (Conde da Vidigueira), de 18 de março daquele ano, e o "Rol" que a acompanha, peças do códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** cit., do Ministério das Relações Exteriores, fls. 300 e 301.

11 — No apógrafo da Biblioteca do Pôrto, da **Razão do Estado,** dizem os títulos das páginas à capitania de Pernambuco dedicados — **pernambuquo e parnambuquo,** o que entretanto já aparece corrigido no apógrafo do Instituto Histórico. **Pernambuco** está na legenda do mapa n.º 13, do mesmo códice do Pôrto. E **Pernãobvco** no n.º 16, do Rio de Janeiro. Na **Jornada do Maranhão** (à p. 169 e outras), está: **Paranambuco.** A incerteza e variação da grafia estarão indicando, simultaneamente, não só a possibilidade da mesma autoria para ambos os trabalhos, como, mais uma vez, a prioridade do apógrafo portuense sôbre o carioca.

12 — Elogiou Diogo de Campos, à p. 172 da **Jornada,** o "engenheiro do Estado Francisco de Frias, que com grande louvor tinha

Digitized by Google

acabado a fortaleza da Lajem do Recife" e que se oferecera para a campanha do Maranhão. Repetiu-lhe referências favoráveis e amistosas em outras páginas, inclusive quanto ao forte que "desenhado e em defensa deixava" em Guaxenduba (p. 247). Convém lembrar que o mesmo já implìcitamente fizera na **Razão do Estado,** ao tratar daquela fortificação recifense, nominalmente citando Frias, conforme nota 22 ao capítulo sôbre "Pernambuco".

13 — "Barra de Pereia" está no primeiro mapa do Maranhão, n.º 22 do apógrafo do Instituto Histórico, n.º 18 do códice da Biblioteca do Pôrto, n.º 19 do **Atlas** da Biblioteca Nacional, de Paris. Aparecendo "Perejá" no texto da **Jornada,** à p. 173, anotou-o Cândido Mendes para 'Periá ou Piriá", não "Prèá", como preferiu Capistrano de Abreu, nos "Prolegômenos" cits., p. 434, e, antes, nos **Capítulos de História Colonial,** de 1907 (p. 70 da ed. de 1934).

14 — Os pontos litorâneos assinalados no trecho da **Jornada** relativo à viagem marítima do Recife ao Rio Grande coincidem com os registrados no texto e mapas da **Razão do Estado.** É o que ocorre com o Pôrto dos Franceses e o rio Auijayá ou Aviyajá, depois Abiaí, a baía da Traição e o Pôrto dos Búzios (p. 176), nas costas, respectivamente, de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.

15 — Expressões comuns à **Jornada** e à **Razão do Estado,** aliás da corrente linguagem militar da época, aparecem à p. 177 da primeira, como noutras. É o caso de "fizeram resenha" e "se tomou mostra", está também às pgs. 183 e 185.

16 — A restinga de Guamaré, assim citada na **Jornada,** p. 180, aparece como zona de salinas na **Razão do Estado do Brasil,** capítulo "Rio Grande".

17 — Também os acidentes litorâneos cearenses, mencionados no texto da **Jornada do Maranhão,** às p. 180/184, figuram, embora com variantes, no mapa n.º 21 do apógrafo do **Livro que dá Razão do Estado,** do Instituto Histórico, mas que falta ao códice da Biblioteca do Pôrto, existindo, porém, no **Atlas** da Biblioteca Nacional, de Paris.

18 — Coincidem, igualmente, alguns dos eventuais produtos cearenses citados na **Jornada,** p. 182, com outros já mencionados no capítulo riograndense da **Razão.** Entre êles, âmbar e madeiras especiais ("cutiará", pau com manchas, na primeira; "pau amarelo", na segunda).

19 — Assim como acontece às expressões militares, também os têrmos náuticos são comuns à **Razão** e à **Jornada.** Excluindo-se os ainda hoje banais, registre-se, como do tempo, e nas duas obras, **alfaques,** por exemplo (p. 188).

20 — Assinala o mapa do Maranhão, anexo aos dois apógrafos da **Razão,** também existente no **Atlas** de Paris, o quartel de São Tiago,

Digitized by Google

primeiro pôsto luso-brasileiro da conquista maranhense, registrado na **Jornada,** p. 189.

21 — Navegando do Piriá a Guaxenduba, chegaram os expedicionários de 1614 à baía "a que os franceses chamavam **Grandança",** designação para a qual propôs Cândido Mendes a interpretação de que fôsse "Grand'anse", isto é, "grande enseada" (p. 193). Figura, também, no mapa citado na nota anterior, como "Gran Dança".

22 — Como os topônimos anteriormente citados, também o forte de Santa Maria aparece tanto na **Jornada,** à p. 196, como no mapa do Maranhão, da **Razão do Estado do Brasil.**

23 — O rio Muny ou Mum, citado na **Jornada,** às p. 201 e 219, é o mesmo Munin que está no mapa do Maranhão, da **Razão do Estado.**

24 — "Tapiterá", no texto da **Jornada,** à p. 207, "Tapitaperá" à p. 232, correspondem ao rio Tapitapera do mapa, posteriormente Tapuitapera, região e capitania hereditária também chamada de Cumá ou Cumã, no mapa — "Cvma", no texto, à p. 208 — "Comat".

25 — A expressão militar "à coronha rasa", de origem espanhola, significando bateria descoberta, em barbeta, que se encontra na **Jornada, p** 214, repete as idênticas que a propósito dos fortes de Cabedelo e dos Reis Magos acham-se nos capítulos da **Razão do Estado** relativos às capitanias da "Paraíba" e "Rio Grande".

26 — Coincidem com as citadas na **Razão** as armas, apetrechos e munições dos franceses e indígenas do Maranhão, tomadas depois do combate de Guaxenduba e mencionadas na **Jornada,** p. 219.

27 — Itapari, no texto da **Jornada,** à p. 222, em carta de Jerônimo de Albuquerque a La Ravardière, escrita por Diogo de Campos Moreno, aparece localizada no mapa do Maranhão, anexo aos dois apógrafos da **Razão do Estado.**

28 — Os rios Tapucuru e Meari, mencionados na **Jornada,** p. 227, figuram como Tapocuru e Meari, com as declarações de serem navegáveis por 200 a 300 léguas, respectivamente, no mapa da **Razão do Estado.** Informações, estas, que, à época, deveriam proceder dos franceses.

29 — No capítulo sôbre Pernambuco, da **Razão do Estado do Brasil,** constam, entre as armas dos cavaleiros, adargas, na **Jornada do Maranhão,** à p. 250 — **dargas** com os indígenas maranhenses que os franceses haviam enviado à França.

30 — Mais um claro indício de que o autor do **Livro que dá Razão do Estado** é o mesmo da **Jornada do Maranhão,** encontra-se no fato de ambas essas obras terem erroneamente mencionado a lei de liberdade dos indígenas do Brasil, de 30 de julho de 1609, como de "1610"; na primeira, na introdução simplesmente intitulada "Razão do Estado do Brasil", conforme sua nota 12; na segunda, à p. 251, em fala de Diogo de Campos a La Ravardière.

Digitized by Google

31 — A barra de "Arasaju", na baía de São Marcos, assim referida no texto da **Jornada,** às p. 251 e 259, aparece como "Araju", no mapa da **Razão do Estado,** embora, em nota àquela, Cândido Mendes lhe dê o nome posterior de Araçagi.

32 — Diogo de Campos, na **Jornada do Maranhão,** p. 252, como na **Razão do Estado do Brasil,** várias vêzes, usa "armazém" em seu sentido antigo, de depósito de armas, munições e mercadorias de resgate com os indígenas.

33 — Vários são os produtos do Maranhão citados nas duas páginas finais da **Jornada** (264/265), aos quais Diogo de Campos já fizera referências no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** em diferentes capítulos: salitre, sal, âmbar e peixe-boi.

Não são necessários maiores exemplos para evidenciar a ligação existente entre a **Jornada do Maranhão** e o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** obras que, embora de gêneros diferentes, possuem numerosos pontos de contato, sendo, como demonstramos, escritas pelo mesmo autor, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

Digitized by Google

3. COLAÇÃO DOS CÓDICES DA **RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL**, DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PÔRTO E DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Conforme tivemos ocasião de expor, no capítulo referente às Fontes e Bibliografia, cinco são os apógrafos conhecidos, da **Razão do Estado do Brasil**. Dois pertencem à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, sendo um provàvelmente do segundo decênio do século XVII, o códice n.º 126, acompanhado de 18 mapas e plantas, e o outro uma cópia do anterior, sem os mapas, de acôrdo com a marca dágua do papel feita depois do ano de 1821, constituindo o códice n.º 819. Dois outros apógrafos existem no Rio de Janeiro: um no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por dádiva do Imperador D. Pedro II, com acréscimos que atingem o terceiro decênio do século XVII, com 22 mapas e plantas, que é o aqui comentado, anotado e transcrito em linguagem atual; e outro na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, cópia do exemplar da Biblioteca do Pôrto, igualmente sem mapas e feita no século passado. O quinto apógrafo da **Razão do Estado do Brasil**, está na Biblioteca Nacional, de Lisboa, incompleto em conseqüência de ter sido roubado, em 1948, e depois recuperado, com falhas. Dêle publicou um capítulo, na **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, tomo XXII, de 1908, o Barão de Studart.

Sendo mais importantes os códices n.º 126, da Biblioteca portuense, e o do Instituto Histórico, aqui faremos a respectiva colação, de acôrdo com a recomendação justamente feita pelo professor norte-americano Engel Sluiter, da Universidade da Califórnia, de Berkeley, quando publicou, em leitura paleográfica, o texto daquele primeiro apógrafo, na **The Hispanic American Historical Review**, de Durham, N.C., vol. XXIX, n.º 4, de novembro de 1949. Fica de parte, para o capítulo seguinte, a análise dos respectivos mapas e plantas, muitos dos quais também figuram em um **Atlas** de 1627, existente na Biblioteca Nacional de Paris e atribuído a João Teixeira Albernaz.

Comecemos pelas descrições do códice 126 da Biblioteca do Pôrto. Fizeram-na, depois das referências no **Dicionário da Língua Portuguêsa**,

Digitized by Google

de Antônio de Morais Silva, dois ilustres escritores portuguêses, Diogo Köpke, em carta a Francisco Adolfo de Varnhagen, por êste transcrita em suas "Reflexões Críticas" sôbre a **Notícia do Brasil,** de Gabriel Soares de Sousa, de 1839, e, quase um século depois, o Sr. A. de Magalhães Basto, no **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto,** de 1933. Já aqui transcrevemos grande parte da primeira, no capítulo referente às Fontes e Bibliografia. E da segunda amplamente nos servimos, nas notas ao texto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** como, adiante, na análise cartográfica. Acrescente-se que, pessoalmente, em 1952, em visitas de estudo que fizemos à Biblioteca portuense, como posteriormente, em cartas, grande auxílio nos prestou o eminente paleógrafo e historiador, diretor dos Serviços Culturais da Municipalidade do Pôrto.

Quanto à publicação do professor Engel Sluiter, foi feita mediante microfilme amàvelmente cedido pelo professor Bailey W. Diffie, do Colégio da Cidade de Nova York, que o fêz com gentil autorização do Sr. Antônio Cruz, diretor da Biblioteca do Pôrto, a quem também devemos numerosas atenções. Sòmente em julho de 1954, no Recife, na Exposição Histórica Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana, promovida pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, de Portugal, pôde o prof. Sluiter ver, em nossa companhia, o citado códice **n.° 126.**

Outros microfilmes dos dois códices da **Razão do Estado do Brasil,** da Biblioteca Municipal do Pôrto, foram nos últimos anos feitos a pedido do historiador Sr. Guilherme Auler, e obtidos pela amável intervenção do Sr. Gastão de Bettencourt, devotado chefe da seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do referido Secretariado Nacional da Informação, de Lisboa. Dêles foram extraídas cópias fotográficas para o Arquivo Público Estadual, de Pernambuco, dirigido pelo escritor Sr. Jordão Emerenciano; e outra, para nosso uso no presente trabalho, gentilmente feita pelo mais recente e mais completo biógrafo de Varnhagen, o Sr. Clado Ribeiro de Lessa.

Quanto ao apógrafo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apenas parcialmente publicado, até hoje, são deficientes tôdas as descrições dêle até agora feitas. Assim acontece com as primeiras, em ordem cronológica, resultantes da doação em 1855 feita à referida instituição pelo Imperador do Brasil, aparecidas na respectiva **Revista** e que igualmente mencionamos no capítulo de Fontes e Bibliografia; com as duas contidas no **Catálogo da Exposição de História do Brasil,** em 1881 realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; no **Catálogo das Cartas Geográficas, Hidrográficas, Atlas, Planos e Vistas existentes no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, de 1885;** na "Bibliografia Geográfica Brasileira", de Rodolfo Garcia, de 1919. Quase todos êsses verbetes mais se dedicam à contribuição cartográfica que ao

Digitized by Google

texto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** considerando-o um "atlas", não um conjunto de informações geográficas, históricas, administrativas, econômicas, militares, estatísticas, etc.

Àquelas duas excelentes descrições do apógrafo do Pôrto temos de acrescentar algumas informações, resultantes não só de novos estudos que dêle pessoalmente fizemos, como da respectiva colação com o códice do Instituto Histórico.

O primeiro reparo a ser feito, nessa matéria, é o da diferença de formato existente entre os dois apógrafos em aprêço. Enquanto o do Pôrto mede 428 x 290 mm. na capa, e 423 x 280 mm. no texto de uma só coluna, em papel de 40-42 linhas teóricas, tem o do Rio de Janeiro 455 x 745 mm. na capa atual, 445 x 725 mm. nas fôlhas do texto de quatro colunas, de 30 linhas úteis. Quer isto dizer que o apógrafo portuense é de menores dimensões que o carioca, principalmente quanto à largura.

Sendo diferente o formato, também o é o número de fôlhas existente em cada um dos dois códices especialmente examinados. Nada menos de 120 fôlhas contém o do Pôrto, sendo apenas 29 com o texto manuscrito em uma só coluna, 75 totalmente em branco ou sòmente com os títulos dos capítulos ao alto e 16 com mapas e plantas (1). Tem o do apógrafo do Rio de Janeiro o total de 45 grandes fôlhas, das quais apenas 16, a quatro colunas, com o texto manuscrito, inclusive com trechos em branco, e 22 com mapas e plantas. Apenas essas 38 fôlhas estão numeradas, não o estando mais 7, do total de 45, sendo 1 do frontispício e 6 necessárias à encadernação, sendo 3 no início e 3 no fim do volume.

O motivo daquelas fôlhas e trechos em branco está na própria natureza do **Livro do Estado,** cuja elaboração foi ordenada ao governador D Diogo de Menezes e reiterada, em 1612, ao seu sucessor Gaspar de Sousa, conforme já vimos. Tratava-se de obra permanente, à qual deveriam ser acrescentadas as modificações surgidas no correr dos tempos. Fato que constitui mais um argumento em favor da prioridade e contemporaneidade dos dois códices.

Relativamente ao papel usado no apógrafo do Pôrto, escreveu Diogo Köpke a Varnhagen ser "grosso e escuro, portanto coetâneo; a marca dágua dalgum vem a ser como dois VV ligados superiormente, por um

(1) — Sendo 18 os mapas que registramos no códice do Pôrto (embora o Sr. Magalhães Basto só tenha computado 17), explica-se que apenas 16 tenham recebido numeração, em seu cit. **Catálogo,** p. 117|123, porque o primeiro dêles, o da «Terra de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil», está em fôlha não numerada, e a planta do Forte Novo da Passagem (do rio São Francisco), a que atribuímos o n.º 12, mas que não foi numerada pelo historiador portuense, está, nesse códice, no verso do mapa do baixo São Francisco, o que não ocorre no apógrafo do Rio de Janeiro.

Digitized by Google

risco dentro de um círculo; outras fôlhas não a tem" (2). Examinando detidamente a informação e comparando-a com as filigranas contidas no códice, julgamos ter havido explicável engano do ilustre bibliógrafo. E' que a referida marca dágua aparece invertida em muitas de suas fôlhas, dando assim a impressão de serem aquelas letras VV, quando realmente são AA, como se vê, por exemplo, a fls. 89 e outras. As fôlhas têm sete linhas dágua verticais, uma das quais, a terceira (ou a quinta, conforme haja, ou não, a citada inversão) corta ao meio o referido círculo de 47 mm. de diâmetro, em que estão contidas as duas letras.

Procuramos, por essa marca, identificar o fabricante do papel. Em Charles Moise Briquet — **Les Filigranes; Dictionnaire Historique des Marques du Papier dés leur apparition, vers 1282 jusqu'en 1600** (Paris, 1907, tomos I e III), encontramos, sob números 3.263 e 9.226, duas marcas dágua contendo as letras AA em círculos de tamanhos aproximados aos do códice da Biblioteca portuense. O primeiro, apresentado como de Pavia, 1555; o segundo como de Vicência, 1562. Convém notar, entretanto, que aquêle continha, perto, mais dois círculos sem letras; e o segundo apresentava outra contramarca, ao lado. Diferenças, estas, que se não dão uma identificação perfeita, permitem a suposição, muito aceitável, de tratar-se de papel italiano, da segunda metade do século XVI, levando-se em conta que da Itália seria êle exportado para a Península Ibérica, como já ocorria no século XIV (3).

Acontece, porém, que, excepcionalmente, na última fôlha do referido códice do Pôrto, a de n.º 119, antes do isolado mapa do Maranhão (que, como ocorre no apógrafo carioca, não tem texto a êle relativo), numa fôlha que, ao contrário das anteriores, não recebeu os dois riscos de tinta a elas comuns, para futura colocação de texto — surge outra filigrana diferente. Trata-se da figura de um pato dentro de um círculo de 45 mm. de diâmetro, em fôlha com oito linhas dágua verticais, a sexta cortando o mesmo círculo. O próprio aspecto dessa fôlha, que parece introduzida à última hora, é diverso do que oferecem tôdas as anteriores, inclusive a de n.º 118, que ainda traz a filigrana AA. Recorrendo, mais uma vez, ao **Dicionário de Marcas de Papel**, de Briquet, encontramos, no tomo III, mais de vinte filigranas contendo patos em círculos, datadas de 1479 a 1599, numeradas de 12.202 a 12.222, procedentes principalmente de cidades italianas, mas também do Languedoc, Provença e Toledo.

(2) — «Reflexões Críticas», cit., na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas**, da Academia Real das Ciências, tomo V, n.º II (Lisboa, 1839), p. 88.

(3) Cf. Arnaldo Faria de Ataíde e Melo — **O Papel como Elemento de Identificação** (Lisboa, 1926), p. 20.

Digitized by Google

Confirma-se, assim, por mais êste argumento, a certeza de ser, como atestam as duas marcas dágua, papel anterior ao início do século XVII, o usado no códice do Pôrto da **Razão do Estado do Brasil**.

Quanto ao papel do apógrafo do Instituto Histórico, também apresenta marca dágua indicadora de procedência italiana. Trata-se de flor de lis colocada dentro de um círculo encimado por coroa de cinco pontas, três maiores e duas menores, situado o conjunto no primeiro têrço das compridas fôlhas de 725 mm., cortadas de linhas dágua verticais. Embora estas flores constituam marcas dágua das mais antigas e das mais lòngamente usadas, desde o século XIII e principalmente no XVI, nenhuma semelhante encontramos na obra cit., de Arnaldo Faria de Ataíde e Melo. Briquet, entretanto, entre as numerosas que registrou em **Les Filigranes**, etc., tomo II, números 7.097 a 7.130, quase sempre desacompanhadas de coroas, uma apresentou com coroa idêntica à que nos interessa, e que muito se aproxima da encontrada em nosso **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. E' a de n.º 7.111, de Perúgia, 1544, citada apud N.P. Likhatscheff, n.º 4.213 de **La Signification Paléographique des Filigranes** (S. Petersburgo, 1899). Mesmo no papel de obra portuguêsa de 1565, as **Constituições do Arcebispado d'Évora**, encontramos marca dágua de estilizada flor de lis que se assemelha, no formato, à do códice do Instituto Histórico, embora não envolvida pelo referido círculo. É a de n.º 21 do Catálogo de **Livros do Séc. XVI Impressos em Évora**, publicação de 1941, do Núcleo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, então dirigido pelo Sr. Luís Silveira, p. 160 e 45/47.

Do papel passando à letra dos dois códices do Pôrto e do Rio de Janeiro, pode-se assegurar que sendo ela bastante legível, será da escrita dita bastarda, de procedência italiana, que desde o último têrço do século XVI fôra introduzida em Portugal, e que teve como principal divulgador o calígrafo Manuel Barata, autor, em 1590, de uma obra da especialidade (4). Embora apresente semelhanças com a letra da última fôlha da **Jornada do Maranhão**, que possuímos e atribuímos ao próprio Diogo de Campos Moreno, não nos arriscamos a essa identificação. Parece, antes, letra de copista profissional ou oficial, como não será impossível, tratando-se nos dois casos, de cópias e não de autógrafos.

A propósito, convém lembrar que também apresenta pontos de contato com a letra de alguns documentos contidos no **Livro 1.º do Govêrno do Brasil**, outro valioso códice pertencente ao Ministério das Relações Exteriores, e que foram por D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., atribuídos a Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro-mor do

(4) — Manuel d'Oliveira Ramos — «Duas palavras» de introdução a **O Calígrafo Ventura da Silva — A sua obra nacional — Monumento à sua memória** (Pôrto, 1899), p. 5|8.

Digitized by Google

Estado do Brasil, em estudo dedicado a êsse contemporâneo de Diogo de Campos (5). Confessamos que à vista do material nesse trabalho reunido, sobretudo quanto às fortificações da costa do Brasil nos governos de D. Diogo de Menezes e Gaspar de Sousa, sentimo-nos na obrigação de examinar, também, a hipótese de ser atribuída a Frias a autoria do próprio **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Fazendo-o, porém, e com elementos que aqui não temos necessidade de repetir, concluímos pela maior possibilidade, e mesmo maior evidência, de competir essa autoria ao sargento-mor do Brasil, conforme amplamente demonstramos. Todavia, quanto à caligrafia dos dois apógrafos da **Razão do Estado,** postos em confronto com quaisquer escritos dos dois contemporâneos citados e categorizados, e com aquêles documentos do **Livro 1.º do Govêrno do Brasil,** sòmente uma opinião de especialista poderá decidir.

O mesmo diríamos quanto à ortografia e mais características gramaticais da **Razão,** inclusive quanto à sua aproximação, nesse setor, com a **Jornada do Maranhão**. Não sendo esta uma edição paleográfica, mas crítica, aqui não têm cabimento os referidos estudos.

Vistos, assim, os aspectos pròpriamente externos dos dois códices portuense e carioca, isto é, o formato, distribuição do texto e mapas quanto ao número de fôlhas, o papel, as respectivas filigranas e a caligrafia, com as contribuições que podem oferecer à fixação da autenticidade e época de elaboração, passemos a examinar certos aspectos internos. Trata-se de alguns dados contidos nos respectivos frontispícios e que oferecem oportunidade a dúvidas, afirmações e suposições interessantes à história da obra em aprêço.

Acompanhando as descrições do apógrafo do Pôrto, que em 1839 Diogo Köpke forneceu a Varnhagen, e a de 1938, do Sr. A. de Magalhães Basto, e confrontando-as com as notas de nossos estudos, diretamente feitos naquela cidade e no Recife, em 1952 e 1954, temos a anotar, primeiramente, que a coroa real que encima as armas de Portugal, nessa fôlha de pergaminho iluminado, é de tipo nìtidamente espanhol, o que naturalmente se deve ao fato de ter sido a **Razão** elaborada em pleno período de união das monarquias ibéricas, reinando Filipe III.

Muito importante é também a limitação contida no título: **Razão do Estado do Brasil no Govêrno do Norte sòmente assim como o teve D. Diogo de Menezes até o ano de 1612**. Além do limite de tempo aí precisamente estabelecido, sabendo-se que a separação das três capita-

(5) — D. Clemente Maria da Silva — Nigra, O.S.B. — «Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil», na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** vol. 9, de 1945 (Rio, 1952), p. 15, 45 e 67|69.

Digitized by Google

nias do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente) para a jurisdição de D. Francisco de Sousa, determinada em 1608, só teve início no ano seguinte, fica também esclarecido que a obra só abrange o Estado do Brasil tal como o governou D. Diogo nesse período de 1609 a 1612, portanto de Pôrto Seguro, inclusive, à capitania do Rio Grande. Acrescente-se, para maior rigor, que no texto a esta última referente, já é mencionada a recente conquista do Ceará, aliás realizada pelo sobrinho do autor, Martim Soares Moreno.

Dos lados do "caixilho retangular" em que está, "sôbre fundo carmezim, em grandes capitais douradas, o título" citado, aparecem dois pequenos desenhos ovais. O primeiro à esquerda tem representado um vulcão chamejante; o segundo à direita, tem, invertidas, como se pertencessem a um sinete, acima de outras chamas, as letras AD AL, abreviatura de AD ALTIORA (**Para mais alto**). Supomos tratar-se da divisa da pessoa a que era dedicado o trabalho escrito, não sendo impossível a hipótese de que pertencesse ao próprio autor.

Abaixo do título há um escudo desenhado, sob uma coroa que Köpke escreveu ser "de Barão, sem flores", mas que o Sr. Magalhães Basto, com inteira razão afirmou ser "de Marquês". Ambos, porém, afirmaram conterem-se, no escudo, as armas "dos Castros", acrescentando Köpke: "podem ser dos Altamiranos". Realmente, ali estão, em campo de prata treze arruelas azuis, armas tradicionais dos Castros de Portugal, aliás de origem espanhola. Quando à indicação de que poderiam ser "dos Altamiranos", talvez Köpke quisesse mencionar os Castros que eram "Almirantes de Portugal", que tinham as referidas armas. E teria havido, no caso, má leitura de Varnhagen ou êrro de impressão. Aceita a hipótese, convém lembrar que pela época de circulação da **Razão do Estado do Brasil** foram governadores de Portugal o Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de **Castro** (de 1615 a 1617) e depois D. Diogo de **Castro,** Conde de Basto, êste por vários anos e, além disto, ligado ao Brasil por ser sogro de Duarte de Albuquerque Coelho, donatário de Pernambuco. A um dêles poderia referir-se o citado escudo de armas.

"Na parte superior desta página de frontispício — escreveu o Sr. A. de Magalhães Basto — há vestígio do pergaminho ter sido raspado em dois lugares, provàvelmente onde se achavam escritos os nomes dos ante-possuidores dêste precioso códice". No primeiro dêles, Diogo Köpke ainda conseguiu ler — "Robines".

Junto à margem inferior, há um acréscimo à tinta, já bem desbotado pelo tempo, indicando outro possuidor, ou pessoa a quem era oferecido o exemplar, e que Köpke leu: "A El Conde Marq. de Clichy", mas que o Sr. Magalhães Basto corrigiu, com a habitual exatidão, para: "A El Conde Marqz. de Eliches". Trata-se do genro do Conde-Duque de Olivares, conforme mencionaremos adiante.

Digitized by Google

Passando ao códice do Instituto Histórico, convém notar que antes da encadernação e restauração do códice, em 1941 realizada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tinha êle como capa uma fôlha ilustrada com o título que ainda hoje tem e é o único a tê-lo desta forma **(Livro que dá Razão do Estado do Brasil)**, e, além desta, outra fôlha de frontispício, que antigamente estava sôlta e que agora não tem mais, idêntica às das Bibliotecas do Pôrto e de Lisboa **(Razão do Estado do Brasil no Govêrno de D. Diogo de Menezes e Sa. até o ano de 1612)**. Assim realmente o registraram o **Catálogo da Exposição de História do Brasil,** de 1881 (verbetes 15 e 1.393, o **Catálogo das Cartas Geográficas, Hidrográficas, Atlas, Planos e Vistas existentes no Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro,** de 1885 (como **Atlas** n.° 162), e a "Bibliografia Geográfica Brasileira", de Rodolfo Garcia, de 1919. Quanto à abreviatura — "e Sa.", que falta naqueles códices de Portugal, já registramos que foi errôneamente interpretada, no referido **Catálogo da Exposição** como sendo "e Sa", quando é — e Siqueira.

E' artisticamente desenhada, ao gôsto da época, a fôlha em pergaminho do atual frontispício. Estão os dizeres numa cartela, ladeada por duas colunas de capitéis coríntios, que sustentam uma cornija, sôbre a qual outro quadro, amparado por duas sereias, contém o complicado escudo de armas, encimado por coroa de marquês, que vamos examinar.

O brasão de armas que domina o conjunto parece-nos pertencer ao 2.° Marquês de Eliche (e não **Eliches** como está no frontispício do códice do Pôrto), D. Ramiro Núñez de Gusmán, que por seu casamento, em 1625, com D. Maria de Guzmán y Zúñiga, filha do Conde-Duque de Olivares, D. Gaspar de Guzmán, poderoso ministro de Filipe III e Filipe IV, obtêve aquêle título, no ano anterior primeiramente criado para o sôgro e tio. D. Ramiro já era, então, 2.° Marquês de Toral, e, posteriormente, depois da morte de Gaspar, em 1645, dêle herdou outro título, o de Duque de Medina de las Torres. Enviuvando-se pouco depois do casamento, foi vice-rei de Nápolis, onde novamente se casou com a riquíssima Ana Caraffa y Aldobrandini, Princesa de Stigliano. Simpático, elegante, amigo dos prazeres e do luxo, possuía boa biblioteca, muito bem tratada, sendo também protetor de artistas e poetas (6), circunstâncias que autorizam a suposição de ser-lhe dedicada ou oferecida a **Razão do Estado do Brasil**.

(6) — Servimo-nos, para essas e outras informações, do livro de Gregório Marañon — **El Conde-Duque de Olivares (1587-1645) La Pasión de Mandar** (Madri, 1945), passim. Para o exame heráldico e genealógico consultamos obras de diversos especialistas espanhóis.

Digitized by Google

E' verdade que o escudo de armas dêsse frontispício não corresponde, exatamente, ao do Duque de Medina de las Torres, que conseguimos ver na figura 58 da biografia de **El Conde-Duque de Olivares**, de Gregório Marañon. Mas, por exclusão, não o podemos atribuir nem ao próprio Conde-Duque, 1.º Marquês de Eliche, nem ao seu sucessor no govêrno e nesses dois títulos, mas preterido naquele primeiro casamento, outro sobrinho de D. Gaspar, D. Luís de Haro y Guzmán, Marquês del Carpio, Duque de Montoro, além de 3.º Marquês de Eliche. Nem tampouco ao filho dêste, o semi-louco D. Gaspar de Haro y Guzmán, 4.º Marquês de Eliche, muito posterior. Era bem diferente o brazão dos Haro, e não figura, de modo algum, no de que estamos tratando.

Êste era, sem dúvida, de um marquês da grande casa de Guzmán, a que pertenciam os Duques de Medina-Sidonia e a depois rainha de Portugal, D. Luísa de Guzmán, casada com o 8.º Duque de Bragança, depois D. João IV. Está colocado sôbre uma cruz de Santiago, de goles, e tem, no primeiro quartel, em campo de prata, a cruz de Calatrava, de goles, ladeada de quatro peninhas de sinopla, na primeira metade; e, na segunda, treze arruelas de azul, em campo de prata, que em Espanha era, por exemplo, dos Avila (7), e não apenas dos Castros, Almirantes de Portugal, depois Condes de Resende. O segundo e quarto quartéis contêm armas seguramente dos Guzmán: bordadura de Castela e Leão, ao centro caldeiras xadrezadas de ouro e goles, com cabeças de serpentes em cada asa de sinopla, linguadas de goles. O terceiro quartel, também partido, como o inicial; na primeira parte, em campo de ouro, três faixas de azul; na segunda, em campo de sinopla um castelo de prata, encimado por águia de ouro.

Comparados e examinados, assim, os frontispícios dos dois códices, o mais antigo, da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, e o posterior, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, prosseguirá a colação dos respectivos mapas e plantas no capítulo seguinte, de Análise Cartográfica. A dos próprios textos, constará das anotações que serão apostas ao segundo dos referidos apógrafos, em sua leitura em linguagem atual.

(7) — Cf. Joseph de Aviles — **Ciencia Heroyca reducida a las leyes Heraldicas del Blason**, tomo II (Barcelona, 1725), p. 230, fig. 42.

Digitized by Google

Digitized by Google

4. ANÁLISE CARTOGRÁFICA

Apresentado, várias vêzes, mais como **atlas** que como livro de texto apenas subsidiàriamente acompanhado de mapas e plantas, como vimos na parte bibliográfica, a **Razão do Estado do Brasil** merece, realmente, uma análise cartográfica, tão grande é a importância das cartas que a enriquecem, 22 no códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 18 no apógrafo da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto e 19 no **Atlas,** sem texto, da Biblioteca Nacional, de Paris, intitulado **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas,** datado, êste, de 1627.

Geralmente atribuídas, sem maior exame, à autoria de João Teixeira Albernaz, notável "cosmógrafo" português do século XVII, cujo nome apenas aparece no primeiro dêles, o mapa geral do Brasil, do apógrafo do Instituto, do Rio de Janeiro, e no **Livro** da Biblioteca de Paris, embora também seja autor do, muito diferente e posterior, que abre o códice 126 da Biblioteca do Pôrto, acreditamos que para sua elaboração tenha oferecido rascunhos e esbôços, ou mesmo simplesmente prestado informações, o próprio Diogo de Campos Moreno, por ocasião de suas duas últimas estadas em Portugal (1612/1614 e 1615). Isto, primeiramente porque não está provada, até agora, por qualquer documento conhecido, a vinda do referido cartógrafo ao Brasil, e as minúcias, naqueles mapas e plantas contidas, inclusive sondagens na costa, exigiriam conhecimento direto, pessoal, para que pudessem ser reproduzidas como foram. Assim, um caso como o da "Demonstração da sonda dos Abrolhos" (mapa n.º 7 do Rio de Janeiro, n.º 3 do Pôrto e n.º 7 de Paris) só seria possível mediante dados fornecidos pelos que em 1610 a realizaram, por ordem do governador D. Diogo de Menezes, de acôrdo com a legenda do exemplar portuense: "o capitão e sargento-mor daquele Estado" (do Brasil, Diogo de Campos), "sendo pilotos Antônio Vicente (Cochado) e Valério Fernandes". E, no caso do

Digitized by Google

primeiro mapa do Maranhão, sua origem nitidamente francesa é comprovada pela colaboração entre La Ravardière e Diogo de Campos, conforme documenta certo trecho da **Jornada do Maranhão,** adiante, no lugar conveniente, mencionado. Assim como o mapa do Rio Grande (do Norte) ao Maranhão, em que se contém a "Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do Rio de Jaguaribe, serras de Ariama, Muibuapaba (Ibiapaba), Punaré e confins do Maranhão, que fêz o capitão Pero Coelho de Sousa" — só poderia ser traçado ou indicado por quem, como Diogo de Campos, estêve ligado tanto a essa primeira tentativa de conquista do Ceará como às seguintes, dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, e de seu sobrinho Martim Soares Moreno, todos possíveis e necessários informantes das minucias nêle contidas.

Afirmações, estas, que não excluem a hipótese, e mesmo a probabilidade, de João Teixeira Albernaz e outros cartógrafos que teriam colaborado na confecção dos mapas e plantas da **Razão do Estado,** terem aproveitado, na respectiva elaboração, também os dados contidos em cartas anteriores, inclusive o **Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães,** existente na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, de autoria atribuída a seu parente Luís Teixeira, pelo Sr. Armando Cortesão (1), e de elaboração entre 1573 e 1578 "ou pouco mais".

Ainda a propósito da autoria dos mapas do códice carioca da **Razão do Estado,** convém lembrar que Cândido Mendes de Almeida não duvidava atribuí-la, pelo menos em parte, a Diogo de Campos Moreno, conforme deixou consignado em várias passagens da introdução "Ao leitor" de suas **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão,** 2.º vol. (Rio, 1874). Assim, às p. XIV/XV, mencionou o "mapa de Pero Coelho de Sousa copiado por Diogo de Campos Moreno na sua obra — **Livro da Razão do Estado;** à p. XXIX, citou os "mapas de Diogo de Campos", do mesmo **Livro;** o que também fêz à p. LXX, quanto ao mapa do Maranhão, etc. Capistrano de Abreu, em carta ao Barão de Studart, de 1902, assegurou, porém, que o primeiro daqueles mapas, o do Ceará, "não é de Pero Coelho, como Cândido Mendes afirmou e acreditei tôlamente", visto que o conquistador "exceto na Ibia-

(1) — Armando Cortesão — **Cartografia e Cartógrafos Portuguêses dos Séculos XV e XVI,** vol. II (Lisboa, 1935), p. 275.

Digitized by Google

paba, não se afastou do litoral" (2). Asserção que não exclui o recolhimento posterior de dados, por parte de Diogo de Campos, os quais já alcançariam um pouco mais do interior hoje cearense, piauiense e maranhense.

Admitimos, entretanto, que os mapas não referentes, pròpriamente, ao texto da **Razão do Estado**, tenham sido acrescentados pelo cartógrafo ou por outrem, nada tendo que ver com aquêle coautor que apresentamos, Diogo de Campos. E' o caso das cartas de todo o Brasil, de São Vicente ao Rio da Prata (esta só existente no Atlas de Paris, do Rio de Janeiro a São Vicente, do pôrto do Rio de Janeiro, de Maricá a São Tomé — em número de cinco. Aceitamos, igualmente, que de um modo geral sejam tôdas um pouco posteriores aos milésimos da preparação do texto (1612/1614), sendo possíveis acréscimos até 1627 (ano mencionado no **Livro-Atlas** de Paris). No caso do mapa de Pernambuco e da planta do Recife e Olinda, são claras as alterações havidas no exemplar do Rio de Janeiro com referência ao do Pôrto, conforme no lugar próprio demonstraremos. Daí não resulta, porém, que devam ser aceitos sem discussão os milésimos, aliás apenas aproximativos, que para os mapas e plantas dos dois códices apresentou o Sr. Jaime Cortesão: de circa 1616 os da Biblioteca portuense, de circa 1626 os do Instituto carioca (3). Basta lembrar que alguns dos primeiros são rigorosamente repetidos no segundo.

Parece-nos da mesma forma evidente o aproveitamento dos referidos mapas nos posteriormente feitos pelo mesmo João Teixeira Albernaz: os de 1630, da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro; o do mesmo ano e de 1631, ditos de D. Jerónimo de Ataíde, existentes em Washington e na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; os de 1640, 1642, 1666, 1670 — todos mencionados pelo Sr. Jaime Cortesão em seu curso de "História da Cartografia Política do Brasil", de 1945, no Instituto Rio-Branco.

---

(2) — **Correspondência de Capistrano de Abreu**, vol. I (Rio, 1954), p. 155.

(3) — Em «Os Atlas dos Teixeiras: significado político; influência sôbre a cartografia holandesa», sétima aula do curso de «História da Cartografia Política do Brasil», em 1945 dado no Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, cópia mimeografada.

Digitized by Google

Feitas estas observações sôbre a autoria e provável colaboração havida na preparação dêsses mapas e plantas, convém, mais uma vez, repelir a apressada opinião de Capistrano de Abreu, de que êles, "feitos posteriormente" ao **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** seriam "em geral de escasso valor" (4). Preferimos, a respeito, os implícitos elogios que lhes fizeram, entre outros, mestres como Varnhagen e Cândido Mendes de Almeida, aquêle o divulgador da obra, êste o primeiro propositor de sua edição. E, quanto ao próprio Capistrano, convém lembrar que êle mesmo ilustrou a **História do Brasil,** de frei Vicente do Salvador, com uma planta e um dêsses mapas, a do Salvador e o do Maranhão... E recomendou, aquela, ao seu amigo J. Lúcio de Azevedo, pois "suprirá muitas lacunas" (5).

Quanto ao **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas,** "feito por João Teixeira Albernaz, moço da Câmara de Sua Majestade, e seu Cosmógrafo em Lisboa — ano de 1627", atlas existente na Biblioteca Real, depois Nacional, de Paris, torna-se necessário que aqui se acrescentem alguns dados a seu respeito, por conter, em seus 19 mapas e plantas, 18 que também figuram no códice do **Livro que dá Razão do Estado,** do Rio de Janeiro, e 14 dos que constam do apógrafo da Biblioteca do Pôrto.

A primeira notícia que temos do referido **Atlas** é a proposta que apareceu em sessão de 8 de fevereiro de 1844, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: "Existindo na Biblioteca Real de Paris uma descrição de tôdas as costas e portos do Brasil, com mapas, obra de João Teixeira de Albernaz, oferecida a El-Rei de Espanha em 1627: proponho que o Instituto faça tôda a diligência para obter uma cópia da referida obra" (a) José Silvestre Rebelo" (6). Discutida e aprovada, nada se fêz a respeito.

A êsse tempo residia em Paris o brasileiro Dr. Caetano Lopes de Moura, que, protegido pelo jovem D. Pedro II, dedicava-se a copiar, nos arquivos e bibliotecas, documentos interessantes ao Brasil, além de

---

(4) — J. Capistrano de Abreu — «Prolegômenos» à **História do Brasil,** de frei Vicente do Salvador, 2a. ed. (S. Paulo, 1918), p. 262.

(5) — **Correspondência de Capistrano de Abreu,** cit., vol. II, p. 46 e 56.

(6) — **Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo VI, de 1844, 2a. ed. (Rio, 1865), p. 126.

Digitized by Google

traduzir trabalhos históricos e literários (7). Sua correspondência com o Imperador, hoje guardada no Palácio da Princesa, no Arquivo da Superintendência de Petrópolis, foi generosamente posta à nossa disposição por Sua Alteza Imperial o Príncipe D. Pedro de Orléans-Bragança, bisneto de D. Pedro II, e pelo Sr. Guilherme Auler, diretores da Companhia Imobiliária de Petrópolis, e, por gentileza do último, aqui podemos aproveitá-la, a propósito da referida obra de João Teixeira Albernaz.

Assim, em carta n.º 2, de 30 de janeiro de 1847, começou Lopes de Moura a descrever, ao augusto correspondente, o atlas da então Biblioteca Real francesa, para a qual fôra adquirido em 1717, conforme nota existente no próprio códice. Destinava-se a ser oferecido ao rei de Espanha (Filipe IV), pois trazia suas armas no frontispício. (Ao contrário do que acontece nos códices do Pôrto e do Rio de Janeiro — registramos nós — pois o primeiro traz as armas de Portugal, o outro as do 2.º Marquês de Eliche, conforme apuramos). Duas vêzes menciona a data de 1627, para nós muito importante para a fixação do limite de elaboração dos seus mapas. Como a sua primeira carta, a geral do Brasil, fôsse muito grande, mandou Moura que fôsse inicialmente copiada a quarta, da baía do Rio de Janeiro, enviando-a a D. Pedro II, que a terá doado ao Instituto Histórico, pois encontra-se em sua Mapoteca. Remeteu, posteriormente, aquela, conforme sua carta n.º 3, de 12 de março de 1847.

Minuciosa descrição do Atlas, com a reprodução das legendas de suas 19 cartas e plantas em pergaminho, tôdas "superiormente iluminadas", enviou posteriormente. Dela nos serviremos, para a confrontação, adiante feita, das peças cartográficas dos três códices, do Rio de Janeiro, do Pôrto e de Paris.

Noutra carta a D. Pedro II, a de n.º 4, de 31 de março de 1848, noticiou-lhe Lopes de Moura a remessa de mais duas cópias de mapas do Atlas de Teixeira Albernaz: as das costas entre o Rio de Janeiro e o pôrto de São Vicente, e a dêste ao Rio da Prata, esta exatamente a que falta ao códice do Instituto Histórico. Na Mapoteca da mesma instituição estão as referidas cópias, certamente por doação do Imperador.

(7) — Guilherme Auler — Nota à **Viagem a Pernambuco em 1859**, de D. Pedro II (Recife, 1952), p. 52.

Digitized by Google

A 18 de março de 1849, "por causa dos desconcertos do tempo e carestia dos desenhadores" anunciou a suspensão das cópias que entretanto esperava "com economia e tempo vir a ultimar". Não o fêz, entretanto, porque os acontecimentos políticos da França levaram-no a deixar o país (8).

A existência, em Paris, na Biblioteca Nacional, sob n.° 8.372, dêsse Atlas de João Teixeira Albernaz, forneceu ao govêrno francês um argumento contra os direitos do Brasil à região do Amapá, quando, ao findar o século XIX, com êle discutia o nosso país, por intermédio do Barão do Rio Branco e sob o arbitramento do Conselho Federal Suiço, essa questão fronteiriça. E' que o "mapa geral do Brasil", n.° 5 no portulano (sic) de 46 fôlhas, de 1627, "déclare que le Brésil commence au Rio Pará" — o que o advogado francês não deixou de anotar na **Mémoire contenant l'Exposé des Droits de la France dans la Question des Frontières de la Guyane Francaise et du Brésil soumise à l'arbitrage du Gouvernement de la Confédération Suisse** (Paris, s. d.) [1899], p. 298/301. Aí se reproduziu, sob números 10 e 10 bis, aquêle mapa, cuja perniciosa legenda teve Rio Branco de combater, inclusive enèrgicamente negando autoridade ao seu autor: "L' Atlas de 1627 — escreveu êle — n'est pas un document officiel portugais"... "elle prouve seulement l'ignorance de ce cartographe". Teixeira "déclare dans sa carte que le Brésil commence au Rio Pará. Il ne pouvait pas se prononcer autrement en 1627" (9). E, certamente para reforçar os seus argumentos, obteve do Instituto Histórico, por empréstimo, seu exemplar do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** conforme carta de Capistrano de Abreu ao Barão de Studart, de 1902 (10).

Para maior facilidade da comparação entre os mapas e plantas contidos em cada um dos três códices, o **Livro que dá Razão do Estado** (do Instituto Histórico), a **Razão do Estado do Brasil** (da Biblioteca do Pôrto) e o **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Brasil,** de João Teixeira Albernaz (da Biblioteca Nacional, de Paris), adiante apresentamos um quadro do que contêm, em matéria cartográfica:

---

(8) — Tôdas as citações conforme os originais da referida correspondência entre o Dr. Caetano Lopes de Moura e D. Pedro II, guardada no Arquivo da Superintendência de Petrópolis, no Palácio da Princesa, na mesma cidade.

(9) — Barão do Rio Branco — **Questões de Limites — Guiana Francesa. 2a. Memória,** reed. nas **Obras** do Barão (Rio, 1945), p. 85.

(10) — **Correspondência de Capistrano de Abreu,** cit., vol. I, p. 155.

Digitized by Google

COLAÇÃO DAS CARTAS E PLANTAS DOS CÓDICES DA RAZÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DO PÔRTO E DO ATLAS DA BIBLIOTECA NACIONAL, DE PARIS

TÍTULO	RIO DE JANEIRO		PÔRTO		PARIS
	No.	DIMENSÕES	No	DIMENSÕES	No.
Estado do Brasil	1	813 X 607 mm.	1 (11)	392 X 525 mm.	1
De São Vicente ao Rio da Prata	Falta	—	Falta	—	2 (12)
Do Rio de Janeiro a S. Vicente	2	403 X 568	Falta	—	3
Rio de Janeiro	3	420 X 664	Falta	—	4
De Maricá a S. Tomé	4	394 X 370	Falta	—	5
Espírito Santo	5	420 X 563	2	412 X 556	6
Pôrto Seguro	6	415 X 5[illegible]0	4	402 X 540	8
Abrolhos	7	395 X 569	3	405 X 542	7
Pôrto Seguro e Ilhéus	8	418 X 563	5	405 X 536	Falta
Ilhéus	9	418 X 563	6	400 X 535	9
Rio das Contas, Camamu, Morro de S. Paulo	10	39[illegible] X 567	7	406 X 537	10
Bahia de Todos os Santos	11	832 X 600	8	405 X 540	11
Cidade do Salvador	12	427 X 1280	9	412 X 1025 (13)	Falta
Sergipe d'El-[illegible]ei	13	393 X 568	10	406 X 537	Falta
Rio São Francisco	14	718 X 560	11	763 X 556	12
Forte da Passagem	15	814 X 388	12 (14)	394 X 251	Falta
Pernambuco	16	393 X 568	13	401 X 534	13
Recife e Olinda	17	395 X 5[illegible]6	14	392 X 547	14
Itamaracá	18	392 X 567	15	400 X 544	15
Paraíba	19	566 X 400	16	402 X 539	16
Rio Grande	20	414 X 568	17 (15)	395 X 528	17
Ceará	21	3[illegible]5 X 569	Falta	—	18
Maranhão	22	393 X 567	18	392 X 5[illegible]0	19

(11) — O mapa n.º 1 do códice da Biblioteca do Pôrto é completamente diverso do n.º 1 dos códices do Instituto Histórico e da Biblioteca de Paris, conforme será adiante explicado, no texto a êstes relativo.

(12) — O mapa n.º 2 do Atlas de Paris, sòmente nêle contido, mas de que possui cópia o Instituto Histórico, tem a seguinte legenda: «Mostra-se a costa que vai do pôrto de São Vicente para o Rio da Prata, na qual está um bom pôrto a que chamam **Upava**. E' tôda esta terra baixa, ao longo do mar, fértil de gados e mantimentos; os habitadores desta terra é gente doméstica, a que chamam os Patos». — A cópia do Instituto teve o n.º 262 em seu **Catálogo** de 1885 e hoje tem a cota G 10-D, n.º 90.

(13) — A planta da cidade do Salvador, no códice da Biblioteca do Pôrto tem um acréscimo colado e desdobrável, de 207 x 216 mm., conforme é explicado adiante, no texto respectivo.

(14) — No códice do Pôrto a planta do Forte Novo da Passagem, situado próximo à barra do rio São Francisco, ocupa mais ou menos a quarta parte do verso da fôlha do mapa n.º 11, do Rio de São Francisco .(Cf. A. de Magalhães Basto — **op. cit.**, p. 121|122). Daí ter êsse autor, como Varnhagen, anteriormente, na **História Geral do Brasil** (4a. ed. integral, tomo II, p. 132), considerado apenas o total de 17 mapas e plantas para o apógrafo portuense, quando 18 nêle aparecem, contada separadamente também aquela planta, como ocorre no exemplar do Instituto Histórico.

(15) — A planta do Forte dos Reis Magos, ao alto do mapa do Rio Grande ,tem as dimensões de 195 x 256 mm., no códice do Pôrto. No do Instituto Histórico mede 190 x 270 mm.

Digitized by Google

Visto, assim, um quadro geral da parte cartográfica dos dois códices e do Atlas, passemos ao exame de cada um dos mapas e plantas do apógrafo do Rio de Janeiro, com as leituras das respectivas legendas em linguagem atual, comparando-os com os do Pôrto e de Paris.

N.º 1 — ESTADO DO BRASIL

Legenda — "Descrição de todo o Estado do Brasil, que para o norte começa no Grão-Pará, cuja entrada está debaixo da equinocial, e para o sul termina na entrada do Rio da Prata, em altura de 35 graus. Mostram-se na presente carta todos os seus portos, em suas verdadeiras alturas e nas seguintes tábuas cada um em particular, com suas sondas, barras e povoações. E juntamente mostra-se, neste mapa, a confrontação que tem êste Estado com as terras do Peru e Novo Mundo, e com os estreitos de Magalhães e São Vicente.

"Feitas por João Teixeira, cosmógrafo de Sua Majestade. Em Lisboa.

A legenda dêsse mapa, no Atlas de Paris, é ligeiramente diferente da acima transcrita, visto que tem acréscimos dizendo que no Brasil "pela parte oriental lava suas ribeiras o oceano Etiópico" (assim também mencionado nas primeiras linhas da **Razão do Estado**). E depois declara citar "tôdas as sondas e surgidouros, povoações e fazendas, sítios e fortificações na melhor forma que foi possível. Feitas em Lisboa, ano do Senhor de 1627. Por João Teixeira, Môço da Câmara de Sua Majestade e seu Cosmógrafo nos Reinos de Portugal".

Convém notar, aí, o muito importante acréscimo da data, a mesma que figura no título do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil, e seus portos, barras e sondas delas**.

O próprio conteúdo dos dois mapas é um tanto diferente, embora se aproximem em suas características gerais. O de Paris localiza tribos indígenas e minas de ouro no interior, nas nascentes do rio Itapecuru maranhense e além das cabeceiras do Mearim. O do Instituto Histórico, traçado em grande página dupla, vertical, apresenta mais florestas e montanhas. Começa acima do cabo do Norte, no atual Amapá, e vai até a Terra do Fogo, ao sul. Atinge as cidades hispano-americanas de Cuzco, Chuquisaca, Potosí, Tucumán, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires. Compreende parte dos Andes, mas não alcança o oceano Pacífico.

Conforme foi explicado anteriormente, a declaração, contida nas legendas dêste mapa, tanto no exemplar da Biblioteca Nacional, de Paris, como no do Instituto Histórico, de que o território do Brasil começava "no Rio Pará" ou "no Grão-Pará", respectivamente, proporcionou dificuldades à defesa dos nossos direitos à região do Amapá, na questão de fronteiras em fins do século passado mantida com a França.

Digitized by Google

Acha-se reproduzido, aquêle, sob n.º 10 e 10 bis, na **Mémoire de la France**, cit., p. 298/301.

O mapa geral do Brasil que abre o códice da **Razão do Estado** da Biblioteca do Pôrto é completamente diferente dos citados, a começar pelas próprias dimensões, sendo, mesmo, bastante posterior, pois aparecem outros, semelhantes e também de João Teixeira Albernaz, datados de 1640 (com o mesmo título de "Terra de Santa Cruz"), e de 1642, êste da Biblioteca da Ajuda, de Lisboa (intitulado "Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam Brasil"), ambos reproduzidos no 1.º **Atlas** do Barão do Rio Branco, referente àquela questão de limites com a Guiana Francesa.

Eis como o descreveu o Sr. A. de Magalhães Basto, no **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, cit., à p. 116: **Terra de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam Brasil** — Êste mapa tem apenas nomenclatura dos lugares da costa; do interior nem sequer indica um curso dágua ou um monte. Abrange o litoral desde "Inana, acima do rio Itata (no Norte) até um pouco mais ao sul do que a ponta de Santo Antônio, abaixo do rio da Prata". Sua legenda é apenas aquêle título.

Para justificar a hipótese de que foi introduzido posteriormente no códice, convém lembrar que nêle não tem numeração, o que não ocorre com os demais.

N.º 2 — COSTA DO RIO DE JANEIRO A SÃO VICENTE

Legenda — "Descrição da costa que vai do Rio de Janeiro até o pôrto de São Vicente, que é a última povoação que temos na Costa do Brasil para a parte do Sul, na qual há mui bons portos e surgidouros, como se mostra".

A afirmação, aí contida, de ser São Vicente a última povoação portuguêsa da costa do Brasil, em direção ao sul, demonstra ou a antiguidade da carta, ou a ignorância de quem a traçou, quando já eram conhecidos Paranaguá e Mbiaçá (Pôrto dos Patos, em Santa Catarina).

Inexistente no códice do Pôrto, é êste o mapa n.º 3 do Atlas de Paris, onde aparece, antes dêle, sob n.º 2, outro mapa que falta ao apógrafo do Instituto Histórico, conforme já explicamos, o do litoral que vai do pôrto de São Vicente ao Rio da Prata (16).

Também a legenda do mapa n.º 3, de Paris, é diferente da acima transcrita, pois diz, da referida costa entre o Rio de Janeiro e São Vicente, ser "buscada ordinàriamente de piratas inglêses e holandeses,

(16) — Cf. nossa nota 12, supra.

(17) — A cópia existente no Instituto Histórico teve o n.º 261 em seu **Catálogo das Cartas Geográficas**, etc., de 1885. Tem, hoje, a cota G 10-D, n.º 90, e mede 393 X 586 mm.

Digitized by Google

que vão pelo estreito de Magalhães, por razão dos portos que aqui há, bons para fazerem aguada" (17).

O exemplar do mapa n.º 2 do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, do Instituto Histórico, tem-se reproduzido várias vêzes. De uma cópia feita em 1917, pelo agrimensor Juvenal Martins, publicou-o o Sr. Affonso de E. Taunay, em sua **Coletânea de Mapas da Cartografia Paulista Antiga** (São Paulo, 1922). Repetiu-o Serafim Leite, S.I., no tomo I da monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, 1938), p. 288. E novamente o Sr. Taunay, em sua resumida **História das Bandeiras Paulistas**, tomo I (São Paulo, 1953), p. 40.

N.º 3 — Rio de Janeiro

Legenda — "Êste pôrto do Rio de Janeiro é o melhor de todo o Estado do Brasil, assim por ser mais defensável como por ser abundantíssimo de mantimentos, madeiras e tudo o mais que é necessário para apresto de muitas naus, sem haver mister nada de Europa; é êle em si capaz de muitas e grandes embarcações".

Coincide com esta otimista legenda a do mapa n.º 4 do Atlas de Paris, com a diferença, apenas, de ser um pouco mais prolixa e terminando com as palavras: "É terra muito rica, abundante e de bons ares; está em altura de 23 graus da parte do Sul" — conforme a cópia existente no Instituto Histórico, em 1847 feita por iniciativa de Caetano Lopes de Moura e oferecida pelo Imperador D. Pedro II (18).

Também êste mapa falta ao códice da Biblioteca do Pôrto.

Sendo o mapa do Rio de Janeiro do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** mais imperfeito que o anterior, que também abrange tôda a baía de Guanabara e que consta do códice intitulado **Roteiro de todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixos, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Magalhães**, do antepenúltimo decênio do século XVI, existente na Biblioteca de Ajuda, de Lisboa, tem sido êste o preferido para dar idéia cartográfica dos primeiros tempo da atual metrópole brasileira e de suas vizinhanças. Referindo-se ao primeiro, em 1887 escreveu Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco: "A planta da **Razão do Estado** não tem importância" (19).

N.º 4 — Das ilhas de Maricá ao cabo de São Tomé

Legenda — "Mostra-se na presente tábua tôda a costa que há entre a ilha de Maricá e o cabo de São Tomé, em que estão portos muit[o]

(18) — N.º 250 do cit. Catálogo de 1885, do Instituto Histórico. Mede 391 X 571 mm.

(19) — Correspondência de Capistrano de Abreu, cit., tomo I, p. 106.

Digitized by Google

bons e em que se resgata muito pau-brasil por franceses e holandeses que muitas vêzes hão sido presos e desbaratados pelos portuguêses do Rio de Janeiro. E em tôda esta terra não há povoação".

Mais explícita quanto às lutas com os estrangeiros nessa região é a legenda do mapa n.º 5, do Atlas de Paris, que corresponde a êste nº 4 do Instituto Histórico. Acrescenta que os ditos "franceses e holandeses resgatam com os índios, principalmente de cabo Frio até o cabo de São Tomé".

O não mencionarem, ambas as cartas, a existência de Cabo Frio, fundado em 1615, constitui prova de sua antiguidade.

Também êste mapa falta ao códice da Biblioteca do Pôrto.

N.º 5 — Capitania do Espírito Santo

Legenda — "Demonstração da capitania do Espírito Santo, até a ponta da barra do rio Doce, no qual parte com Pôrto Seguro. Mostra-se a aldéia dos Reis Magos, que administram os padres da Companhia. E do dito rio para o norte corre a costa como se mostra, até o rio das Caravelas, tudo despovoado, com muitos portos para navios da costa e muitas matas de pau-brasil. Mostra-se pelo rio Doce o caminho que se faz para a serra das Esmeraldas, passando o Rio Guasisi, e mais avante das cachoeiras o rio Guasisi-mirim; e mais avante como se entra no rio Una e dêle caminhando pouca terra entra-se na lagoa do ponto E, da qual desembarcam e sobem a serra das Esmeraldas, tudo conforme a viagem que fêz Marcos de Azevedo".

É êste mapa o n.º 2 do códice do Pôrto, com a mesma legenda. E o n.º 6 do Atlas de Paris, com legenda mais resumida quanto ao roteiro para a serra das Esmeraldas.

Aquela, portanto, é a mais interessante, devido ao esclarecimento, que traz, à discutida história do descobrimento das esmeraldas, já em território hoje mineiro, anteriormente realizado por Marcos de Azevedo, e sòmente aqui cartogràficamente documentado. Conforme nossas notas 59, à introdução simplesmente intitulada "Razão do Estado do Brasil", e 6, da capitania de Pôrto Seguro — cabe aqui confirmar a sugestão, que fizemos, de ter Diogo de Campos Moreno conhecimento direto do referido roteiro, por intermédio do próprio descobridor, que, como êle, encontrava-se na Europa, em 1613, pleiteando e obtendo auxílio oficial para repetir a referida exploração mineral. A alusão às pedras verdes, já aparecida na obra de Pero de Magalhães Gandavo (20), en-

(20) — No Tratado da Terra do Brasil, ed. de 1924, p. 59, e na História da Província Santa Cruz, idem, p. 150.

Digitized by Google

controu maior consistência na de Gabriel Soares de Sousa (21), parecendo tornar-se realidade com o descobrimento de Marcos de Azevedo (e não de Azeredo). Coube a Paulo Prado divulgar, em **Paulística,** a carta de Filipe III ao governador Gaspar de Sousa, de 22 de fevereiro daquele ano, mandando fornecer ao descobridor 4.000 cruzados, para a nova entrada em busca das esmeraldas. Citou-a, então, através do artigo "Um códice dos séculos XVI e XVII, propriedade do Dr. Abel de Andrade", publicado em 1919, na **Revista da Faculdade de Direito,** de Lisboa. Agora, porém, pertencendo à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores o referido códice, que é o de **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** nêle encontramos, não só a citada carta, como abundantes provas da permanência, então, na Europa, tanto de Marcos de Azevedo como de Diogo de Campos, a tratarem de seus negócios na Côrte, não sendo, portanto, improvável a hipótese de que teria o primeiro oferecido ao segundo, pessoalmente, as informações roteirísticas contidas naquela legenda cartográfica.

A questão da identificação dos rios Guasisi, Guasisi-mirim e Una, indicados na legenda do mapa do Espírito Santo como vias de acesso para a serra das Esmeraldas, foi primeiramente examinada por Brás da Costa Rubim, na "Memória sôbre os Limites da Província do Espírito Santo", lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 26 de agôsto de 1859 e publicada na respectiva **Revista,** vol. XXIII, de 1860. Concluiu pela dificuldade de uma exata correspondência toponímica, assinalando, porém, que, como ficavam aquêles acidentes geográficos **depois** das citadas cachoeiras do rio Doce, estariam, naquela ocasião, em território pertencente à então província de Minas Gerais.

Também não concordou Rubim com a afirmação, feita na legenda dêste mapa do Espírito Santo, de que esta capitania partia com a de Pôrto Seguro pelo rio Doce. Alegou, a respeito, que o próprio texto do **Livro que dá Razão do Estado,** no capítulo referente à vizinha capitania, apresentava como limite o rio Circacem ou Cricaré, hoje São Mateus (22).

Posteriormente, em **As Minas do Brasil e sua Legislação,** nos seguintes têrmos retomou João Pandiá Calógeras a questão da identificação do roteiro para as minas das esmeraldas, de acôrdo com a referida legenda: "Por êste itinerário se vê que o caminho seguido pouco se afastou do de Sebastião Fernandes Tourinho desde o rio Doce até o Suaçuí. Aí fala-se de um Guasisi-mirim que deve ser, não o Suaçuí-Pequeno dos modernos geógrafos, mas um afluente do outro, provàvel-

(21) — No Tratado Descritivo do Brasil em 1587, 3a. ed. (S. Paulo, 1938), p. 430/431.

(22) — Op. cit., p 122; cf. nossa nota 2, relativa à capitania de Pôrto Seguro.

Digitized by Google

mente o Urupuca, do qual passou a bandeira para o rio Una, de cujo nome o atual rio Araunã conserva a lembrança. Daí com poucos quilômetros de percurso por terra atinge-se pelo lado oriental a lagoa citada no roteiro e nas mesmas condições nêle indicadas; subindo a mesma para o norte e, em seguida, o pequeno ribeirão que nela deságua, chega-se à serra das Esmeraldas, o **divortium aquarium** do Mucuri e do Doce, mais ou menos no meridiano da atual cidade de Teófilo Ottoni". ... "A lagoa mencionada neste trajeto é atualmente conhecida pelo nome de Água Preta; a denominação de Una dada por Azeredo (sic) deixa perceber que se trata de fenômeno generalizado na zona, devido talvez à influência dos ulmatos alcalinos em dissolução, nas águas de uma região coberta de matas" (23).

Confirmando, talvez, a identificação de Calógeras e a possibilidade do retôrno à região da atual cidade de Teófilo Ottoni, em 1614, do descobridor Marcos de Azevedo, encontrou-se, no ano de 1932, em suas vizinhanças, uma pedra tôsca tendo inscrito aquêle milésimo (24).

Dêsse mapa do Espírito Santo já foi publicado, por duas vêzes, extraído do códice do Pôrto, sómente o trecho da ilha do "Espírito Santo e aldeia dos Reis Magos", em que, além desta, aparece Vitória (sem o nome), mas não a antiga vila do Espírito Santo, que deu nome à capitania e depois foi Vila Velha. Reproduziram-no, primeiramente, Serafim Leite, S.I., em sua **História da Companhia de Jesus no Brasil,** tomo I (Lisboa, 1938), p. 240, e, também, a **História da Expansão Portuguêsa no Mundo,** tomo III (Lisboa, 1940), fasc. 26.

N.º 6 — Pôrto Seguro

Legenda — "No ponto A mostra-se a povoação de Pôrto Seguro, junto do rio Serinhaém, com poucas casas e mui desbaratada. — No ponto B mostra-se a barra com 5 braças à pancada do mar e dentro dos recifes sempre duas braças. — No ponto C a barra e povoação velha, onde entraram as náus da Índia, com suas sondas de 10 e 9 braças; mais ao norte vê-se a barra de Santa Cruz com 9 braças (25) entre os

(23) — Op. cit., vol. I (Rio, 1904), p. 394/395.

(24) — Cf. Reinaldo Otoni Pôrto — "A Entrada de Marcos de Azeredo" (sic), na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. III, de 1946/1947 (Belo Horizonte, 1948), p. 188/191.

(25) — A legenda do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris, assinala apenas 8 braças de profundidade para a barra de Santa Cruz, para nós muito importante, por ser a do descobrimento cabralino de 1500.

(26) — A Descrição de todo o Maritimo da Terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente o Brasil, atlas de João Teixeira, de 1640, existente na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, assinala o rio Santo Antônio como limitrofe entre as capitanias de Ilhéus e Pôrto Seguro.

Digitized by Google

recifes, que, todos, de baixa-mar ficam sobreaguados e em partes descobertos e mais nas águas vivas, como aqui se mostram. Com todos os demais sítios e fazendas e conhecenças do rio dos Frades até o rio de Santo Antônio (26). Também se mostra a casa milagrosa de Nossa Senhora da Ajuda (27) no ponto D. E Santo Amaro, em que já houve povoação de juízes e vereadores (28). Mostram-se as fazendas do dito rio Serinhaém até Irupe (29), no ponto E."

A legenda do mapa n.º 4 da Biblioteca do Pôrto, correspondente a esta, dela pouco diverge, em algumas palavras e letras. Também não é muito diversa a do n.º 8 do Atlas de Paris, apenas mais sucinta.

Quanto à colocação, neste como no códice do Pôrto, vem antes da carta da capitania de Pôrto Seguro a "Diligentíssima demonstração da sonda dos Abrolhos", que no apógrafo do Rio de Janeiro com maior razão aparece depois dela.

Digna de nota é a contraprova, oferecida neste mapa de Pôrto Seguro, da existência, nas terras da capitania, de apreciável quantidade de povoações, antes que fôsse assolada pelos assaltos dos aimorés. Assim, além do casario da vila-capital, aí se percebem os povoados, com igrejas assinaladas, de Santo Amaro e Nossa Senhora da Ajuda. De modo diverso das anteriores, quanto à representação gráfica, figuram Santa Cruz e a "Povoação Velha".

O mapa de Pôrto Seguro foi reproduzido em **Cabral e as Origens do Brasil** — "Ensaio de topografia histórica", do Sr. Jaime Cortesão (Rio, 1944), p. 104, e, dêste, no estudo "Engenhos do Século XVII na **Razão do Estado do Brasil**", do Sr. Miguel Costa Filho, publ. na revista **Brasil Açucareiro**, do Rio de Janeiro, de outubro de 1950, p. 81. Neste foi destacada a localização do antigo "engenho do Duque", isto é, do Duque de Aveiro, que de sesmeiro passou a donatário da capitania, por compra, conforme explicamos em nota ao texto.

N.º 7 — Demonstração dos Abrolhos

Legenda — "Demonstração da sonda dos Abrolhos na costa do Brasil, desde o rio dos Frades e ponta de Corumbabo até o rio das Ca-

(27) — Frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**, cit., p. 98, menciona a vila de "Santo Amaro, onde está uma ermida de Nossa Senhora da Ajuda em um monte mui alto, e no meio dêle, caminho por que se sobe, uma fonte de água milagrosa assim nos efeitos que Deus obra por meio dela, dando saúde aos enfermos que a bebem, como na origem, que sùbitamente a deu o Senhor ali pela criação de um religioso da Companhia".

(28) — No texto há maiores referências à causa da decadência das povoações de Pôrto Seguro.

(29) — No códice do Pôrto está "Yraipee", aliás Iraipe.

Digitized by Google

ravelas, feita por mandado do governador D. Diogo de Menezes no ano de 1610.

"Tôdas as letras da aritmética valem braças de sonda. Em todos os recifes que se mostram descobertos rebenta e desflora o mar a tôdas as horas de baixa-mar de águas vivas e todos por muitas partes se descobrem, ficando com lagamares na forma que se mostra.

"Desde as ilhas da letra A, correndo a costa ao norte até 16 gráus de altura, que vem a ser até o rio Grande ou até o rio de Patipe, vai um banco de pedra por fundo, de 18, 20 e 25 braças, onde a todo tempo se toma muito peixe de linha. Quem por esta altura a 12 léguas de terra navegar, virá a ver pelo sul as ditas ilhas e as barreiras vermelhas de Corumbabo e sem perigo passará como quiser os Abrolhos, a leste das ditas ilhas ou a loeste pelo Canal Grande. Na letra G tem 6 palmos (30) dágua".

A legenda dêste mapa que tem os números 7 no códice do Instituto Histórico e no Atlas de Paris, aparece com importante acréscimo sómente no mapa n.º 3 da Biblioteca do Pôrto: ao fim do primeiro parágrafo, depois da referência ao mandado de 1610, do governador D. Diogo de Menezes, ajunta-se: "pelo capitão e sargento-mor daquele Estado, sendo pilotos Antônio Vicente [Cochado] e Valério Fernandes". Falta êste aumento também no **Livro** de Paris, onde, como no apógrafo portuense, a legenda começa por "Diligentíssima demonstração", etc., e é, mesmo, um pouco menor que a supracitada.

Foi aquela identificação que forneceu a Diogo Köpke a pista, que indicou a Varnhagen, para a atribuição da autoria de todo o códice. O bibliógrafo do Pôrto não sabia quem fôsse o "capitão e sargento-mor" do Estado do Brasil, mas, sabendo-o o historiador e diplomata brasileiro, pôde, depois de algumas hesitações, fixar o nome de Diogo de Campos Moreno, como vimos ao tratar da questão.

Convém lembrar que embora as legendas do mapa dos Abrolhos dêem o milésimo de 1610 para a realização do reconhecimento de que resultou a carta, desde 1604 havia o rei Filipe III recomendado a Diogo Botelho essa providência. Agradeceu-a no ano seguinte, por ter recebido notícia de que fôra efetivada. Tão importantes teriam sido as observações então feitas, que o rei as "mandou pôr na carta de marear", conforme alegou, em 1608, o procurador do mesmo governador. (Cf. "Correspondência de Diogo Botelho, Governador do Estado do Brasil, 1602-1608", cópias do Arquivo da Tôrre do Tombo, de Lisboa, publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121, p. 2/4 e 188).

(30) — Deixando o códice do Rio de Janeiro em branco êsse ponto, completamos a indicação pelos do Pôrto e de Paris.

Digitized by Google

N.º 8 — Pôrto Seguro e Ilhéus

Legenda — "Mostra-se a barra de Santo Antônio, que até o rio Grande, que se vê no ponto B, é terra de Pôrto Seguro. Com muito pau-brasil, sem povoação alguma. No ponto C mostra-se o rio Patipe e, dêle até os Ilhéus, como corre a costa norte-sul. Desviados de terra 2 e 3 léguas, por 15 até 18, 20 e 25 braças toma-se infinito peixe de linha; e vai dando sempre o prumo em pedra, até às ilhas dos Abrolhos. Dêste rio até os Ilhéus é tudo despovoado, com grandes matas de pau-brasil".

É a mesma a legenda dêste mapa, n.º 8 do códice do Instituto Histórico, n.º 5 do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, e que falta ao Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris.

Note-se a diferença quanto ao limite das duas capitanias, pelo rio Grande ou Jequitinhonha. E também a referência à abundância de peixes ainda hoje aí verificada.

N.º 9 — Capitania dos Ilhéus

Transcrevendo a legenda do mapa n.º 9 do códice do Instituto Histórico, idêntica à do n.º 6 do Pôrto, colocaremos adiante, entre parênteses, pequenas diferenças verificadas na colação com a do n.º 9 da Biblioteca Nacional de Paris.

"A — Mostra-se a vila de São Jorge.
B — O desembarcadouro de Tanbepe. (Tãobepe, no Atlas de Paris).
C — O lugar onde surgem naus grandes .
D — Entrada da barra, com 2 braças.
E — Engenho de Taípe.
F — Caminho de Tanbepe para a vila.
G — Lagoa de Taípe.
H — Barra de Taípe, com 6 palmos dágua. (O algarismo não aparece no códice do Rio de Janeiro; colocamos o que está no Atlas de Paris).
I — Aldeia dos índios.
L — Nossa Senhora da Vitória. ("Fora da vila", acrescenta a legenda parisiense).
M — Engenho de Santa Ana. (Que pertenceu a Men de Sá, conforme o trabalho do Sr. Wanderley Pinto, adiante mencionado).

Digitized by Google

N — Engenho de São Francisco.
O — Engenho da Esperança.
P — As Pitangas.
Q — Paço de Camarõpins.
R — Pôrto de Maria Iape". (No de Paris, Maria "Jape".)

O mapa n.º 9 dos códices do Instituto Histórico e da Biblioteca Nacional, de Paris, n.º 6 do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, foi reproduzido, do primeiro, no trabalho do Sr. Wanderley Pinho — "Testamento de Men de Sá — Inventário de seus bens no Brasil", incluído nos **Anais** do Terceiro Congresso de História Nacional (de 1938), publicados como **Boletim** daquele Instituto, vol. III (Rio, 1941), p. 78.

N.º 10 — Rio das Contas, Camamu e Môrro de São Paulo

Legenda:

"A — O rio das Contas, com 4 e 6 braças. É bom pôrto. Está despovoado.
B — A ilha de Quiepe, despovoada e de pouca substância.
C — Barra do Camamu, com 10 braças e 6 e 7 pelo rio acima. (Na legenda do Atlas de Paris acrescenta-se: "como mostra a sonda").
D — A barra de Boipeva, em que há muitos moradores. Até aqui é terra dos padres da Companhia.
F — Povoação nova dos moradores de Tinharé, sôbre o esteiro de Tobatingua. (É esta, aliás, a única de certa importância que contém êste mapa).
G — Barra de Tinharé, com o Morro de São Paulo, até outra barra, como se mostra.
H — Engenho de Tinharé, de Fernão Ribeiro de Sousa.
I — A barra de Jaguaripe. Acaba a capitania de Ilhéus e começa a da Bahia de Todos os Santos (31), mostrando-se a ponta de Santo Antônio com a ponta de Itaparica e com sua sonda na entrada da barra. Advertindo-se a correspondência que tôda esta enseada dos Ilhéus até a ponta de Santo Antônio tem, de uns portos para outros, e como para guarda da dita Bahia, é muito conveniente estarem povoados e defendidos os Ilhéus

(31) — Note-se a omissão de quaisquer referências às capitanias hereditárias de Itaparica e Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia, da região também esquecidas no texto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, conforme ao transcrevê-lo registramos.

Digitized by Google

e o rio das Contas com o Morro de São Paulo (32), como fica dito" (33).

São pequenas as diferenças na redação das legendas do mapa n.º 10 do Instituto Histórico, n.º 7 da Biblioteca do Pôrto. No n.º 10 da Biblioteca Nacional, de Paris, é maior a divergência, porque, depois da letra D, estão resumidas em um só período as indicações que nos outros dois mapas vão enumeradas de F a I.

Êste mapa foi reproduzido, do apógrafo do Instituto Histórico, no trabalho do Sr. Wanderley Pinho — "Testamento de Men de Sá", cit., p. 46. Na respectiva legenda destacou-se a localização das terras de Camamu, que pertenceram ao referido governador e foram por êle em parte doadas ao Colégio dos Jesuítas da Bahia.

N.º 11 — Bahia de Todos os Santos

Legenda — "Em perspectiva mostra as verdadeiras léguas do Recôncavo de tôda ela. No ponto A mostra a cidade do Salvador, fortes e pôrto. No ponto B, a barra e recôncavo de Matuim, com 5 e 6 braças. No ponto C, a barra de Peroaçu [Paraguaçu], com 6 e 7 braças de fundo. No ponto D, a barra de Jaguaripe, perigosa até para barcos. Tôdas as casas que se mostram de Pirajá, no ponto E, até o ponto D da barra de Jaguaripe, são engenhos de açúcar que nos lugares onde se apresentam moem com grande rendimento".

O mapa n.º 11 do códice do Instituto Histórico e do Atlas de Paris é o n.º 8 do apógrafo do Pôrto, embora êste seja de muito menores proporções, conforme pode ser visto no quadro em que aparecem as respectivas dimensões. No do Rio de Janeiro faltou espaço, na cartela, para a data, que consta do final da legenda do portuense: "no ano de 1612". Fato, êste, que constitui mais um argumento para que se possa atribuir a êsse tempo a elaboração de vários mapas da **Razão do Estado do Brasil.**

No Atlas de Paris é a seguinte a respectiva legenda: "Mostra-se na presente carta todo o Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, sítio da cidade do Salvador, barra de Jaguaripe, assento das fazendas e nomes de seus possuidores. Mostra-se mais a costa que vai para a enseada de Vasa-Barris, até o princípio dela no rio Tapocuru" (Itapicuru baiano).

(32) — Mais uma vez, aqui se encontram argumentos de ordem militar, que sugerem a autoria do sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno.

(33) — Havendo maior espaço na cartela do mapa do códice do Pôrto, em vez de "como fica dito", nêle encerrou-se a legenda com as palavras: "como em seu lugar fica advertido'.

Digitized by Google

Pelo número, localização e designação dos proprietários dos engenhos de açúcar do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos, que neste mapa aparecem, **e que só poderiam ser traçados por quem conhecesse profundamente a zona,** é êle dos mais importantes para a história econômica regional, daquela época. Note-se, a propósito, que essas indicações continuaram aparecendo em mapas posteriores, mesmo quando já não teriam a mesma atualidade. Foi o que aconteceu com a sua reprodução na **Descrição de todo o Marítimo da Terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente o Brasil,** de João Teixeira, existente na Biblioteca e Arquivo Público de Belém do Pará.

A má vontade contra o regime das donatarias, várias vêzes manifestada pelo autor do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** talvez o tenha levado a mais uma vez não registrar ou indicar, na região, como capitanias hereditárias, a ilha de Itaparica e Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia (34).

Na parte do norte, termina o mapa da capitania da Bahia de Todos os Santos na "Barra da Tôrre", tendo, próximo, desenhada uma pequena tôrre, isolada sôbre um montículo, ameada e de três andares, marcados, êstes, por linhas de seteiras.

Trata-se da séde do conhecido latifúndio do neto herdeiro de Garcia d'Ávila, Francisco Dias de Ávila. Apesar da representação cartográfica aparentemente justificar a fantasia de alguns autores que se têm ocupado das ruínas aí existentes, é preciso lembrar que no "Papel a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses", o famoso **Papel Forte** do padre Antônio Vieira, a seu respeito é explicado simplesmente o seguinte: "A tôrre de Garcia d'Ávila tem êste nome por ter uma casa mais alta". (Cf. **Obras Escolhidas** do padre Antônio Vieira, ed. Sá da Costa, prefaciada e anotada por Antônio Sérgio e Hernani Cidade, vol. III, Obras várias — I (Lisboa, 1951), p. 87). Ver, a propósito, nossa nota 15, ao texto do capítulo sôbre a Bahia, adiante.

Foi êste mapa n.º 11 reproduzido em dois trabalhos do Sr. Wanderley Pinho: no "Testamento de Men de Sá", cit., à p. 34, assinalando-se as "terras do Conde de Linhares", genro daquele governador; e em sua **História de um Engenho do Recôncavo** (Rio, 1946).

N.º 12 — Planta da cidade do Salvador, na Bahia de Todos os Santos

Esta planta, que é a maior dos códices do Instituto Histórico (n.º 12) e da Biblioteca do Pôrto (n.º 9), faltando ao Atlas de Paris, tem grande importância para a história urbanística da primeira capital bra-

(34) — Cf. nota 3 ao capítulo do texto dedicado à "Capitania dos Ilhéus, de Francisco de Sá de Menezes".

Digitized by Google

sileira. Sendo desdobrável, por sua grande largura, de mais de um metro de extensão, está a respectiva legenda dividida em duas partes: de A a H do lado esquerdo, de I a X no direito·

"A — Igreja do Salvador, que é a Sé.
B — O Mosteiro dos padres de São Francisco.
C — Igreja de Nossa Senhora da Ajuda.
D — Nossa Senhora da Conceição. [Conceição da Praia, hoje].
E — Colégio dos padres da Companhia.
F — Casa de Misericórdia, com o Hospital.
G — Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo.
H — Mosteiro de São Bento.
I — Casas de Sua Majestade, em que mora o governador.
L — Casas da Relação.
LL — Casas da Câmara.
M — Porta de Santa Luzia.
MM — Porta de Santa Catarina.
N — Tôda a cava, que se assinala com o cêrco vermelho.
O — Baluartes da cidade ou fortificação.
P — Estância de São Diogo.
PP — Guindaste das fazendas.
Q — As tercenas que ficam no lugar do trapiche.
R — Forte sôbre a laje do pôrto.
S — Reduto ou Estância de Santo Alberto.
T — Fonte do Pereiro.
TT — Fonte dos padres.
V — Brejo, cheio de hortas, que cerca a cidade pela banda de terra.
X — Praça grande (O "códice do Pôrto completa esta indicação: "Praça Grande de Jesus, no meio da cidade").

A diferença mais considerável que apresentam estas plantas, nos dois códices em que aparecem, é a que resulta do fato de trazer a do códice do Pôrto, e não a do Rio de Janeiro, colado sôbre parte do desenho geral, "um retângulo de pergaminho em que se vê o projeto de edifício e do forte sôbre a lajem do pôrto, que se há de fazer. Quem soerguer êste retângulo de pergaminho, vê a dita lajem desenhada na fl. maior" (35). Não acontecendo isto na planta do Instituto Histórico, onde o referido projeto já está incluído no próprio desenho geral, deduz-se, fàcilmente, a primazia do portuense. Tudo isso interessa à questão da fixação da data do início da construção do forte de Nossa

(35) — A. de Magalhães Basto — **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, cit., p. 120/121.

Digitized by Google

Senhora do Pópulo, de São Marcelo ou do Mar, ainda em 1954 discutida, na Bahia, a propósito de tese de concurso do Sr. Luís Menezes Monteiro da Costa — **Certidões de Nascimento da Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo** (Salvador, 1954).

Outra polêmica de interêsse da história soteropolitana foi a suscitada pelo desenho que, baseado em parte desta planta, fêz Teodoro Sampaio e foi incluído em sua **História da Fundação da Cidade do Salvador,** inacabada e de publicação póstuma (Bahia, 1949), p. 184. Seguindo, principalmente, a indicação da letra N da legenda ("Tôda a cava que se assinala com o cêrco vermelho") e que corresponde à zona em que, desde 1605, pretendia-se formar a cidadela do Salvador (conforme o texto da capitania da "Bahia de Todos os Santos" e nossas notas, aí, de números 13 e 14), excessivamente intitulou-o "Planta da Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, com indicação dos muros e circunvalação primitivos da fundação de Tomé de Sousa em 1549". Afirmação, esta, que não deixou de provocar dúvidas, pois não é crível ficassem fora dêsse recinto, por exemplo, a Misericórdia, a Sé e o Colégio dos Jesuítas. Infelizmente, porém, a obra do ilustre escritor interrompeu-se exatamente no ponto em que tratava das "Fortificações novas da cidade no tempo de D. Francisco de Sousa" e é lícita a suposição de que, se chegasse aos primeiros decênios do século XVII, explicaria melhor a questão.

A Planta da Cidade do Salvador, do códice do Instituto Histórico, foi reproduzida, pela primeira vez, por J. Capistrano de Abreu, na segunda edição da **História do Brasil,** de frei Vicente do Salvador (São Paulo, 1918), à p. II.

Sòmente a "Planta da parte Norte e principal da Cidade do Salvador", copiada do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, publicou o padre Serafim Leite, S.I., no tomo I da **História da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, 1938), p. 32.

A melhor reprodução de tôda Planta, por ser a maior e mais nítida, apareceu, conforme já registramos na parte da Bibliografia, no **Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador,** belo trabalho da Tipografia Beneditina (Bahia, 1945), à p. 144.

N.º 13 — Sergipe d'El-Rei

Legenda:

— "A — O forte velho.
B — Barra de Sirigipe, com 2 braças de fundo.
C — Povoação velha.

Digitized by Google

D — Povoação nova, a que chamam Cidade de São Cristovão (36).
E — As campinas de Tabanha [Itabaiana], de infinito gado.
F — As serras de Tabanha.
G — Fazendas dos padres da Companhia; chamam-se o Saco.
H — Barra do rio de Vasa-Barris, muito perigosa.
L — Fazendas do Caramuru, perto das serras da prata (37).
M — Serras do rio Real.
N — Enseada de Itapicuru.
O — O rio Itapicuru, impetuoso em sua corrente".

O mapa n.º 13 do códice do Instituto Histórico, n.º 10 do apógrafo do Pôrto, falta ao Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris.

Além da cidade de São Cristovão, núcleo inicial do povoamento da região, notam-se, nêle, três aldeias de indígenas, ainda em território hoje baiano: uma no rio Itapicuru, as demais em dois de seus afluentes, um da margem esquerda, outro da direita.

A importância atribuída às regiões de Sergipe d'El-Rei e do rio São Francisco, no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil,** está ligado ao problema, então vigente, da ligação terrestre entre a Bahia e Pernambuco, visto que a marítima não se podia manter com facilidade, em todos os meses do ano. É o que se verifica na "Relação para a diligência que se há de fazer sôbre os caminhos da Bahia a Pernambuco", documento do contemporâneo códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** fls. 401 e 402, pertencente à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. Descreve tôda essa costa, registra os rios em que seria necessário pôr barcos, etc. O **Regimento** em 1612 dado a êsse governador, existente no mesmo códice, no item 54 mostra que cogitou-se da distribuição de casais de indígenas pelo caminho entre as duas capitanias mais prósperas do Estado.

N.º 14 — Rio de São Francisco

Legenda:

— "A — Barra do rio de São Francisco, com 2 braças.
B — Baixos de D. Rodrigo, correndo a costa.
C — Pôrto dos Franceses.
D — Barreiras vermelhas de São Miguel.

(36) — São Cristóvão do Rio de Sergipe figura entre os poucos municípios brasileiros que foram cidades sem que tivessem sido, antes, vilas.

(37) — Conforme assinalamos na nota 16, ao texto referente a "Sergipe d'El-Rei", tem interêsse especial a referência às "fazendas do Caramuru, perto das serras da prata".

Digitized by Google

E — Barra de São Miguel. (A legenda do Atlas de Paris registra: "Barra da lagoa de São Miguel". Hoje "Barra das Lagoas", conforme o trabalho de identificação, adiante citado, do Sr. Manuel Diégues Junior).

F — Pôrto de Jaraguá, com sua sonda.

G — Lagoa do Norte, com dois engenhos. (Eram os de Nossa Senhora da Encarnação e Nossa Senhora da Ajuda, segundo o referido trabalho do Sr. Diégues Junior).

H — Vila Nova de Santa Luzia. (Trata-se de uma antecipação, para o mesmo autor, pois Santa Luzia só foi vila, efetivamente, em 1830).

I — Lagoa do Sul, com muitas canas de açúcar. (Neste ponto deveria ter sido localizada Madalena, depois Alagoas, fundada antes de Santa Luzia).

L — Rio de São Miguel, abundante de muitas cousas.

M — Engenho dos Rochas, senhores dêste rio (38). (No Atlas de Paris — "Casas e engenho dos Rochas).

N — Lagoa chamada de Iucuviau, com terras e matos. (Identificada como a atual lagoa de Jiquiá, pelo Sr. Diégues Junior).

O — Rio Ipochi.

P — Rio Coruruí.

Q — Rio Ipeba.

R — Lagoa chamada Piaguí.

S — A Passagem do rio de São Francisco e lugar do Forte. (Na legenda do Atlas de Paris não se inclui — "e lugar do Forte").

T — Lagoa Garatuba, de grandes pescarias.

V — Lagoa Paraúna, de grande pescaria.

X — Rio Ipochi, que desce do Aracaré. (No Atlas de Paris, "Ypohi").

AA — Aldeia ao pé das serras de Aracaré.

BB — Porto de Iasuava, que vai para o salitre. (Trata-se do atual Pão de Açúcar, ex-Jaciobá, segundo o Sr. Diégues Junior).

CC — Caminho do salitre, até as serras de São Gregório.

DD — Primeira cachoeira do rio de São Francisco.

EE — Segunda cachoeira, onde entra o rio das Conchas.

FF — Sumidouro do rio de São Francisco. (Para o Sr. Manuel Dié-

(38) — Filipe III, em carta ao governador D.Diogo de Menezes, de 21 de novembro de 1611, mandou que abrisse uma devassa contra Francisco da Rocha e seu sogro, moradores de São Miguel, dando-os como prejudiciais ao serviço real. (Códice Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa, no Itamarati, fls. 398 v.). Diégues Junior identifica os Rochas como João e Sebastião da Rocha, mencionados em carta anterior, do mesmo rei ao governador Diogo Botelho.

Digitized by Google

gues Junior era esta a denominação, então vigente, da cachoeira de Paulo Afonso).

GG — Serras de Abatiguaba. (Localizada, no mapa, à margem direita do Sumidouro).

HH — Serras de Urucurituba.

II — Rio de Cabaços, que desce da serra de Ieracatiavaço.

LL — Rio Upanema, que desce da serra de Comandatuba. (É o atual rio Ipanema ou Panemá, para o Sr. Diégues Junior).

MM — Serras de Araunhorun.

NN — Rio Taraguaipu. (Hoje rio Traipu, de acôrdo com o mesmo autor).

OO — Serras de Tabangua.

PP — Pôrto da Fôlha.

QQ — Rio Corimataugu.

RR — Ilha do Ouro. (Talvez a atual dos Prazeres, para o Sr. Diégues Junior).

SS — Ilha dos Tapúias. (Possivelmente a atual dos Ferros, para o mesmo autor).

TT — Ilha de Gabriel Damil.

VV — Penedos de São Pedro. (Trata-se da atual cidade de Penedo).

XX — Serras de Mataquiri".

Na legenda dêste mapa n.º 12, do códice da Biblioteca do Pôrto, há um acréscimo, **in fine**, que falta ao do Instituto Histórico, n.º 14, nos seguintes têrmos: "Êstes são os lugares mais notáveis desta comarca, por sua grandeza".

No mapa n.º 12 do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris, as legendas, com pequenas diferenças, vão apenas de A a X. Dêle possui cópia a Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (39).

Foi a **Razão do Estado do Brasil**, nestes dois grandes mapas, verticais e desdobráveis, a primeira obra a assinalar, depois das referências de Gandavo e Gabriel Soares, a importância do rio São Francisco, assinalando, por exemplo, a diferença entre a primeira, a segunda cachoeira e o denominado **Sumidouro**, êste, segundo Teodoro Sampaio, o funil na cachoeira de Itaparica, "vizinha de Jatobá", conforme nota à p. 7 de sua **História da Fundação da Cidade do Salvador**, cit.

Para as identificações indicadas entre parênteses, na legenda acima transcrita, servimo-nos do trabalho do Sr. Manuel Diégues Junior — **"O Livro que dá Razão do Estado do Brasil** — Notas à margem do seu

(39) — N.º 32 do **Catálogo da Exposição do Ministério das Relações Exteriores (Serviço de Documentação), Comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana** (Recife, 1954), p. 14.

Digitized by Google

texto e dos seus mapas", publ. na **Revista do Instituto Histórico de Alagoas,** vol .XXIV, de 1945/1946 (Maceió, 1947).

No mapa deve ser notada a nítida representação da então pernambucana Vila Nova de Santa Luzia, entre as lagoas do Sul e do Norte, esta já com dois engenhos de açúcar em suas proximidades. Omite, entretanto, a povoação de Madalena, existente desde fins do século XVI, conforme observou o Sr. Manuel Diégues Junior — **op. cit.,** p. 8 e 10.

N.º 15 — Forte Novo da Passagem

Não traz legenda, mas sòmente o título, essa planta que no códice do Instituto Histórico aparece isolada (n.º 15), e no da Biblioteca portuense (n.º 12), está no verso do mapa do Rio de São Francisco, motivo pelo qual não lhe deram numeração especial Varnhagen, na **História Geral do Brasil,** em sua segunda edição (de 1877) e o Sr. A. de Magalhães Basto, no **Catálogo** cit., p. 121/122.

Não consta, esta planta, do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil, e seus portos, barras e sondas delas,** de João Teixeira Albernaz, da Biblioteca Nacional, de Paris.

N.º 16 — Capitania de Pernambuco

Divergem as legendas dos três mapas de Pernambuco, constantes do códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (onde tem o n.º 16), da Biblioteca Municipal do Pôrto (n.º 13) e da Biblioteca Nacional, de Paris (também n.º 13). Motivo pelo qual aqui separadamente as apresentamos:

Legenda do mapa do códice do Rio de Janeiro — "Capitania de Pernambuco, de que é Governador e Senhor Duarte de Albuquerque Coelho. E tem esta dita capitania sessenta léguas de costa como se vê na presente tábua; e na seguinte se mostra em particular o pôrto de Pernambuco e vila de Olinda, cabeça desta capitania".

Legenda do mapa do códice do Pôrto — "Mostram-se todos os rios e os assentos das fazendas e sua separação, e como demoram e o modo em que corre a costa. Com suas mais necessárias conhecenças e advertimentos.

"As letras da aritmética valem braças de sonda".

"A — Mostra-se a vila de Olinda.
B — A barra e povoação do Arrecife.
C — O cabo de Pero Cabarigo.

Digitized by Google

D — O cabo de Santo Agostinho.
E — A ilha de Santo Aleixo.
F — A barra de Ipojuca. (No mapa do códice do Instituto Histórico apenas aparece, na foz, a indicação: "R. Pojuca").
G — A barra de Tituamunha. (No mapa do Rio de Janeiro lê-se: Tatuimunha").
H — A barra de Camaragibe. (Está "Camaragiba", no mapa do códice carioca).
I — A barra de Santo Antônio Mirim.
L — A barra de Paripuera.
M — A barra de Jaraguá".

Legenda do mapa do Atlas de Paris — É a mesma do códice do Pôrto, apenas entre as palavras "Mostram-se todos os rios" até "conhecenças e advertimentos". Traz, porém, o seguinte acréscimo: "Começa na barra de Jaraguá e acaba em Olinda, mais ao Norte", de acôrdo com a descrição enviada por Caetano Lopes de Moura a D. Pedro II, em 1847.

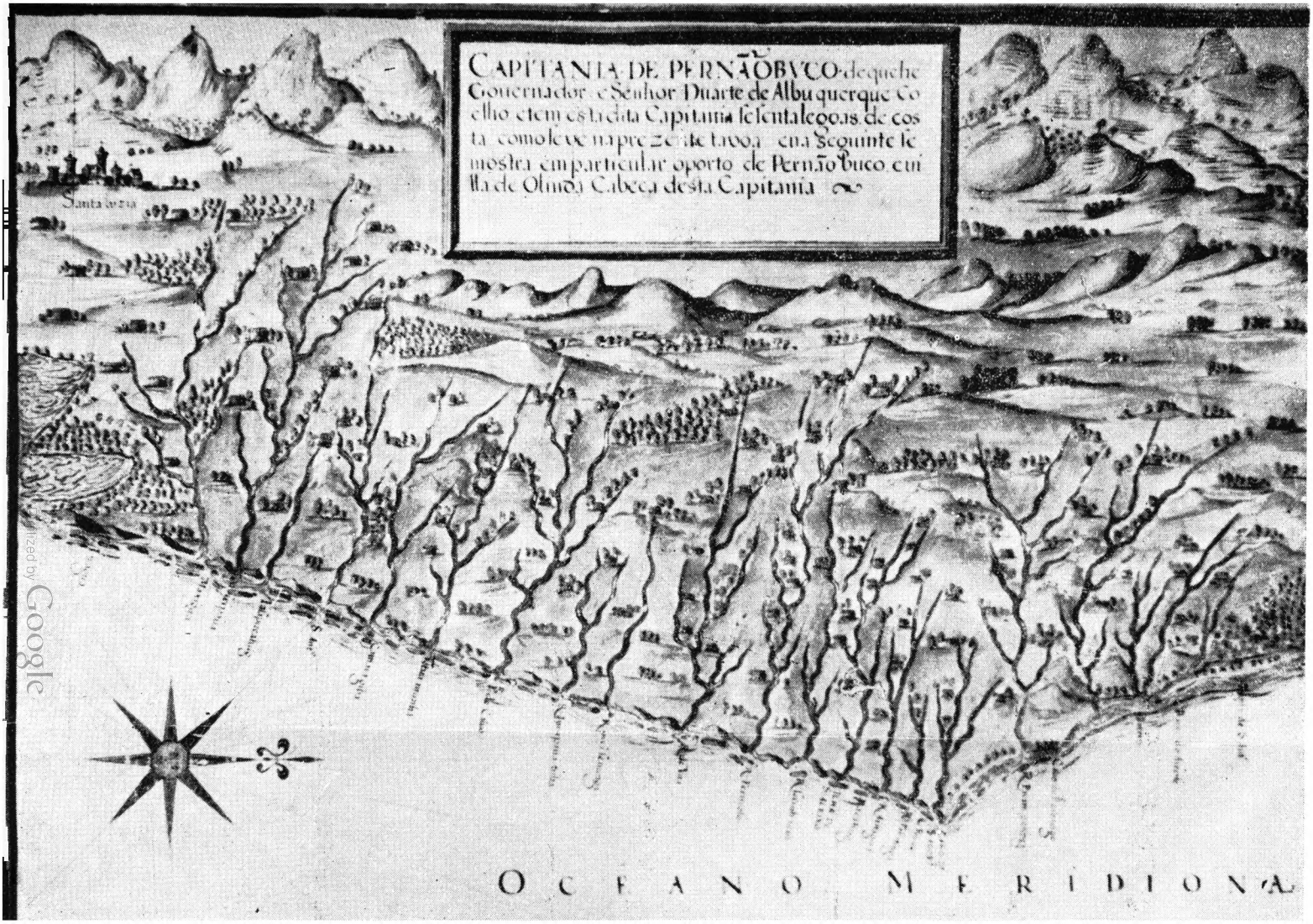
Como se vê, mais se aproximam as duas últimas.

Sendo diferentes as legendas, também divergem os próprios mapas dos códices do Instituto Histórico e da Biblioteca do Pôrto. Assim, fazendo-se a respectiva colação, nota-se que, no primeiro, aparece mais nítida a vila de Santa Luzia e colocada ao norte da lagoa, não isolada no interior, como acontece no segundo. Apresenta, aquêle, duas linhas de montanhas, ao alto, não apenas a irregular e fantasiosa, da outra carta. Assemelham-se mais quanto à linha da costa, embora o primeiro não apresente os desenhos de três navios, como o segundo. Quanto à povoação principal, o do Rio de Janeiro registra "Pernambuco" para o conjunto Recife-Olinda, em vez de "Olinda", como ocorre no do Pôrto. Note-se que além de "Pernambuco", como núcleo urbano, o mapa carioca apenas apresenta "Santa Luzia". "P. do Calvo" sòmente na costa aparece. Quanto a Ipojuca e Serinhaém, assinala os respectivos rios, mas não as povoações, entretanto mencionadas no texto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil.** Casas isoladas, representando, provàvelmente, engenhos de açúcar, são numerosas, em todo o mapa.

Quanto ao do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil,** da Biblioteca Nacional, de Paris, de acôrdo com a cópia existente na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (40), aproxima-se mais do mapa da Biblioteca do Pôrto.

(40) — N.º 31 do Catálogo da Exposição Comemorativa do Ministério das Relações Exteriores, cit., p. 14.

Digitized by Google


CAPITANIA DE PERNAMBVCO de que he Gouernador e Senhor Duarte de Albuquerque Coelho etem esta data Capitania setenta legoas de costa como se ve na pre-zente trova e na seguinte se mostra em particular o porto de Pernambuco e villa de Olinda Cabeça desta Capitania
Santa Cruz
OCEANO MERIDIONAL

3 — MAPA DA COSTA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, DO ATLAS DE JOAO TEIXEIRA ALBERNAZ, INCORPORADO AO CÓDICE DA RAZAO DO ESTADO, PERTENCENTE AO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Digitized by Google

N.º 17 — Recife e Olinda

As legendas do mapa de Olinda e Recife, número 17 do códice do Instituto Histórico, 14 da Biblioteca do Pôrto, demonstram, mais uma vez, que o primeiro é posterior ao segundo, pois contém expressa referência ao governador-geral Matias de Albuquerque, que sòmente de maio de 1624 a novembro de 1626 exerceu o cargo (41). Isto não quer dizer, porém, que possa ser aceita a informação de Capistrano de Abreu ao Barão de Studart, de 1902, de que os mapas do **Livro que dá Razão do Estado** sejam "**posteriores** à invasão holandesa de Pernambuco" (42).

É a seguinte a legenda do códice portuense:

"Perspectiva do Recife e Vila de Olinda

"A — O Colégio dos Padres de IHS. (Também consta do mapa do códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
B — O mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. (Idem).
C — A vila do Recife. (No mapa do Rio de Janeiro está: "Lugar do Recife").
D — O forte novo da laje do pôrto. ("Forte do Mar", no mapa do Instituto).
E— O forte velho que guarda a terra. ("Forte de terra", no do Rio").
F — O esteiro por onde vão as barcas.
G — As trincheiras da praia da vila.
H — A igreja de São Bento. (Aparece no mapa do códice do Instituto).
I — A igreja matriz. ("Igreja maior", no mapa do Rio).
L — Nossa Senhora do Monte.
M — A igreja de São João.
N — O varadouro onde desembarcam. (Aparece com uma ponte, no mapa carioca).
O — A Casa da Alfândega.
P — O Buraco de Santiago, que chamam.
Q — O sítio que podem ocupar com casas.
R — A entrada da barra do Recife.
S — O recife que sempre se cobre dágua. (O mesmo, no mapa do Instituto).
T — O pôrto velho de Santo Antônio.

(41) — Helio Vianna — **Matias de Albuquerque. Biografia.** (Rio, 1944), p. 15/21; frei Vicente do Salvador — **História** cit., p. 614/615.
(42) — **Correspondência de Capistrano de Abreu,** cit., vol I, p. 155.

Digitized by Google

V — O surgidouro velho. (Também consta do mapa do códice carioca).

X — O pôrto que chamam do Recife.

AA — A Várzea do Capivarive (sic). (Está "Capivaribe", no do Rio).

BB — A ilha de Marcos André.

CC — O mosteiro novo dos capuchos.(Aparece apenas como "Santo Antônio", na ilha de Antônio Vaz, no mapa do códice do Instituto Histórico).

DD — O mosteiro velho na vila". (Tem apenas o nome de "S. Francisco", na parte olindense do mapa do Rio de Janeiro).

E esta é a legenda do mapa do códice do Instituto Histórico: — "Tôdas as fortificações que se mostram , do lugar do Recife até a vila de Olinda e ainda adiante, até o rio Tapado, de trincheiras, redutos e plataformas que se estendem por mais de uma légua de terra, fizeram-se por mandado e ordem do governador-geral Matias de Albuquerque, na ocasião em que os holandeses tomaram a Bahia".

Quanto ao mapa n.º 14, do **Livro** da Biblioteca Nacional, de Paris, ainda uma vez mais se aproxima do exemplar da Biblioteca do Pôrto que do contido no códice do Instituto Histórico, conforme a cópia existente na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (43).

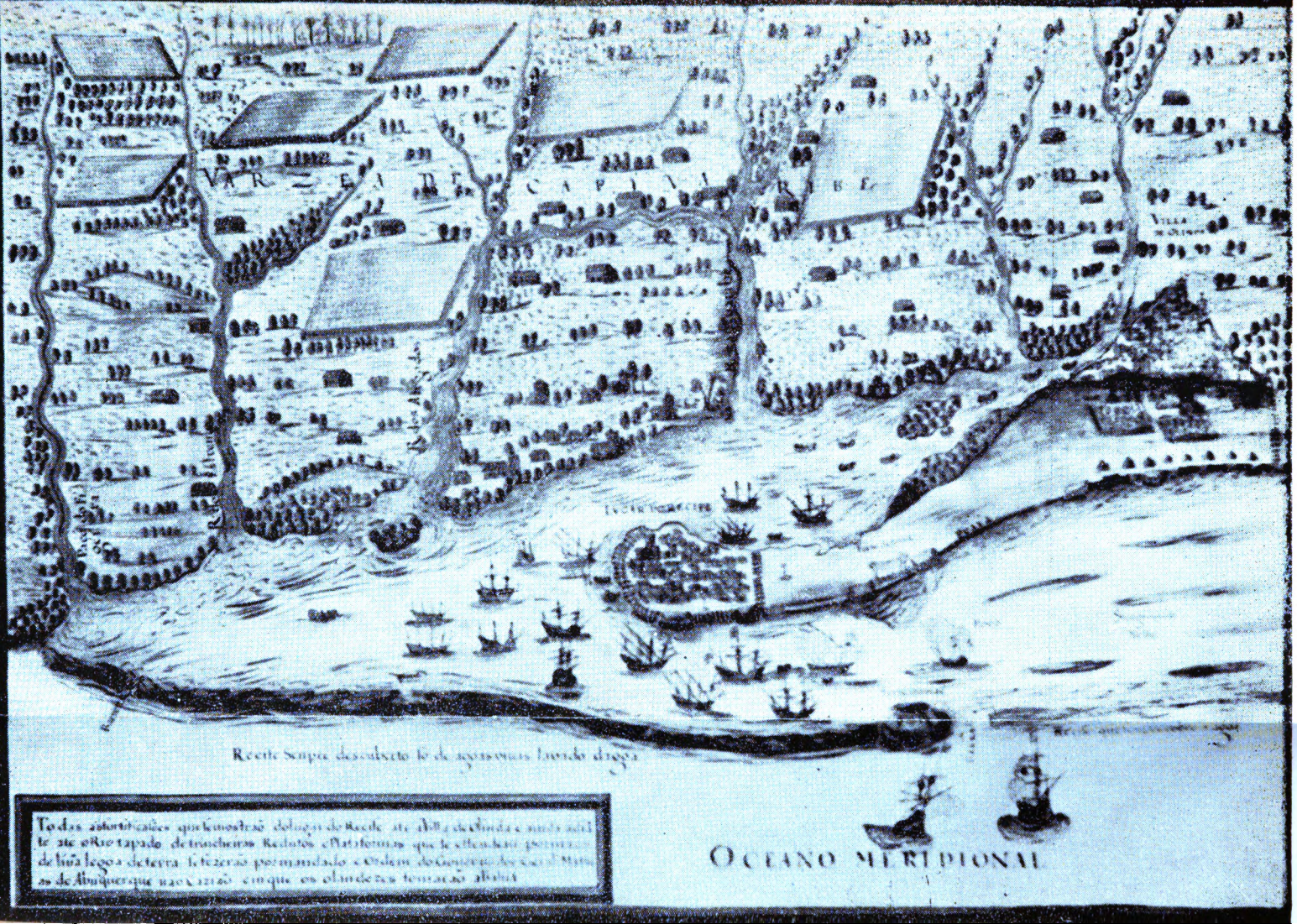
Comparando-se os dois mapas do Recife e Olinda, o portuense e o carioca, verifica-se que as montanhas, que formam o imaginário fundo do primeiro, com maior exatidão foram substituídas, no segundo, por sete reticulados canaviais. Mais nítido também se tornou, neste, o casario das duas povoações. E embora nêle seja um pouco menor o número de navios, dentro e fora da barra, ganhou em abundância de minúcias, tanto na parte urbana como na portuária e rural, dos engenhos da Várzea do Capivaribe (sic), por exemplo. Outras diferenças encontram-se registradas entre parênteses, na respectiva legenda.

Uma cópia colorida e ampliada, apenas da "Vila de Olinda", foi extraída do exemplar do Rio de Janeiro, para publicação no tomo V da **História da Companhia de Jesus no Brasil**, do padre Serafim Leite, S.I. (Rio, 1945), p. 338.

Reproduziu-se, todo o mapa, no trabalho do Sr. Guilherme Auler — "Recife é Cidade Portuguêsa", publicado no suplemento "Arte e Literatura" do jornal **Tribuna de Petrópolis**, de março de 1950, p. 1.

(43) — N.º 30 do **Catálogo da Exposição Comemorativa do Ministério das Relações Exteriores**, cit., p. 13.

Digitized by Google



Digitized by Google

4 — MAPA DO RECIFE, OLINDA E VIZINHANÇAS, DO ATLAS DE ALBERNAZ, NO CÓDICE DA RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, PERTENCENTE AO INSTITUTO HISTÓRICO.

Digitized by Google

18 — Capitania de Itamaracá

Legenda do mapa n.º 18, do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, exemplar do Instituto Histórico:

"A — Mostra a ilha de Itamaracá.
B — Mostra a entrada da barra da mesma ilha.
C — Mostra o Pôrto dos Franceses e suas sondas.
D — Mostra o pôrto do Pau-Amarelo, que inda toca a Pernambuco.
E — A povoação e rio de Iguarosu (sic), onde se parte com Pernambuco.
F — A aldeia de índios que governam os padres da Companhia.
G — Por êste rio Taperobu parte esta capitania com a da Paraíba.
H — Aldeia de Pindaúna, da capitania da Paraíba.
I — Aldeia do Garamune, da capitania da Paraíba".

Na legenda do códice do Pôrto há mais êste acréscimo:

"L — Cabo Branco, até a ponta do Cabedelo, da Paraíba".

No Atlas da Biblioteca Nacional de Paris tem êste mapa o n.º 15 e é a seguinte a respectiva legenda, de acôrdo com a comunicação a D. Pedro II em 1847 feita por Caetano Lopes de Moura e com a cópia pertencente à Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (44):

"Ilha de Itamaracá — Carta Geográfica da costa que vai da barra do Pau-Amarelo e continua até o rio da Paraíba. Nela se vê a barra da ilha de Itamaracá com sua sonda e a entrada do Pôrto dos Franceses, também com sua sonda".

Em frente ao citado Pôrto dos Franceses (outro dos vários com êsse nome existentes no Brasil), está o rio Auijayá, depois denominado Abiá ou Abiaí, na **Jornada do Maranhão**, à p. 176, citado como Aviyajá.

No mesmo mapa de Itamaracá aparece, bem nítida, a vila de Igaraçu, embora pertencente à capitania de Pernambuco.

Quanto à vila da Conceição, cabeça daquela capitania em parte insular, aí também se representa, mas sem identificação nominal.

(44) — N.º 33 do Catálogo da Exposição Comemorativa do Ministério das Relações Exteriores, cit., p. 13.

Digitized by Google

N.º 19 — Paraíba ou Rio de São Domingos

São idênticas as legendas dos mapas da Paraíba, n.º 19 do códice do Instituto Histórico, n.º 16 do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, também n.º 16 do Atlas de Paris. Aqui vão transcritas, com notas entre parêntesis:

"A — Barra do Norte, com 4 braças dágua. (Falta o algarismo no texto da legenda do códice do Instituto Histórico, embora apareça no mapa, no lugar conveniente, como na legenda da carta do Atlas de Paris).
B — Barra do Sul, para barcos sòmente. (No de Paris — "boa para barcos").
C — Baixo que se descobre de maré vazia.
D — Sítio onde estêve o primeiro forte.
E — Forte a que chamam do Cabedelo. (Sua denominação oficial era, entretanto, a de São Filipe).
F — Caminho pelo rio, até o ancoradouro. (Da barra do rio Paraíba à cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves).
G — Cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves. (Hoje João Pessoa).
H — Casa que foi Forte do Imobo. (Trata-se do forte de Inhobi, em 1603 extinto por Diogo de Campos Moreno, por ter se tornado inútil, conforme nossa nota 29, ao texto da "Questão da autoria").
I — Caminho das fronteiras. (Esta indicação, como a anterior, embora constantes da legenda, não aparecem no mapa, certamente pela escala dêste não ter permitido que alcançasse pontos do interior).
L — O mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. (Na cidade Filipéia, como as indicações seguintes).
M — O mosteiro dos capuchos de São Francisco.
N — A Igreja Matriz.
O — A Casa da Misericórdia.
P — A Casa de São Bento".

Note-se que não é êste um mapa de tôda a costa da capitania da Paraíba. Como partes de seu litoral também aparecem nas cartas de Itamaracá, anterior, e do Rio Grande, posterior a êste, nos dois códices e Atlas de que tratamos, foi êle reservada apenas à região da foz do rio Paraíba, até pouco acima da cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Usou-se, portanto, de escala maior que a de outros mapas aqui já estudados.

Digitized by Google

N.º 20 — Rio Grande

Não trazem legendas os mapas do Rio Grande, n.º 20 do códice do Instituto Histórico, n.º 17 do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, também n.º 17 do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris. Além do trecho litorâneo que vai da barra do Mogoamguape (Mamanguape hoje) à do rio Piquintinga, inclui, no canto superior esquerdo, a "Planta do forte que defende a barra do Rio Grande", isto é, dos Reis Magos.

Esta tem sido reproduzida do códice portuense da **Razão do Estado do Brasil.** Primeiramente na **História da Companhia de Jesus no Brasil,** de Serafim Leite, S.I., tomo II (Lisboa, 1938), p. 112, com a afirmação de ter sido traçado o forte pelo jesuíta padre Gaspar de Samperes, ex-engenheiro militar. Depois na **História da Expansão Portuguêsa no Mundo,** tomo III (Lisboa, 1940), fasc. 26. Aquela afirmação foi, porém, corrigida por D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., apoiado em documentos contidos no códice **Livro 1.º do Govêrno do Brasil,** pertencente à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, no estudo intitulado — "Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil", publicado na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** do Rio de Janeiro, n.º 9, de 1945, aparecida em 1952, p. 14, nota 28. Poderia sê-lo também com base no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** e no códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa,** igualmente do Ministério das Relações Exteriores, conforme aqui demonstramos, nos capítulos referentes a Pernambuco e Rio Grande, quando tratamos das totais reconstruções exigidas pelos fortes da Laje do Recife e da barra do Natal, sòmente em suas feições primitivas projetadas pelo mencionado jesuíta Samperes.

Quanto ao mapa de tôda costa do Rio Grande, compreendendo também a planta dos Reis Magos e extraído do códice do Instituto Histórico, publicou-o o mesmo padre Serafim Leite, S.I., no tomo V de sua grandiosa **História,** cit. (Rio, 1945), p. 514, ainda com aquela atribuição, quanto à traça do forte.

Desde 1874 já o havia mandado copiar o senador Cândido Mendes de Almeida, expondo-o seu filho Fernando na memorável Exposição de História do Brasil, de 1881, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, conforme o n.º 2.205 do respectivo **Catálogo,** incluído no tomo IX dos **Anais** da instituição.

Os acidentes geográficos nêle consignados foram devidamente identificados pelo Sr. José Moreira Brandão Castelo Branco, no estudo intitulado "O Rio Grande do Norte na Cartografia do Século XVII", publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** vols. XLVIII-XLIX, de 1951-1952 (Natal, 1952).

Digitized by Google

Dignos de nota são os desenhos nesse mapa contidos, das aldeias indígenas de "Antônia" e "do Camarão", ambas devidamente estudadas pelo padre Serafim Leite S.I., em sua **História da Companhia de Jesus no Brasil,** tomo V, conforme registramos na nota 18, ao texto do capítulo sôbre a capitania do Rio Grande.

N.º 21 — Ceará

Não traz título, mas contém a seguinte legenda o primeiro mapa do Ceará e confins do Piauí e Maranhão, n.º 21 do códice do Instituto Histórico (desacompanhado de texto a êle referente), n.º 18 do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris, inexistente no apógrafo da Biblioteca Municipal do Pôrto:

"Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do rio de Jaguaribe, serras de Ariama, Muibuapaba e Punaré. e confins do Maranhão, que fêz o capitão-mor Pero Coelho de Sousa, de ordem de Diogo Botelho, governador e capitão-geral do Estado do Brasil, desde o ano de 1603 até o de 1608. Com todos os seus portos, barras, serras e rios, com suas nascenças".

No mapa do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Brasil,** de João Teixeira Albernaz, da Biblioteca Nacional, de Paris, há, à margem, de acôrdo com a relação enviada em 1847, por Caetano Lopes de Moura a D. Pedro II, a seguinte legenda: "Tôda a terra que nesta carta se contém, que é do Rio Grande até o rio Pereiá **(sic),** que fica junto do Maranhão, descobriu o capitão-mor Pero Coelho de Sousa, desde o ano de 1603 até o de 1608".

Sôbre sua autoria, remetemos o leitor para as observações feitas no início desta "Análise Cartográfica".

Sua importância, como primeiro documento cartográfico da conquista da região, apesar das restrições de Capistrano de Abreu, ali citadas, é evidente. Sómente nêle, está localizado o inicial forte cearense de Santiago, próximo à foz do rio "Siará". Sua contribuição para a antiga toponímia brasileira (como aliás acontece com todos os outros mapas do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil),** é considerável.

Acrescente-se, apenas, que a serra de Muibuapaba é a de Ibiapaba, e Punaré um dos antigos nomes do rio Parnaíba, também rio Grande dos Tapuiuçus.

Mandou copiar êste mapa, em 1874, o geógrafo Cândido Mendes de Almeida, tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, conforme o verbete n.º 1.581, do respectivo **Catálogo,** no vol. IX dos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.**

Digitized by Google

Digitized by Google

5 — MAPA DA COSTA DO RIO GRANDE AO CEARÁ, DO ATLAS DE ALBERNAZ, NO CÓDICE DO RAZÃO DO ESTADO (I.H.G.B.).

Digitized by Google

N.º 22 — Maranhão

Não tem legenda o importante mapa do Maranhão, n.º 22 do apógrafo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n.º 18 da Biblioteca do Pôrto, n.º 19 do Atlas de Paris, último de todos êles, evidentemente anexado àqueles códices, embora sem texto que lhes corresponda.

A êle se referindo, assim terminou Caetano Lopes de Moura suas informações ao Imperador D. Pedro II, em 1847, a propósito do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Brasil**, da então Biblioteca Real, depois Nacional, de Paris: "posto que não tenha título algum particular, não é menos interessante do que os precedentes, por isso que nos dá a conhecer quais fôssem as povoações que então havia nesta capitania e nos revela outras muitas particularidades que dizem respeito à história dela".

Sôbre sua autoria, convém reproduzir aqui o seguinte trecho da **Jornada do Maranhão**, relativo à visita de Diogo de Campos Moreno à baía de São Marcos, em um dos primeiros dias de dezembro de 1614:

"Depois que estiveram na nau se foram a ver a terra e conhecenças da entrada da grande barra de Arasaju e viram a terra de Tapitaperá e de Comat (45); da outra banda de loeste, e assim as ilhas, que jazem sôbre o pôrto de São Luís, fortes em sítio e povoadas de mato, mas sem água.

"Tôdas estas cousas, com permissão do Senhor de La Ravardière, **o sargento-mor notava e desenhava em seu livro de memória** (46).

"Pelo que La Ravardière disse:

"— Vejo-vos tão curioso, que me parece para vos livrar de trabalho, que vos **hei de dar o desenho, que fiz de tudo isto até o Pará**, em que me aventurei, e trabalhei muito, e se não fôra a vinda do vosso sobrinho Martim Soares, que me inquietou e fêz acudir a êste Forte, cuidando serdes já todos vindos, certo tivera feito grandes descobertas; mas espero que Monsieur de la Blanjartierá (sic), que deixei em meu lugar, me trará grandes novas e amostras de cousas estranhas, de que à nossa vinda de Espanha vos mostrarei tudo; com êste fidalgo ficaram quarenta soldados franceses, para melhor seguirem nossos bons intentos.

(45) — Depois Araçagi, Tapuitapera e Cumã, respectivamente.
(46) — Os grifos são nossos.

Digitized by Google

"O sargento-mor lhe deu as graças do desenho, que lhe prometia e assim tratando de diversas cousas se tornaram ao Forte São Luis" etc. (47).

Deduz-se, do trecho transcrito, que não só Diogo de Campos Moreno "desenhava em seu livro de memória" a baía de São Marcos, como recebeu, então, a promessa de La Ravardière, de desenho, que havia feito, "de tudo isto até o Pará" (48). Que a promessa tenha sido cumprida, pelo menos quanto ao Maranhão, pode ser comprovado pelos topônimos de origem nìtidamente francesa, que se encontram no mapa em aprêço.

É o caso, por exemplo, da enseada "Gran Dança" ("Grandança" no texto), que Cândido Mendes de Almeida interpretou como **Grand'anse (op. cit.,** p. 193); do "Rio de la Tucha", sem dúvida de Daniel de la Touche, nome do Senhor de La Ravardière; de "Migão-Ville", aldeia em que residiria, ou em que seria homenageado Minguão, o **língua** "David Mingan, francês de Dieppe", morto em Guaxenduba (**op. cit.,** p. 250 e 217); e a "Ilha do Surigião", certamente a de quatro léguas, doada ao cirurgião francês de Lastre, único aí existente, à época, e que tão bons serviços prestou, a todos os beligerantes (idem, p. 258). Além dêstes, no mapa aparecem o "Pôrto principal dos Franceses", a oeste, e outro "Pôrto dos Franceses, com dois fortes", a leste da ilha do Maranhão. Nomes com "Rorniport" e "Posche", êste numa reentrância, no mesmo lado, terão, igualmente, idêntica origem. Um "Forte de Caur", como "Pecurim" oferecerão mais dúvidas.

Datando a efetiva conquista do Maranhão de 1615, julgou o Sr. Jaime Cortesão conveniente fixar a data da elaboração **portuguêsa** dos mapas do códice do Pôrto em "1616", mais ou menos (4). Como, entretanto, a mencionada entrevista de Diogo de Campos e La Ravardiè-

---

(47) — Diogo de Campos Moreno — **Jornada do Maranhão**, in **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão**, de Cândido Mendes de Almeida, vol. II (Rio, 1874), p. 251/252.

(48) — Reforça, êsse fato, a nossa hipótese, anteriormente formulada, de ter Diogo de Campos levado aos cartógrafos de Portugal ou Espanha os dados de que dispunha, para o definitivo desenho dos mapas e plantas da **Razão do Estado do Brasil**. Se o não fêz em suas últimas permanências na Europa, em 1612/1614 e 1615, depois de sua morte te-lo-ão feito outros por êle, mas evidentemente recorrendo aos elementos que reuniu, como prova a íntima correlação do texto (desde Pôrto Seguro ao Rio Grande), com as ilustrações projetadas e executadas.

(49) — Na aula "Os Atlas dos Teixeiras", do curso sôbre "História da Cartografia Politica do Brasil", no Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, cit. da nota 2, dêste capitulo.

Digitized by Google

Digitized by Google

6 — MAPA DA ILHA DE SÃO LUÍS E VIZINHANÇAS, DO ATLAS DE ALBERNAZ, NO CÓDICE DO RAZÃO DO ESTADO (I.H.G.B.).

Digitized by Google

re data de dezembro de 1614, poderia ter sido antecipado aquêle milésimo para o anterior (50).

Para demonstrar como êste mapa do Maranhão foi acrescentado ao códice da Biblioteca do Pôrto, que amplamente mostramos anterior ao do Instituto Histórico, basta relembrar circunstância que já anotamos ao fazer a respectiva colação. Era, o dito apógrafo portuense, escrito em papel com a marca dágua **AA**, provàvelmente de fabricação italiana da segunda metade do século XVI. Entretanto, sua última fôlha, exatamente a que antecede o referido mapa, além de trazer filigrana diferente (um pato dentro de um círculo), não havia sido riscada para continuidade da eventual escrituração do **Livro do Estado**, como as demais do códice. Evidencia-se, assim, o acréscimo.

O interêsse do mapa do Maranhão para a história da conquista de sua região motivou a sua reprodução, devida a Capistrano de Abreu, na segunda edição da **História do Brasil**, de frei Vicente do Salvador (São Paulo, 1918). Foi, infelizmente, omitido, na quarta edição da mesma obra, de 1954. Repetiu-o, novamente, D.Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., no citado ensaio sôbre "Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil", publicado na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 9, de 1945 (Rio, 1952), à p. 74, fig. 10.

(50) — Ao contrário, se para os mapas e plantas do códice do Instituto Histórico, que são, quase todos, os mesmos das Bibliotecas Municipal do Pôrto e Nacional, de Paris, estabeleceu o Sr. Jaime Cortesão as proximidades de "1626", melhor seria fazê-lo para o ano seguinte, 1627, data comprovada e repetida do Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Brasil, de João Teixeira Albernaz, e têrmo também, do govêrno-geral de Matias de Albuquerque, a quem se referem vários acréscimos ao Livro que dá Razão do Estado do Brasil, exemplar do Rio de Janeiro.

Digitized by Google

Digitized by Google

TEXTO EM LINGUAGEM ATUAL E ANOTADO, DO CÓDICE DO LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, *DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*

RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL

O Estado do Brasil, Províncias de Santa Cruz, é a parte oriental do Peru povoada na costa do mar Etiópico, e repartida em partes a que chamam capitanias, que em tal forma foram servidos os passados reis de Portugal de as encarregar, com largas doações, a certos donatários.

Corre a costa de seu distrito desde o rio Mearim ou Maranhão (1) até a boca do rio da Prata ou Paraná, como na Carta Geral se mostra (2).

Tôdas essas capitanias, para bem do que produzem tratam de separação e sustentam-se de violências, e nesta conformidade gozaram de mais aumento aquelas que o braço real

---

(1) — Tendo sido êste trabalho redigido em fins de 1612 ou durante o ano de 1613, quando ainda não estava conquistado o Grão-Pará, sendo mais conhecido o Maranhão, embora então ocupado pelos franceses, foi êste dado como limite norte da costa brasileira.

(2) — No códice da Biblioteca Municipal do Pôrto está indicada a colocação de sua «Carta Geral» do Brasil: «à fôl. 3». No apógrafo pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está em branco essa indicação, que deveria ser: «à fôl. 2» da atual paginação. Note-se, entretanto, que os dois mapas são completamente diferentes, conforme foi explicado na «Análise Cartográfica». Assim, nenhum dêles contém apenas o território entre o Maranhão e o Rio da Prata. O mesmo ocorre no mapa do Estado do Brasil constante de Atlas existente na Biblioteca Nacional de Paris, datado de 1627 e contendo quase todos os mapas e plantas também encontrados naqueles dois códices da **Razão do Estado do Brasil.**

Digitized by Google

tomou mais à sua conta quando no povoar e conquistar faltaram seus donatários. Neste caso fazem exemplo a Bahia de Todos os Santos, o Rio de Janeiro, Paraíba, o Rio Grande, tôdas hoje de Sua Majestade, nas quais, porque o são, aumentam-se cada dia as povoações e crescem as fazendas. Pernambuco e Itamaracá podem entrar nessa conta, porquanto às suas maiores necessidades acudiu Sua Majestade com capitais, presídios e fortificações, que até hoje sustenta de sua Real Fazenda (3).

Também se deve considerar que as terras dêste Estado e os filhos delas naturalmente são variáveis, elas em produzir e êles em as habitarem; porque, como das maiores ou menores chuvas sucedam mais ou menos novidades (4), ou mais abundâncias em umas que em outras partes, ao modo dos aduares da África (5), tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares, e também se pratica que os naturais da terra o tenham por cerimônia, e assim, por êste caminho não se lhes acudindo, acham-se desamparados os sítios que mais ao comum importam (6).

Êste acidente nas capitanias dos donatários acontece mais vêzes, porque nelas nunca se encontra pessoa respeitável no govêrno (7), o que não sucede onde servem capitães do dito Senhor, que sem dúvida fazem muito no aumento dos lugares

(3) — Neste, como noutros pontos, mostra-se o autor partidário do sistema de administração das capitanias diretamente pela Coroa e não por donatários ou seus prepostos.

(4) — Foi o autor dos primeiros a registrar o mau efeito das sêcas periódicas sôbre as colheitas. no Brasil.

(5) — A referência aos acampamentos mouriscos constitui argumento favorável à autoria de Diogo de Campos Moreno, nascido em Tânger, de acôrdo com uma publicação espanhola, embora também tenha sido apresentado como natural da ilha Terceira, conforme examinamos em sua biografia, contida no capítulo dedicado à «Questão da Autoria».

(6) — O nomadismo dos indígenas brasileiros constitui característica registrada por muitos cronistas coloniais. Aparece, aqui, ligado ao problema do abastecimento e povoamento do Estado, sabendo-se que os índios eram fornecedores de farinha de mandioca aos colonos, que logo se afeiçoaram ao seu alimento básico.

(7) — Os prepostos dos donatários seriam, forçosamente, pessoas mais modestas que as nomeadas pelo rei — o que constitui outra observação do autor, favorável às capitanias pertencentes à Coroa.

Digitized by Google

pela esperança de serem reputados dignos de maiores cargos, e por outras razões, que por si se publicam, e das quais asseguradamente entendemos que tudo o que neste Estado não fôr de Sua Majestade crescerá devagar e durará muito pouco. (8).

Ninguém ignora que a saúde das almas e a liberdade natural e real nos vassalos são os fundamentos com que Sua Majestade (como Católico Monarca) manda que se proceda em suas conquistas, de tal modo, porém, entendida esta máxima, que a superstição não confunda a forma do bom govêrno, pois lemos que as repúblicas em si contrárias e diferentes hão de ser governadas por máximas contrárias e diferentes, pelo que parece que o doutor La Gasca, lugar-tenente do Imperador no Peru (9), não só livrou dos Pizarros o estado dos índios, mas também dos outros inconvenientes, dando aos conquistadores em tal forma parte do serviço pessoal destas gentes (que outra cousa não possuíam), que, ficando livres, ficaram juntamente sujeitos a uma razão que serve a Deus, ao Rei e ao povo, e todos tiram de bem fundadas povoações um fácil e justo proveito (10), cousa que no Estado do Brasil, parece impossível, sendo assim conveniente, porque não sòmente, como fica dito, o gentio é variável, incapaz e fora de todo o govêrno e razão por si só, mas ainda debaixo de tutores incompetentes fica de menos préstimo, porque, como no espiritual, temporal e pessoal vive entregue a religiosos, tão religiosamente defendem esta posse que, aos que mais contra

(8) — Falhou, neste ponto, a previsão do autor. As capitanias hereditárias foram, nos séculos XVI e XVII, mais numerosas, no Brasil, que as da Coroa, e não se poderá dizer que algumas, pelo menos, não prosperaram. (Cf. nossa **História Administrativa e Econômica do Brasil** (São Paulo, 1951), primeira parte, passim).

(9) — Inquisidor Pedro de la Gasca (1485|1560), enviado de Carlos V ao Peru, de 1546|1550, vencedor do rebelde Gonçalo Pizarro.

(10) — E' interessante notar que, além do governador Diogo Botelho, como veremos adiante, outro contemporâneo do autor, também português do Brasil, Bento Maciel Parente, da mesma forma recomendaria, alguns anos mais tarde, em 1630, a adoção, aqui, do regime hispano-americano das **encomendas** de indígenas. (Cf. Helio Vianna — «Bento Maciel Parente — soldado, sertanista e administrador», in **Estudos de História Colonial** (S. Paulo, 1948), p. 272|275).

Digitized by Google

ela sabem, faz que amurrem (11) menos temerosos de intentarem novidades os que de razão deviam intentá-las e assim aquela lei justa, que Sua Majestade mandou no ano de seiscentos (12), acêrca dos índios nas aldeias, não póde chegar a efeito, tal é a força que têm introduzido os religiosos (13).

Por êste caminho fica cheio o Estado de veios de piedade, debaixo dos quais desapareçem muitas rendas à Fazenda de Sua Majestade, que sem dúvida lhe podem dar os índios, e muitas fazendas que, com suas ajudas, sendo gerais, podem aumentar-se aos brancos, evitando-se, com o cumprimento da dita lei, que se dilatem mocambos entre os negros (14), ou juntas de fugidos a que chamam Santidades (15), e outros males que em tôda esta costa vimos derivados da doutrina que êles (como incapazes), mal aprendem, ou mal lhes ensinam seus tutores, sem a presença dos capitães leigos; porque

(11) — **Amurrem** corresponde a **enfraqueçam**, de acôrdo com a antiga forma do verbo **amorrinhar-se**.

(12) — No códice do Rio de Janeiro está, por engano do copista, «ano de seiscentos»; no do Pôrto, por êrro do autor, «seiscentos e dez». Realmente, a lei que aboliu a escravidão dos indígenas do Brasil foi de 30 de julho de 1609; tendo provocado um motim contra os jesuítas, na cidade do Salvador, a 28 de junho do ano seguinte, foi atenuada por outra, de 10 de setembro de 1611, que novamente permitia a escravização em «guerra justa» ou dos índios «resgatados de morte».

(13) — Começam aqui as demonstrações do autor contra a catequese no Brasil realizada pelos inaclanos. Aplaudiu-as, desde 1839, em suas **Reflexões Críticas** sôbre a **Notícia do Brasil**, o historiador Varnhagen. Um de seus biógrafos, o Sr. Clado Ribeiro de Lessa sugeriu, a propósito que a leitura da **Razão do Estado** póde ter influído não só para as suas opiniões «pouco favoráveis» aos indígenas como para «as restrições que faz ao valor da atuação dos filhos de Loiola em nossa terra». (Em «Formação de Varnhagen», capítulo de **Vida e Obra de Varnhagen**, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 186, de janeiro-março de 1945, p. 65).

(14) — E' esta, cronològicamente, uma das primeiras referências aos quilombos de escravos negros, fugidos aos seus senhores, no Brasil colonial. Daí tirou Antônio de Morais Silva o vocábulo **mocambos** para seu **Dicionário da Língua Portuguêsa**, 1a. ed. (Lisboa, 1789).

(15) — As **santidades**, cerimônias ou reuniões de início exclusivamente indígenas, depois com a participação de brancos e negros, em curioso sincretismo, foram mencionadas por jesuítas como Nóbrega e Aspilcueta Navarro, além de Jean de Léry, e pela primeira vez melhor observadas por João Capistrano de Abreu no prefácio às «Confissões da Bahia», de 1591-92, da **Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil** (S. Paulo, 1922). A **Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade do Jaguaripe** dedicou interessante trabalho o prof. José Calasans (Bahia, 1952).

Digitized by Google

os índios que vivem de mistura com os brancos não sòmente são os melhores cristãos, criando-se com os seus filhos, mas também aprendendo ofícios dão proveitos à Fazenda Real, e melhores ajudas nas armas a todos os acidentes que se oferecem na costa e no sertão de suas terras, nas quais nunca a falta da gente de roupa larga (16) faz, nem pode fazer, tanto dano em tôdas as matérias quanto pode fazer a falta das armas e de quem as exercite, pela razão da violência atrás referida, em que tudo se funda sôbre tanto escravo e tanta cousa forçada, e pelos corsários que dè contínuo buscam nesta costa, não sòmente a saúde das enfermidades que lhes causa a Guiné (17), mas o açúcar, pau-brasil, âmbar, malagueta, fumo e outras cousas que estimam; também por amor dos facinorosos da terra, que se valem do mato, contra os quais a justiça desarmada pode pouco (18); tôdas as quais cousas mais parece que devem consistir e acharem-se nos seculares que nos eclesiásticos (19).

Os bens dos vassalos dêste Estado são engenhos, canaviais, roças ou sementeiras, gados, lenhas, escravos, que são o fundamento em que se estriba esta potência, cousas tôdas que

(16) — Os jesuitas, conforme Varnhagen, nas **Reflexões Críticas sôbre o escrito dos fins do século dezesseis impresso com o título de «Notícia do Brasil»**, na **Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas**, da Academia Real das Ciências, tomo V, n.º II (Lisboa, 1839), p. 95.

(17) — E' esta, cronològicamente, uma das primeiras referências às doenças africanas para o Brasil trazidas pelos corsários estrangeiros, e não pelos escravos negros, como geralmente se acredita. No segundo parágrafo do capítulo sôbre a capitania do Rio Grande reaparece essa afirmativa, quanto aos corsários que ali iam ter, vindos do «resgate da Mina, a sarar das enfermidades de Guiné».

(18) — Alusão ao couto e homizio, permitidos entre as capitanias hereditárias, motivando abusos e protestos. (Cf. Hello Vianna — **Brasil Social (1500-1640)**, separata de **A Restauração e o Império Colonial Português** (Lisboa, 1940), p. 18).

(19) — Abordou aqui o autor, em longo parágrafo, o tema da superioridade dos leigos sôbre os eclesiásticos, nas relações com os indígenas. O governador Diogo Botelho «desaprovava como ineficazes e menos úteis ao Estado os meios adotados pelos padres de os aldear coletivamente; e preferia antes a prática de trazê-los embora com alguma quebra de sua liberdade, para os povoados, como, com êxito para a civilização, se praticou nos estados hispano-americanos». (Varnhagen — **História Geral do Brasil**, 4a. ed., tomo II, p. 62|63).

Digitized by Google

cada uma por si, como fica dito, desviam-se de vizinhança em tal modo que, enquanto as demais províncias do mundo constam de união por seus habitadores, esta, como vemos, trata de separação (20) e tanto se sustenta de violências que a primeira cousa forçada é a água por levadas e calhas trabalhosas e compridas, trazida à fôrça de onde mais importa, e o fogo de contínuo abrasando grande cópia de lenhas e uma quantidade grande de gado vacum, que neste trabalho morre e se consome, e um número grosso de escravos que cada ano vai por êste caminho, sem os quais não há que tratar em fazendas ou rendas do Brasil, e também se qualquer das outras cousas falta, porém a dos escravos é a mais considerável, porque dela depende o remédio de tôdas as outras (21).

Êstes escravos hão de ser de Guiné, vindos das conquistas ou comércios de Etiópia, ou hão de ser da própria terra, ou de uns e de outros.

Os escravos de Guiné, como se compram caros, por causa dos muitos dasios ou direitos que dêles se pagam em Angola (22), fazem difícil e custoso o crescimento desta república e tão pouco durável, quanto morrem ou vivem a seus senhores pois que, violentados, pela maior parte duram tão pouco que em lugar de livrarem da miséria a seus amos, acontece darem com êles na enxovia, donde também se vem a consumir

(20) — O auxílio mútuo, desde o primeiro século vigente entre as capitanias do Brasil, apesar de tôdas as dificuldades e distâncias a vencer, desmente ou pelo menos diminui a asserção do autor.

(21) — Um século depois, em 1711, salientaria o jesuíta João Antônio Andreoni (André João Antonil), em sua inestimável **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**, essas mesmas necessidades vitais da lavoura da cana e indústria do açúcar: aguadas, lenha, gado e escravos, êstes «as mãos e os pés do senhor de engenho». (**Op. cit.**, ed. de Affonso de E. Taunay (S. Paulo, 1923), p. 91).

(22) — Notem-se, quanto aos escravos africanos, Guiné como denominação geral, o pagamento de direitos em Angola e a vaga procedência «das conquistas ou comércios de Etiópia».

Digitized by Google

a propriedade para os que os compraram, como vemos cada dia (23).

Os índios da terra, que parecem de maior facilidade, menos custo e maior número, como andam metidos com os religiosos aos quais vivem sujeitos e aos quais adorando pagam pequenos dasios (24), de maravilha fazem serviço, nem dão ajuda aos leigos, que seja de sustância, antes sendo chamados dos pobres moradores, acontece levarem-lhes o salário de antemão, sem lhes fazerem nada, sendo causa que os pobres o percam, e às peitas que costumam dar a quem os administra, como tudo se saberá, tirando-se devassa. Daí resultam grandes queixumes contra os religiosos, os quais, se querem mostrar que castigam estas cousas com seus cárceres privados ou açoites, por levemente que seja, estão os índios tão mimosos e tão pouco práticos no uso de nossa justiça e obediência, que logo se vão ao mato, onde fazem, como dito é, abomináveis vivendas e ritos, juntando-se com os negros de Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos, escândalos e violências por cujo respeito se não pode atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras, nem dilatarem-se as povoações pela terra a dentro (25).

Se os portuguêses tomam as armas contra estas desordens, e com trabalhos e custo de suas fazendas e vidas vão contra êstes mocambos ou ladroeiras, e desfazendo-as trazem presos os ditos fugidos, logo a piedade dos padres e a necessidade em que dêles vivem os leigos buscam leis para os não

(23) — A grande mortalidade dos escravos negros constitui queixa muito freqüente nos observadores da época.

(24) — Varnhagen, na longa citação que dêste trecho fêz, na **História Geral**, cit. (tomo II, p. 128|129), honestamente omitiu, por não parecerem verdadeiras, as afirmativas do autor — «e aos quais adorando pagam pequenos dasios».

(25) — Fato, êste, à época ainda verdadeiro para a Bahia, onde provàvelmente colheu notas ou escrevia o autor, mas não para a capitania de São Vicente, onde já se havia iniciado o ciclo da caça ao índio.

Digitized by Google

dêle a êstes Reinos (33), de onde só por via do comércio e da navegação lhe vai o aumento conforme as leis do tempo, porque, quanto às leis da natureza, do que produz de muitas partes (se houvesse licença) seria provido, e de todos os navegantes visitado, como parte tão conveniente a viagens largas; e assim é de crer que, sendo esta navegação segura, por meio do comércio terá o Estado mais fôrças e mais ajudas em seu aumento; pelo que, deixadas as opiniões que sôbre a guarda desta costa e navegação do Brasil tiveram os desejosos de sua grandeza, cada um praticando e acomodando embarcações a seu modo, fazendo às vêzes armadas e frotas de navios, inventando galés e imaginando galizabras (34), armando caravelas, finalmente fazendo despesas e buscando tributos sem nenhum fruto, antes cada vez com mais perda de reputação e fazenda; será bem advertir que do dito Estado saem cada ano de quinhentas para seiscentas mil arrobas de açúcar (35), fora o pau-brasil de Sua Majestade (36), as quais tôdas se carregam à formiga (37) em navios mancos a que pagam fretes e avarias mais de cento e setenta mil cruzados (38), na qual quantidade bem se mostra que podem caber quatro galeões armados, de duzentas e cinqüenta até trezentas toneladas, com sessenta até oitenta homens cada um, de mar e guerra, de sua obrigação, com artilharia e munições a êste respeito,

(33) — A referência «a êstes Reinos» sugere, mas não afirma que a **Razão do Estado** fôsse redigida na Europa.

(34) — Sendo as zabras pequenas embarcações das costas africanas e do gôlfo de Biscaia, galizabra seria uma de suas variantes. E sendo aquelas usadas na região marroquina, constitui essa referência mais um argumento em favor da autoria do tangerino Diogo de Campos Moreno, do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**.

(35) — Verifica-se, com êsses algarismos, o constante crescimento da produção brasileira de açúcar, comparando-os com os de fins da centúria anterior citados por diversos contemporâneos. Ver a propósito, o «Resumo Estatístico do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**», que incluimos nesta edição.

(36) — O contrato do pau-brasil estava arrendado, à época, por ..... 24:000$000 anuais, como confirma o **Livro de Tôda a Fazenda**, de Figueiredo Falcão.

(37) — A socapa, sorrateiramente.

(38) — Equivalentes a 68:000$000.

Digitized by Google

tudo pago e sustentado conforme as pagas da Casa de Contratação de Sevilha (39).

Êstes quatro galeões andando na carreira criarão soldados e marinheiros práticos e capitães de mar convenientes, extinguindo o uso infame do fugir das caravelas, tão gabado hoje e tão introduzido (40), e assim darão reputação nova a nossos mares e tudo às despesas das ditas arrobas, e, se para isto se introduzir fôr necessário por ora entrarem naus de particulares enquanto a fazenda de Sua Majestade as não fabrica, também na Casa de Contratação se valem dêsse meio, escolhendo na frota e armando as melhores naus de particulares, que navegam para as Índias (41); e se também parecer

(39) — Novamente cita o autor um exemplo espanhol. — A idéia da organização de frotas artilhadas que comboiassem os navios do comércio do Brasil, apareceu, várias vêzes, por essa época, até ser finalmente adotada. Sôbre a sua necessidade escreveu Filipe III ao governador D. Luis de Sousa, a 6 de junho de 1618, e êste àquele em 22 de maio, obtendo resposta a 28 de agôsto do mesmo ano, autorizando-o a entender-se, a respeito, com as câmaras municipais. Examinou-se, então, a possibilidade de ser criado um impôsto semelhante ao do consulado, de Portugal, a fim de serem conseguidos recursos para sua manutenção. (Cf. o **Livro Segundo do Govêrno do Brasil**, nos **Anais do Museu Paulista**, tomo III (S. Paulo, 1927), p. 66, 74, 78, 80 e 105). — Agravando-se a situação, com novos ataques de holandeses, depois da ocupação do Salvador, em 1624|25, sugeriu-se, em um «Memorial do Estado do Brasil para Sua Majestade», de 1627, a organização de uma frota de doze navios armados, que, em comboio protegesse o transporte do açúcar para a Europa. Atribui êsse documento a Francisco de Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Estado, D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B. (in «Francisco de Frias da Mesquita — Engenheiro-mor do Brasil», estudo publicado na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 9, de 1945 (Rio, 1952), p. 30|31). Entretanto, no segundo semestre do mesmo ano de 1627, voltando para Portugal e Espanha o ex-governador-geral Matias de Albuquerque, de Madri, a 29 de dezembro, informava, provàvelmente ao poderoso ministro de Filipe IV, o Conde-Duque de Olivares, sôbre a «diminuição dos frutos do Brasil», em consequência daqueles ataques, **usando, várias vêzes, os mesmos têrmos do referido «Memorial»**. (Cf. Helio Vianna — **Matias de Albuquerque**, Biografia (Rio, 1944), p. 62|65; reproduzida em **Estudos de História Colonial**, cit., p. 242|244). — Simultâneamente, propôs Tristão de Mendonça armar dezoito navios que assegurassem e dessem guarda às frotas do Blasil, assunto afinal decidido no ano seguinte, 1628. (Cf. **Livro Segundo do Govêrno do Brasil**, cit., p. 122 e 124).

(40) — Aqui se confirmam referências às fugas de tripulantes dos navios que vinham ao Brasil.

(41) — Novo exemplo espanhol sugerido para o Brasil.

Digitized by Google

que para a gente de guerra e oficiais que pressupomos pode faltar despesa, também como em Espanha (42) podem embarcar-se as companhias do presídio da Bahia e de Pernambuco, alternativamente, pois nelas de obrigação militam duzentos e sessenta soldados (43), fora os das guarnições dos castelos, que de presente dizem os povoadores que será bem reformá-los, porque servem de pouco; de modo que por êste caminho ficam acudindo às cousas do Estado as fôrças que êle mesmo sustenta, lançando-as na parte mais conveniente por ora, que é o mar, pois assim como a cada morador da terra obrigam a ter uma arma para sua defesa em sua casa (44), mais justo e mais formoso parece que em cada província tenha as suas despesas quem a defenda, e mais quanto é de natureza que lhe importam as armas sôbre tôda outra cousa (45).

Do que brevemente fica advertido pode-se advertir que, sendo as capitanias ou províncias do Estado do Brasil tôdas de Sua Majestade, como por muitas vêzes se lhe tem advertido (46), ou pelo menos tendo capitães do dito Senhor, como

(42) — Idem.

(43) — De acôrdo com estatísticas, adiante citadas, referentes a essas capitanias, tinham as duas companhias do presídio da Bahia o total de 142 homens; e a de Pernambuco, distribuída em Olinda e Recife, 98 homens, o que dá o total de 240, não de 260, mencionado no texto supra.

(44) — Vinha essa obrigação do Regimento dado ao primeiro governador, Tomé de Sousa, a 17 de dezembro de 1548: «todo o morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras, ou águas, ou navio, terá ao menos besta, espingardas, espada, lança ou chuça»». (Cf. o doc. n.º 1 de «A Bahia no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa», do Sr. Alberto Iria, nos Anais do IV Congresso de História Nacional, vol. II (Rio, 1950), p. 61). — Também no novo Regimento a 31 de agôsto de 1612 expedido a Gaspar de Sousa tratou-se da obrigação da posse de armas para defesa. (Cf. o códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, da Biblioteca do Itamarati, fls. 85|105, ns. 26|28).

(45) — Argumento tipicamente de militar, indício da autoria de Diogo de Campos Moreno.

(46) — Mais uma vez insiste o autor em preconizar a administração das capitanias hereditárias diretamente por agentes da Coroa, e não dos donatários.

Digitized by Google

têm Pernambuco e Itamaracá, que são de donatários (47), e havendo nas aldeias tôdas, de qualquer distrito, capitães leigos e capelães sujeitos ao ordinário, na forma que está mandando no ano de seiscentos e dez (48), e na costa e mares da carreira do dito Estado havendo galeões de armada que assegurem as frotas e guardem a costa, em mui breves dias subirão as rendas reais a mais de um milhão de ouro (49), porquanto no ano de seiscentos e dois se arrendou todo o Estado junto em cento e seis mil cruzados (50), e neste ano de seiscentos e doze se arrendou só o govêrno de D. Diogo de Menezes em cento e vinte cinco mil cruzados (51), em que se prova o que importa a êste aumento qualquer pequena ajuda, e pelo contrário, se houver descuido em qualquer das ditas cousas, cada dia irão a menos, porquanto o aumento natural do pouco que está povoado tem subido a mais do que se esperava sem arte ou benefício de fora, antes hoje vai cada dia sendo maior o empenho dos moradores com os homens de negócio a respeito da falta de escravos que por tão subidos preços lhes vendem (52), pelo que também parecem mais convenientes a seu trabalho alvarás de espera (53), que cada dia pedem que os executores sem conto que com a nova Relação (54) cada dia lhes mandam.

(47) — Realmente, à época em que era escrita a **Razão do Estado do Brasil**, governava Pernambuco, como capitão-mor nomeado pelo rei, Alexandre de Moura; isto, porém, devido à menoridade do quarto e último donatário, Duarte de Albuquerque Coelho. Quanto a Itamaracá, também teve «superintendente» designado pelo de Pernambuco, mas isto apenas até 1612, conforme o texto a ela referente. E a causa dessa intervenção foi o pleito pela mesma ocasião vigente, quanto à sua posse, entre os condes de Monsanto e Vimieiro, D. Alvaro Pires de Castro e Sousa (que venceu a questão) e D. Francisco de Faro.

(48) — Alias 1609, conforme a nota 12, supra.

(49) — Equivalentes a 400:000$000.

(50) — Equivalentes a 42:400$000.

(51) — Equivalentes a 50:000$000, sòmente da capitania de Pôrto Seguro à do Rio Grande, isto é, o chamado govêrno do Norte, composto de oito capitanias, inclusive Sergipe d'El-Rei, excluídas as três do Sul.

(52) — Queixas muito freqüentes no período colonial, eram as referentes à escassez e altos preços exigidos pelos fornecedores de escravos negros.

(53) — Os que fixavam prazos para pagamento de dívidas.

(54) — Quanto a outras queixas relativas à nova Relação, no Brasil instalada em 1609, ver, adiante, no capítulo sôbre a Bahia de Todos os Santos, a nota 24.

Digitized by Google

De modo que a conquista do Maranhão, que se pratica (55), e a navegação do salitre do rio de São Francisco (56), nem a pescaria das baleias da Bahia de Todos os Santos (57)

(55) — Iniciada, realmente, em 1612, com as providências do governador do Norte, D. Diogo de Menezes e Siqueira, mas sòmente incentivada e realizada por seu sucessor, novamente governador de todo o Brasil, Gaspar de Sousa.

(56) — Mencionada, adiante, no capítulo sôbre o Rio de São Francisco.

(57) — No texto do Instituto Histórico, está, por engano, «balsas», em vez de «baleias», como ocorre no do Pôrto. No capítulo sôbre a Bahia, adiante, nada aparece, sôbre a pesca de baleias em suas águas.

Ao governador Diogo Botelho atribuiu-se a iniciativa da indústria da pesca de baleias no Brasil. (Cf. «Correspondência de Diogo Botelho», cópia na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121 (Rio, 1910), p. XXV). — Confirmou-o frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**, cit., p. 397: veio com Diogo Botelho em 1602, um biscainho, Pedro de Orecha, trazendo duas naus, com patrícios seus «com os quais começou a pescar e, ensinados os portuguêses, se tornou com elas carregadas, sem da pescaria pagar direito algum».

No govêrno de D. Diogo de Menezes, segundo Varnhagen, «foi melhorado o contrato das baleias, sendo concedido por sete anos a dois sócios, um dos quais era francês, Julien Michel». (**História Geral**, cit., tomo II, p. 130). François Pyrard, de Laval, que na Bahia, em 1610, conheceu êsse patrício, que aí passava por espanhol, relatou que fôra êle sócio de um português, que obtivera a permissão da pesca de baleias, por aquêle prazo. (Cf. **Seconde Partie du Voyage de François Pyrard depuis l'arrivée à Goa jusques à son retour en France** (Paris, 1615), p. 557|558).

No Regimento a 31 de agôsto de 1612 dado a Gaspar de Sousa, ainda inédito, foi-lhe recomendado que para a pesca de baleias trouxesse biscainhos. Ao apoio do mesmo governador atribuiu Sebastião Borges, provedor-mor da Fazenda, em certidão de 17 de julho de 1616, o ter mantido o «contrato da pescaria das baleias». (Cf. o códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, cit., fls. 95 e 409).

A propósito, assegurou o autor dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de 1618, que na baía de Todos os Santos, «por ser cousa tão grande se recolhem dentro muitas baleias, na quais fazem biscainhos, que para o efeito ali residem, grande matança, para haverem de tirar delas azeite, que lavram em quantidade, donde se leva para as demais capitanias do Estado a vender» (**Op. cit.**, Rio, 1930, p. 59).

No mapa da baía de Todos os Santos, da **Razão do Estado do Brasil**, n.º 11 do códice do Instituto Histórico, n.º 8 do apógrafo da Biblioteca do Pôrto, na parte referente à ilha de Itaparica aparece uma «ponta de Biscaya», certamente em lembrança dos pescadores de baleias dessa procedência. Na referida ilha, na ponta da Cruz, ficava a respectiva «armação», segundo frei Vicente do Salvador, **op. cit.**, p. 527. No tempo em que escrevia (1627), já se arrendava essa pesca por 600$000 anuais «pouco mais ou menos para lustro de ministros» (idem p. 397). Atingia 1:400$000 alguns anos depois, conforme nota no **Livro 1.º do Govêrno do Brasil**, outro códice inédito da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores.

Digitized by Google

ou da Angra dos Reis (58), nem as esmeraldas do Rio Doce (59), nem o ouro de São Vicente (60), ou a prata que dizem haver no rio Real (61), ainda que tudo junto hoje estiver em têrmos assegurados, tanto quanto vemos que anda em dúvidas e alvitres, nenhuma comparação fazem com o que pode medrar o dito Estado e os moradores dêste Reino (62) e as alfândegas de Sua Majestade, havendo muitos escravos e baratos, que trabalhem nas fazendas do açúcar e cortes do pau-brasil (63),

(58) — No mapa da «costa que vai do Rio de Janeiro até o pôrto de São Vicente», n.º 2 do códice do Instituto Histórico, n.º 3 do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris, mas que falta ao apógrafo da Biblioteca do Pôrto, aparece a angra dos Reis. Mas nenhuma citação é aí feita, quanto à pesca de baleias em suas proximidades.

(59) — No mapa de «Demonstração da Capitania do Espírito Santo», n.º 5 do códice do Rio de Janeiro, n.º 2 do apógrafo do Pôrto, n.º 6 do Atlas de Paris, «mostra-se pelo rio Doce o caminho que se faz para a serra das Esmeraldas». Adiante, no primeiro parágrafo do texto sôbre a Capitania de Pôrto Seguro, há outra referência a êsse acesso ao interior hoje mineiro. Em nossa Análise Cartográfica do códice do Instituto Histórico, ao examinar aquela legenda do mapa do Espírito Santo, sugerimos que estas informações sôbre o roteiro para as minas de esmeraldas tenham sido fornecidas a Diogo de Campos Moreno pelo próprio Marcos de Azevedo, como êle então na Europa, em fevereiro de 1613.

(60) — Na Carta Geral do Brasil, n.º 5 do **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Brasil e seus portos, barras e sondas delas**, de João Teixeira Albernaz (Lisboa, 1627), da Biblioteca Nacional de Paris, reproduzida no **Atlas** que acompanha a **Mémoire contenant l'Exposé des Droits de la France dans la Question des Frontières de la Guyane Française et du Brésil soumise à l'arbitrage du Gouvernement de la Confédération Suisse** (Paris, 1899), aparecem arbitrárias localizações de minas de ouro no interior do Brasil, nas nascentes do Itapecuru maranhense e ao sul do rio Mearim, mas não na capitania de São Vicente. Tais localizações não ocorrem, entretanto, no mapa que a êsse corresponde, no códice do Instituto Histórico.

(61) — Além da existência de minas de prata em Sergipe d'El-Rei é mencionada no último parágrafo do capítulo referente a essa capitania. Assinalam-se no respectivo mapa (n.º 13 do códice do Rio de Janeiro, n.º 10 do Pôrto, faltoso no Atlas de Paris), as «fazendas do Caramuru, perto das serras da prata».

(62) — As palavras «dêste Reino» não importam na afirmativa de ter sido o **Livro que dá Razão do Estado** escrito em Portugal, como acreditaram Diogo Köpke e Varnhagen e examinamos nas notas 59 e 60 da Questão da Autoria.

(63) — Constituiam pontos essenciais ao desenvolvimento do Brasil, para o autor, a abundância e barateza dos escravos, a serviço dos colonos, tendo em vista a intensiva exploração das «verdadeiras minas do Brasil» que eram, em sua opinião, como na do governador D. Diogo de Menézes, «açúcar e pau-brasil». (Cf. carta dêsse governador a Filipe III, escrita da Bahia, a 22 de abril de 1609, publ. nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, de 1935 (Rio, 1939), p. 54).

Digitized by Google

tudo seguramente navegado sem pagar tributos aos inimigos do Norte (64), antes fazendo crescer, nos despovoados, povoações e fazendas.

E para que melhor tôdas as cousas ditas se entendam e pratiquem, seguiremos o que vale e pode em particular cada capitania com seus povoados e despovoados, com suas despesas e rendimentos, e com seus portos e sondas, dêles vindo correndo a costa do Sul para o Norte, no govêrno do dito D. Diogo de Menezes sòmente, como parte vista e visitada por quem fêz esta Relação, e posta pelo dito governador na Razão em que hoje a vemos (65).

(64) — «Inimigos do Norte» eram os holandeses, até 1609 em guerra com a Espanha, conforme outras referências adiante feitas, relativas às «pazes do Norte», nos capítulos sôbre a Capitania dos Ilhéus, nota 34, e sôbre o Rio Grande, nota 9.

(65) — A afirmação — «como parte vista e visitada por quem fêz esta Relação» — constitui a mais importante indicação relativa à autoria da **Razão do Estado do Brasil**, por isto mesmo estudada no respectivo capítulo. A frase final — «e posta pelo dito governador na Razão em que hoje a vemos» — admite a colaboração de D. Diogo de Menezes e Siqueira, mas não a sua inteira autoria, a princípio aceita pelo dicionarista Antônio de Morais Silva e por Varnhagen conforme ali vimos.

Digitized by Google

CAPITANIA DE PÔRTO SEGURO, DO DUQUE DE AVEIRO (1)

A capitania de Pôrto Seguro parte com o Espírito Santo pelo rio Doce, em dezenove graus, ou segundo outros querem pelo rio Cricaré, mais ao Norte (2), que foi o ponto por onde se dividiu êste Estado entre D. Francisco de Sousa e D. Diogo de Menezes (3). São famosos êstes rios pelas terras e várzeas para fazendas que nelas se descobrem e pelo muito que ao sertão se metem, abundantes de caças e pescarias, e sobretudo pelo muito pau-brasil fino, que entre seus matos e madeiras

---

(1) — A capitania de Pôrto Seguro, doada em 1534 a Pero do Campo Tourinho, passou à posse de seu filho Fernão do Campo em 1554, em conseqüência de renúncia do primeiro donatário, anos antes envolvido em rumoroso processo de blasfêmia, remetido para Lisboa e aí submetido a julgamento da Inquisição. Morrendo, pouco depois, o novo titular da donataria, passou esta, por testamento, à sua irmã Leonor do Campo, que obteve confirmação em 1556. Três anos depois conseguiu licença para vendê-la ao 1.º Duque de Aveiro, que em Pôrto Seguro já possuia engenho de açúcar, aliás assinalado no mapa da capitania, que faz parte do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. A escritura, confirmada em 1560, estabelecia o preço de 100$000 de juros, à razão de 12$500 o milheiro, 600$000 em dinheiro de contado e dois moios de trigo em cada ano, enquanto vivesse a vendedora.

Falecendo o Duque D. João, em 1571, foi quinto donatário, como estava reguladó, seu filho segundo, D. Pedro Diniz de Lencastre. Não tendo êste sucessor direto, voltou a capitania à posse do titular da casa ducal, que era, ao tempo da redação desta obra, D. Álvaro de Lencastre, 3.º Duque de Aveiro.

(2) — Embora no códice do Instituto Histórico duas vêzes esteja escrito "Rio Circacem", no mapa que o acompanha, como no apógrafo da Biblioteca do Pôrto está o certo, "Cricaré", hoje São Mateus.

(3) — Chegando a Pernambuco D. Francisco de Sousa, a 19 de fevereiro de 1609, nomeado governador das três capitanias do Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente) e superintendente das minas de todo o Estado do Brasil, ao ter conhecimento dêsse fato protestou o governador D. Diogo de Menezes, em carta de 22 de abril do mesmo ano, dirigida ao rei Filipe III, publ. nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. LVII**, de 1935 (Rio, 1939), p. 51/54.

Digitized by Google

se acha, e pelas entradas que com facilidade por qualquer dêles se fazem ao sertão, pelo rio Doce particularmente para a serra das Esmeraldas, como se vê no ponto A, fol. (4), suposto que a barra dêste rio de nenhum modo pode ser acometida em nenhum tempo, por ser baixa e de alfaques (5), que se mudam, e por ter ordinárias aguagens, que descem de cima e lançam a água doce pelo mar a dentro mais de duas léguas, e assim, quando os do Espírito Santo fazem a jornada às esmeraldas entram com as canoas pelo riacho, que na carta seguinte se vê no ponto B, e pela lagoa do ponto C caminham até três léguas da barra do dito rio, donde tornam as canoas ao mar, e varando-as depois pela areia vão a meter-se no dito rio no ponto D, e por êle acima navegam por cachoeiras e lagoas até o pé da dita serra, como na carta se mostra no ponto E; por esta parte se faz mais fácil esta viagem que pelo Cricaré, o qual tem gentio em suas ribeiras, pela terra a dentro, que até hoje há sido impossível penetrar por entre êles mais ao sertão (6).

Ao norte dêste rio estão os rios Macuripe, Piruipe e o rio das Caravelas (7); todos com barras e todos despovoados, com pau-brasil e tantos cômodos (8) para o serem muito, que podemos assegurar não lhes faltar nada, havendo povoadores.

(4) — Em branco no códice do Instituto Histórico, no qual o mapa do Espírito Santo está a fls. 8 da atual paginação. O códice do Pôrto indica, no texto, sua colocação "fôl. 17", o que não corresponde à sua exata posição, conforme desde 1839 observou Diogo Köpke em carta a Varnhagen, cit. na parte de Fontes e Bibliografia.

(5) — Bancos de areia movediça.

(6) — Vem-se, por estas referências, como já estava esclarecido, à época, o acesso ao atual território de Minas Gerais, pelos rios Doce ou Cricaré, "quando os do Espírito Santo fazem a jornada às esmeraldas". Trata-se, provàvelmente, do descobrimento dessas minas, por Marcos de Azevedo, em 1611 ou 1612.

(7) — Atuais Mucuri, Peruipe e um braço dêste último, que circunda a ilha fronteira a Caravelas.

(8) — Na publicação do prof. Engel Sluiter, do texto do códice do Pôrto, está "costales", em vez de "cômodos", à p. 527 da **The Hispanic American Historical Review**, de novembro de 1949, cit.

Digitized by Google

No rio das Caravelas, particularmente onde começam os Abrolhos, como se vê no ponto (9) da carta que se segue, fol. (10), por sua descrição e sítio forte e fértil podem-se fazer grandes povoações, e já nesta parte se principiaram, mostrando tanto proveito que se julgou ser êste lugar mui a propósito para a fundação da capitania, por sua fertilidade; porém os antigos fundaram nas mais importantes barras e maiores portos, tendo o sentido no comércio, navegação e grandeza dos navios, porque, sem comparação, fazem diferença os de Santa Cruz (11) e Pôrto Seguro a todos os outros, que, como vemos, são barras de caravelas e de barcos.

Êste rio das Caravelas despovoou-se por falta de quem lhes dissesse missa, porquanto o vigário de Pôrto Seguro, pela pobreza da terra, nem lhes podia ministrar coadjutor, nem por êles desamparar a vila, ou dar-lhes licenças que vivessem sem missa, antes os obrigava que a viessem ouvir à vila, pelo que, não havendo outro remédio, a despovoaram; o governador D. Diogo de Menezes, no ano de 610 mandou que os moradores daquele sítio tornassem às suas casas, e deu-lhes um coadjutor, que faltava naquela vigararia, e outras ajudas (12), sendo as principais a esperança do corte do pau-brasil por aquela banda, para que possam interessar-se, servindo à Sua Majestade de algum remédio, por ser êste sítio tão importante à navegação por dentro dos Abrolhos, e à guarda do pau-brasil, que ali se cria, e Sua Majestade tanto encomenda.

Desde o rio das Caravelas até a povoação de Pôrto Seguro há muitos outros rios, baías, enseadas e portos, que com suas

(9) — Em branco no apógrafo do Instituto Histórico, devendo ser o ponto F, a fls. 10, no mapa dos Abrolhos.

(10) — Em branco no códice do Rio de Janeiro. Embora o apógrafo do Pôrto indique "fol. 17", nêle está, realmente, a fls. 23, conforme o **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, do Sr. A. de Magalhães Basto, cit., p. 118.

(11) — Santa Cruz, na enseada a que aportou a frota descobridora de Pedro Álvares Cabral, hoje baía Cabrália, foi uma das vilas fundadas pelo primeiro donatário de Pôrto Seguro, Pero do Campo Tourinho.

(12) — Êste trecho, sôbre o despovoamento da região de Caravelas e as providências do governador, reproduziu Rodolfo Garcia, em resumo, na **História Geral do Brasil**, de Varnhagen, cit., tomo II, p. 134, nota 54.

Digitized by Google

sondas se mostram na carta fol. (13), todos despovoados, com pau-brasil, madeiras para engenhos, águas e lugares em que já os houve e se perderam com a guerra dos aimorés, e hoje podem, em virtude da paz assegurada de que gozam, tornar a se refazerem, que tudo o que está despovoado tornará como dantes. Esta capitania foi a primeira que se povoou (14) e que mais gente e povoações teve (15), mas a insuficiência de mandadores e o pouco socorro e ajudas do donatário, fazendo a guerra dos aimorés mais espantosa do que em efeito era, vieram a perder tudo; pelo que, apenas na vila de Pôrto Seguro há cem moradores brancos e as mais das casas estão postas por terra; tem um engenho de açúcar em Tobatinga, e lugares para outros que, como já disse, houve; tem muitas roças de mantimentos; tem madeiras em quanti-

(13) — Em branco no códice do Rio de Janeiro, devendo ser, no mapa da capitania de Pôrto Seguro, fls. 9 da atual paginação. Indicando o apógrafo do Pôrto "fol. 17", nêle se encontra o referido mapa a fls. 38. Mostram, estas e outras divergências entre as indicações dos textos e as colocações dos mapas, que estas foram posteriores, e que aquêles não são os originais.

(14) — Não se considerando a excepcional primazia de São Vicente, confirma a alegada prioridade, quanto às donatarias em 1534 criadas por D. João III, a carta da rainha de Espanha, de 3 de maio de 1535, dirigida ao seu embaixador em Portugal, na qual fêz referência à passagem da frota de Pero do Campo, de duas caravelas, duas naus grossas e seiscentos homens e mulheres, pela ilha de Gomera, nas Canárias, "casi al fin del año pasado". ((Documento do Archivo de Indias, de Sevilha, primeiramente publicado por José Toribio Medina, em **Los Viajes de Diego Garcia de Moguer al Rio de la Plata** (Santiago do Chile, 1908), p. 157; comentado e transcrito pelo Sr. Enrique de Gandia, nos **Antecedentes Diplomáticos de las Expediciones de Juaz Diaz de Solís. Sebastián Caboto y Don Pedro de Mendoza** (Buenos Aires, 1935), p. 107 e 162). Capistrano de Abreu (em "Atribulações de um Donatário", art. de 1917, incluído no vol. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil** (Rio, 1930), p. 40), diz que tendo Pero de Campo o foral de sua capitania datado de 23 de setembro de 1534 e a carta de doação de 7 de outubro do mesmo ano, devia "ter sido dos primeiros candidatos a donatários a ter começado os preparativos apenas recebeu a firme promessa da capitania, pois partiu sem demora". Quase simultânea foi a expedição de Duarte Coelho para sua capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia, pois teria partido em "outubro de 1534", como afirmou Varnhagen, e ali chegou a 9 de março de 1535, como documentadamente apurou Rodolfo Garcia. (Cf. **História Geral do Brasil**, cit., tomo II, p. 200 e 172).

(15) — "Fundou [Pero do Campo] sete a oito vilas, de algumas das quais sabemos os nomes: Santa Cruz, Pôrto Seguro, Santo Amaro, Insuacome, talvez Santo André; algumas delas parecem ter sido efêmeras, e não se compreende fàcilmente como no decurso de dez anos se pôde reunir tamanha quantidade de população"; (J. Capistrano de Abreu — op. cit., p. 42,

Digitized by Google

dade, de que se valem e fazem embarcações, não tantas como em outro tempo em que, carregadas de suas cousas da terra, e ali feitas, tratavam em Angola e no Reino (16); podem hoje com muito mais vantagem fabricar-se, devido à paz com os índios, que impediam os matos; também por esta razão Sua Majestade tem mais notícia, neste tempo, do pau-brasil desta capitania, e pode melhor valer-se dêle.

De Pôrto Seguro para o norte está o famoso Pôrto Velho de Santa Cruz, de onde tôda a província tomou nome, e onde ancoraram as primeiras naus, que ali chegaram indo para a Índia (17); mostram-se assoladas estas duas povoações, e o engenho do Duque (18) despovoado. E mais avante se vê a barra de Santo Antônio. Todos êsses sítios são dos bons daquela costa; estão em dezesseis até dezessete graus, tudo despovoado até o rio Grande (19), em quinze graus e dois têrços, onde parte com os Ilhéus esta capitania.

Na povoação de Pôrto Seguro, fol. (20), no ponto A, onde se mostra a povoação, há duas peças de ferro coado, de quatorze quintais cada uma, com todo o serviço, as quais mandou o governador D. Diogo de Menezes, em lugar de certos falcões de bronze, que sem câmaras nem rabichos andavam lançados pelo mato (21); assim mandou as ditas peças para defesa da barra, no lugar onde se desenhou um

(16) — Confirmam essas referências às embarcações construídas em Pôrto Seguro, para o comércio com Angola e Portugal, outras, de diversos contemporâneos, que asseguram a anterior fase de prosperidade da capitania.

(17) — A referência ao Pôrto Velho de Santa Cruz como local da ancoragem da frota descobridora de Cabral, constitui argumento contra a tese a respeito defendida por Varnhagen quanto a terem fundeado os navios "entre a ponta Gorda e a foz do Buranhém ou rio de Pôrto Seguro". (Cf. **História Geral do Brasil**, cit., tomo I, p. 88, nota IV).

(18) — Do Duque de Aveiro, conforme a nota 1.

(19) — O rio Grande, identificado como o Jequitinhonha ou Belmonte, não era o verdadeiro limite entre as capitanias de Pôrto Seguro e Ilhéus, o que cabia ao mencionado Santo Antônio, situado um pouco mais ao sul. Note-se que na carta de fls. 12 do códice do Instituto Histórico, acima da "barra do rio Grande" há uma outra, que seria a do atual rio Pardo.

(20) — Em branco no códice do Rio de Janeiro, devendo ser fls. 9 na paginação atual: "fol. 23" registra o apógrafo do Pôrto, embora sua verdadeira colocação seja a fls. 31, segundo Magalhães Basto — op. cit.

(21) — Deveriam provir do forte primitivo, construído pelo primeiro donatário.

Digitized by Google

forte de taipa de pilão, que não chegou a acabar-se, sendo importante para a defesa daqueles moradores contra os índios da terra e corsários do mar.

Têm as ditas peças a pólvora e munições necessárias; tôda a gente está armada de mosquetes e arcabuzes que se lhe deram no ano de seiscentos e dez, no qual tempo mandou o dito governador que houvesse naquela povoação uma esquadra de dez soldados de presídio e um cabo, pagos da Fazenda de Sua Majestade, para que como gente obrigada acompanhasse o capitão da capitania, assim na guarda da costa como na vigia do pau-brasil daqueles rios; e também para que não acabassem de despovoar os moradores, que cada dia fugiam; e assim, por haver mostrado ser isto de efeito, como por ser conforme a uma carta de Sua Majestade pelo Tribunal da Fazenda, em que manda acudir a estas cousas do pau-brasil com gente e fôrça de armas; o dito governador, avisando ao dito Senhor, mandou que se estivesse naquela parte o dito presídio até outra ordem sua (22).

Foi orçada esta capitania, no ano de 1610, pelos oficiais da Fazenda da Bahia de Todos os Santos em 200 cruzados (23) de seu rendimento; não advertiram que tem um engenho que faz muito açúcar, tão bom como todo outro.

A despesa da dita capitania é a seguinte:

Igreja

§ Ao vigário da Matriz da capitania	50$000	
§ Ao coadjutor	25$000	
§ De ordinárias (24)	23$920	
Soma		98$920

(22) — Vê-se, pela referência, que a intromissão de tropas reais nas capitanias hereditárias tinha em vista não só impedir o despovoamento, mas, principalmente, a manutenção do monopólio da Coroa, no caso o do pau-brasil. "Tribunal da Fazenda" era o Conselho da Fazenda, criado por Filipe II em 1591, ao qual competia a direção do comércio colonial, inclusive o recebimento das rendas do Brasil.

(23) — Equivalentes a 80$000.

(24) — "Ordinárias" eram os pagamentos pelo rei anualmente feitos aos missionários.

Digitized by Google

Oficiais da Fazenda

§ Ao provedor da Fazenda, à razão de três por cento do rendimento em que foi orçada a dita capitania	2$400	
§ Ao almoxarife, pela mesma razão	2$400	
§ Ao escrivão da Fazenda, à razão de dois por cento	1$600	
		6$400

Oficiais de Guerra

§ A um cabo de esquadra dos soldados do presídio, à razão de dois mil e novecentos réis cada mês, monta em um ano (25)	38$400	
§ A nove mosqueteiros, a trinta e três mil e seiscentos réis cada ano, à razão de sete cruzados cada mês (26), monta a	302$400	
		340$800 (27)
Tôda a despesa		454$120 (28)

Todo o gentio desta capitania está de paz, ainda que, como sentem na gente branca poucas forças e muita pobreza, fazem algum dano nos mantimentos (29), quando lhes pare-

(25) — Aliás 34$800; êste êrro, como os seguintes, consta tanto do apógrafo do Pôrto como do códice do Rio de Janeiro e foram corrigidos pelo prof. Engel Sluiter, na cit. publicação, p. 529.

(26) — Sete cruzados equivaliam a 2$800.

(27) — O total das despesas militares, feita a mencionada correção, e de 337$200.

(28) — Tôdas as despesas reais na capitania de Pôrto Seguro seriam, assim, de 442$520 anuais.

(29) — Por "Mantimentos" entendia-se principalmente a farinha de mandioca, alimento mais comum dos indígenas, logo adotado pelos colonos.

Digitized by Google

ce, porque, como a capitania carece de capitão por Sua Majestade (30), com alguma posse ou ordenado com que se sustente, também as aldeias carecem de govêrno e de doutrina; os padres da Companhia tiveram isto por Residência, enquanto houve mais sustância; depois tornaram por missão, na qual tampouco duraram muito, por se não levarem bem com a gente do povo (31), sendo assim que, enquanto ali estiveram, da Fazenda de Sua Majestade foram providos.

As igrejas desta capitania estão muito danificadas, e tão pobres de ornamentos e retábulos, que os chegam a fazer de papel, pela pobreza da fábrica (32) e pelas poucas esmolas da terra, em que todos parece que pedem esmola; será remédio o fazer-se aqui o corte e carga do pau-brasil.

(30) — Eram nomeados pelo donatário, não pelo rei.

(31) — Confirma essas informações sôbre os jesuitas em Pôrto Seguro a História da Companhia de Jesus no Brasil, do padre Serafim Leite,, S.I., tomo I (Lisboa, 1938), p. 197/205, e tomo V(Rio, 1945), p. 227.

(32) — Rendimento aplicado ao culto.

Digitized by Google

CAPITANIA DOS ILHÉUS, DE FRANCISCO DE SÁ DE MENEZES (1)

Esta capitania começa no rio Grande, junto ao rio Patibe, partido com Pôrto Seguro, e acaba sua demarcação na ponta da barra de Jaguaripe, como se vê nas cartas fol. e fol. (2), partindo com a Bahia de Todos os Santos (3).

---

(1) — A capitania dos Ilhéus foi doada em 1534 a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda, que no ano seguinte manifestou desejo de que nela fôsse sucessor seu filho segundo, Jerônimo de Alarcão de Figueiredo. Falecendo o primeiro donatário, concordou seu filho mais velho, Rui de Figueiredo, com a vontade paterna, renunciando em 1552 aos direitos que à donataria poderia ter, em favor do irmão, que foi, assim, segundo titular do senhorio. Por alvará de 1560 obteve Jerônimo licença para vendê-la a Lucas Giraldes, que muito fêz por seu desenvolvimento. Seu filho e sucessor, Francisco Giraldes, foi confirmado como quarto donatário em 1566. Sucedeu-lhe sua filha, Maria Giraldes, casada com Francisco de Sá de Menezes, aqui mencionado. Pouco depois da época em que foi redigida a **Razão do Estado do Brasil** foi a capitania envolvida em intrincada questão judicial, iniciada por Juliana de Sousa, casada com D. João de Castro e filha de Nicolau Giraldes, prima, portanto, de Maria. Afinal obteve sentença em seu favor Helena de Sousa filha da querelante, que foi, assim, sexta donatária, já em 1620.

(2) — Em branco no códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as duas indicações, devendo ser fls. 12 e fls. 13 na atual paginação. No apógrafo da Biblioteca do Pôrto estão indicadas "f. 29" e "f. 36", que não correspondem à realidade, pois, de acôrdo com o **Catálogo** de seus manuscritos ultramarinos, organizado pelo Sr. A. de Magalhães Basto, estão a fls. 46 e 48 os mapas em que aparece a capitania dos Ilhéus.

(3) — Aliás, embora pelo lado de terra também fizesse a capitania dos Ilhéus divisa com a da Bahia de Todos os Santos, antes desta teria, fronteira às suas terras litorâneas, a capitania insular e hereditária de Itaparica, que dos condes da Castanheira passaria aos marqueses de Cascais, e, em seguida, a donataria de Peroaçu, Paraguaçu ou Recôncavo da Bahia, pertencente aos sucessores de D. Álvaro da Costa — ambas aqui omitidas. Quanto à última, convém lembrar que falecendo em 1613 seu donatário D. Duarte da Costa, mandou o Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas que o governador Gaspar de Sousa dela tomasse posse em nome do rei, enquanto êste não ordenasse outra providência. (Cf. doc. no códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, fls. 203, inédito).

Digitized by Google

A sua povoação ou vila de São Jorge, que se mostra à fol. (4), no ponto A, está em quinze graus escassos, e posto que hoje está desbaratada e pobre esta capitania, a respeito da passada guerra dos aimorés, e de haver sido saqueada de franceses (5), todavia anda na primeira classe das melhores do Brasil pelo sítio, bondade e terras que tem, águas, madeiras, notáveis canaviais de sessenta anos, e cópia grande de frutas do mato, caças e pescarias, assim no mar como nos rios, e tem muitas frutas de espinho (6) e de Portugal, tem uvas, romãs, marmelos e figos, e tôdas as hortaliças, finalmente, é tão fértil que no tempo da guerra (7), recolhidos na povoação, entre as casas plantavam mantimentos.

O rio Patipe como se vê na carta, fol. (8), está ao sul da povoação quatorze léguas, as quais tôdas são despovoadas, e assim é o mesmo rio no qual, no ano de 610 entraram caravelas de cem toneladas, que foram buscar o pau-brasil que trouxe Feliciano Coelho de Carvalho, quando foi pela fazenda da nau da Índia que arribou à Bahia (9); tem êste rio dentro muito bom pôrto, e é mui abastado de caças, e nêle se fazem grandes pescarias, em especial de peixes-bois, que têm carne que se guiza como vacas (10); tem terras, ilhas e

(4) — Em branco no códice do Instituto Histórico, no qual a indicação deveria ser fls. 13, de acôrdo com a atual paginação. No apógrafo da Biblioteca portuense indica-se "f. 35", quando deveria ser fls. 46, conforme a descrição do Sr. A. de Magalhães Basto, cit.

(5) — Refere-se ao ataque eb 1595, que J. Capistrano de Abreu reconstituiu mediante a transcrição de trecho do Santuário Mariano, de frei Agostinho de Santa Maria, provàvelmente inspirado num dos capítulos que faltam à História do Brasil, de frei Vicente do Salvador (2a. ed., de 1918, p. 425/427).

(6) — Frutas cítricas.

(7) — Refere-se às lutas contra os atacantes aimorés.

(8) — Em branco no apógrafo do Instituto Histórico, mas no mapa de fls. 12, atualmente. No códice do Pôrto está indicado "f. 29", mas efetivamente trata-se do mapa de fls. 38, conforme Catálogo cit., p. 119.

(9) — Trata-se de episódio relatado por frei Vicente do Salvador (op. cit., p. 422), sem referência ao ano em que ocorreu, embora no govêrno de D. Diogo de Menezes.

(10) — Diogo de Campos Moreno, no parágrafo final da Jornada do Maranhão, também mencionou a existência, aí, "de peixes-bois, cuja carne é como de vaca, da mesma côr, sabor e cheiro". Aqui reproduzimos essa fôlha final, que possuímos, procedente do arquivo dos marqueses de Lavradio, começando por aquelas palavras: "de vaca, da mesma côr", etc.

Digitized by Google

águas, e grandes madeiras para fazendas, e o melhor pau-brasil de tôda a costa, mais fácil de cortar e de carregar, as quais matas, a quatro e cinco léguas pelo sertão vem correndo até o monte Tanjerepe (11), que fica a quatro léguas da dita vila de São Jorge, e passando adiante para o norte, mais ao sertão, vão as ditas matas até ao rio das Contas, que também como se vê na carta, fol. (12), no ponto A, tem boa barra de navios de cento e cinqüenta tonéis, com bom pôrto e capacidade para povoações e fazendas, e como tal, por estar despovoada até hoje, atrevidamente buscado dos corsários franceses, que desde ali salteiam os navios que saem da Bahia e todos os que vêm do Sul correndo a costa (13), por maneira que, o que pode ser povoação que dê proveito, sendo de donatário sempre será ladroeira e dará trabalho (14); além dos sítios apontados sem povoação nem gente branca, a seis léguas da vila está a lagoa de Taípe, que se vê no ponto G, e ainda que a sua barra, que desemboca no mar no ponto H (15), não serve nem para barcos, por ser areiada onde quebram as ondas, com cinco palmos de água, todavia o rio em si e tôda a lagoa é largo e mui navegável para barcos e canoas; podem-se fazer nesta lagoa doze ou quatorze engenhos de água, copeiros (16), que para tudo tem lenhas e matos onde nunca entrou machado desde que Deus os criou; por êstes

(11) — No mapa n.º 9, do códice do Instituto Histórico, a fls. 13, está "Taragerepe". Corresponde à atual serra de Gongugi ou Congoji.

(12) — Em branco no apógrafo do Rio de Janeiro, tratando-se, porém, de seu mapa n.º 10, hoje a fls. 14. No texto do exemplar da Biblioteca do Pôrto diz-se "f. 36", quando, pelo estudo do Sr. A. de Magalhães Basto, trata-se de seu mapa n.º 7, a fls. 48.

(13) — O mesmo fariam os holandeses, apossando-se da ilha de Itaparica, em 1647/1648; e o mesmo fêz a esquadra de Lorde Cochrane, na Guerra da Independência, localizando-se nas vizinhanças da ilha do Morro de São Paulo para melhor hostilizar os portuguêses que ainda ocupavam o Salvador.

(14) — Mais uma vez manifesta-se o autor contrário ao regime das capitanias hereditárias.

(15) — Ambos êsses pontos referem-se ao mapa n.º 9, da capitania dos Ilhéus.

(16) — Os engenhos de açúcar eram "rasteiros" ou "copeiros" conforme a posição da roda dágua que os movia.

Digitized by Google

bosques habitavam os selvagens aimorés; tôda esta terra está dada de sesmaria, ou, por melhor dizer, está usurpada de pessoas que não têm posse (17).

Em tôda esta capitania moem só cinco engenhos, os quais fazem açúcar com pouco rendimento, a respeito da falta de escravos ou de índios que ajudem a êstes moradores, que em número serão até duzentos e cinqüenta, que também vivem de suas criações e lavouras, abastados da sua farinha, milho, arroz, algodão, gengibre e outros legumes que se aproveitam por não serem de fábricas (18), e assim sustentam suas igrejas e forma da república, com todos os seus ministros e ofíciais que suas doações lhe concedem; tem seu ouvidor e capitão posto pelo donatário (19).

Têm os padres da Companhia nesta vila uma residência de dois religiosos, os quais têm a cargo os gentios daquele distrito, no Camamu, que se vê na carta, fol. (20). Têm os ditos padres dez léguas de costa, em que têm um engenho; e a maior parte quantidade de índios que aqui se recolhem, estão à ordem de sua doutrina; tem muitas outras fazendas, de gente leiga, que vive arrimada a esta sua data, que começa na barra do rio das Contas e chega até a barra do rio Boipeba; e assim, por esta parte podemos dizer que se divide e corta esta capitania em jurisdição alheia, porquanto os dos Ilhéus não administram mais que a sua pobre povoação, e tudo isto dos padres é alheio de sua justiça (21).

(17) — Alude o autor à circunstância de serem proprietários ilegais de terras todos aquêles que, tendo-as obtido de sesmarias, realmente não as haviam ocupado, dentro do prazo estabelecido na lei.

(18) — Por não se destinarem ao sustento do culto.

(19) — Ao donatário assistia êsse direito, assegurado nas cartas de doação das capitanias.

(20) — Em branco no códice do Instituto Histórico; trata-se do mesmo mopa n.º 10, a fls. 14, cit. na nota 12. O mesmo quanto ao exemplar da Biblioteca portuense.

(21) — Trata-se das terras pertencentes aos jesuítas, estudadas no capítulo dedicado a "Camamu", da **História da Companhia de Jesus no Brasil**, de Serafim Leite, S. I., tomo V (Rio, 1945), p. 199/215. As que procediam de doação do governador Men de Sá estudou o Sr. Wanderley Pinho, em "Testamento de Men de Sá — Inventário de seus Bens no Brasil", nos **Anais do III Congresso de História Nacional**, vol. III (Rio, 1941) e em separata. — As alusões finais do autor da **Razão do Estado** traduzem, mais uma vez, sua antipatia pelos inacianos.

Digitized by Google

Ao norte de Boipeba está a terra de Tinharé e Tobatinga, até o Morro de São Paulo; e até a barra do Jaguaripe tudo também pertence aos Ilhéus, porém todos os moradores desta parte, pela vizinhança e trato da Bahia, não sòmente vivem ricos e isentos desta e outra jurisdição, e até hoje, sendo muitos, não têm em tantas barras povoação que de sustância seja (22); antes nas demarcações particulares há mil dúvidas e dissenções, deixando-se de povoar o que mais importa; que é o Morro de São Paulo, no ponto A, e o rio das Contas, no ponto B, que, por estarem despovoados, são, como fica dito, abrigo de corsários; e como estas dúvidas acontecem em capitania de donatário, onde ninguém trata do remédio geral, não há governador que possa entender-se, que tudo encontram doações (23).

Na vila de São Jorge, que se vê no ponto A, na carta fol. (24), apareceram no alardo do ano de seiscentos e onze, cento e sete homens brancos com suas armas, que lhes mandou dar o governador D. Diogo de Menezes.

Tem na entrada da barra, ao pé das casas da povoação, um mui pequeno reduto de pedra e cal, sem sustância nem prática, com dois falcões de dado, cada um de sete quintais (25), e para a banda de Tambepe, no ponto B, em uma trincheira, tem quatro falcões camarados de bronze, invenção antiga, de dez quintais cada um, com pouco serviço; tôdas essas peças são boas para a fundição de Pernambuco, e delas se pode fazer um sacre, ou dois passavolantes, que serão de mais efeito (26).

---

(22) — Desde a criação do govêrno na Bahia, com o desenvolvimento do Salvador tornou-se-lhe econômicamente subalterna não só a região do Recôncavo mas também a citada pelo autor, pertencente à capitania dos Ilhéus, na parte que ficava mais próxima àquela cidade.

(23) — Que a tudo vão de encontro as disposições das cartas de doação — é o sentido do trecho final.

(24) — Conforme a nota 4 supra.

(25) — Por ocasião do ataque francês de 1595, não tinha êsse forte de Santo Antônio mais que um falcão, conforme o trecho do Santuário Mariano utilizado por J. Capistrano de Abreu (loc. cit., p. 426).

(26) — Opinião de militar entendido, favorável à autoria de Diogo de Campos Moreno.

Digitized by Google

A gente de Boipeva, Camamu e de Tinharé, já referidos, podem fazer outra companhia, de mais de cento e cinqüenta homens, porém os de Camamu, que vivem com os padres, e os de Boipeba, de maravilha se ajuntam, porque até hoje não têm determinada povoação, nem oficiais que os obriguem mais que um capitão de milícia, que vive em Tinharé (27).

Foi orçada esta capitania, no dito ano de seiscentos e onze, pelo provedor e oficiais da Bahia em seiscentos e cinqüenta cruzados (28), do que rendem os dízimos; mas descuidaram-se do que rendem Boipeba e Tinharé, que é desta jurisdição e vai com as miunças.

Faz a seguinte despesa:

Igreja

§ Ao vigário da matriz	50$000	
§ Ao coadjutor	25$000	
§ De ordinárias	23$920	
		98$920

Fazenda

§ Ao provedor da Fazenda, à razão de três por cento (29)	7$800	
§ Ao Almoxarifé, pelo mesmo	7$800	
§ Ao escrivão da Fazenda, a dois por cento (30)	5$200	
§ Ao porteiro da Alfândega	3$330	
§ Ao escrivão da Alfândega, para papel	1$000	
		25$130

(27) — A inexistência de povoação seria da conveniência dos jesuitas, como insinua o autor?

(28) — Equivalentes a 260$000 de rendimentos.

(29) — Três por cento sôbre a citada renda.

(30) — Dois por cento sôbre a mesma renda.

Digitized by Google

§ A redízima do donatário (31) . . .	26$000
Soma tôda a despesa	183$053 (32)

Nos Ilhéus de Fora, que se mostram no ponto C, podem estar ancoradas naus de seiscentas toneladas, como se vê na sua sonda junto do Ilhéu Grande, o qual não tem em si água nem lenha, mas contudo é pôrto por natureza fortíssimo, e quem o ocupar ficará senhor dos de dentro da barra, a qual, como se mostra no ponto D, é tão defensável que a passa um arcabuz de úma banda, e tem muitos baixos para quem a não sabe, e assim parece fortíssima, porém há de se entender que no ponto B, onde chamam Tambepe, é necessário haver defensa, porquanto a tôdas as horas com lanchas ou batéis podem inimigos pôr os pés em terra, não fazendo caso da dita barra no ponto D, podem marchar aquêle pouco espaço que se vê no ponto F e acometer a vila pelas espaldas, sendo finalmente senhores de todos os rios, que mostra a carta, fol. (33).

E suposto que hoje, pelas pazes do Norte (34) parece indigna de tratar-se esta imaginação, todavia é bem advertir-se para seu tempo, porquanto êstes Ilhéus e o rio das Contas e o Morro de São Paulo são padrastos terríveis para a Bahia, em tempo de guerra (35).

(31) — Equivalente à décima parte dos dízimos ou rendimentos que competiam ao titular do senhorio, de acôrdo com as cartas de doação.

(32) — Há enganos nesse total de 183$053 mencionado no códice do Instituto Histórico; o exato é 150$050. Note-se que o da Biblioteca do Pôrto, assinalando 3$330 para pagamento do porteiro da Alfândega, dá 25$133 para tôda a Fazenda e 150$053 para o total, o que corrigiu o prof. Engel Sluiter, em nota à publicação na The Hispanic American Historical Review, de novembro de 1949, cit. p. 532.

(33) — Mais uma série de opiniões militares, relativas à defesa da ainda hoje difícil barra de Ilhéus. A indicação da carta está, como sempre, em branco no códice do Instituto Histórico, quando devia ser a de fls. 13. E indica o do Pôrto, errôneamente, a "f. 35", quando na verdade está êste seu mapa n.º 6 a fls. 46, de acôrdo com descrição do Sr. A. de Magalhães Basto.

(34) — Segunda alusão à recente trégua, assinada em 1609 entre a Espanha e as Províncias Unidas dos Países-Baixos, também mencionada na nota 64, da Introdução intitulada "Razão do Estado do Brasil".

(35) — Conforme a nota 13, acima.

Digitized by Google

Digitized by Google

BAHIA DE TODOS OS SANTOS

A barra de Jaguaripe está em treze graus esforçados, e é princípio do Recôncavo que chamam da Bahia, como se vê na carta, fol. (1), em dezoito léguas de circuito até a ponta de Santo Antônio, que se mostra na letra A na dita carta; neste distrito moem cinqüenta engenhos de açúcar com grandíssimo rendimento, alguns de tanto proveito a seus donos que chegam a dar fôrros oito e dez mil cruzados de renda (2), e há dois engenhos de um morador que lhe dão vinte mil cruzados um ano por outro, livres de todos os custos (3); valem os dízimos desta capitania cinqüenta mil cruzados, com as miunças (4).

A povoação dêste Recôncavo não penetra seis léguas terra a dentro, sendo notório que tem portos, águas, lenhas pelo sertão duas, três e quatro léguas para muitos mais engenhos; porém o tempo e a necessidade fará que se fabriquem, como fizeram em Pernambuco: também para isto servirão muito as honras e mercês de Sua Majestade que não custarem fazenda,

---

(1) — Em branco no códice do Instituto Histórico; «f. 41» erròneamente indicada no do Pôrto. Trata-se do mapa n.º 11, do primeiro, fls. 18, e n.º 8, do segundo, fls. 55, conforme o **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto,** do Sr. A. de Magalhães Basto.

(2) — Equivalentes a 3:200$000 e 4:000$000 anuais, quantias consideráveis para a época

(3) — Equivalentes a 8:000$000.

(4) — Equivalentes a 20:000$000 com as miunças isto é, com os pequenos rendimentos.

Digitized by Google

para dar ânimo aos moradores ricos a fazerem muitos (5).

Todo o meneio destas gentes é por água, e assim, nesta Bahia só, há mais embarcações que em tôda a costa, de barcos e caravelões, e outros muitos, de diferentes modos, para o carreto de canas e lenhas.

O sítio em tôdas as partes é sadio, fértil e viçoso (6) de todos os mantimentos da terra, legumes e hortaliças de Portugal; nas fazendas e engenhos, além das boas fábricas de caças, têm muitas hortas e árvores de espinho, que fazem as vivendas viçosas e alegres; é êste Recôncavo o mais povoado sítio de tôda a costa, e nêle, por suas fazendas vive a gente nobre e passam de três mil os moradores brancos, os quais, além da lavrança do açúcar, valem-se do algodão, gengibre, arroz, milho, madeiras e outras cousas, suposto que disto e de criações não trato, quanto a bondade da terra oferece, porque a lavrança das canas leva todo o trabalho (7).

Tem êste Recôncavo muitas igrejas, freguezias ricas de prata e ornamentos, com vigários e coadjutores por Sua Majestade (8), como se verá adiante, fora as capelanias dos engenhos e de particulares, em que algumas são de muita consideração.

A cidade do Salvador, cabeça dêste Estado, está em uma lhanura que no alto de uma montanha se faz, levantada do mar quarenta braças (9); o seu assento ou planta mostra-se à fol. (10), é cópia do original que à Sua Majestade se apre-

(5) — O autor mostra-se aqui conselheiro das medidas depois tomadas pelos reis D. Afonso VI e D. Pedro II, que obtiveram explorações minerais realizadas pelos bandeirantes mediante a promessa de futuras mercês. Ou, como escreveu o anônimo redator da «Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades», de fins do século XVII: «que as honras e os interêsses facilitam os homens a todo o perigo». (Cf. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, tomo XXV, de 1862, vol. 25, p. 473).

(6) — Na publ. do prof. Engel Sluiter, cit., p. 533, foi proposto «vistoso», em vez de «viçoso», que é o certo.

(7) — Apesar da monoccultura canavieira não era descuidada, como vemos, a chamada lavoura de mantimentos.

(8) — Pagos pelo rei.

(9) — Equivalentes a 88 metros.

(10) — Em branco no apógrafo do Instituto Histórico, tratando-se, porém, da planta n.º 12, fls. 19 da atual paginação; planta n.º 9 do códice do Pôrto, em cujo texto é indicada à «f. 42», quando está a fls. 57, conforme o **Catálogo** cit., p. 120.

Digitized by Google

sentou no ano de 605, para dar-se execução à fortificação daquela cidade (11), que em si é de bons ares e águas, e muito sadia; tem edifícios nobres, de pedra e cal, que valem muito, e cada dia vão em crescimento com a residência da Relação (12), governador, bispo, cabido e os demais oficiais maiores do Estado.

Na dita carta vê-se a cidadela que Sua Majestade manda se fabrique para por aquela parte se assegurar o todo, tanto da povoação como do Recôncavo, que a qualquer rebate vivem em tormento e descomposição, havendo com suas armas e à sua custa de acudir a cidade; mas remedeia-se esta falta com a dita cidadela, que se assinala com o fosso vermelho, mostrando sua largura e os baluartes e cortinas por onde se ordenam; tudo é traça de Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino, confirmada por Tibúrcio Espanocci, engenheiro-mor de Espanha, assinada por Sua Majestade; vai-se trabalhando na obra com o dinheiro da imposição, e convém muito que o dito Senhor mande aos governadores daquelas partes que com particular cuidado e aplicação façam se continui (13).

---

(11) — Em setembro de 1604, depois do ataque holandês à Bahia, de Paulus van Caarden, enviou o governador Diogo Botelho à Europa o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, como êste mesmo relatou no início de sua **Jornada do Maranhão**, segundo Varnhagen (**História Geral do Brasil**, cit., tomo II, p. 72) para pedir «mais artilheiros e mosqueteiros em todos os postos fortificados do Brasil» e informar sôbre a necessidade daquela «jornada». Levou plantas das fortalezas, conforme a 19 de março de 1605 escreveu Filipe III ao governador. (Cf. «Correspondência de Diogo Botelho», na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121, p. XXX). Teria sido o portador da planta original aqui mencionada, talvez da autoria de Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil.

(12) — A Relação sofreu, mais adiante, as críticas comentadas em nossa nota 24, dêste mesmo capítulo.

(13) — Se a planta das fortificações do Salvador, levada do Brasil por Diogo de Campos Moreno em 1604, aprovada pelo rei no ano seguinte, foi sujeita à «traça» de Leonardo Turriano, engenheiro-mor do Reino (de Portugal) e à revisão de Tiburcio Espanocci, engenheiro-mor de Espanha, é provável que tenha sido baseada em proposta inicial do engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco de Frias da Mesquita, desde 1603 aqui residente, apesar do silêncio, a êste respeito, de seu biógrafo, D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., no excelente estudo publ. na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 9, de 1945 (Rio, 1952), p. 10. — Note-se, ainda, a previsora sugestão do autor, para que não fôssem interrompidas ou sofressem dificuldades as obras das fortificações, como afinal ocorreu, permitindo a fácil invasão holandesa de 1624.

Digitized by Google

Também se vê na dita planta o forte que se manda fazer na laje da praia no ponto A, e como ficará acabado, e o molde [molhe] no ponto B, para recolhimento dos navios no ponto C, e as taracenas ou armazéns no D, para recolhimento de todos os açúcares e pau-brasil que vier da banda do Sul, que tudo aí fica mais seguro, e com o que costumam pagar os açúcares, a dois vinténs por caixa nas outras lojas de alugadores, vem-se a fazer nos ditos armazéns mais de dois mil cruzados de renda para as obras da dita fortificação, e da artilharia, com que todos os anos se gasta muito dinheiro (14).

Da ponta de Santo Antônio para o norte, a treze léguas, está a tôrre de Garcia d'Ávila, e tôda aquela costa é de areais brancos, a que chamam os Lençóis; tem algumas malhas de terra boas para currais de gado e para mantimentos desta tôrre; até o rio Real tôda a terra é fraca, tirado o rio Itapicuru, e povoada de currais e roças; nesse rio Real acaba a demarcação da capitania da Bahia e começa a capitania de Sergipe d'El-Rei, que toma a enseada de Itapicuru e a de

(14) — Quanto ao forte «na laje da praia» isto é, o do Mar, lembre-se o esclarecimento do governador D. Diogo de Menezes, em carta ao rei, de 22 de abril de 1609, na qual diz «que se lá por dúvidas não havia sitio para a planta que estava debuxada, foi falsa informação, porque o sitio é capaz e de outra fortaleza ainda maior do que está ordenado». (Cf. «Correspondência do governador D. Diogo de Menezes», nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, de 1935, p. 58). E combine-se êsse comentário com a diferença existente entre as duas plantas citadas, a do códice do Instituto Histórico e a da Biblioteca do Pôrto, que devidamente assinalamos, na Análise Cartográfica. Naquela não foi preciso fazer-se o que se fêz nesta, isto é, um acréscimo de pergaminho colado sôbre a planta geral, a fim de conter o «projeto do edifício (do armazém) **e do forte sôbre a laje do pôrto que se há de fazer**». No códice do Rio o desenho já está incluído na própria planta, o que mais uma vez demonstra ser posterior ao do Pôrto. De tudo isto não teve conhecimento J. da Silva Campos, pois afirmou em **Fortificações da Bahia** (Rio, 1940), p. 51: «Tamayo de Vargas (**A Restauração da Cidade do Salvador**, trad. de 1947, na **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, vol. 56) atribui a construção do forte do Mar a D. Diogo de Menezes, em 1612. O certo é que o **Livro da Razão do Estado**, do tempo do dito governador, não faz referência a tal bástida». — Note-se, ainda, a sugestão para o financiamento da obra, que, se fôsse aceita, teria evitado os atritos depois registrados entre o governador **Diogo de Mendonça Furtado** e o bispo **D. Marcos Teixeira**, de que deu conta frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**, cit., 2a. ed., p. 504|505.

Digitized by Google

Vasa-Barris até a ponta do rio de São Francisco, e tudo são currais de gado e roças (15).

Tem esta cidade do Salvador repartidos seus moradores em duas companhias de ordenança, que de ordinário metem no alardo, bem consertados, mais de trezentos homens arcabuzeiros, não entrando os da obrigação da Côrte, estudantes, nobres e privilegiados, nem os oficiais da Relação, Fazenda e Justiça (16), mas sòmente os que o alardo pode obrigar.

Todo o Recôncavo está repartido em oito companhias de ordenança, que acudindo à cidade metem no alardo oitocentos homens com suas armas, oficiais e bandeiras, ficando nas fazendas a maior parte da gente, a respeito dos escravos e índios da terra (17).

Tem esta Bahia pouca gente de cavalo, porquanto, como fica dito, tudo se anda por água; comtudo, na cidade e seu têrmo se ajuntam até cinqüenta de cavalo, com suas armas e com um alferes provido por Sua Majestade, com vinte mil réis de tença cada ano para êste efeito, como se vê na fôlha.

Por muitas vêzes se tem advertido à Sua Majestade que os fortes de Santo Antônio, de Itapagipe e da Água dos Meninos, que se assinalam à fol. (18) nos pontos AA e no ponto BB e CC, não são de nenhum efeito, assim por que não defendem nada, como pelo grande risco com que se sustentam por sua fraqueza (19) e má traça, e é de crer que, por defender qualquer dêles, que estão a uma légua da cidade, aventura-se, dividindo a gente, a perder a mesma cidade pelo que se adelgaçam as fôrças, e quando, pela conservar, não se di-

(15) — O rápido desenvolvimento da criação de gado, na costa norte da Bahia e Sergipe d'El-Rei, até o rio São Francisco, recebe, neste ponto, a confirmação também atestada por outras fontes. Note-se, aqui, a referência à «tôrre de Garcia d'Ávila», também assinalada no mapa n.º 11, a fls. 18, que acaba, pela parte do norte, na «Barra da Tôrre», tendo, próximo, a «Tôrre de Garcia d'Ávila», com desenho simbólico, que não deve corresponder, mesmo aproximadamente, à realidade: uma tôrre ameada, de três andares (marcados por linhas de seteiras), em que já houve quem quisesse ver mais um «castelo» que «simples convenção geográfica».

(16) — Vê-se, aí, como eram numerosos os indivíduos isentos do serviço militar.

(17) — Vê-se como a existência de escravos e a vizinhança de indígenas exigia a permanência de moradores nas fazendas.

(18) — Em branco no códice do Instituto Histórico, quando deveria estar fls. 19. No texto do Pôrto — «f. 41», realmente a fls. 57.

(19) — No apógrafo do Instituto Histórico por engano está «fazenda», em vez de «fraqueza», como ocorre no do Pôrto e suas cópias, que nesse ponto, preferimos seguir.

Digitized by Google

vidindo, deixarem de socorrer os ditos fortes, e não se socorrendo, perder-se algum dêles, ou todos, perde-se a honra e artilharia, que qualquer destas cousas vale mais que a vida, e dirão que se perdeu uma fortaleza ou fortalezas do Brasil, pelo que, convém fortificar êstes postos em razão de sua defensa ou tirar-lhes a artilharia de bronze e à custa de capitães, presídio, autoridade e homenagem, pois tudo, como digo, está arriscado (20) e faz de despesa o que se verá adiante.

Tem esta capitania da Bahia nos ditos fortes e estância da cidade a artilharia e munições seguintes:

No Forte de Santo Antônio

§ Um canhão de bronze de trinta e oito quintais; joga vinte e quatro libras de bala.
§ Dois sacres ou meias-esperas de bronze, de dezoito quintais; jogam dez libras de bala.
§ Um falcão de dado, de seis quintais.

No Forte de Itapagipe

§ Uma espera de dezenove quintais, de bala dez libras.
§ Uma espera de dezoito quintais, de bala nove libras.
§ Uma espera de vinte e dois quintais, de bala dez libras.

No Forte da Água de Meninos

§ Um camelo pedreiro, de bronze, de quatorze quintais; joga pedra, quatorze libras.
§ Um falcão pedreiro, de sete quintais.

Na Estância de São Diogo

§ Uma colubrina de quarenta e três quintais; joga de dezoito libras.
§ Uma colubrina de trinta e nove quintais; joga dezoito libras.
§ Uma colubrina de trinta e três quintais; joga dezoito libras.
§ Uma espera de vinte e dois quintais; joga dez libras.

(20) — Mais uma vez apresenta o autor argumentos puramente militares, que justificam a autoria do sargento-mor Diogo de Campos Moreno.

Digitized by Google

§ Uma peça volante turquesca; dezesseis quintais; joga seis libras.
§ Um meio sacre de treze quintais; joga quatro libras.

Esta estância fêz D. Diogo de Menezes; está acabada em tôda perfeição; mostra-se na planta da cidade, fol. (21), no ponto E; defende todo o pôrto.

Na porta de Santa Luzia

§ Dois camelos pedreiros de quatorze quintais; jogam quatorze libras.

Na porta de Santa Catarina

§ Um salvagem pedreiro, de trinta quintais.

Na Estância de Santo Alberto

§ Uma espera de dezenove quintais, de bala dez libras.
§ Um sacre de dezesseis quintais, de bala nove libras.
§ Um falcão de dado, de sete quintais.

Na Estância de Jesus (22)

§ Uma colubrina de quarenta quintais, arrebentada.
§ Uma espera de dezenove quintais, arrebentada.

No Armazém da Cidade

§ Dois esmerilhões de colher de bronze.
§ Quatro falconetes para barco; não têm serviço.
§ Duas peças de ferro coado de vinte e três quintais cada uma, de fundição inglêsa; jogam quatro e seis libras de bala.

(21) — Em branco no códice do Instituto Histórico. E' ainda, a mesma planta da nota 10. No apógrafo do Pôrto declara-se «f. 42», quando a colocação exata é a fls. 57, de acôrdo com o **Catálogo** cit., do Sr. A. de Magalhães Basto, p. 120.

(22) — Do Terreiro de Jesus, a grande praça em que ficava o Colégio dos Jesuítas.

Digitized by Google

§ No dito Armazém apareceram, no dito ano de seiscentos e onze, sessenta quintais de pólvora; há de advertir-se que esta é a câmara de munição de todo o Estado.

O governador Gaspar de Sousa levou, em novembro de 1612, em diversos navios (23), cento e sessenta quintais de pólvora para êste Estado.

§ No dito Armazém, duas mil, trezentas e cinqüenta balas de artilharia, de ferro coado, de todos os calibres.

O governador Gaspar de Sousa levou mais quinhentas balas de artilharia.

§ De chumbo em pasta e em pelouros, no dito Armazém, setenta arrobas.

O governador Gaspar de Sousa levou mais de vinte quintais.

§ No dito Armazém, quinze arrobas de enxofre.
§ No dito Armazém, cinqüenta piques velhos.

O dito governador levou quinhentos piques.

§ Morrão de Flandres, já muito gasto, trinta arrobas.

O dito governador levou vinte quintais de morrão.

§ No dito Armazém, de morrão da terra, dez arrobas.
§ No dito Armazém, trezentos canos de arcabuzes e mosquetes.

O dito Gaspar de Sousa levou trezentos arcabuzes e trezentos mosquetes.

---

(23) — Gaspar de Sousa, nomeado desde 12 de março para governar todo o Brasil, novamente unido por provisão de 9 de abril, teria partido da Europa «em novembro de 1612», como aqui é dito, pois chegou a Pernambuco no dia de Nossa Senhora do Ó, 18 de dezembro do mesmo ano. Aquela e as seguintes informações sôbre o material bélico que consigo «levou» (e não — trouxe) para o Brasil, além do seu aspecto de verdadeiros acréscimos a um texto anteriormente redigido, dão a entender que a redação da **Razão do Estado do Brasil** date da mesma época e tenha sido feita, ou pelo menos concluída, na Europa. Examinamos êste ponto, mais pormenorizadamente, na parte relativa à Questão da Autoria.

Digitized by Google

§ No dito Armazém, um morteiro de bronze, de seis quintais, para fazer pólvora.

O dito governador levou crivos e mais cousas necessárias.
O dito governador levou para a fortificação duzentas pás de ferro; levou mais dois tambores.

§ Mais, no dito Armazém, um carro mato, para serviço da artilharia.
§ Mais um virador de linho, de sessenta braças, para serviço da artilharia.

Além das cousas referidas, tem esta cidade duas companhias de soldados de presídio, com oitenta cada uma, fora os oficiais maiores e menores da primeira plana; convém sustentar-se êste presídio enquanto a fortificação da cidadela está tão atrasada e a cidade é uma aldeia aberta, exposta a todos os perigos enquanto aquela parte se não fortificar.

Nesta cidade se tem a Relação por cousa pesada e não muito conveniente, assim pela natureza dos pleitos, pelo pouco que há que fazer nêles, como pela quantidade de letras que se ficarão anadindo aos muitos estudantes, clérigos e frades que ali há (24), bispo e cabido, que tudo faz um número que a seu respeito o mais não é nada, senão a terra nova, remota e

(24) — Embora instalada apenas em 1609, já três anos depois surgia esta primeira crítica à Relação, já iniciada, aliás, no texto da introdução intitulada «Razão do Estado do Brasil», conforme ali marcamos (notas 30 e 54). Pouco depois, em 1618, nos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, seu autor combateu-a pela distância em que ficava, das várias capitanias, com a conseqüente demora nos despachos, pela dificuldade das comunicações e ainda pela obrigação de serem pagos os seus pleitos em dinheiro de contado, quando, para que se julgassem em Lisboa, bastaria enviar um caixão de açúcar, etc. (**Op. cit.**, Rio, 1930, p. 56|58). Frei Vicente do Salvador, em sua cit. **História**, de 1627, embora registrasse opiniões a ela contrárias, desde os primeiros tempos de sua instalação, defendeu-a, elogiando os respectivos desembargadores, apenas fazendo exceção quanto ao juizo eclesiástico, matéria em que eram «demasiadamente nimios e, à conta de defenderem a jurisdição de el-rei, totalmente extinguiam a da Igreja. (**Op. cit.**, p. 416). Varnhagen transcreveu, em sua **História Geral do Brasil**, cit., dois dêsses trechos da **Razão do Estado** contra a Relação (**op cit**, tomo II, p. 121). Capistrano de Abreu, na «Nota Preliminar» à **História** de frei Vicente (p. XVI), lançou a hipótese de ter o franciscano pretendido responder à crítica do autor dos **Diálogos das Grandezas**. Rodolfo Garcia, em sua **História Política e Administrativa do Brasil** (Rio, 1956), p. 85, também citou dois dêsses trechos da **Razão do Estado** contra a Relação.

Digitized by Google

fronteira, que até o ano de seiscentos e quatro foi acometida quatro vêzes de armadas inimigas (25) e em duas se livrou mais por boa fortuna que por razão de guerra (26).

No ano de 611 foi orçado o rendimento desta capitania em 45.890 cruzados (27).

Fêz de despesa o seguinte:

A Igreja

§ Ao bispo, de seu ordenado	1:100$000
§ Ao vigário geral	100$000
§ Ao deão da Sé	120$000
§ A quatro dignidades, a cem mil réis	400$000
§ A seis cônegos, a oitenta mil réis	480$000
§ A dois meios-cônegos, a 40$	80$000
§ A seis capelães, a quinze mil réis	90$000
§ A quatro moços do côro, a 8$	32$000
§ Ao mestre da capela, de seu ordenado .	50$000
§ Ao sacristão, de seu ordenado	30$000
§ Ao organista, de seu ordenado	30$000
§ Ao porteiro da maça, de seu ordenado	20$000
§ Ao padre cura, de seu ordenado	50$000
§ Ao coadjutor, de seu ordenado	30$000
§ Ao sochantre (28), de seu ordenado ..	40$000

(25) — Refere-se às tentativas inglêsa de 1587, francesa de 1595, holandesas em 1599 e 1604. Na repressão à última teria tomado parte o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, «testemunha providencial e figura obrigada do sucesso», conforme Capistrano de Abreu (à p. 255 dos «Prolegômenos» à **História** de frei Vicente, que omitiu êsse ataque, confundindo-o com o anterior, apesar de contemporâneo dos fatos). Varnhagen dêle soube por breve referência do mesmo Diogo de Campos na **Jornada do Maranhão**, aqui com outras palavras repetida. Notou-o Alfredo de Carvalho em «O Corsário Paulus van Caarden na Bahia», na **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, vol. XVI, de 1909, n.º 35. Conforme Rodolfo Garcia, «foi Diogo de Campos o único dos nossos cronistas que referiu o fato (Cf. nota XIV à Seção XXIV da **História Geral do Brasil**, de Varnhagen, tomo II, p. 106). Na **Jornada do Maranhão** salientou êle o esfôrço da defesa, não tendo a cidade do Salvador fortificações nem artilharia equivalente às fôrças do inimigo.

(26) — Refere-se, provàvelmente, aos dois últimos ataques, de 1599 e 1604, mais graves que os anteriores.

(27) — Equivalentes a 18:356$000.

(28) — Substituto do chantre.

Digitized by Google

§ Ao tesoureiro, pelas ordinárias .. .. . 122$000
§ Ao tesoureiro da fábrica .. .. 200$000

2:974$000

§ Aos padres da Companhia de Jesus ... 1:200$000

Há de advertir-se que, por lhes pagarem, aos ditos padres, em arrobas de açúcar, e não em dinheiro, deram-lhes, neste ano, um conto, quinhentos, quarenta e dois mil e seiscentos réis pela adição acima (29); e assim será todos os anos, a respeito do que valerem as ditas arrobas, não podendo ser nunca diminuída a sua quantia.

§ A doze vigários do Recôncavo (30) .. 887$640
§ A doze coadjutores .. .. 300$000
§ Ao síndico dos padres capuchos de São Francisco .. .. 82$000

Soma o Eclesiástico .. .. 5:443$640

Governador e Relação

§ Ao governador, de seu ordenado .. .. 1:200$000
§ A seus quinze homens (31), a vinte mil

(29) — Contra êsse processo de pagamento protestou o governador D. Diogo de Menezes, escrevendo ao rei, a 7 de fevereiro de 1611, em carta pela primeira vez citada por Varnhagen (**op. cit.**, tomo II, p. 127): «comem tanto da Fazenda de Vossa Majestade que só neste Estado têm perto de três contos de renda, em que Vossa Majestade perde, no modo do pagamento, mais da têrça parte». («Correspondência» cit., nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, p. 74). Expôs e justificou o sistema, Serafim Leite, S.I., — **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo I (Lisboa 1938), p. 126|129.

(30) — Segundo a «Fôlha Geral das Despesas do Brasil», de 1617, eram as seguintes as doze vigararias do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos: Vila Velha, Santo Amaro, Santiago de Peroaçu (Paraguaçu), Paripe, Matoim, Nossa Senhora do Socorro, Sergipe do Conde, Itaparica, Passé, Pirajá, Cotegipe, Tamarari. (Cf. «Livro Segundo do Govêrno do Brasil», nos **Anais do Museu Paulista**, tomo III (S. Paulo, 1927), p. 13).

(31) — A guarda do governador.

Digitized by Google

réis	300$000
§ Ao chanceler da Relação (32)	410$000
§ Ao juiz dos feitos de El-Rei	350$000
§ Ao ouvidor-geral	350$000
§ A um desembargador dos agravos (33)	350$000
§ A outro desembargador dos agravos (34)	350$000
§ A quatro desembargadores mais; dois a 350$ aos outros a 300$ (35)	1:300$000
§ Ao guarda-mor da Relação	50$000
§ Ao meirinho da Relação	160$000
§ Ao meirinho do ouvidor-geral	84$000
§ Ao alcaide-mor da capitania	20$000
§ Ao procurador dos índios fôrros	30$000
Soma a arrolação	4:954$000

Fazenda

§ Ao provedor-mor da Fazenda	400$000
§ Ao contador-mor	100$000

(32) — Era, desde 1611, Rui Mendes de Abreu, ex-juiz dos Feitos de El-Rei e substituto do primeiro chanceler, logo falecido, Gaspar da Costa.

(33) — Antão Mesquita de Oliveira, que iria ocupar o govêrno do Brasil, interinamente, em 1624, quando da invasão holandesa. — Escrivão dos agravos e apelações civeis da Relação, nomeado desde 1608, seria Cristovão Vieira Ravasco, pai do futuro padre Antônio Vieira.

(34) — Francisco da Fonseca, como os anteriores identificado por Varnhagen (**op. cit.**, tomo II, p. 119).

(35) — O códice da **Razão do Estado do Brasil**, da Biblioteca Municipal do Pôrto, neste ponto diferente do apógrafo do Instituto Histórico, declara quais eram os desembargadores que venciam 350$000 e quais os de 300$000: no primeiro caso Manuel Jácome Bravo e Antão de Mesquita (que, portanto, ainda não era desembargador dos agravos, como escreveu Varnhagen); no segundo caso, Pedro de Cascais (os textos dizem «Quasquais») e Antônio de Póvoas. Cascais chegou a ser excomungado pelo bispo D. Constantino Barradas, inimizado com o governador D. Diogo de Menezes, segundo Varnhagen (**op. cit.**, tomo II, p. 124). Em 1614 mandou-o prender o rei Filipe III porque, sendo provedor da Fazenda, não impediu desvio de pimenta de nau da India. (Cf. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, códice da Biblioteca do Itamarati, fls. 319|320). Manuel Jácome Bravo teve de voltar para o Reino antes de acabado seu tempo no Brasil, por assim o ter requerido sua mulher, Paula da Silveira, que o obteve do rei. Dali por diante os desembargadores casados deveriam vir com suas mulheres, sendo mantida, aos solteiros, a proibição de aqui se casarem. (Cf. nota de Rodolfo Garcia a Varnhagen — **op. cit.**, tomo II, p. 119).

Digitized by Google

§ Ao escrivão da Fazenda	150$000
§ Ao provedor da Alfândega	30$000
§ Ao tesoureiro-geral	80$000
§ Ao escrivão da Alfândega	30$000
§ Ao almoxarife	50$000
§ Ao escrivão do Tesouro	40$000
§ Ao escrivão dos Feitos da Fazenda . . .	40$000
§ Ao escrivão dos armazéns	30$000
§ Ao porteiro da Alfândega	29$600
§ Ao escrivão dos Contos	50$000
§ Ao procurador da Fazenda	15$000
§ Ao requerente da Fazenda	15$000
Soma a Fazenda	1:059$600

Tenças particulares

§ A Manuel de Melo, com o hábito (36)	20$000
§ Francisco Requeixa	15$000
§ A Paula de Siqueira	20$000
§ A Pedro da Paiva da Veiga (37) . . .	50$000
§ A um armeiro, provisão antiga	18$000
§ Ao alferes de cavalos, de tença	20$000
Somam as tenças	143$000

Entretenidos por Sua Majestade

§ Ao capitão Afonso da França (38) . .	150$000
§ Ao capitão João da Fonseca	120$000
Soma	270$000

(36) — Hábito de alguma das três ordens militares portuguêsas: Nosso Senhor Jesus Cristo, São Bento de Avis ou Santiago da Espada.

(37) — O códice do Pôrto declara — Pedro de Paiva «da Vigia».

(38) — Por engano está Afonso da «França» no códice do Instituto Histórico, visto que o do Pôrto diz Afonso «da Franqua» e em documentos do «Livro Segundo do Govêrno do Brasil», cit., p. 16 e 68, também está «da Franca».

Digitized by Google

Ministros de Guerra

§ Ao capitão-mor do mar	100$000
§ Ao sargento-mor do Estado, e seu tambor (39)	209$600
§ Ao sargento-mor da capitania	113$600
§ A um ajudante de sargento-mor	96$000
§ Ao capitão da guarda do governador .	80$000
Soma	599$200

O Forte de Santo Antônio

§ Ao capitão, de seu ordenado	60$000
§ Ao tenente ou cabo de esquadra	38$400
§ A dez mosqueteiros, a 33$600	336$000
Soma	434$400

O Forte de Itapagipe

§ Ao capitão, de seu ordenado	80$000
§ Ao tenente, de seu ordenado	38$000
§ A dez mosqueteiros, a 33$600	336$000
Soma	454$400

Companhia de Presídio (40)

§ Ao capitão, a doze mil réis por mês . .	144$000
§ Ao pagem, a 2$400 por mês	28$800

(39) — Sendo o vencimento anual de um tambor ordinário 33$600, segue-se que o do sargento-mor (que era Diogo de Campos Moreno), seria de 176$000.

(40) — No códice do Pôrto apresentam-se os nomes dos comandantes das duas companhias de presídio da Bahia, o que indica ser mais antiga a sua cópia, pois, sendo posterior a do Instituto Histórico (como provam os acréscimos adiante mencionados, quando à capitania de Pernambuco), tendo sido provàvelmente mudados os referidos capitães, não haveria mais conveniência em dar os seus nomes. Essa primeira companhia ali aparece como «Companhia do presídio do Capitão Bezerra».

Digitized by Google

§ Ao alferes, a 8$000 por mês	96$000
§ Ao abandeirado	28$800
§ Ao sargento, a 5$000 por mês	60$000
§ Ao tambor-mor, que serve nesta companhia	48$000
§ A um tambor ordinário, a 2$800	33$600
§ A quatro cabos de esquadra, a 38$400	153$600
§ A quarenta arcabuzeiros, a 28$800 . . .	1:152$000
§ A vinte mosqueteiros, a 33$600	672$000
	2:416$800

Companhia de outro capitão (41)

§ Ao capitão e pagem, de seu ordenado .	172$800
§ Ao alferes e abandeirado	124$800
§ Ao sargento da companhia	60$000
§ A dois tambores, a 33$600	67$200
§ A quatro cabos de esquadra, a 38$400 .	153$600
§ A quarenta arcabuzeiros, a 28$800 . . .	1:152$000
§ A vinte mosqueteiros, a 33$600	672$000
	2:402$400

Artilharia

§ Ao condestabre-mor	48$000
§ Ao condestabre de Itapagipe	38$400
§ Ao de Santo Antônio	38$400
§ Ao de Santo Alberto	38$400
§ Ao da Água dos Meninos	38$400

(41) — No códice do Pôrto — «A Companhia do Cap. Araújo».

Digitized by Google

§ Nas duas portas da cidade, dois bombardeiros	58$800
§ Na estância de São Diogo, cinco bombardeiros	168$000
§ Mais, a sete ajudantes de todos, a 19$200	134$400
	562$800

Tôda a despesa

§ Igreja	5:443$640
§ A Relação e governador	4:954$000
§ A Fazenda	1:059$600
§ Tenças	143$000
§ Entretenidos	270$000
§ Gente de guerra	6:870$000
(42)	18:740$240

46.850 cruzados e 240 réis

Tem esta capitania algumas aldeias de índios da terra a cargo dos padres da Companhia, na forma que costumam; também um morador, que vive na Cachoeira, tem algum gentio, que de tempos passados juntaram seus antecessores e se conserva na posse da administração dêles, e quando importa acode com duzentos frecheiros, e faz rosto a uma ladroeira, que está da banda daquele sítio quarenta léguas ao sertão, que chamam *santidade*, em que se recolhem índios e escravos fu-

(42) — Equivalentes à importância em cruzados que aparece na linha seguinte.

Digitized by Google

gidos; e hão crescido tanto que é negócio de consideração e de que se tem dado parte a Sua Majestade (43).

Outros moradores têm algumas aldeias pequenas arrimadas a seus engenhos, os quais também se conservam na forma que Sua Majestade o manda na lei do ano de 610 (44).

No distrito desta capitania se não tem achado pau-brasil de nenhuma sorte (45), mas tem tão boas madeiras e de

(43) — O morador da Cachoeira, aí citado, é Afonso Rodrigues Adôrno, mais conhecido como Afonso Rodrigues da Cachoeira, cujo pai, Álvaro, participou da conquista de Sergipe, em 1599 combateu os holandeses e conseguiu pacificar aimorés. Sucedendo-lhe o filho na região do rio Paraguaçu, lutou contra os indígenas de Pôrto Seguro, os invasores holandeses de 1624 e em 1629 contra os índios e negros do limite da referida **«santidade»** e seu distrito, sendo mais tarde também apresentado como conquistador dos paiaiases e de indígenas do sertão de Jacobina. (Cf. frei Vicente do Salvador — **op. cit.**, p. 334, 376, 378|379, 509, 519, 527; Varnhagen — **op. cit.**, tomo II, p. 36, 69, 79, 88, 94, 129, 227; «Livro Segundo do Govêrno do Brasil», cit., p. 126). Mostra a importância do caso mencionado na **Razão do Estado** a carta de **Filipe III** ao novo governador do Brasil, de 19 de janeiro de 1613, que faz parte do códice inédito **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, da Biblioteca do Itamarati. Nela diz o soberano que tinha informações (quem sabe se obtidas por intermédio do próprio Diogo de Campos Moreno) de que em duas ou três partes do Estado do Brasil existiam ajuntamentos de índios e de escravos da Guiné, fugidos a seus senhores, que viviam em idolatria, além de assaltar, roubar e assassinar os moradores das vizinhanças. Sendo êste um negócio de importância, recomendava-o a Gaspar de Sousa, encarregando-o, primeiramente, de tentar uma pacificação sem hostilidades, mas, não o conseguindo, fizesse guerra aos participantes da **santidade**. Os indígenas capturados seriam separados e postos em cativeiro; os negros, restituídos aos seus senhores, que por isto deveriam pagar indenizações, obrigando-se, ainda, a vendê-los para outras capitanias. «E porque me foi feita lembrança que para esta guerra será mais a propósito Afonso Rodrigues, filho de Álvaro Rodrigues da Cachoeira, que reside em uma sua aldeia, que tem experiência da terra, e gente, e muitos índios de guerra, vós me informareis dêle e achando que é pessoa a que se pode entregar esta emprêsa o encarregareis dela, significando-lhe de minha parte que me havereis nisso por bem servido dêle; e tereis lembrança do serviço que me fizer para lhe fazer mercê, e quando êste vos não parecer capaz escolhereis outra pessoa que o seja e me avisareis do que em tudo se fizer». (Cf. códice cit., fls. 185 r. e v.).

Sôbre as **santidades** ver a nossa nota 15, ao capítulo de introdução — «Razão do Estado do Brasil».

(44) — Aliás de 1609 ou 1611, conforme a nota 12, da introdução intitulada «Razão do Estado do Brasil».

(45) — Em estudo sôbre «Diogo Álvares Caramuru e os Franceses — Existência do pau-brasil na Capitania de Francisco Pereira Coutinho», publ. na **Revista Brasileira**, do Rio de Janeiro, ano I, n.º 3, de dezembro de 1941, p. 185|210, capítulo de livro que não chegou a publicar, documentadamente contestou Artur Neiva a repetida asserção relativa à inexistência de pau-brasil na região do Recôncavo da Bahia.

Digitized by Google

tantas sortes, e em tanta quantidade, que é grande preço que todos os anos se tira delas, e assim podem fazer-se grandes tábuas neste distrito, e no Camamu, que atrás fica dito, para carlingas e garlindéus das naus da Índia (46).

Nesta consideração, no ano de seiscentos e nove mandou o governador D. Diogo de Menezes fazer o orçamento seguinte a Manuel Antônio, mestre carpinteiro que foi da Ribeira desta cidade de Lisboa (47), para saber o que poderia custar e custava naquele tempo, na dita Bahia, uma nau de quatrocentas toneladas, e assim mais pelo orçamento do custo que se fêz com o galeão *Espírito Santo*, donde se averiguou o custo seguinte (48):

§ A quilha de 80 palmos de comprido	8$000
§ O coice de pôpa, cadaste, balizas (49) e porcas	20$000
§ A roda de proa, seis peças a 2$000	12$000
§ Cinqüenta cassas, cada cassa três peças, são cento e cinqüenta peças	150$000
§ Na primeira aposturagem, cem paus (50)	100$000
§ Na segunda aposturagem, cem paus	100$000
§ Na terceira os paus são somenos, valem	50$000
§ As cintas (51) das carreiras por	

(46) — **Carlinga** — peça de madeira sôbre que assenta o mastro grande. **Garlindéu** — peça por onde passam os cadernais das adriças, no tôpo do mastro.

(47) — A expressão «desta cidade de Lisboa» parece indicar ter sido esta a cidade em que o autor escreveu o **Livro que dá Razão do Estado**, embora não o pudesse fazer sem notas levadas do Brasil.

(48) — Êsse fato mencionou Varnhagen na **História Geral do Brasil** (tomo II, p. 130), sem, entretanto, citar a respectiva fonte, a **Razão do Estado do Brasil**.

(49) — **Cadaste** é peça da pôpa em que se assentam as dobradiças do leme. **Balizas** são madeiros do arcabouço do navio.

(50) — **Aposturagem** é a colocação das peças das balizas e madeiramento que formam o costado do navio acima da cinta.

(51) — **Cintas** são os pranchões que cingem o navio, de pôpa à proa.

Digitized by Google

banda, cada carreira 6$000, ambas as bandas montam a	120$000	
§ Na primeira coberta, 40 latas (52) valem	40$000	
§ Para socordes e pés de carneiros (53)	60$000	
§ Para cento e vinte curvas (54), vale a madeira	100$000	
§ Sessenta entremechas, (55) valem	30$000	
§ Para as abóbadas de pôpa, vale a madeira	20$000	
§ Ao castelo de proa, esporão ou beque (56)	40$000	
§ Trincanizes (57) para as cobertas, valem os paus	60$000	
	950$000	(58)
§ De taboado grosso, vinte dúzias, a 10$000	200$000	
§ Vinte dúzias de taboado dalcaixa, a cinco mil réis	100$000	
§ Vinte dúzias de taboado de coberta, a 4$000	80$000	
§ O mastro grande	30$000	
§ O gurupés (59)	10$000	

(52) — Ripas.

(53) — **Pés de carneiro** são paus perpendiculares da coberta ao porão, para sustentar a primeira.

(54) — **Curvas** — são madeiros arqueados, que partem do costado do navio.

(55) — **Entremechas** — traves que correm de costado a costado, quando a nau está alquebrada.

(56) — Extremidade superior da proa.

(57) — Tabuões em que se abrem os embornais e cujos cantos assentam na amurada. No texto está «trinquanis».

(58) — A soma exata é 910$000.

(59) — Mastro da extremidade da proa.

Digitized by Google

§ O traquete (60)	20$000	
§ Duas mezenas (61)	10$000	
§ Dois mastaréus (62)	15$000	
§ Todas as vêrgas	40$000	
	1.755$000	(63)
§ O leme	40$000	
§ As gáveas	12$000	
§ Dois batéis	30$000	(64)
§ Hão de trabalhar dez oficiais oito meses, à razão de $400 por dia, que foi o preço por que se trabalhou na obra do galeão *Espírito Santo*, que ali se consertou (65); monta a . .	800$000	
§ Dois calafates, que vão logo repregando, à razão do mesmo preço, monta a	160$000	
§ Duas bombas	20$000	
§ O cabrestante	6$000	
§ A abita (66) e serviolas (67) . . .	20$000	
§ Pregadura, à razão do Reino (68)	600$000	

(60) — Vela grande do mastro da proa.

(61) — Velas da carangueja do mastro da ré.

(62) — Pequenos mastros suplementares.

(63) — O total exato desta parcela é 1:455$000. No códice do Instituto Histórico aparecem apenas 175$000; no da Bibliotheca do Pôrto 1:755$000, total corrigido pelo prof. Engel Sluiter, em sua citada publicação, para 1:415$000, de acôrdo com o êrro vindo da parcela anterior, de 40$000 a mais.

(64) — No códice do Instituto Histórico estão inteiramente em branco as indicações do custo do leme, das gáveas e dos batéis. Completamos êsses dados pelo apógrafo do Pôrto.

(65) — Mencionado na «Correspondência» de D. Diogo de Menezes, cit., p. 38.

(66) — Peça de madeira, destinada a fixar a amarra da âncora.

(67) — Paus roliços, para proteção do costado contra a âncora e a amarra.

(68) — Pregos, pelo preço do Reino.

Digitized by Google

§ Botocadura	50$000
§ Âncoras	80$000
§ Velas, à razão do Reino	800$000
§ Um cabre (69) de linho, à razão do Reino	100$000
§ Outro cabre somenos	50$000
§ Duas amarras de piaçava, feitas no Brasil	40$000
§ Poleame (70)	20$000
§ Enxárcia (71), à razão do Reino	200$000
	4:483$000 (72)

Na dita capitania, em lugar de estôpa se usa certa erva que chamam *embira* (73), com que calafetam tudo o que vai debaixo dágua; há muita, e custa pouco; o breu e alcatrão, como as cousas mais que (apontadas), hão de ir do Reino, fazem que tôda a custa não se afaste da razão dita (74).

(69) — Corda grossa.
(70) — Conjunto de polés, cadernais, bigotas, etc.
(71) — Conjunto de cabos fixos.
(72) — O total exato é de 4:443$000, enganando-se Varnhagen em apresentá-lo como de 4:483$000, na **História Geral do Brasil**, tomo II, p. 130.
(73) — Varnhagen (**doc. cit.**), devidamente assinalou o emprêgo da embira e da piaçava brasileira nas construções navais aqui realizadas.
(74) — Do cálculo mencionado.

Digitized by Google

Digitized by Google

CAPITANIA DE SERGIPE D'EL-REI

Passado o rio Real, tôda a terra até o rio de São Francisco, que ocupa mais duas enseadas do Itapicuru e Vasa-Barris, são da obrigação de Sergipe, que pela abundância de gados, que produz, e dos muitos povoadores, que ali se juntaram, foi Sua Majestade servido de nomear capitania à parte, confirmando os juízes e vereadores, vigário e coadjutor que ali introduziu D. Francisco de Sousa, sendo governador; e ao capitão se lhe deram cem mil réis de ordenado (1).

Tem o rio Sergipe uma povoação de casas de taipa cobertas de palha, pequena, à qual chamam a cidade de São Cristóvão (2); primeiro foi fundada no ponto A, que se vê na carta desta capitania à fol. (3), depois a fundaram no ponto C, e logo daí a poucos situaram-na no ponto D, despovoando os demais, e contudo até hoje não tem tomado assento, porque cada um dos moradores, no ano em que é da governança logo trata de levar a cidade à porta do seu curral.

---

(1) — Sergipe d'El-Rei (assim denominada para diferençar de Sergipe do Conde, engenho do Conde de Linhares, genro de Men de Sá, no Recôncavo da Bahia), foi capitania subalterna à da Bahia de Todos os Santos, durante o regime colonial. Sòmente em 1820, já no período do Brasil-Reino, tirou-a D. João VI dessa subordinação.

(2) — Foi São Cristóvão do Rio de Sergipe (como São Sebastião do Rio de Janeiro e Filipéia de Nossa Senhora das Neves — hoje João Pessoa), das raras cidades brasileiras que se fundaram já com essa categoria e não com a de vila.

(3) — Em branco no códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tratando-se, entretanto, de seu mapa n.º 13, colocado a fls. 21 da atual paginação. No texto do apógrafo da Biblioteca Municipal do Pôrto declara-se "f. 52", quando, de acôrdo com a descrição do Sr. A. de Magalhães Basto, no respectivo Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos (p. 121), está o seu mapa n.º 10 colocado a fls. 71.

Digitized by Google

No ponto A, já nomeado, estão as ruínas de um forte que fê Cristóvão de Barros para guarda da barra, e como de feit se houvera outros cômodos, aquêle (como se vê), é sítio melhor para a passagem dos que caminham a Pernambuco, e dos que vêm de mar em fora. O segundo lugar, no ponto C, para onde a povoação pela segunda vez se passou, tinha mais comodidade para a vivenda dos moradores e vigiavam a costa, mas contudo fica sendo a pior eleição, porquanto estão no rio de Vasa-Barris, que tem pior barra, e por necessidade se passaram mais pela terra a dentro, no ponto D, ficando mais perto de suas fazendas, porém no rio Sergipe, no ponto D (4), entrou a nau de Gabriel Soares (5) e é o melhor pôrto tomado em conjunção de todos os desta capitania, que não servem ao presente mais que de barcos.

Tôda esta terra é fértil de mantimentos de tôda sorte; fazem nela muitas madeiras de importância para embarcações e edifícios, as quais com muita facilidade podem-se tra-

(4) — Por êrro de cópia falta ao códice n.º 819, da Biblioteca do Pôrto, cópia do manuscrito da **Razão do Estado do Brasil**, o trecho que vai de uma referência ao ponto D à outra referência ao mesmo ponto D ("ficando mais perto" — até — "no Rio Sergipe no ponto D"). Também no códice do Instituto Histórico há outro êrro de cópia, pois não se poderia dizer: "no rio Sergipe no ponto D entrou a nau", etc. pois o ponto D representa, no cit. mapa n.º 13, a cidade de São Cristóvão, à margem direita do rio Vasa-Barris. A barra do rio Sergipe está marcada, na respectiva legenda, como ponto B.

(5) — Frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**, 2a. ed. (S. Paulo, 1918), p. 350/351; Varnhagen, na **História Geral do Brasil**, 4a. ed. cit., tomo II, p. 43, como no "Aditamento" ao **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, 3a. ed. (S.Paulo), 1938), p. XXI — declararam ter ocorrido o naufrágio de Gabriel Soares de Sousa "em Vasabarris". Com isto concordou o Prof. Pirajá da Silva na "Introdução" à sua ed. da mesma **Notícia do Brasil** (S. Paulo, 1945), tomo I, p. 41. Vendo-se, aqui, a referência a ter entrado a nau de Gabriel Soares "no rio Sergipe", conciliam-se as duas localizações com a denunciação feita por um dos náufragos, Cristóvão de Figueiredo, que esclareceu ter vindo com Soares na urca flamenga por nome Abraham (e não Grifo Dourado, como escreveu frei Vicente), e achando-se "à vista da barra de Ceregipe" teve a mesma um "comêço de naufrágio", e, "no dia seguinte", deu "também em outro perigo", êste, certamente já na barra do Vasa-Barris. (Cf. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denunciações da Bahia. 1591-1593** (S. Paulo, 1925), p. 514). Note-se que não deve ser confundida a enseada de Vasa-Barris, ao norte do rio Sergipe, como o rio depois chamado Vasa-Barris, ao sul daquele, como esclareceu o Prof. Pirajá da Silva — **op. cit.**, p. 122/125, e que é o ponto H, assinalado na legenda do mapa como "Barra do rio Vasa-Barris muito perigosa".

Digitized by Google

zer à Bahia para fábrica de galeões; tem poucas águas para engenhos; contudo, há canas plantadas e engenho começado.

Destas enseadas do Itapicuru e Vasa-Barris fogem todos os navios como da morte, pela fôrça com que as águas sempre chamam para terra a todo tempo, de sorte que, com pouco que aponte a ser travessia, quem se acha das pontas para dentro, não podendo ganhar nada, de necessidade há de varar em terra, porque nem há lugar de estar sôbre amarra, que todo o fundo é sujo, e logo se cortam, e assim se têm perdido nesta paragem muitos navios (6).

Esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para as quais vai todos os anos muito gado, assim para comer como para serviço (7); criam-se nestes pastos muito boas éguas e bons cavalos, que dos do Brasil são os melhores.

Tem esta capitania mais de duzentos moradores brancos, separados uns dos outros a respeito das criações, para as quais são tão cubiçosos de ocupar terra que há morador que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes (8), e Antônio Cardoso de Barros (9) tem de sesmaria, desde o rio de Sergipe até o rio de São Francisco, por costa e pela terra a dentro, mais de oito léguas, e outros muitos moradores desta maneira têm ocupado com quatro currais terra em que se podem acomodar muitas gentes; e sôbre essas posses há grandes diferenças e não é possível cômodamente fazer-se o que convém ao bem comum e serviço de Sua Majestade.

(6) — Segundo Gabriel Soares, "onde se chama a enseada de Vasabarris, a qual tem diante de si tudo arrecifes de pedra, com alguns boqueirões para barcos pequenos, por onde podem entrar com bonança" (p. 40 da cit. ed. de Varnhagen, p. 121 da de Pirajá da Silva).

(7) — A abundância de gado e sua necessidade para o trabalho dos engenhos de açúcar e abastecimento de carne, em Pernambuco, foram os motivos da invasão holandesa de Sergipe, em 1641.

(8) — Seria Francisco Dias de Ávila, jovem herdeiro da Casa da Tôrre, neto de Garcia d'Ávila, o fundador de seus latifúndios, falecido em 1609.

(9) — Filho de Cristóvão de Barros, o fundador de Sergipe, e neto de Antônio Cardoso de Barros, donatário do Ceará e primeiro provedor-mor da Fazenda, do Brasil.

Digitized by Google

Nesta capitania têm os padres da Companhia muitas terras e fazendas; e têm a seu cargo a maior fôrça dos índios daquele distrito, assim onde chamam Cotigipeva, como em outros lugares (10); também nas fazendas do dito Antônio Cardoso de Barros está outra aldeia de tapúias que são bárbaros do mato (11); êstes têm seu capelão e capitão à parte, conforme a ordenança nova (12).

Foi orçada esta capitania, no ano de 611, no que rende de suas criações e miunças, em mil quatrocentos e cinqüenta cruzados (13).

Sua despesa é a seguinte:

Igreja

§ Ao vigário, de seu ordenado	100$000	
§ Ao coadjutor	25$000	
§ As ordinárias	23$920	
		148$920

Oficiais d'El-Rei

§ Ao capitão por Sua Majestade . .	100$000
§ A um provedor sem ordenado . .	$

(10) — Serafim Leite, S.I., em sua **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo I, p. 448/449, mencionou a existência de sesmarias e fazendas dos jesuítas em território sergipano. No tomo V, p. 321, nota 3, graças ao mapa n.º 13 da **Razão do Estado**, identificou "Cotigipeva" como Tejupeba, à margem direita do rio Vasa-Barris, em frente a São Cristóvão, local em que existiam, conforme a respectiva legenda (ponto G): "Fazendas dos padres da Companhia; chama-se o Saco".

(11) — Vê-se, pela referência, como é antiga e persistente a identificação dos "tapúias" como "bárbaros do mato". Seriam, êstes, quiriris, e não tupinambás, como os da costa.

(12) — Refere-se à lei de 1611, que mencionamos na nota 12 à introdução intitulada "Razão do Estado do Brasil".

(13) — Equivalentes a 580$000.

Digitized by Google

§ A um almoxarife .. .. 50$000
§ A um escrivão da Fazenda .. .. 25$000

323$920 (14)

No alardo que se fêz à gente desta capitania no ano de 611, apareceram cento e cinqüenta homens, os mais dêles com suas escopetas, os outros com arcabuzes; entram em duas companhias com seus oficiais, ainda ao rústico por lhes faltarem tambores e bandeiras; tem a cargo o almoxarife seis peças de artilharia de bronze, falcões de dado de seis e sete quintais, e uma peça de colher de bronze, de quinze quintais, que joga quatro libras; tôda esta artilharia está sem serviço e sem reparos, e foi a que trouxe Cristóvão de Barros quando veio à conquista, e lhe ficaram as ditas peças no forte da Barra já dito, no ponto A; os falcões servem para a fundição de Pernambuco, porque não têm serviços.

Tem o dito almoxarife carregado em receita tudo o que pertence a uma ferraria que ali foi mandada por ordem de Sua Majestade e hoje serve ao povo e tirou-se o soldo ao oficial.

Tem esta capitania, como as demais, seus juízes, vereadores e oficiais da ordenança.

Ao pé de umas serras, que se chamam Itabaiana, ao longo do mesmo rio Sergipe, afirmam os moradores daquela capitania ouvirem que em certos tempos há estrondos de grossas peças de artilharia lá no íntimo das terras, pelo que se presume que deve de ter algum vulcão (15), mas até hoje

(14) — Êste total está certo, mas não como vem sendo apresentado nas edições da História Geral do Brasil, de Varnhagen, onde às despesas da Igreja acrescentou as da Milícia, como se fôssem apenas desta (na 4a ed. integral, tomo II, p. 133), conforme observou o prof. Engel Sluiter, na publ. do texto do códice do Pôrto na The Hispanic American Historical Review, de novembro de 1949, p. 545.

(15) — No códice do Instituto Histórico está — "bolcáo", no da Biblioteca do Pôrto "bolcam". Seria o mesmo caso das cavidades nas montanhas, como em Bom Sucesso, Minas Gerais, estudado por Alvaro da Silveira.

Digitized by Google

não hão sido penetradas de pessoas alguma, porque os naturais fogem de entrarem lá.

No rio de São Miguel, que se vê na dita carta no ponto E, vive o Caramuru, que é o que assegura haver muita prata naquelas serras do ponto F (16), donde desce o mesmo rio que se chama Real, pelo muito que se alarga naquela parte, sendo pouco o que vai pela terra a dentro (17).

(16) — Trata-se de Belchior Dias Moréia, cuja lenda das minas de prata foi documentadamente estudada, pela primeira vez, por J. Capistrano de Janeiro, 2a. série, ns. 1 e 2 (Rio, 1885). Nova luz sôbre o caso trará a publicação, pelo Ministério das Relações Exteriores, do códice Livro Primeiro do Govêrno do Brasil.

(17) — Curiosa é a explicação aqui dada, da denominação do rio Real.

Digitized by Google

RIO DE SÃO FRANCISCO (1)

A êste grande rio de São Francisco não se lhe sabe nascimento, pôsto que por êle acima se tem navegado mais de trezentas léguas (2), até que, espantados da multidão de gentios que encontraram, tornaram-se atrás os navegantes.

Da banda do norte dêste rio começa a capitania de Pernambuco; todo em si é navegável da barra até as cachoeiras; tem sessenta léguas ocupadas de tantas nações de índios bárbaros, a que chamam tapúias, que apenas se entendem uns com os outros (3), pelo que ainda hoje se faz trabalhoso de penetrar. D. Diogo de Menezes, a respeito de fazer navegável o salitre, que se acha na serra de São Gregório, assinalada na carta seguinte no ponto +, e para poder cultivar as minas, tratou, por via de língua e homens práticos do sertão, pazes

---

(1) — Tendo dedicado todo êste capítulo à região franciscana, é o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** um dos primeiros trabalhos escritos que lhe deram a importância que realmente tem, embora o seu conteúdo tenha se limitado, principalmente, às questões da exploração do salitre e do povoamento do curso inferior do grande rio. — Foi êste capítulo integralmente transcrito do códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Sr. Miguel Diégues Junior, que o publicou, com notas à margem do seu texto e mapas, na **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, vol. XXIV, de 1945/1946 (Maceió, 1947), p. 7/17, acrescentando-lhes trechos referentes ao atual Estado de Alagoas que também aparecem no capítulo seguinte, referente à capitania de Pernambuco.

(2) — Se não houver exagêro na informação, terá muita importância para a história da exploração do interior brasileiro a de que em 1612, já se havia navegado mais de "trezentas léguas" (1.800 quilômetros), pelo rio São Francisco acima.

(3) — Trata-se, principalmente, de quiriris, já mencionados na nota 11, do capítulo referente a Sergipe d'El-Rei. No decorrer da centúria, e na seguinte, seriam catequizados por sacerdotes de várias ordens e congregações, que também os descreveram e estudaram suas línguas, de tudo deixando relatos e catecismos que constituem provas de suas frutuosas missões.

Digitized by Google

e amizades com tôdas aquelas gentes, e mandou fazer na entrada da barra o forte que se vê na volta desta fôlha (4), e na dita carta se assinala como o ponto S (5). Também mandou a um Manuel de Miranda (6), grande língua dos índios, que povoasse com pitiguares, que tinha junto de diversas partes, um sítio ao pé das serras que chamam do Aracaré, e que juntamente levasse gente branca à dita povoação, como de feito levou esta feita; vai por três anos (7) em que estão plantados muitos mantimentos, para bem do trato do dito salitre; êste lugar se assinala na dita carta com as letras AA; dêste sítio se povoou, no ano passado de seiscentos e onze (8), com outra aldeia e gente branca o sítio de Jasuaba (9), que se mostra no ponto BB; e desde ali até as minas da serra de São Gregório está aberto o caminho para a gente de pé e cavalgaduras, por maneira que, para cultivar o dito salitre, só faltam os mineiros e ordem para fazer-se, o que, segundo

(4) — Realmente, no verso do 11.º mapa do códice da Biblioteca Pública do Pôrto, do "Rio de São Francisco", ocupando cêrca de uma quarta parte da fôlha de pergaminho, a de n.º 76, está outra iluminura que representa o forte na entrada da Barra — "Forte Novo da Pasaien" (da Passagem) — mandado fazer por D. Diogo de Menezes. (Cf. A. de Magalhães Basto — **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto** (Lisboa, 1938), p. 121/122). A referência do texto "na volta desta fôlha", mostra, mais uma vez, que o códice do Pôrto é anterior ao do Instituto Histórico, visto que no segundo a planta do "Forte Novo da Passagem" está em fôlha separada (a 24a. do apógrafo) do mapa n.º 14, do "Rio de São Francisco", que fica a fls. 23 da atual paginação.

(5) — No mapa n.º 14 do códice do Instituto Histórico, n.º 11 da Biblioteca do Pôrto, n.º 12 do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris.

(6) — Manuel de Miranda foi um dos cabos da tropa de Pero Coelho de Sousa na expedição de 1603 ao Ceará. (Cf. Varnhagen — **História Geral do Brasil**, cit., tomo II, p. 63). Verificada a inutilidade de sua missão quanto ao salitre, mandou-o Gaspar de Sousa à capitania de Pôrto Seguro, como seu capitão-mor, a fim de socorrê-la contra os ataques dos aimorés. (Cf. certidões fornecidas àquele governador, em julho de 1616, por Sebastião Borges, provedor-mor da Fazenda, e pelos juizes, vereadores e mais oficiais da Câmara de Olinda, esta com o respectivo sêlo, ambas no códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, inédito, da Biblioteca do Itamarati, fls. 409 e 412).

(7) — Portanto em 1609.

(8) — Aqui temos mais uma indicação de ter sido redigido o **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** em 1612.

(9) — Identificado como a atual Pão de Açúcar pelo Sr. Manuel Diégues Junior — "**O Livro que dá Razão do Estado do Brasil — Notas à margem do seu texto e dos seus mapas**", na **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**, cit., p. 11.

Digitized by Google

o que tem mostrado a terra, será negócio de maior importância que o do pau-brasil (10), além de se ficar escusando o comprá-lo a estrangeiros.

Ao capitão que faz o forte da barra se lhe tem nomeado duzentos cruzados de ordenado (11), e se lhe hão de dar dez soldados de presídio, e duas peças de artilharia de ferro coado, de até vinte quintais, para defesa daquele surgidouro e abrigo das embarcações que hão de andar ao salitre, e assim para defesa daquela passagem e entrada de rio tão importante. Os lugares onde se funda êste forte e onde está fundada a povoação de Manuel de Miranda, são terras do Sergipe atrás nomeado, mas como são dadas de sesmaria a homem poderoso, que defende a posse (12), não quer ninguém acudir às novas povoações, porque não têm onde plantem nem façam fazendas que suas sejam, porque lhas impedem os proprietários das sesmarias, os quais não têm posse para fazerem as ditas povoações, antes querem a terra sem gente para bem de seus currais, o que é em prejuízo notável da povoação dêste rio e do trato que nêle fazer-se pretende (13).

Tôdo êste rio é navegável e mui capaz de grandes embarcações, porém sua barra é de alfaques ou bancos de areia.

---

(10) — Dentre as esperanças econômicas do Brasil colonial que não obtiveram satisfatória confirmação inclui-se a do salitre. Ainda nos govêrnos seguintes ao de D. Diogo de Menezes foi objeto de novas e mal sucedidas providências. No Regimento a 31 de agôsto de 1612 dado ao governador Gaspar de Sousa, ainda inédito, foram-lhe recomendadas algumas, como em carta de 14 de agôsto de 1613. Com o sargento-mor Diogo de Campos Moreno veio ao Brasil, em março de 1614, um "mineiro do salitre". (Cf. o cit. códice Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa, do Ministério das Relações Exteriores, fls. 95, 231 v. e 301). — Outras providências a respeito do salitre aparecem no Livro Primeiro do Govêrno do Brasil, códice pertencente ao Ministério das Relações Exteriores, no "Livro Segundo do Govêrno do Brasil" transcrito nos Anais do Museu Paulista, tomo III (S. Paulo, 1927), p. 38/58.

(11) — Equivalentes a 80$000.

(12) — Provàvelmente Antônio Cardoso de Barros, mencionado no capítulo sôbre Sergipe d'El-Rei.

(13) — Vêm-se, aí, os inconvenientes dos latifúndios, mesmo quando destinados à criação de gado, com referência às necessidades do povoamento das regiões novas.

Digitized by Google

que se mudam os mais dos anos, fazendo-a mais fácil uns que outros; sempre caravelões grandes entram com tôda a maré; têm nesta barra, e em todo o rio, grande fôrça as aguagens que descem de cima, e são de modo que há tempos em que a quatro léguas ao mar pode-se beber água doce, e na boca da barra, de ordinário, a mais de uma légua ao mar, há grandes rilhanceiras da água, que às vêzes impedem o curso e suspendem a um navio, ainda que vá com todo o pano (14); da barra para dentro é mui formoso e mui seguro, e em todo o tempo que dura a viração do mar, que nunca de dia falta, navega-se êsse rio para cima com facilidade; porém tanto que acalma o vento é necessário lançar âncora, porque a corrente da água com presteza incrível os torna a trazer para baixo, sem vela nem remo.

Neste grande rio entram outros rios muitos, dos quais a mor parte seca no verão (15), e no tempo que as aguagens descem de cima, sai êste rio da madre e alaga de uma parte e da outra, pelos vales, mais de duas léguas de terras, e recolhido à mãe, deixa grandes lagoas, com tanto peixe que é cousa incrível, ao qual acode grande cópia de aves e de animais silvestres, e tantos porcos e bichos do mato que se fazem dêles todos os anos grandes chacinas, e nas lagoas grandes pescarias, de maneira que é um dos sítios de si mais abastados que tem a costa do Brasil, e todo está despovoado, salvo

(14) — D. Pedro II, ao entrar pela barra do São Francisco, a 13 de outubro de 1859, rumo à cachoeira de Paulo Afonso, registrou a passagem dêsse "cordão". Anotando a publicação de trecho do Diário do Imperador, feita por Alcindo Sodré, no Anuário do Museu Imperial, de Petrópolis, vol. X, de 1949, p. 93, assim explicou o engº. Luís Freitas Machado aquela alusão: "Confronto das águas do rio e do mar, formando como que um cordão divisório perfeitamente perceptível pela coloração amarelo-esbranquiçada das águas barrentas do rio penetrando pelas águas espumantes do mar".

(15) — Observação verdadeira, relativa à parte então conhecida da bacia franciscana, e que serve de prova da veracidade da alegação comentada na nota 2, acima.

Digitized by Google

nos pontos ditos; não tem terras para canas, nem há águas para engenhos, porque, como padece acidentes nas aguagens, ficam as suas várzeas areadas (16) e sem sustância; e os montes, na maior parte, são escalvados; e de mato raro, não faltando sítios com madeiras e bons para mantimentos, sendo os de mais sustância os que estão dados de sesmaria; na entrada da barra, como fica dito, alguns apontam que no sítio dêste forte havia de estar fundada a povoação e vigararia de Sergipe, pois é de seu distrito, escusam-se dissenções e um ordenado e jurisdição que é fôrça dar-se ao forte novo (17).

(16) — Na publicação do prof. Engel Sluiter, do texto do codice da Biblioteca do Pôrto, da **Razão do Estado do Brasil**, na **The Hispanic American Historical Review**, de novembro de 1949, está "arcadas", em vez de areadas'.

(17) — Vê-se, pela referência, como já vimos quanto à localização de São Cristóvão do Rio de Sergipe, no capitulo anterior, que o problema da melhor situação das povoações pioneiras era dos mais discutidos, à época. — Note-se, ainda, que da "Fôlha Geral" das Despesas do Estado do Brasil, em 1616 enviada ao governador D. Luis de Sousa, não constava qualquer pagamento relativo à mencionada guarnição do Forte Novo da Passagem. (Cf. "Livro Segundo do Govêrno do Brasil", nos **Anais do Museu Paulista**, vol. III, cit., p. 22.

Digitized by Google

Digitized by Google

PERNAMBVCO

Capitania de Pernambuco de que hé capitão gouernador, & senhor Duarte de Albuquerque Coelho. E tem esta dita Capitania setenta leguoas de Costa.

E Da banda do Norte do dito Rio de são Francisco começa o arrecife de Pernambuco, & vay correndo a costa por sul quarta de sueste, & sueste quarta de leste cinco leguas, & he o Cabo de são Agostinho, onde estão humas grandes lagoas, & humas pedras muy altas, que se vem de longe, & he o principio desta Capitania, & tem nella muitos engenhos de fazer assucar, & muitas roças de mantimentos, & muitas vacas, & muitos gados, & muitas aldeas de Indios, & muitos Indios de seruiço, & muitos Indios Tapuyas, que andam pelos matos, & muitos Indios Cannibaes, que comem carne humana, & muitos Indios Tupinambás, que são muy bellicosos, & muy esforçados, & muy grandes frecheiros, & muy grandes nadadores, & muy grandes mergulhadores, & muy grandes corredores, & muy grandes trepadores, & muy grandes saltadores, & muy grandes lutadores, & muy grandes guerreiros, & muy grandes fl

7 — FÔLHA INICIAL DO CAPÍTULO SÔBRE PERNAMBUCO, DA RAZÃO DO ESTADO, APÓGRAFO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Digitized by Google

PERNAMBUCO — SENHOR, DUARTE DE ALBUQUERQUE COELHO (1)

CAPITANIA DE PERNAMBUCO, DE QUE É CAPITÃO, GOVERNADOR E SENHOR, DUARTE DE ALBUQUERQUE COELHO, E TEM ESTA DITA CAPITANIA SESSENTA LÉGUAS DE COSTA

Da banda do norte do dito rio de São Francisco começa o distrito de Pernambuco, e assim correndo a costa por dez

---

(1) **O códice 126 da Razão do Estado do Brasil**, da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, dá a êste capítulo o seguinte título "Capitania de Pernambuco, de donatário", omitindo também o sub-título acima reproduzido, do apógrafo pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro.

Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário da capitania de Pernambuco (para a qual não prevaleceu a denominação de Nova Lusitânia), sucedeu ao pai, Jorge de Albuquerque Coelho, no respectivo senhorio, quando do falecimento dêste, em um dos primeiros anos do século XVII. Sendo ainda menor (pois nasceu em 1591) teve em 1603 confirmação da doação, inicialmente feita ao avô, Duarte Coelho (falecido em 1556) e ao tio, Duarte Coelho de Albuquerque (morto em conseqüência de ferimentos recebidos na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578). Participou da "Jornada dos Vassalos", para libertação da Bahia, em 1625. Voltou ao Brasil na armada de D. Antônio de Oquendo, em 1631, e aqui ficou até 1638, lutando contra os invasores holandeses. Daí resultou o inestimável livro que em 1654 publicou em Madri — **Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve anos, empeçando desde el de MDCXXX.** Foi Marquês de Basto por sucessão do sogro, D. Diogo de Castro, do cunhado e do filho, condes do mesmo título, e Conde de Pernambuco (título espanhol). Depois da Restauração de Portugal, tendo tomado o partido de Espanha, ao contrário do irmão Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete, não teve mais posse de sua capitania, até 1654 em parte ocupada pelos holandeses. Falecendo em 1658, permaneceu a donataria diretamente administrada pela Coroa, discutindo-se, a respeito, os direitos de sua única filha sobrevivente, D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, casada com D. Miguel de Portugal, Conde de Vimioso. Apesar de terem êstes obtidos sentença favorável, em 1677, sòmente em 1716 desistiu de suas pretensões, quanto a Pernambuco, o herdeiro do Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, que obteve o título de Marquês de Valença, o pagamento de 80.000 cruzados e outras compensações.

Digitized by Google

graus e meio e por dez graus vê-se o rio de São Miguel e as suas barreiras vermelhas, e antes das Alagoas (2) o conhecido Pôrto dos Franceses e o pôrto de Jaraguá, todos capazes de grandes navios, e por sua capacidade feitos sempre ladroeiras de corsários e de nossos furtadores de pau-brasil, que no rio de São Miguel não faltam, nem moradores que o furtem e carreguem, como por muitas vêzes se tem avisado a Sua Majestade. O pôrto ou barra de São Miguel e das Alagoas são para caravelões sòmente, como se mostra na carta atrás, fol. (3), no ponto C, de modo que os principais portos desta banda são os ditos em que é necessário haver povoações, pois as terras têm cômodo para sustentar grandes lugares, mas, hoje, como todos os homens fundam [por] acaso, e não por ordem, sempre as povoações ficam sendo mais ao particular que ao comum importantes, e é, de feito, qual se deixa entender, contra a defesa e comércio de tôda a costa (4).

Das ditas Alagoas para o norte começam os engenhos e fazendas (5) desta capitania, como se mostra na carta, fol. (6), até o cabo de Santo Agostinho, em que assim também se assinalam os portos de menos consideração, com suas son-

(2) — Embora os manuscritos da **Razão do Estado do Brasil**, do Pôrto e do Rio de Janeiro, registrem sempre "Lagoa", preferimos dar, nesta leitura em linguagem atual, a grafia posterior do topônimo, "Alagoas", para maior clareza.

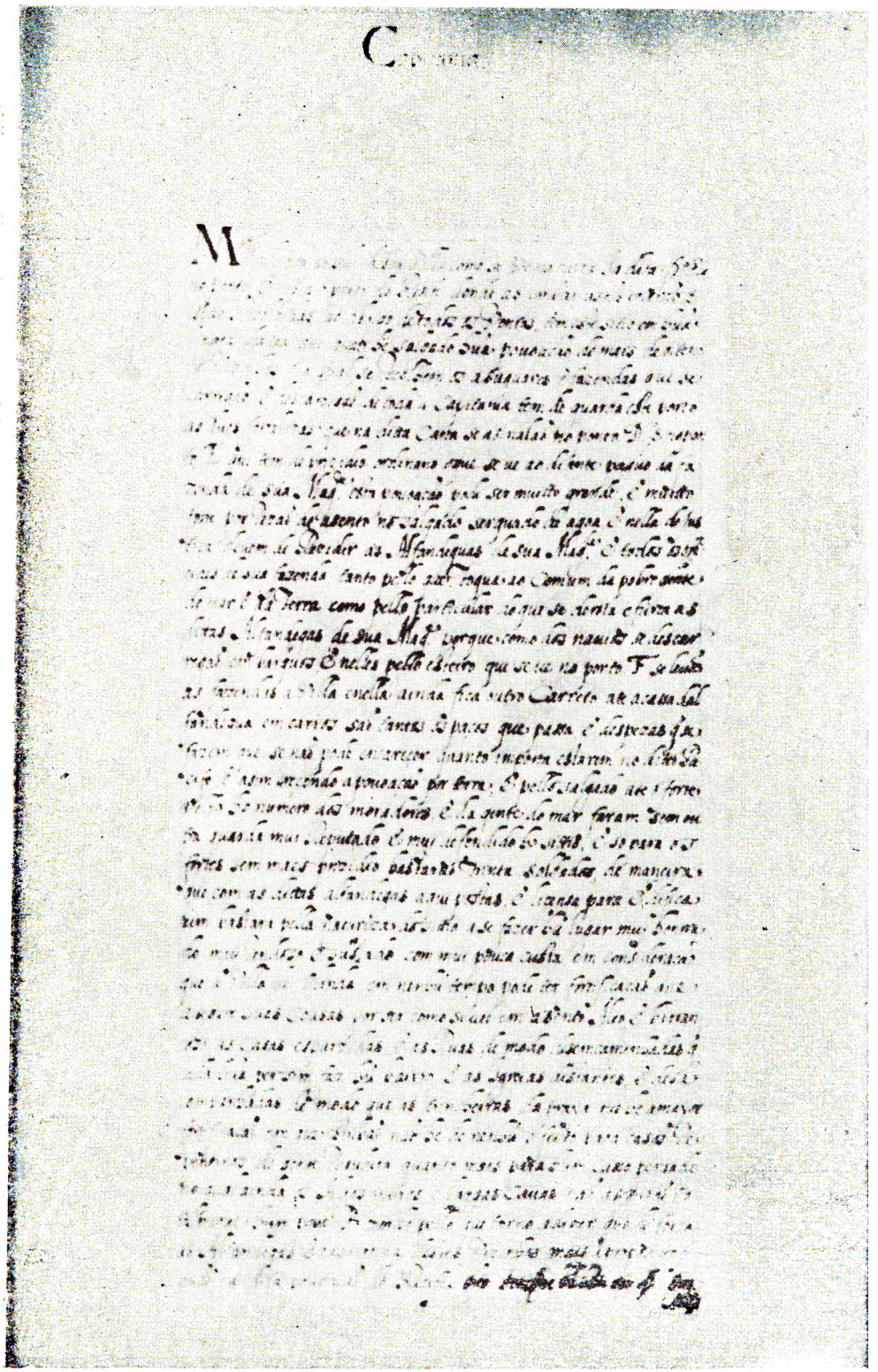
(3) — Em branco no códice do Instituto Histórico; "fol. 57" no da Biblioteca do Pôrto. Trata-se do mapa n.º 16, fls. 27, do primeiro; e n.º 12, em nossa numeração, fls. 84, do apógrafo portuense conforme o **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**, cit., do Sr. A. de Magalhães Basto, p. 122.

(4) — Como foi visto quanto a São Cristovão, em Sergipe, no capítulo respectivo, critica o autor a arbitrariedade vigente na escôlha de locais para as povoações, tendo em vista os interêsses da defesa e do comércio.

(5) — Note-se a distinção entre "engenhos e fazendas". No mapa n.º 17, do códice do Instituto Histórico, relativo à região de Recife e Olinda, aparecem, desenhados de modo especial, sete grandes canaviais, o que não acontece no que lhe corresponde, n.º 14 da Biblioteca do Pôrto.

(6) — Está em branco a indicação da fôlha, no códice do Instituto Histórico; deveria mencionar fls. 27, em que está o mapa n.º 16, de parte da costa alagoana e pernambucana. No apógrafo do Pôrto indica-se "fol. 95", quando a exata colocação de seu mapa n.º 13 de nossa numeração, n.º 12 da feita pelo Sr. A. de Magalhães Basto, é "fls. 84", conforme o cit. **Catálogo**, p. 122.

Digitized by Google



8 — FÔLHA INICIAL DO CAPÍTULO SÔBRE PERNAMBUCO, DO CÓDICE DA RAZAO DO ESTADO, DIFERENTE DO ANTERIOR (ILUSTRAÇÃO N.º 7), PERTENCENTE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PÔRTO.

Digitized by Google

das. Do dito cabo para o norte, a oito léguas, em oito graus, está a vila de Olinda, cabeça desta capitania, e o famoso pôrto de Pernambuco, que se mostra em perspectiva certíssima fol. (7), e mais ao norte duas (8), léguas o pôrto do Pau Amarelo (9), que também vê-se na carta fol. (10), com sua sonda, detrás de uns recifes no ponto D, junto da ilha de Itamaracá, onde se acaba a demarcação desta capitania, partindo com a dita ilha pelo rio Igaraçu, ali vizinho.

Esta capitania de Pernambuco tem grande fôrça, sendo a mais povoada de tôda esta costa, porquanto em seu distrito moem açúcar noventa e nove engenhos (11), em que habitam, e nas demais povoações e fazendas, mais de oito mil moradores brancos (12). A vila de Olinda, que é cabeça, vai

(7) — Também em branco no códice do Instituto Histórico; trata-se de seu mapa n.º 17, de fls. 28. No apógrafo do Pôrto diz-se "fol 98", quando a exata colocação de seu mapa n.º 14 é a fls. 88 de acôrdo com o cit. **Catálogo**, p. 122.

(8) — O códice do Instituto Histórico dá, com maior aproximação, "duas léguas" para a distância de Olinda a Pau Amarelo. Corrigiu assim, o do Pôrto, que assinala "sinquo" léguas para êsse percurso.

(9) — Local de desembarque dos invasores holandeses em 1630.

(10) — Em branco no códice do Instituto Histórico; deveria indicar fls. 30 onde está o mapa n.º 18, de Itamaracá. No apógrafo do Pôrto declara-se "fol. 111' de seu mapa n.º 15, quando a indicação certa deveria ser fls. 102, conforme o cit. **Catálogo**, p. 122.

(11) — No códice do Pôrto declara-se, neste ponto, "noventa engenhos", em vez de "noventa e nove", como ocorre no do Rio de Janeiro. O que indica não só a sua precedência cronológica, quanto ao do Instituto Histórico, como o fato, adiante várias vêzes comprovado de ter êste recebido acréscimos posteriores a 1612.

Varnhagen, que se utilizou daquele primeiro apógrafo, também registrou "noventa" engenhos, em sua **História Geral do Brasil**, 4a. ed., tomo II p. 133.

(12) — Verifica-se aqui, segunda e notável divergência entre os códices do Instituto Histórico e da Biblioteca do Pôrto: "mais de quatro mil moradores brancos" assinala êste, enquanto o dôbro dá o primeiro; crescimento extraordinário, se considerarmos que a diferença de data entre os dois apógrafos deve ser no máximo, da ordem de treze e quinze anos, de fins de 1612 ou de 1613, o portuense, de 1625 a 1627 o carioca, conforme de diversos dados deduzimos. Varnhagen (loc. cit.), como no caso anterior limitou-se à indicação do códice do Pôrto, não tendo confrontado suas notas, tomadas em Portugal, com o apógrafo do Instituto Histórico, em uma de suas posteriores vindas ao Rio de Janeiro. Como não fizeram seus eminentes anotadores, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, embora o primeiro registrasse a existência de interpolações no códice do Instituto (em 1918, nos "Prolegômenos" à **História do Brasil**, de frei Vicente do Salvador, 2a. ed., p. 262), e o segundo tivesse anotado várias diferenças existentes entre êste e a cópia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que repete o manuscrito do Pôrto, conforme também verificamos.

Digitized by Google

se enobrecendo de templos: o colégio dos padres da Companhia, frades do Carmo, de São Bento e capuchos de Santo Antônio, e tem mais outros três mosteiros dêstes capuchos, repartidos por algumas das vilas que mais tem esta dita capitania (13); e edifícios de valor; e está crescida e rica; e tem quatro companhias de ordenanças bem armadas, em que se apresentam (14) na resenha quinhentos homens, com seus oficiais e bandeiras; e de presídio tem uma companhia de soldados pagos, cujo número e despesa vai adiante, na sua fôlha.

Meia légua ao sul desta vila, como se vê na carta já dita, fol. (15), no ponto C, está o pôrto do Recife, onde as embarcações entram e estão recolhidas a abrigo de todos os ventos. Tem êste sítio, em uma língua de areia, que quase é salgado, uma vila de muitos vizinhos, com outro mosteiro dos mesmos capuchos de Santo Antônio, fora uma paróquia muito bem ordenada e rica (16), na qual se recolhem os açúcares e

(13) — No códice do Pôrto falta tôda essa enumeração dos templos pernambucanos; diz apenas: "templos e edifícios de valor". Os três mosteiros de "capuchos repartidos por algumas das vilas que mais tem esta dita capitania" eram, além do de Olinda, os de Igaraçu, Ipojuca e Recife, embora não conste que esta última povoação já fôsse vila. Datam, respectivamente, de 1588, 1604 e 1606, conquanto o do Recife sòmente em 1612 tivesse começada a sua construção, conforme informações gentilmente verificadas por frei Francisco Leite de Faria, capuchinho português.

Para maior facilidade do confronto dos textos dos códices do Instituto Histórico e da Biblioteca do Pôrto, indicaremos, daqui por diante, as páginas da publicação paleográfica dêste, na norte-americana **The Hispanic American Historical Review** em novembro de 1949 feita pelo prof. Engel Sluiter. No caso, p. 548.

(14) — No códice do Instituto Histórico está, por engano — "Representaó". No do Pôrto — "prezentaó". Daí termos preferido "apresentam", como aparece em outros capítulos, quando ao comparecimento da gente das ordenanças, nos alardos.

(15) — Em branco no códice do Instituto Histórico; deveria ser fls. 28, mapa n.º 17. No apógrafo do Pôrto está "f. 98", quando deveria ser fls. 88, 14.º mapa, conforme o cit. Catálogo, do Sr. A. de Magalhães Basto, p. 122.

(16) — Depois das palavras — "que quase é salgado", o apógrafo do Pôrto assim apresenta êste trecho sôbre o Recife primitivo: "uma povoação de mais de oitenta vizinhos, na qual se recolhem," etc. Note-se que não o qualifica de "vila", como é feito no do Instituto. E dá uma pequena população que, decerto por não ser mais a verdadeira, foi abandonada quando se fêz a nova cópia. Observem-se, ainda, entre a primeira e a segunda redação, os acréscimos relativos não só ao convento dos capuchinhos como a existência de "uma paróquia muito bem ordenada e rica".

Digitized by Google

fazendas que se carregam e descarregam de tôda a capitania; tem de guarda êste pôrto as duas fortalezas que na dita carta se assinalam no ponto D e no ponto E, que têm de presídio ordinário o que se vê adiante, pago da Fazenda de Sua Majestade; esta vila (17) pode ser muito grande e muito forte por razão do assento no salgado, cercado de água (18).

(17) — Não considerando Recife como "vila", diz o códice da **Razão do Estado**, pertencente à Biblioteca do Pôrto: "Esta povoação", etc. (Cf. Sluiter, p. 548).

(18) — Neste ponto tem o apógrafo do Pôrto e suas cópias um interessante trecho que falta ao do Instituto Histórico, motivo pelo qual aqui o transcrevemos em linguagem atual e depois o comentamos: ... "e nela de justiça devem de residir as alfândegas de Sua Majestade e todos os oficiais de sua Fazenda, tanto pelo que toca ao comum da pobre gente do mar e da terra, como pelo particular do que se derrota e furta às ditas alfândegas de Sua Majestade, porque, como dos navios se descarregam em barcos, e nêles pelo esteiro que se vê no ponto F levam-se as fazendas à vila [de Olinda] e nela ainda fica outro carreto até a casa da Alfândega, em carros, são tantos as paços que passa e despesas que se fazem, que se não pode encarecer quanto importa estarem no dito Recife, e assim, crescendo a povoação por terra e pelo salgado até o Forte Velho, o número dos moradores e da gente do mar farão sem outra guarda mui reputado e mui defendido o sítio, e só para os fortes, sem mais presídio, bastarão trinta soldados, de maneira que com as ditas alfândegas aqui postas, e licença para edificarem, bastará, pela natureza do sítio, a se fazer um lugar mui honrado, mui rendoso e sustentado com mui pouca custa, em consideração que a vila de Olinda em nenhum tempo pode ter fortificação que assegure suas cousas por ser, como se vê, em assento alto e barrancoso; as casas esparzidas e as ruas de modo desencaminhadas que cada uma de per si faz um bairro, e as igrejas distantes e desacompanhadas, de modo que as trincheiras da praia, que é a maior fortificação em que se estribam, não é de nenhum efeito para casos repentinos de gente resoluta, quanto mais para um caso pensado, no qual ainda os altos muros e largas cavas não asseguram totalmente um povo bisonho, pelo que torno a dizer que de fôrça as alfândegas e a sustância dêstes vizinhos mais a propósito ficam na dita povoação do Recife" (Cf. Sluiter, publ. cit., p. 548/549. Seguem-se, no códice 126 da Biblioteca do Pôrto, cinco linhas rabiscadas, que não foi possível reconstituir. Apenas pôde ser percebida, em duas, uma referência relativa à "Sua Majestade" que "gasta tanto de renda com presídios, alfândega", etc.).

Trata-se, como se vê, da maior vantagem da colocação da Alfândega e da residência dos oficiais da Fazenda no Recife, e não em Olinda, como ocorria, quer por se evitarem as despesas de transbordo pelo "esteiro" e carreto até a Alfândega existente, quer pela mais fácil e mais barata defesa do pôrto marítimo, comparada à da montanhosa e espalhada vila-capital. Esta última observação, relativa à melhor situação militar do Recife, não escapou a Varnhagen, que na **História das Lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 até 1654**, 2a. ed. (Lisboa, 1872) à p. 56 escreveu: "Parece, porém, inegável que outra houvera sido a sorte de Pernambuco, se a Matias de Albuquerque tivesse sido possível abandonar de todo Olinda, recolhendo-se, com a gente que tinha, a fortificar-se bem no pôrto do Recife, até receber socorros; como depois praticaram os holandeses, na conformidade do que já, dezoito anos antes, havia sido indicado no livro da **Razão do Estado do Brasil**, cujo autor bem insistiu, com a previsão

Digitized by Google

Neste lugar do Recife ajuntam-se, de contínuo, mais de duzentos homens do mar, fora os da povoação (19), e êstes, a tôdas as horas, com suas armas acham-se prestes em suas embarcações.

---

de verdadeiro estadista, na necessidade de deixar-se crescer no mesmo Recife a povoação; ao que muito se opunham os oficiais da Câmara de Olinda", etc., conforme nossa nota 35, adiante.

Já em 1605, em carta de 19 de março, dirigida a Diogo Botelho, governador do Brasil, mostrou-se o rei "informado que por estar a alfândega de Pernambuco na vila de Olinda e os oficiais dela viverem na mesma vila, há ocasião de se desencaminharem muitos direitos delas e se cometerem outras desordens". Em conseqüência, houve "por bem que a dita alfândega se passe ao Recife e os oficiais dela vivam aí mesmo". Por outra carta, de 1607, de 7 de junho, modificou, entretanto, essa determinação, nos seguintes têrmos: "E porque sou informado que com a mudança da alfândega de Olinda para o pôrto do Recife há queixas dos moradores daquela vila e que em razão da dita mudança se vão fazendo casas junto ao dito forte [o forte velho do Recife] e que tomando os inimigos ali terra poderiam fazer grande dano ao mesmo forte, vos encomendo que vos informeis muito particularmente dêste negócio e saibais os inconvenientes que se podem seguir da mudança da dita alfândega e do prejuízo que as casas que de novo se edificam podem fazer ao dito forte. E ouvireis em uma cousa e outra aos oficiais da câmara da dita vila de Olinda e me avisareis de tudo o que nisto achardes e fizerdes" (Cf. "Correspondência de Diogo Botelho, Governador do Estado do Brasil, 1602-1608", cópias do Arquivo da Tôrre do Tombo, de Lisboa, publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121, p. 7 e 20).

Quanto à construção do edifício da Alfândega em Olinda, apesar da opinião em contrário do autor da **Razão do Estado do Brasil**, realizou-a o governador Gaspar de Sousa, como registraram duas certidões em julho de 1616 a êle fornecidas pelo provedor e irmãos da Casa da Santa Misericórdia e pelos juízes vereadores e mais oficiais da Câmara da mesma vila: na primeira é dito que "fêz uma casa de Alfândega, obra real e necessária"; e na segunda, que "enobreceu [a vila] com uma Casa d'Alfândega e Almazém". Ambos êsses documentos constam do códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, cit., do Ministério das Relações Exteriores, fls. 407/408 e 411/412, e trazem, colados, para maior autenticidade, os selos da Casa da Santa Misericórdia e da Câmara da Vila d'Olinda (sic) peças até agora únicas e jamais citadas pelos nossos especialistas em sigilografia.

O motivo da não inclusão do referido trecho do códice da Biblioteca do Pôrto no do Instituto Histórico será, certamente, a sua inoportunidade, depois da construção da Alfândega em Olinda. O que comprova, mais uma vez, ser aquêle anterior a êste.

Do trecho acima citado, a parte que vai das palavras "crescendo a povoação por terra" até "com mui pouca custa", foi, com algumas diferenças, transcrito pelo Sr. Gil Maranhão em "Notas sôbre o Recife Primitivo — I — A Alfândega", publicadas na **Revista do Norte**, da mesma cidade, série III, n.º 5, de junho de 1952, p. 25. A transcrição foi feita apud **História das Lutas**, de Varnhagen, cit.

(19) — Mostra a importância do pôrto do Recife a informação relativa a sua população adventícia: "mais de duzentos homens do mar".

Digitized by Google

O forte novo da Laje, que guarda o mar e a barra no ponto D, fundou-se à custa dos moradores e do senhor da terra (20); está em tôda perfeição acabado conforme a sua capacidade, porque o reedificou e lhe fêz muitas cousas que lhe faltavam o governador-geral Matias de Albuquerque (21); é obra do engenheiro Francisco de Frias (22), diligência de

(20) — Do donatário. Aparecem, neste e no seguinte parágrafo, ambos relativos às fortificações do Recife, várias interpolações, posteriores a 1624, pois referem-se ao período em que Matias de Albuquerque foi governador-geral do Brasil, pôsto no qual se manteve até novembro de 1626, quando transmitiu o cargo, em Olinda, a Diogo Luís de Oliveira. (Cf. frei Vicente do Salvador — **História do Brasil**, cit., p. 614/615, apesar do engano de Varnhagen na **História Geral do Brasil**, cit. tomo V, p. 251, onde considerou D. Francisco de Moura "governador com título de capitão-mor" e Diogo empossado "na Bahia". Assim, no códice da Biblioteca do Pôrto, não se diz que o forte novo da Laje "fundou-se à custa dos moradores e do senhor da terra", primeiro acréscimo, nesse assunto, no apógrafo do Instituto Histórico.

(21) — Também é aumento, no códice do Instituto Histórico, o trecho sôbre a reedificação do forte da Laje por Matias de Albuquerque. Entretanto, convém notar que em carta de 18 de janeiro de 1613, ao rei anunciou o governador Gaspar de Sousa que o forte do Recife "ficava de se acabar", conforme a resposta de Filipe III, de 14 de agôsto do mesmo ano. (Cf. o códice cit., **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, fls. 231). — E a 13 de maio de 1614, pelo Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas responderam-se cartas do mesmo governador, sôbre o provimento, de capitão do referido forte, de Álvaro Galvão, substituído por Francisco Caldeira de Castelo Branco. (Idem, fls. 313). — A 7 de agôsto de 1614 outra carta de Filipe III confirmava a recepção da notícia de que se havia feito "um forte na lajem do Recife". (Idem, fls. 323 e 324). — Antes de deixar o govêrno em julho de 1612 muniu-se Gaspar de Sousa de certidões que lhe atestavam os serviços prestados, entre os quais os desta construção. Assim, a que lhe forneceram o provedor e irmãos da Casa da Santa Misericórdia de Olinda (fls. 407 v.) e a dos juízes, vereadores e mais oficiais da Câmara da mesma vila (fls. 411), ambas no códice cit. — E Matias de Albuquerque, mesmo como capitão-mor de Pernambuco, capitania pertencente a seu irmão Duarte de Albuquerque Coelho, só começou a regê-la em 1620, conforme documentadamente esclarecemos na última versão da biografia que dêle traçamos (refundida e aumentada em 1953, para o Congresso de História Comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana, em cujos **Anais** deverá ser publicada).

(22) — No códice da Biblioteca do Pôrto está escrito, por engano, Francisco de "Farias". Sôbre "Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil", publicou, em 1952, excelente e documentado estudo, D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** vol. 9, de 1945, p. 9/84. Aí se apresenta sua participação na construção do forte do Recife, Castelo do Mar da Laje, de São Francisco ou do Picão, à p. 11/12, de acôrdo com o texto acima, do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, códice do Instituto Histórico, e com outras informações, oriundas do **Livro Primeiro do Govêrno do Brasil**, códice do Itamati, às quais acrescentamos as da nota anterior.

Digitized by Google

Alexandre de Moura (23), traça de Tibúrcio Espanhochi (24) e mandado do governador-geral D. Diogo de Menezes, que em seu tempo se começou e acabou (25); faltam-lhe duas colubrinas de alcance (26); estas lhe poz o governador-geral Matias de Albuquerque (27), de quarenta quintais cada uma, porém podem-se remediar e fazer-se na casa da fundição desta capitania, de peças (28) antigas, que hoje não servem. O governador-geral Matias de Albuquerque mandou fundir algumas (29).

O forte velho (30), que se vê no ponto E, fundou-se à custa do povo e do senhor da terra; foi obra de um padre da

(23) — Alexandre de Moura foi capitão-mor de Pernambuco durante quatorze anos, segundo consta, a começar de 1602. Foi, em 1615, o definitivo conquistador do Maranhão. E regressou a Lisboa em 1617. (Cf. Varnhagen — **História Geral do Brasil**, cit., tomo V, p. 256). — Para preencher pelo menos parte do intervalo existente entre a sua saída e o comêço do govêrno de Matias de Albuquerque, na capitania de Pernambuco, podemos apresentar, de acôrdo com o códice cit., **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, do Itamarati, o nome de Vasco de Sousa Pacheco, que em 1615 veio assumir o pôsto de seu capitão-mor (fls. 377 e 391).

(24) — Engenheiro-mor de Espanha, também mencionado quanto às fortificações da Bahia.

(25) — Confirma-se que o governador D. Diogo de Menezes e Siqueira tenha continuado as obras do forte do Recife, por sua "Correspondência", publ. nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII cit., p. 42/43 e 49. Mas não o "começou", como diz o texto acima, pois seu início deve-se a D. Francisco de Sousa, governador-geral entre 1591 e 1602. (Cf. "Explicação" de Rodolfo Garcia, no mesmo vol. dos **Anais**, p. 31). Nem a "acabou", o que só ocorreu no govêrno de Gaspar de Sousa, conforme a nota 21, supra.

(26) — Note-se que duas meias-colubrinas, "peças de artilharia de alcance", de Portugal trouxe para o Recife o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, em 1614, conforme carta do Bispo do Pôrto e do Conde-Almirante (Conde da Vidigueira), de 18 de março dêsse ano e o "Rol" que a acompanha. (Cf. códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, cit., fls. 300 e 301).

(27) — A nova referência a Matias de Albuquerque é também acréscimo posterior, como o citado na nota 21. A interpolação, aliás, comprova-se pela própria colocação que teve no período.

(28) — No códice do Instituto Histórico está, por êrro do copista, "pessoas", em vez de "pessas". Corrigimo-lo, de acôrdo com o apógrafo da Biblioteca do Pôrto.

(29) — Terceiro acréscimo sôbre Matias de Albuquerque, no códice do Instituto Histórico.

(30) — Trata-se do forte também chamado de São Jorge ou de Terra, situado no istmo, na parte mais antiga da povoação, por isso mesmo até hoje denominado bairro do Recife. Ficava onde está hoje situada a igreja de Nossa Senhora do Pilar.

Digitized by Google

Companhia, chamado Samperes (31), mas como o fundou sôbre areia, sem grade e em tempo de poucas assistências, cada dia lhe vai caindo um lanço. Êste forte é necessário reedificar-se, porquanto, como se vê por terra (32), assegura a entrada da povoação e o estreito também, que vai para a vila (33) e a barra, e a bateria do forte novo, pelo que, é muito conveniente fazê-lo forte, pois é muro da povoação, que até ali podem chegar as casas, e padrasto do outro, pois quem o tiver é senhor de sua ofensa (34). Êste forte e o que fica atrás, e tôda a demais capitania, fortificou o governador-geral Matias de Albuquerque, com todo o cuidado e diligência, como fêz tudo, no tempo em que os holandeses tiveram ocupada a Bahia, que, se não fôra por sua muita vigilância se pudera temer grande ruína a todo o Estado (35).

---

(31) — Padre Gaspar de Samperes, jesuíta valenciano, arquiteto ou engenheiro militar, também autor da primeira construção do forte dos Reis Magos, no Natal, capitania do Rio Grande. (Cf. Serafim Leite, S.I. — **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo IX (Rio, 1949), p. 112).

(32) — Confirmam o estado de ruína do forte de São Jorge as cartas de Filipe III a Gaspar de Sousa, de 14 de agôsto e 26 de outubro de 1613, em resposta às do governador, de 18 de janeiro e 24 de maio do mesmo ano. Cogitando-se de sua reconstrução, em local diferente do primitivo, planejou-se também que a povoação do Recife fôsse tôda murada, o que se não efetivou. (Cf. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, códice da Biblioteca do Itamarati, fls. 231 e 267).

(33) — No códice do Pôrto está escrito "povoação" e não "vila", conforme também registramos na nota 17.

(34) — Realmente, ficando o forte da Laje sôbre os arrecifes, e o de São Jorge do outro lado do canal, guardariam eficientemente a barra, como se verificou em 1630, por ocasião do ataque holandês.

(35) — O último período, desde "Êste fôrte" — até — "todo o Estado", que constitui o quarto acréscimo relativo a Matias de Albuquerque, no códice do Instituto Histórico, dá a época em que foram feitas as interpolações que temos registrado: depois de 1.º de maio de 1625, data da rendição dos invasores holandeses do Salvador. E acreditamos que datem do ano de 1627, de depois do regresso do ex-governador-geral à Europa, com o qual terminou frei Vicente do Salvador sua **História do Brasil** (op. cit., p. 615/616), conforme argumentos noutro local expendidos.

Se o parágrafo citado consta do apógrafo do Instituto e falta ao da Biblioteca do Pôrto, neste, em compensação, entra, em seu lugar, o seguinte período, de notável significação histórica e que falta ao primeiro:

"Há de advertir-se que os oficiais da Câmara da vila de Olinda, com todo o seu poder, estorvam o crescimento dêste Recife, com ciúmes da dita vila donde têm suas casas e temem que ficando-lhes menos trato [comércio],

Digitized by Google

Além da gente da ordenança, que fica dito que têm a vila de Olinda e a vila do Recife (36), tem mais esta capitania outras nove companhias das freguezias de fora, que metem no alardo mais de mil homens, não entrando as duas partes dos moradores que ficam nas fazendas, nem os das Alagoas, de São Miguel, de Santo Antônio Mirim e de Pojuca (37), que por viverem tão longe se excusam do alardo e lhes vão fazer resenha às suas freguezias, e por tôdas as vilas que esta capitania tem, e são seis (38).

Com tôda a infantaria se ajuntam mais de trezentos (39) homens de cavalo, de lanças e adargas, no dia da resenha

---

tenham perda, e assim têm proibido, com penas graves, que ninguém edifique na dita povoação, nem nela consintem mais justiça que o juiz de vintena".

Varnhagen, que se utilizou do códice do Pôrto da **Razão do Estado do Brasil**, citou êste trecho, em nota à secção XXVIII de sua **História Geral do Brasil** (4a. ed., tomo II, p. 256), e em sua **História das Lutas com os Holandeses no Brasil** (2a. ed., p. 56), alterando, porém, o tempo dos respectivos verbos. Com muita razão comentou Rodolfo Garcia, na 3a. e 4a. edições integrais daquela obra: "Dêsses ciúmes e das rivalidades que geraram, havia de resultar no século seguinte a guerra dos Mascates" (**loc. cit.**, nota 16).

(36) — Pela terceira vez aparece "vila" para o Recife, no códice do Instituto Histórico, enquanto o do **Pôrto** chama-a "povoação". Teria o donatário criado a vila, sem que isto conste aos historiadores, até agora? Estando Matias de Albuquerque evidentemente ligado aos acréscimos no primeiro feitos, e sendo êle capitão-mor de Pernambuco, de 1620 até 1626 (desde 1624 também governador-geral do Brasil, pelas vias de sucessão do aprisionado Diogo de Mendonça Furtado como por confirmação régia) a insistência na modificação autoriza aquela suposição, entretanto necessitada de alguma outra prova documental. Com a longa ocupação holandesa, de 1630 a 1654, e seguinte administração real, não mais de donatários, ter-se-ia perdido a memória daquela elevação a vila.

(37) — No códice do Instituto Histórico está, por êrro do copista, "Popica", em vez de "Pojuca", como ocorre no do Pôrto, em trecho todavia omitido na publicação do prof. Engel Sluiter, p. 549: "Santo Antônio Mirim e de Pojuca, que por viverem tão longe se escusam do alardo e lhe vão fazer resenha às suas freguezias". (Grifado o trecho faltoso).

(38) — Também falta ao códice da Biblioteca do Pôrto esta parte final: "e por tôdas as vilas que esta capitania tem e são seis" — o que constitui acréscimo evidentemente posterior a 1612. Seriam as seguintes as seis vilas pernambucanas de 1627, milésimo máximo que apresentamos para as interpolações feitas ao **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**: Olinda, Igaraçu, Alagoas, Ipojuca Serinhaém e Recife — esta com a ressalva da nota 36.

(39) — "Duzentos homens" registra o códice portuense, "trezentos" o carioca, mais uma modificação que mostra ser êste posterior àquele, tendo-se em vista que um dos objetivos do **Livro do Estado**, que se ordenou fazer ao governador D. Diogo de Menezes, ordem, esta, reiterada a Gaspar de Sousa em 1612, era manter em dia as alterações estatísticas no Brasil ocorridas.

Digitized by Google

e nos rebates, em quatro tropas, com quatro guiões (40), e quatro capitães mui em ordem, que servem com pouco galardão e muita despesa à sua custa, como bem mostraram na ocasião dos holandeses terem tomado a Bahia e infestado aquela costa (41).

Na mostra do ano de 611, apareceram nos fortes da barra as peças de artilharia e munições seguintes:

§ Dezessete peças de artilharia de bronze que guardam a barra, de seis até trinta e nove quintais, que jogam balas desde duas a vinte e duas libras.

§ Mais nove peças de ferro coado, de boa fundição, de cinco até vinte e três quintais, que jogam duas até seis libras e meia de bala.

§ Na vila de Olinda, cabeça de tôda a capitania (42), nas trincheiras da praia, que se assinalam no ponto G, (43), apareceram mais quatorze peças de ferro coado, desde quatro a quatorze quintais; jogam bala de uma, duas, três até quatro libras.

§ no armazém da vila, trinta quintais de pólvora de Sua Majestade.

§ Mais, no dito armazém, duzentos arcabuzes e mosquetes velhos, e canos de pouco efeito.

§ No dito armazém, e nos fortes, mil e quinhentas balas de artilharia, de todo calibre.

§ Seis quintais de chumbo, e pelouros.

(40) — Cavaleiros que conduziam os pendões ou estandartes, à frente de uma tropa.

(41) — Também falta ao códice do Pôrto a parte final do período, mais um acréscimo posterior a 1624: "como bem mostraram na ocasião dos holandeses terem tomado a Bahia e infestado aquela costa", isto é a da Paraíba, como veremos adiante.

(42) — Falta ao códice do Pôrto a expressão "cabeça de tôda a capitania".

(43) — Também a abertura dessas "trincheiras da praia" foi atribuída ao governador Gaspar de Sousa pelos "juízes, vereadores e mais oficiais da Câmara" da vila de Olinda, conforme certidão que lhe forneceram a 30 de julho de 1616. (Cf. códice Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa, cit. fls. 412).

Digitized by Google

§ Alguns piques muito ruins, sem nenhuma outra munição de guerra. Verdade seja, que em tôdas as tendas desta vila, por ordem expressa que têm os mercadores, acham-se a vender pólvora, pelouro, enxadas e alviões em quantidade. que tudo, no tempo em que é necessário, aparece no armazém, e tudo se vende ao povo.

Não rendendo nada esta capitania, quando a deram ao primeiro senhor dela, avô de Duarte de Albuquerque, com mais de cem mil cruzados, que nela gastou, e como a povoou (44), é agora orçada esta capitania, ao que rende a Sua Majestade, em 43.400 cruzados (45), só os dízimos, fora os direitos das alfândegas do Reino e fora o pau-brasil, que, tudo junto, são muitos mil cruzados (46).

Faz de despesa:

Igreja

§ Ao vigário da matriz	80$000	
§ Ao coadjutor	30$000	(47)
§ A cinco beneficiados, a 25$.	125$000	
§ Das ordinárias, a orçar . . .	90$000	
	325$000	(48)

(44) — Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, avô de Duarte de Albuquerque Coelho, quarto titular do senhorio, conforme a nota 1. — Também esta referência ao fundador da capitania e às despesas que nela fêz, inclusive para o seu povoamento, de mais de 100.000 cruzados (equivalentes a 40:000$000), faltam ao códice da Biblioteca do Pôrto.

(45) — Equivalentes a 17:360$000.

(46) — O códice da Biblioteca do Pôrto diz apenas: "Foi orçada esta capitania, quando (sic) as demais atrás referidas, em 43.400 cruzados". Embora o rendimento da capitania da Bahia de Todos os Santos fôsse orçado, 1611, em 45.890 cruzados (equivalentes a 18:356$000, conforme a nota 27 do capítulo sôbre a mesma) — deve ser considerada superior a esta a renda de Pernambuco, pois no seu mencionado total estavam incluídos apenas "os dízimos", e expressamente excluídos "os direitos das Alfândegas do Reino e fora o pau-brasil, que tudo junto, são muitos mil cruzados", conforme o acréscimo do apógrafo do Instituto Histórico.

(47) — Apesar de registrar o códice do Instituto Histórico, por êrro do copista, a despesa de 80$000 para pagamento do coadjutor do vigário da matriz de Olinda, corrigimo-la para 30$000, de acôrdo com o apógrafo da Biblioteca do Pôrto.

Digitized by Google

Aos vigários de fora

§ Ao vigário de São Pedro, com suas ordinárias .. .. 73$900

§ Ao vigário de São Lourenço. 73$900
§ Ao vigário da Várzea . . . . . 73$900
§ Ao vigário de Santo Amaro . 73$900
§ Ao vigário de Santo Antônio do Cabo .... 73$900
§ Ao vigário de Santo Antônio de Muribeca .. .. 73$900
§ Ao vigário de São Miguel de Ipojuca (49) .. .. 73$900
§ Ao vigário de Igaraçu .. . 73$900
§ Ao vigário de Serinhaém .. 73$900
§ Ao vigário do Recife . . . . 73$900
§ A dez coadjutores do Recôncavo, a 25$ .... 250$000

Há de advertir-se que hoje não há mais que dois.

§ Aos padres da Companhia de Jesus, do Colégio desta vila de Olinda, por oitocentas arrôbas de açúcar branco, na pilheira, e cem arrôbas de retame, as quais, contadas

(48) — Em conseqüência da correção mencionada na nota anterior, o total da despesa eclesiástica, no códice do Instituto Histórico computado em 375$000, foi corrigido para 325$000, conforme o apógrafo do Pôrto.

(49) — No códice da Biblioteca do Pôrto está "São Miguel de Poluça", aparecendo esta última palavra como "Prinça", na publicação do prof. Engel Sluiter, cit., p. 550.

(50) — Sôbre o pagamento aos jesuitas, em açúcar, ver a nota 29 ao capítulo sôbre a Bahia de Todos os Santos.

Digitized by Google

pela avaliação de um dêstes anos passados, valem	872$000	(50)
§ Ao síndico dos capuchos da vila de Olinda	90$000	
§ Ao síndico dos frades de Igaraçu (51)	90$000	
Despesa da Igreja, monta a		2:366$000 (52)

Oficiais da Fazenda

§ Ao provedor da Fazenda, de seu ordenado	350$000	
§ Ao almoxarife (53)	300$000	
§ Ao escrivão da Fazenda	250$000	
§ Ao procurador da Fazenda (54)	15$000	
§ Ao porteiro da Alfândega (55)	3$300	
§ Ao aluguel das casas da Alfândega	30$000	
Soma		948$300

(51) — Apenas os franciscanos de Olinda e Igaraçu são aqui mencionados, não os do Recife, conforme a nota 13, acima.

(52) — Aparecendo êste total, tanto no códice do Instituto Histórico como no da Biblioteca do Pôrto, comprova-se o engano registrado na parcela das despesas eclesiásticas, mencionado nas notas 47 e 48, acima.

(53) — O códice do Pôrto registra: "Ao almoxarife, pela mesma maneira", isto é, "de seu ordenado", como na linha anterior, relativa ao provedor da Fazenda.

(54) — Por êrro de cópia diz o códice do Instituto Histórico: "Ao provedor da Fazenda". Corrigimo-lo pelo do Pôrto, pois trata-se do "procurador da Fazenda", com o mesmo ordenado de seu colega da capitania da Bahia de Todos os Santos, conforme vê-se no respectivo capítulo.

(55) — Porteiro da Alfândega foi Antônio Vaz, que deu nome à ilha em que se assentou a parte central do Recife. Envolvido em contrabando de pau-brasil foi destituído do cargo, em que não foi repôsto por sentença da Relação, por tê-la sobrestado D. Diogo de Menezes, que dêle más informações deu, mas por ordem do rei. (Cf. a "Correspondência" dêsse governador, nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, tomo LVII, cit., p. 41, 45/46, 70/71).

Digitized by Google

Trás ordinários

§ Ao engenheiro (56), de seu ordenado	160$000	
§ Ao fundidor da artilharia . .	50$000	
§ A Afonso de Albuquerque, de sua tença, com o hábito (57)	40$000	
		250$000
§ Ao donatário, de sua redízima, conforme os orçamentos que se fazem pelos oficiais da Fazenda, e pela experiência dos passados, fora a redízima do rendimento da Alfândega .	3:200$000	(58)
§ Ao capitão-mor que serve pelo senhor da capitania (59), para o aluguel das casas	40$000	
§ Ao sargento-mor da capitania	80$000	
		3:320$000

(56) — Francisco de Frias da Mesquita vencia de ordenado anual 400 cruzados, correspondentes a êsses 160$000. (Cf. "Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil", estudo cit., de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., p. 10).

(57) — Trata-se de filho do primeiro e irmão do segundo Jerônimo de Albuquerque que Varnhagen apresentava como môço-fidalgo, governador do Rio de Janeiro de 1605 a 1614. (Cf. História Geral do Brasil, cit., tomo II, p. 135, 152; tomo V, p. 260).

(58) — Sendo a redízima a décima parte dos dízimos atingiriam êstes 32:000$000, quantia considerável para a época. — Como observou o prof. Sluiter (publ. cit., p. 551, nota 19), enganou-se Varnhagen quando tomou notas do códice do Pôrto para sua História Geral do Brasil, ao supor que se tratava de 3.200 cruzados, e não de 3:200$000; convertendo os cruzados a $400 cada um, achou 1:280$000 para a redízima do donatário e 12:800$000 para o total dos dízimos, errando assim em 1:920$000 a menos, na primeira, e em 19:200$000, no segundo. (Cf. op. cit., tomo II, p. 133).

Digitized by Google

Companhia do presídio

§ Ao capitão e pagem, de seu sôldo	144$000	
§ Ao alferes da dita companhia	96$000	(60)
§ Ao sargento da dita Companhia	60$000	
§ Ao tambor desta companhia .	48$000	
§ Ao abandeirado	14$400	
§ A três cabos de esquadra, a 38$400	115$200	
§ A cinqüenta arcabuzeiros, a 28$800	1:440$000	
§ A treze mosqueteiros, a .... 33$600	436$800	
	2:354$400	(61)

No Recife

§ Ao capitão, de seu ordenado	144$000
§ Ao alferes	96$000
§ Ao sargento	60$000

(59) — O códice do Pôrto diz: "Ao capitão-mor por Sua Majestade, Alexandre de Moura, para o aluguel das casas". Explica-se a diferença por ter sido êste nomeado pelo rei, desde 1602, para servir durante a menoridade do donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, tendo-o feito até seguir para a definitiva conquista do Maranhão, em 1615. E, ao tempo em que foram modificados tantos trechos dêste capítulo sôbre Pernambuco, já os capitães-mores, como o próprio Matias de Albuquerque, eram nomeados pelo titular do senhorio.

(60) — O apógrafo do Instituto Histórico dá 144$000 para o sôldo do alferes da companhia do presídio, mas é engano, pois, de acôrdo com o códice do Pôrto e com o que vencia o alferes da companhia do Recife, seria esta despesa também de 96$000 anuais, e não sôldo igual ao do próprio capitão. Fizemos a correção, pela evidência do êrro.

(61) — Está certa esta soma também no códice do Instituto Histórico, o que não aconteceria se fôsse conservado o engano explicado na nota anterior.

Digitized by Google

§ Ao abandeirado	14$400	(62)
§ Ao tambor	33$600	
§ A um cabo de esquadra . . .	38$400	
§ A um condestabre	48$000	
§ A 19 mosqueteiros, a 33$600	638$400	
Soma	1:072$800	(63)

Soma tôda a despesa

§ A igreja	2:366$000	
§ A Fazenda	948$300	
§ Particulares	250$000	
§ A redízima	3:200$000	(64)
§ A gente de guerra	3:427$200	(65)
	10:311$500, que são ... 25.778 cruzados e $300	(66).

(62) — No códice do Instituto Histórico está 14$000 para sôldo do abandeirado desta companhia do Recife, o que está em desacôrdo com o pagamento ao abandeirado da companhia do presídio, que era de 14$400, como também consta do apógrafo do Pôrto.

(63) — A soma, no códice do Instituto Histórico, é de 1:072$400, devido à diferença exposta na nota anterior. Feita a correção que se impunha, ficou o total igual ao do apógrafo do Pôrto: 1:072$800.

(64) — Registrando-se aqui, nos dois códices em aprêço, apenas a redízima do donatário (3:200$000), note-se que não foram computados o pagamento do aluguel das casas do capitão-mor (40$000) e ao sargento-mor da capitania (80$000), que fazem 120$000 a menos no total.

(65) — Também aqui houve enganos, e êstes tanto no apógrafo do Instituto Histórico como no do Pôrto, pois ambos dão o errôneo total de "2:474$400" para as despesas com "a gente de guerra". Somando-se as despesas das duas companhias: a do presídio — 2:354$400, e a do Recife — 1:072$800, temos o total exato de 3:427$200.

(66) — Em conseqüência dos enganos registrados nas duas notas anteriores, o grande total das despesas não é de 9:238$700, equivalente a 23.096 cruzados e $300, citados nos dois apógrafos do Instituto Histórico e da Biblioteca do Pôrto, e sim de 10:311$500, equivalentes a 25.778 cruzados e $300, correções que òbviamente não duvidamos fazer. — Varnhagen, na **História Geral do Brasil**, tomo II, p. 133, não apurou êsse enganos, conforme observou o prof. Sluiter (publ. cit., p. 552), e apresentou o escasso total de 7:438$300 para as despesas da capitania.

Digitized by Google

Os moradores desta capitania, suposto que são poderosos em escravos de Guiné, pelas muitas entradas que aqui fazem todos os anos navios de Angola, todavia padecem necessidade de aldeias de índios forros, porque, como são dados a povoar pela terra a dentro (67), em qualquer sítio que acham cômodo, se fôssem ajudados de gente fôrra, a sua posse seria mais notável e mui crescidas as suas povoações e fazendas, em que lhes devem muito, pois também ajudaram a conquistar e povoar o Rio Grande, Ceará, Maranhão e Grão-Pará (68); e de presente (69) lançaram da baía da Traição, que são seis léguas da Paraíba para o norte, a gente de trinta e quatro naus holandesas, que tinham saído em terra a começarem-se a fortificar, o que não fizeram pelos socorros que o governador-geral Matias de Albuquerque mandou, e ordens com que os lançaram (70).

Nesta capitania, a trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinàriamente se acolhem, fugindo do trabalho, os escravos desta capitania, e depois, com assaltos e corredorias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, do que sucede trazerem muitos, algumas vêzes, porém, tanto que os soltam, e os trabalham, logo se tornam para a mesma par-

(67) — Esta afirmativa de serem os moradores de Pernambuco "dados a povoar pela terra a dentro", contradiz as considerações contidas na introdução intitulada "Razão do Estado do Brasil", ali comentadas em nossa nota 28.

(68) — O códice da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto para essa enumeração na referência ao Rio Grande. É mais uma prova de ser posterior o apógrafo do Instituto Histórico, além de constituir o registro dêsse auxílio mútuo sem o qual não teria sido possível a dilatação territorial do Brasil.

(69) — Portanto em 1625, depois dos meses de junho e julho, quando arribou à baía da Traição a esquadra holandesa que viera em socorro dos invasores da cidade do Salvador, mas que ali chegara a 26 de maio dêsse ano, quando já se haviam rendido os intrusos.

(70) — Todo êste trecho, desde a referência ao "Rio Grande", que falta ao códice do Pôrto, é, com maior minúcia, explicado em petição de D. Catarina Bárbara de Noronha, Condessa de Alegrete, viúva de Matias de Albuquerque relativa aos serviços de seu marido e que se guarda na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi resumida em nova versão de nossa biografia de Matias de Albuquerque, a aparecer nos Anais do Congresso de História reunido no Recife em julho e agôsto de 1954, em comemoração do Tricentenário da Restauração Pernambucana.

Digitized by Google

te, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens e queixumes, porque sucede que os insultos que os vadios acometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo; povoando-se as partes do sertão, que fôrem de sustância, terá remédio êste queixume (71).

Nesta vila de Olinda, por ordem do governador-geral D. Diogo de Menezes, assentou-se a casa da fundição de artilharia, sinos e petrechos de bronze, no ano de 611, à custa do mesmo fundidor, com assento feito nos livros da Fazenda, em que se obriga a dar feitas tôdas as peças, da grandeza que lhe mandarem, do dia que lhe derem o bronze em seis meses, com obrigação de que Sua Majestade, conforme se usa no Reino, lhe mandará pagar o feitio (72).

(71) — Nêste período temos uma das mais antigas referências aos famosos quilombos dos Palmares. Não é a primeira, porque já o "Instrumento de carta testemunhável", relativo ao govêrno de Diogo Botelho, em um de seus parágrafos, o 16.º, referia-se exatamente à expedição por êle enviada "aos Palmares, onde se recolhem os negros alevantados da Guiné, nesta capitania" (Pernambuco), de acôrdo com o depoimento de Diogo de Campos Moreno, sargento-mor do Estado. (Cf. "Correspondência de Diogo Botelho, governador do Estado do Brasil", 1602-1608, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LXXIII, parte I, de 1910, vol. 121, cit. p. 94/95).

Note-se, no texto, a referência à volta, ao quilombo, dos negros recuperados nas expedições de captura. E observe-se, ainda, o conselho relativo à única forma de obstar-se à continuação do êxodo, e sòmente em fins do século XVII pôsto em execução: o povoamento daquelas "partes do sertão". — Ocupou-se do assunto o Sr. Manuel Diégues Junior em **O Banguê nas Alagoas** (Rio, 1949), p. 136/137.

(72) — Teve curta duração essa casa de fundição de artilharia em Olinda, porque em carta de 14 de agôsto de 1613, ao governador Garpar de Sousa ordenou Filipe III que se construísse na Bahia a casa que para o mesmo fim estava ordenada; e que se continuasse pagando ao fundidor de Pernambuco, à custa da imposição existente, a casa que tinha feito por sua conta, para estabelecimento idêntico (Cf. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, códice inédito, da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, fls. 231.

Digitized by Google

Digitized by Google

ITAMARACÁ, CAPITANIA DE DONATÁRIO (1)

Esta capitania parte com Pernambuco, ao sul, pelo rio Igaraçu, ao norte pelo Taperobu, rio junto a Goiana, onde começa a Paraíba; tem sua povoação na ilha de que toma o nome, onde os moradores a situaram por valer-se contra o gentio e corsários, e assim elegeram sítio mais conveniente para se defenderem (2) que para se ampliar, porque, em respeito da muito ruim barra e dos dificultosos passos da terra firme, nunca a povoação (3) cresceu cousa considerável, nem pas-

---

(1) — A capitania de Itamaracá, de trinta léguas de costa, inclusive a ilha que lhe deu o nome, foi doada em 1534 ao navegador Pero Lopes de Sousa, que morreu em naufrágio perto da ilha de São Lourenço (hoje Madagáscar), em 1539. Na menoridade de seu filho do mesmo nome, de Portugal administrou a capitania a viúva do primeiro donatário, D. Isabel de Gamboa. Falecendo em 1547 o segundo Pero Lopes, sucedeu-lhe o irmão, o segundo Martim Afonso de Sousa, morto no Oriente, sem geração, em 1558. Outra irmã, D. Jerônima de Albuquerque e Sousa, casada com Antônio de Lima de Miranda foi quarta donatária de Itamaracá. Sucedeu-lhe a filha, D. Isabel de Sousa e Miranda, primeiramente casada com André de Albuquerque, depois com Francisco Barreto de Lima, de ambas as vêzes sem filhos, motivo pelo qual legou os seus direitos à capitania ao primo Lopo de Sousa, descendente de Martim Afonso de Sousa, donatário de São Vicente, irmão de seu avô, o primeiro Pero Lopes. Morrendo Lopo sem sucessão legítima, em 1610, à sua irmã, D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro, disputou a herança o 5.º Conde de Monsanto, também descendente de Martim Afonso. Enquanto corria o pleito, competia à Coroa a administração da donataria. Sòmente em 1615 decidiu-se a questão a favor do 6.º Conde de Monsanto, depois elevado a 1.º Marquês de Cascais. Em sua família manteve-se a posse da capitania, com a interrupção originada da ocupação holandesa, até a compra para o patrimônio real, feita ao Marquês de Louriçal no reinado de D. João V.

(2) — A boa posição militar da vila da Conceição, colocada num alto, próximo a um pequeno braço de mar, comprova-se pelo fato de ter longamente resistido ao assédio dos holandeses, que em 1631 fundaram, na ponta sueste da ilha, o forte de Orange, sòmente em 1633 conseguindo apossar-se da capital da donataria.

(3) — Refere-se à vila da Conceição.

Digitized by Google

sou de trinta vizinhos, sendo o seu pedaço de terra o melhor de tôda a costa e mais fértil para tudo, tendo nas duas várzeas, a de Goiana e a de Araripe, dez engenhos, que fazem muito e mui fino açúcar; e assim mais todo o pau fino que se tem cortado da banda do norte do cabo de Santo Agostinho é desta capitania.

Tem em seu distrito as serras de Tijucopapo, nomeadas por serem de consideração nas águas, terras e madeiras que tem, e cômodos para mais fazendas.

Tem muitos moradores ricos, que vivem por suas fazendas, dos quais em quatro companhias de ordenança ajuntam-se nos alardos e rebates duzentos e cinqüenta homens de pé, arcabuzeiros, e vinte de cavalo, ficando os mais à guarda de suas fazendas.

Esta capitania tem tanta vizinhança com Pernambuco que mais parece aldeia sua, que vila ou jurisdição à parte; e assim sempre as cousas desta povoação em barcos se levaram ao Recife e ali se carregaram para o Reino, pelo que, de uma parte o pouco distrito de costa, de outra a falta de comércio de navios, fêz com que a povoação da dita ilha não crescesse, antes, sendo uma vez saqueada de franceses (4), acabou de perder o crédito e continuação das casas. Para o norte da dita ilha, como se vê na carta fol. (5), tem um pôrto detrás dos recifes, que é capaz de grandes naus, a que chamam Pôrto dos Franceses, na terra do qual, feita uma povoação (6), será de grande efeito para a guarda do dito Pôrto, como

(4) — Não se conhece incursão de franceses na ilha de Itamaracá, a não ser antes da criação da donataria. Contudo, freqüentavam sua parte continental, como entrelopos, como atesta o topônimo adiante citado, Pôrto dos Franceses, além de uma referência de La Popellinière, em **Les Trois Mondes** (Paris, 1582), naquele sentido, apud J.F. de Almeida Prado — **Pernambuco e as Capitanias do Nordeste** (1530-1630), tomo II (S.Paulo, 1941), p. 100.

(5) — Está em branco a indicação, no códice do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Refere-se ao mapa n.º 18, de fls. 30 da atual paginação. No apógrafo da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, também não há indicação da fôlha em que está o seu mapa n.º 15, de Itamaracá, n.º 14 no **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos** da mesma Biblioteca, do Sr. A. de Magalhães Basto, alias colocado a fls. 104 (op. cit., p. 122).

(6) — Goiana foi a povoação mais próxima do citado Pôrto dos Franceses.

Digitized by Google

também para os moradores lhe poderem, a cavalo e a pé, acudir a tôdas as horas, sem tantos barcos, passagens e desgarros como têm para acudir à ilha, e, além dêste benefício, o maior de todos é que, sendo a capitania de Sua Majestade, como hoje vemos que está de posse (7), pode fazer-se tôda uma, com a Paraíba, que é do dito senhor e fica uma governação de sustância; e podem, com o trato de ambas, feito no Cabedelo, pôrto mais capaz, mais forte e mais conhecido, aumentar a cidade de Filipéia, de modo que seja outra coluna da banda do norte (8), como Pernambuco, na qual ficará bem, por ser de Sua Majestade, a superintendência da banda do cabo de Santo Agostinho; a qual é bem que tenha, em razão de guerra, um daqueles capitães-mores, para os acidentes que podem oferecer-se naquela costa, na qual, cada um em seu distrito, quererá ser cabeça dos que vierem ao socorro de sua casa, e será parte, esta imaginação, para que, não socorrendo-se com ordem, percam-se todos (9).

Diogo Botelho, sendo governador, quando quis partir para a Bahia, deixou Alexandre de Moura por superintendente das capitanias do Norte, em razão do merecimento de sua pessoa e de ser capitão provido por Sua Majestade, ainda que de capitania de donatário (10); e isto durou até que foi o dito senhor servido fazer a Francisco Coelho de Carvalho, capitão da Paraíba (11), superintendente de Itamaracá, e acabou-se

(7) — Estêve de posse da Coroa apenas enquanto durou a questão judicial mencionada na nota 1.

(8) — Em vez de unir-se Itamaracá à Paraíba, para refôrço desta, como propunha o autor, uniu-se a Pernambuco, mais tarde, em razão das maiores ligações com Recife.

(9) — A questão do auxílio, a ser reciprocamente prestado pelas capitanias brasileiras, hereditárias e da Coroa, constituía habitual preocupação do autor, sargento-mor de todo o Estado e, nesse caráter, interessado na defesa de todo êle, como provam outras hipóteses do mesmo gênero da que aí apresentou.

(10) — Em razão da menoridade do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, como vimos com referência à capitania de Pernambuco nota 59.

(11) — Nomeado em 1608, recebeu regimento para o seu govêrno no ano seguinte. ("Cf. Varnhagen — **História Geral do Brasil**, 4a. ed. Tomo II pag. 123").

Digitized by Google

esta ordem com o govêrno do dito Francisco Coelho, no ano de 1612 (12).

Tem esta capitania seu ouvidor, juízes e vereadores, como as demais dos donatários, conforme suas doações; não tem soldados, porque os não há mister; e também está pobre de artilharia e munições de guerra (13).

Tem duas peças de colher de ferro coado, pequenas.

Tem mais dois falcões de bronze, bons para a fundição de Pernambuco, que, como está a cinco léguas (14), tão povoadas, podemos dizer que a mesma diligência que se fizer do socorro para a vila de Olinda, essa mesma, no mesmo instante se faz à ilha de Itamaracá; porém, com esta mesma assistência saquearam-na os franceses, em tempo em que não havia presídio em Pernambuco (15), porque, à gente do povo, só Deus lhe pode dar o que lhe falta, metidos no perigo, ao qual, em certo modo, nem são obrigados nem acostumados.

Foi orçada esta capitania em seis mil cruzados (16). Faz de despesa o seguinte:

---

(12) — Embora tenha realmente terminado em 1612 o govêrno paraibano de Francisco Coelho de Carvalho (conforme Varnhagen — op. cit., tomo V, p. 266), continuou a intervenção real na capitania de Itamaracá, até a terminação do pleito entre D. Luís de Castro, e depois por seu sucessor, o 6.º Conde de Monsanto, contra D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro, irmã do falecido Lopo de Sousa. Encerrado o dissídio em 1615, sòmente em 1617 a sentença obteve confirmação régia, em conseqüência da qual pôde o futuro Marquês de Cascais tomar posse da donataria no ano seguinte. (Cf. F. A. Pereira da Costa — Anais Pernambucanos, vol. II (Recife, 1952), p. 334.). Ainda em 1617 determinou Filipe III que se restituísse ao depósito que se havia feito, durante o litígio, do rendimento da capitania de Itamaracá, a importância de 4.000 cruzados, dêle retirada para as despesas da conquista do Maranhão. (Cf. "Livro Segundo do Govêrno do Brasil", nos Anais do Museu Paulista, cit., tomo III, 2a. parte, p. 36).

(13) — No códice do Instituto Histórico êste parágrafo, certamente por êrro de cópia, está colocado depois dos dois seguintes. Passamo-lo para antês, de acôrdo com o apógrafo da Biblioteca do Pôrto, pois deve anteceder à enumeração do material de guerra existente na capitania.

(14) — Equivalentes a trinta quilômetros.

(15) — Apesar desta vaga indicação, não foi possível precisar a época em que ocorreu êsse assalto francês a Itamaracá, aqui pela segunda vez mencionado.

Digitized by Google

Igreja

§ Ao vigário da vila	50$000	
§ Ao coadjutor	25$000	
§ De ordinárias	23$920	
§ Ao vigário de Goiana, e suas ordinárias	73$920	
		172$840

Goiana está sem coadjutor (17).

Fazenda

§ Ao provedor	40$000	
§ Ao escrivão da Fazenda . .	30$000	
§ Ao almoxarife	50$000	
		120$000

Ao donatário

§ De sua redízima, conforme o orçamento	240$000	(18)
§ Ao sargento-mor por Sua Majestade	40$000	
Soma tôda a despesa	572$840	

Tem esta capitania, em seu distrito, cinco aldeias de índios da terra, as mais copiosas de gente e de mais importância de tôda a costa, porque uma, chamada de Beiaçu (19), tem

(16) — Equivalentes a 2:400$000.

(17) — Embora esta linha figure no códice da Biblioteca do Pôrto, foi omitida na publicação paleográfica, feita pelo prof. Engel Sluiter, na **The Hispanic American Historical Review**, cit., de novembro de 1949, p. 555.

(18) — Correspondente à décima parte dos dizimos, conforme nota 16.

(19) — Beiju Guaçu ou Beyu Guaçu, nome de indígena petiguar influente chefe da aldeia de São Francisco. (Cf. Serafim Leite, S.I. — **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo V (Rio, 1945), p. 333/334).

Digitized by Google

mais de cinco mil flecheiros; tôdas estão sem capitães, a cargo de padres da Companhia, que fazem o possível pelos desviar da gente branca (20).

Os moradores desta capitania são mais de quinhentos, em que entram muitos homens de muita renda, senhores de engenho e lavradores.

(20) — O mapa n.º 18, de Itamaracá, do códice do Instituto Histórico, fls. 30, registra na legenda: "F — A aldeia dos índios que governam os padres da Companhia". Trata-se da aldeia de Ybatatã, segundo Serafim Leite, S.I. — loc. cit. O autor do Livro que dá Razão do Estado do Brasil manifestou, no trecho acima, mais uma vez, sua má vontade quanto à administração das aldeias indígenas pelos jesuítas.

Digitized by Google

PARAÍBA, CAPITANIA DE SUA MAJESTADE (1)

Mais ao norte de Itamaracá, pelo dito rio Itaperobu começa o distrito da Paraíba, e acaba correndo a costa no rio Garaú, que se assinala à fôl. (2), no ponto C, onde, por mandado de Sua Majestade, assentou-se a demarcação entre esta capitania e o Rio Grande, em tempo do governador D. Diogo de Menezes (3).

Tôda esta terra é abundante de tôdas as cousas que cria o Brasil; e quase se estende pelas fraldas da serra da Copaoba, que se tem por uma das melhores do Estado para povoações e fazendas; não está povoada, porque dista pela terra a dentro dezoito léguas, com algum gentio que, ainda que de paz, vive desviado da nossa conversação e doutrina.

---

(1) — Apesar de situado o território hoje paraibano dentro da anterior capitania hereditária do Rio Grande, doada a João de Barros, durante longos anos permaneceu abandonado dos portuguêses, sòmente de 1574 a 1585 realizando-se sua definitiva conquista para a Coroa de Portugal, através de lutas contra os indígenas hostis e seus aliados franceses, frequentadores dessa costa.

(2) — A indicação está em branco no códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, devendo ser a do mapa n.º 19, a fls. 33 da atual paginação. No apógrafo pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto está "fol. 124", embora no **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos**, do Sr. A. de Magalhães Basto conste a colocação dêsse mapa a fls. 109 (op. cit., p. 122).

(3) — Apesar da informação do autor, de ter sido resolvida, no govêrno de D. Diogo de Menezes, a questão de limites entre as capitanias da Paraíba e Rio Grande, voltou ao assunto o Regimento em 31 de agôsto de 1612 expedido ao novo governador Gaspar de Sousa. Determinou-se, aí, que ficaria a primeira com o engenho de Camaratuba, de Antônio Barbalho, e a segunda com o de Jerônimo de Albuquerque, (Cf. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, códice inédito da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Regimento cit., § 11). Ver, a propósito, a nota 13 do capítulo sôbre o Rio Grande, adiante.

Digitized by Google

O governador D. Diogo de Menezes, à instância da câmara e povo desta terra, e do seu capitão-mor, deu licença para se fazer descer o dito gentio de Copaoba, com assistência de línguas e dádivas de paz, e não de outra sorte passaram-se as provisões necessárias em setembro de 611 anos.

Nesta capitania, com grande rendimento fazem açúcar doze engenhos (4), e fabricam-se outros.

Foi orçada nos dízimos do que rende, no dito ano, em dez mil cruzados (5).

Carregaram-se no pôrto desta capitania vinte e dois navios de açúcar, que tudo se costumava carregar por Pernambuco, não havendo acidentes que o estorvem; e povoando-se a Copaoba, será grande o seu aumento, pelo sítio, cômodos e abundância que tem, de tôdas as cousas.

Na entrada dêste rio Paraíba ou São Domingos, da banda do sul, como se vê na sua carta, fol. (6), no ponto E, naquela ponta que guarda ambas as barras, está o forte que dizem do Cabedelo (7), fundado sôbre areia, de taipões e entulhos de lamarão, entre grossas vigas de pau-ferro, com uma estacada, no modo que se vê na sua planta (8); é todo, hoje, até aos parapeitos coberto de telha, e fica, como uma

---

(4) — Embora ambos os códices da **Razão do Estado do Brasil**, do Instituto Histórico e da Biblioteca do Pôrto, marquem a existência de doze engenhos de açúcar nesta capitania, apenas dez para ela assinalou Varnhagen em sua **História Geral do Brasil**, cit., 4a.. ed., tomo II, p. 133.

(5) — Equivalentes a 4:000$000.

(6) — Em branco no códice de Instituto Histórico, "fol. 117' no apógrafo portuense. Trata-se do mesmo mapa n.º 19 do Rio de Janeiro, n.º 16 do Pôrto (n.º 15 do cit. **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**).

(7) — Fundado como de São Filipe, em homenagem ao rei Filipe II de Espanha (I de Portugal), prevaleceu o nome do local, embora também tivesse, depois, o nome de Santa Catarina. Durante a ocupação holandesa denominou-se Margarida, em lembrança de Margarida de Sleswig-Holstein, mãe do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, governador da precária Nova Holanda.

(8) — O mapa da barra do rio Paraíba, do forte de Cabedelo e da cidade Filipéia está, em escala maior que a de outros contidos no códice do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, do Instituto Histórico, sob n. 19. No apógrafo portuense tem o n.º 16, e também o mesmo n.º no Atlas da Biblioteca Nacional de Paris, de João Teixeira Albernaz, intitulado **Livro em que se mostra a Descrição de tôda a Costa do Estado do Brasil e seus portos, barras e sondas delas, de 1627**.

Digitized by Google

casa-forte, defendido no melhor modo que dá lugar o sítio; e a obra, porém, está sujeita a fogo, à enxada, ao machado e a um petardo, onde arrumar lho quiserem, havendo quem tire as defensas que se podem fazer à coronha rasa (9) pelas falências que têm a fábrica para ser forte (10); o socorro está a quatro léguas, porque a tantas pelo rio acima está a povoação, da qual, por mar e por terra pode vir fàcilmente; mas a gente da capitania, que é a mais importante, e vive mais longe por suas fazendas, tomará o rebate conforme a vontade que tiver de pelejar.

Pelo que, sendo, como é de importância êste forte, à guarda e navegação daquele pôrto, convém remediar-se nas cousas seguintes:

A fábrica, que seja de pedra e cal, pois nesta capitania há muita, e que se fabrique numa coroa de areia, que está na dita carta no ponto C, onde tudo se guarda fora e dentro da barra, ficando neste sítio o forte sem bateria, e para tôdas as demais operações, tirada a fome ou sêde, quase impossível, porque fica cercada de água, a qual lhe falta mui poucas vêzes e horas na dita coroa, onde se pode fundar sôbre grade, ou como mostrar o terreno (11).

---

(9) — **A cureña rasa** é expressão espanhola que significava bateria descoberta, em barbeta. Traduzida para "à coronha rasa", mais de uma vez, na **Razão do Estado do Brasil** e na **Jornada do Mranhão**, constituirá reminiscência das campanhas de Flandres, de que, com tropas espanholas, participou Diogo de Campos Moreno.

(10) — As críticas ao forte, aí feitas, coincidem com as posteriores do engenheiro Frias de Mesquita, mencionadas e transcritas no estudo de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B., sôbre "Francisco de Frias da Mesquita — Engenheiro-mor do Brasil", publicado na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, cit. vol. 9, p. 23, 41 e 48. Note-se porém, que desde 1608 havia o governador D. Diogo de Menezes enviado à Paraíba, inclusive para verificar as condições em que se encontrava o forte de Cabedelo, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, conforme em carta de 4 de dezembro do mesmo ano deu conta a Filipe III (Cf. a "Correspondência do governador D. Diogo de Menezes", nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, cit., p. 45).

(11) — Mais uma vez, argumentos de ordem puramente militar foram apresentados pelo autor, inclusive sugestões para a reconstrução do forte de Cabedelo, afinal iniciada no govêrno-geral de D. Luís de Sousa e ultimada quando no govêrno da capitania já se encontrava Antônio de Albuquerque, seu heróico defensor contra os invasores holandeses, em 1634.

Digitized by Google

Não tem êste forte capelão, oratório, nem missa, sendo assim, que não é justo deixarem de ouvi-la os soldados nos dias de obrigação, ou, por cumprirem a obrigação da missa, deixarem deserta a fortaleza.

Tem êste forte, de seu ordinário presídio vinte soldados, com seus oficiais, como se vê na fôlha, porém o capitão da capitania, com o achaque de guardar a cidade faz com que as dez praças sejam de gente de sua obrigação, ficando o forte com as outras dez, e muitas vêzes tão falto ainda destas, que apenas lhe ficam à porta; e suposto que estas cousas tocam ao primor dos capitães, convém pôr hoje tal preceito, que não fique lugar de continuarem tamanho desatino, porque a cidade está a quatro léguas e a má hora mui pegada às portas (12).

Tem êste forte onze peças de artilharia de pouca chegada, porque as de maior alcance são duas de ferro coado, de dezoito quintais; jogam de bala sete libras.

Dois camelos de bronze, pedreiros, de quatorze quintais; jogam de pedra quatorze libras.

Quatro falcões de dado, pedreiros, e onze falconetes, tudo sem serviço.

O governador D. Diogo de Menezes mandou, em dezembro de 611, as provisões e ordens necessárias a Francisco Coelho de Carvalho, para que todo êste bronze fôsse à fundição de Pernambuco, que dêle se fizessem duas peças de alcance, para o dito forte, porque assim achou que ficava remediado.

De pólvora, apareceram no armazém da fortaleza dez quintais, bem guardada, e na cidade cinco.

Mais cento e vinte balas de artilharia, sem outra munição alguma de chumbo ou morrão, mais que o que tinham os soldados, nem outras armas, piques ou arcabuzes de respeito,

(12) — O autor, como de costume, não poupa críticas às situações que lhe parecem erradas ou perigosas.

Digitized by Google

porém, com o que levou o governador Gaspar de Sousa deve estar provido (13).

Tem esta capitania por seus engenhos e fazendas, mais de setecentos moradores brancos, que com seus escravos e famílias fazem grande número; no alardo do dito ano apareceram trezentos arcabuzeiros em duas companhias de ordenança, ficando os demais à guarda das fazendas; e trinta de cavalo, que assim apareceram no dito alardo, de lanças e adargas.

Na cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves (14); que, como se vê, pelo rio acima dista quatro léguas, há três mosteiros, e um dêles de capuchos, mui suntuosos, com outros edifícios nobres de pedra e cal, que cada dia se aumentam; tem hoje esta povoação oitenta vizinhos brancos, está situada em uma lhanura, que se faz em alto, desabafada, vistosa e de bons ares e águas, com sua fonte particular, que a sua água é remédio notável contra o mal da pedra (15); finalmente, com o tempo, sendo favorecido, será êste um dos mais particulares povos de tôda a costa; e mais, se se lhe juntar Itamaracá, como fica dito, para que, com acrescimento da imposição a moradores ricos (16), possa crescer a fábrica e se

(13) — Referência do segundo semestre de 1612, de quando Diogo de Campos Moreno pela segunda vez voltava à Europa e Gaspar de Sousa vinha para o Brasil a governá-lo.

(14) — Filipéia de Nossa Senhora das Neves, foi como São Sebastião do Rio de Janeiro e depois São Cristóvão do Rio de Sergipe, cidade real sem ter sido vila. Durante a ocupação holandesa denominou-se Fredericia, em homenagem a Frederico Henrique de Orange, stadhouder das Províncias Unidas dos Países-Baixos. Depois foi simplesmente Paraíba e hoje é João Pessoa.

(15) — Litíase renal.

(16) — Cobrando-se em Pernambuco uma imposição sôbre os vinhos importados, primeiramente para a construção da igreja matriz de Olinda, depois para a do forte da Laje, no Recife, alvitrou el-rei que também para a reconstrução do forte da Paraíba dela fôssem destinados 3.000 cruzados, contribuindo a Real Fazenda com igual quantia. O assunto foi resolvido por uma comissão designada pelos moradores de Olinda. Oito de seus doze membros votaram pela imposição, conforme consta da "Exposição de Olinda, de 1613", contida no "Livro Primeiro" do Govêrno do Brasil", códice do Mi-

Digitized by Google

fortifiquem, pois temos tão mostrado quanto importa acudir às separações de que tudo consta; também fica melhor para o corte e carga do pau-brasil, quando daqui se carregue, pois carrega-se franco, o que não têm as capitanias de donatários, que em tôdas lhes paga a redízima (17).

Tem esta capitania oito aldeias de índios em seu distrito, copiosas de gente, administradas pela doutrina dos padres franciscos e bentos; e os de São Bento fizeram uma granja dos bens que ali possuiam, depois que Sua Majestade mandou (18) que não fizessem convento, e assim ficam, como dantes, arraigados na terra, a qual apenas tinha oitenta vizinhos, quando já tinha três conventos de frades; e assim, para se sustentarem, convinha-lhes bulir com as aldeias (19).

Faz esta capitania a despesa seguinte:

Igrejas

§ Ao vigário, de seu ordenado .	200$000
§ Ao dito, de suas ordinárias .	43$360
§ Ao coadjutor	25$000
§ Ao síndico dos capuchos .. .	90$000
	358$360

nistério das Relações Exteriores, doc. publ. por D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B. (op. cit., p. 40/42.

Tendo o autor da Razão do Estado do Brasil sugerido, em 1612, o aumento daquela imposição, como se vê no texto acima, não será descabida a suposição de a êle ter competido a idéia depois adotada pelo rei e aceita pelos olindenses.

(17) — Mais uma vantagem, na opinião do autor, para as capitanias pertencentes à Coroa, sôbre as de donatários.

(18) — Faltou ao códice da Biblioteca do Pôrto êste verbo, conforme estranhou o prof. Engel Sluiter, na publicação dêle feita na The Hispanic American Historical Review, cit., p. 557, nota 21. Encontra-se, entretanto, no apógrafo do Instituto Histórico.

(19) — O número excessivo de religiosos regulares constitui queixa muitas vêzes aparecida, durante o regime colonial. Tendo o autor mencionado apenas os franciscanos e os beneditinos, para completar três devem-se acrescentar os carmelitas, cujo convento aparece no mapa da Paraíba, n.º 19 do Livro que dá Razão do Estado do Brasil, do Instituto Histórico. Quanto aos jesuitas, embora tenham participado da conquista da Paraíba, depois dela, até 1624, só iam ao seu território "no regime de missões periódicas". (Cf. Serafim Leite, S.I. — História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo V (Rio, 1945), p. 491).

Digitized by Google

Fazenda

§ Ao provedor da Fazenda . . .	60$000	
§ Ao escrivão da Fazenda . . .	100$000	
§ Ao almoxarife	50$000	
§ De aluguel da Alfândega	12$000	
§ Ao porteiro da Alfândega (20)	3$000	
		225$000

Gente de Guerra

§ Ao capitão-mor	200$000	
§ Ao sargento-mor	40$000	
§ Ao capitão do Cabedelo . . .	100$000	
§ Ao alferes	96$000	
§ Ao embandeirado	14$400	
§ Ao tambor	28$800	
§ A um cabo de esquadra . .	38$400	
§ Ao condestabre	40$000	
§ A dois bombardeiros, a 38$400	76$800	(21)
§ A vinte soldados, a saber: dez arcabuzeiros a 28$800, e dez mosqueteiros a 33$600 .	624$000	
		1:258$400
Tudo		1:841$760 (22)

(20) — Falta, no códice do Instituto Histórico, por êrro do copista, a linha referente ao pagamento do porteiro da Alfândega, atribuindo-se a respectiva importância (3$000), ao aluguel da mesma alfândega, aliás de 12$000, conforme o códice do Pôrto, pelo qual corrigimos os dois enganos.

(21) — Também por êrro do copista consigna o códice do Instituto Histórico o pagamento de 78$600, em vez de 76$800, a dois bombardeiros, à razão de 38$400 anuais, a cada um. Mais uma vez, corrigimos o evidente engano.

(22) — Embora esteja certo êste grande total, enganou-se Varnhagen, apresentando-o como a despesa apenas da "gente de guerra" da capitania (**História Geral do Brasil**, cit., tomo II, p. 133), êrro que não escapou ao prof. Sluiter, na mencionada publicação, p. 558, nota 22. A tropa consumia 1:258$400 e naquele total incluem-se também as despesas do fisco e do clero.

Digitized by Google

Tem esta capitania mais para o norte, na barra do rio Mamanguape, uma barra ou entrada por entre os recifes, novamente achada (23), com três braças de preamar, que se vê na carta, fol. no ponto (24). Tem dentro bom ancoradouro, mas com pouco fundo; a baía da Traição é desta capitania, que se mostra na mesma carta no ponto O (25); e assim mais há a baía Formosa, e tudo o que corre de costa até Camaratuba e o dito rio Guajaú (26), onde se acaba sua demarcação.

(23) — "Novamente achada" tinha, então, o sentido de recentemente achada, não o de achada outra vez.

O mapa n.º 13 da Descrição de todo o Marítimo da terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente o Brasil, de João Teixeira, cosmógrafo de Sua Majestade, de 1640, exemplar da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, registra, para a barra do Mamanguape entre os recifes, apenas 9 braças de largura e 3 de profundidade. Note-se esta última coincidência com o que está no texto ("três braças de preamar"), comprovando o fato de ter Teixeira aproveitado o que registrou a Razão do Estado no mapa que fêz posteriormente, se dêsse dado não teve confirmação por outras fontes.

(24) — Estão em branco estas indicações, tanto no códice do Instituto Histórico como no da Biblioteca do Pôrto.

(25) — Idem.

(26) — Rio "Garaú" no início do capítulo, "Guajaú" neste final, no códice do Instituto Histórico; "Guaiau" (e não "Guaian", como foi publicado pelo prof. Sluiter, p. 555), no comêço do apógrafo do Pôrto, "Guajaú" no fim Trata-se do atual Guaju.

Digitized by Google

RIO GRANDE, CAPITANIA DE SUA MAJESTADE (1)

Esta capitania parte, como fica dito, com a Paraíba pelo rio Guajaú; e pelo norte da fortaleza dos Reis, dobrando já os baixos de São Roque para loeste, parte com o rio Guararaú, como se verá adiante.

A fortaleza dos Reis está em cinco graus da equinocial, ao sul; tem o assento e sítio que se vê na sua planta, fol. (2); por natureza olha ambas as costas dêste Estado, assim de norte ao sul, como a de leste-oeste, até o Maranhão, onde se acaba nossa conquista (3), pelo qual respeito foi êste pôrto o mais demandado e mais defendido dos corsários que outro algum do Brasil, porquanto vinham aqui do resgate da Mina, a sarar das enfermidades de Guiné (4), e consertando suas

---

(1) — Apesar de doada, em 1534, ao escritor João de Barros, feitor e tesoureiro da Casa da Índia, não teve qualquer começo de povoamento português, até 1597, a capitania do Rio Grande, de cem léguas de costa. Por êsse motivo ultimada, pela Corôa, a conquista da Paraíba, um novo ataque de franceses e indígenas, vindo daquela região, no referido ano, determinou a organização de uma expedição destinada a incorporá-la aos domínios lusitanos da América. Fazendo-o, antes de findar o século, é êste texto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, escrito em 1612|1613, um dos mais antigos e minuciosos, com referência ao futuro Rio Grande do Norte.

(2) — A indicação está em branco no códice da **Razão do Estado** do Instituto Histórico e Geográfido Brasileiro. Trata-se, porém, da planta, várias vêzes reproduzida, que acompanha o mapa n.º 20, de fls. 36 de sua atual paginação. No apógrafo pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto indica-se "fol. 124", mas, de acôrdo com o respectivo **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos**, elaborado pelo Sr. A. de Magalhães Basto, está a fls. 116 o seu mapa n.º 16, em nossa lista n.º 17 (**op. cit.**, p. 123).

(3) — Aqui se contém uma prova de não ter sido êste texto escrito depois de 1616, quando a conquista do Maranhão se estendeu ao Grão-Pará.

(4) — Esta curiosa afirmativa, de tanto interêsse para a história da medicina brasileira, também aparece no texto do capítulo de introdução, denominado "Razão do Estado do Brasil", conforme a respectiva nota 17.

Digitized by Google

naus e fornecendo-se de mantimentos, água e lenha, que
davam os índios, nesta parte apontavam depois, onde lhes
recia, o que hoje não podem fazer com tanto cômodo,
razão desta fortaleza, a qual também importa para favor
nossos navios no tempo dos Suis (5), que desgarrados
podem tomar Pernambuco, nem a Paraíba, e fica-lhes êste
médio, que é grandíssimo, e por seu respeito assegurados
demais portos desta capitania, a saber: Corimatan, Pôrto
Búzios e Ponta Negra, que, como se vê na carta, fol.
todos são de importância, e conhecidos hoje de nossos pilô
nos quais antigamente os índios comiam os hóspedes que a
chegavam, e hoje com paz e quietação grande, a respeito
fortaleza, ajudam e encaminham todos os que por mar e te
aqui chegam (7), como experimentou o governador D. Di
de Menezes, quando aqui veio desgarrado, vindo para o
govêrno (8).

Nesta consideração, e em outras, que o tempo tem m
trado e mostra cada dia, que já de antes se presumiam, fêz
a dita fortaleza dos Reis, até estar em defensa povoada e gu
necida como se devia em tempo de guerra, deixando-lhe
presídio mais de duzentos solados, com tantos oficiais e ta

(5) — Refere-se à época do vento Sul, em que, também pelas corre
contrárias, os navios vindos da Europa e África, não podiam alcanç
Paraíba e Pernambuco, dirigindo-se, ao contrário, para as Antilhas.
acôrdo com o mapa da "Amérique Méridionale" de Bonne, do século X
as correntes e ventos corriam do Cabo Frio para o Rio Grande do N
de outubro a janeiro, e em sentido inverso de abril a julho.

(6) — Mais uma vez em branco no códice do Instituto Histórico, em
se trate dos mapas citados na nota 2, acima. No códice do Pôrto est
errônea indicação "fol. 124".

(7) — Falta ao códice do Instituto Histórico, certamente por êrro
copista, o trecho que vai das palavras — "e hoje com paz e quietação g
de" — até — "os que por mar e terra aqui chegam. As duas expres
"que aqui chegavam" e "aqui chegam", foram, certamente, as causad
da omissão, motivo pelo qual não tivemos dúvida em incluir o refe
trecho no próprio texto de acôrdo com o apógrafo da Biblioteca do Pô

(8) — Varnhagen, em sua **História Geral do Brasil** (4a. ed., tomo
p. 117), seguindo a **Razão do Estado**, embora mais uma vez sem citá
mencionou essa arribada do governador ao Rio Grande. Dela duvidou,
nota 4 (loc. cit.) o anotador Rodolfo Garcia, alegando não haver con
mação do fato, "por nenhum documento conhecido". A publicação do te
respectivo elimina esta e outras dúvidas ainda vigentes quanto à Hist
do Brasil do início do século XVII.

Digitized by Google

custo, que houve de vir a menos, tanto que as necessidades desapareceram e se atalharam com a obra, na qual tanto parou o aumento quando lhe começaram a fazer cargo do pouco que rendia e não dos males que com ela se atalhavam, de modo que no ano de 603 lhe reformaram tudo, até ficarem sessenta praças; depois, com as pazes do Norte (9), ficou em trinta; daí a poucos dias lhe mandaram pôr quarenta, até que, informado Sua Majestade do que convinha, mandou em agôsto de 610 que tivesse oitenta soldados, fora os oficiais; e assim está hoje com êste número, que se vê na lista (10).

Tem mais uma povoação a meia légua da fortaleza, pelo rio acima, como se vê no ponto A, a qual tem, pobremente acomodados, até vinte e cinco moradores brancos fora da obrigação da fortaleza, e dêstes tem pelas roças, rêdes (11) e fazendas principiadas da capitania, até oitenta moradores, os quais pediram modo de governança e se lhes concedeu no ano de 611, pelo governador D. Diogo de Menezes, o qual, com parecer da Relação, elegeu o juíz, um vereador, escrivão da Câmara, procurador do conselho e procurador dos índios, e assim vivem hoje, de que se tem dado aviso a Sua Majestade (12).

---

(9) — Refere-se o autor, como de outras vêzes, às tréguas em 1609 celebradas entre a Espanha e as Provincias Unidas dos Países-Baixos. Cândido Mendes de Almeida, em nota à p. XXII de, sua introdução «Ao Leitor», do tomo II das **Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão** (Rio, 1874), p. LXVI, interpretou essas «pazes do Norte» como as realizadas com os indígenas petiguares, as primeiras em 1599, as segundas em 1602. Inválida a suposição a antecedente referência a «1603» e a palavra «depois», logo adiante dêsse milésimo. (Cf. nossas notas 64, à introdução simplesmente intitulada «Razão do Estado do Brasil», e 34, ao capítulo sôbre Ilhéus.

(10) — A lista da «Gente de Guerra», adiante transcrita.

(11) — Rêdes de pescar, certamente.

(12) — Ainda no Regimento a 31 de agôsto de 1612 dado a Gaspar de Sousa, declarava o rei estar informado da inexistência, no Rio Grande, de govêrno e justiça organizadas, motivo pelo qual ao novo governador determinou tomasse as adequadas providências. (Cf. **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa** códice inédito do Ministério das Relações Exteriores, cit., fls. 85).

Digitized by Google

No ano de 611 demarcou-se, por ordem do dito senhor, esta capitania, partindo com a Paraíba pelo rio Guajaú (13), e pela banda do norte da fortaleza, como fica dito, pelo rio Guararaú (14), ficando-lhe tôda a terra que vai do Ceará até êste rio, por ser deserta e de areais, em que não há cousa de proveito mais que as salinas que dizem de Guamaré ou Carauratama, que são de importância, a respeito do muito sal que podem nela carregar-se (15), como na raia das Índias de Castela.

A terra desta capitania geralmente é terra fraca, mais para gados e criações que para canaviais e roças; e às vêzes falta nelas chuvas (16), mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as águas são rasteiras (17); e os matos não são de madeiras tão reais, como os da Paraíba, mas não faltam as que hoje podem ser necessárias; lenhas não faltarão nunca.

Tem êste distrito dezesseis aldeias de índios, algumas mui pequenas, tôdas mal governadas e inquietas, por faltar-lhes a doutrina de clérigos e capitães, ou de padres, ou de quaisquer outros religiosos; os da Companhia mandam a certos tempos dois padres a visitar esta gente, mas como duram pouco com êles, nunca ficam em estado que possam ser-

(13) — Neste ponto há,no códice **da Razão do Estado do Brasil**, da Biblioteca do Pôrto, êste trecho que falta ao do Instituto Histórico: «e ficando-lhe (à Paraíba) o engenho de Camaratuba e ao Rio Grande o de Jerônimo de Albuquerque, no rio Cunhaú». Coincide, isto, com o que foi determinado no Regimento a Gaspar de Sousa, cit., § 11, conforme nossa nota 3, ao capítulo sôbre a Paraíba.

(14) — Não pelo «Gurai ou atual Açu» como registrou Varnhagen (**op. cit.**, tomo II, p. 132).

(15) — E' esta uma das primeiras referências às grandes salinas do Rio Grande do Norte.

(16) — Observação sôbre as sêcas periódicas, conhecidas na região desde a segunda expedição de Pero Coelho de Sousa ao Ceará.

(17) — Sem os desníveis úteis aos engenhos movidos à água.

Digitized by Google

vir aos moradores, para que assim uns e outros se sustentem e facilitem (18).

À sombra desta fortaleza e destas aldeias fêz-se a paz com os do Jaguaribe, e passou a povoar o capitão Martim Soares Moreno com sòmente cinco soldados e um capelão, fiado na vizinhança e na amizade que tem com todos os principais índios de uma e outra parte, e assim, sem outro cabedal mais que o dos bons tratos e reputação da fortaleza, estão já nossos conquistadores feito assento no Camocim, quarenta léguas do Maranhão, tal é a escala da dita fortaleza (19).

(18) — O mapa n.º 20, do Rio Grande, assinala as aldeias do «Camarão» e de «Antônia», aquêle pai ou tio do famoso D. Antônio Filipe Camarão, esta uma chefe petiguar que recebeu muito bem os jesuítas, em 1606. A situação da capitania, quanto à catequese, se era a descrita pelo autor na ocasião em que redigiu o seu trabalho, tendia a modificar-se, com a maior freqüência das missões dos inacianos. (Cf. Serafim Leite S.I. — **História da Companhia de Jesus no Brasil**, cit. tomo V, p. 507|522).

(19) — Resume êste parágrafo a história da verdadeira conquista do Ceará, pouco antes realizada pelo sobrinho de Diogo de Campos Moreno. Refere-se a Camocim como ponto extremo, a quarenta léguas do Maranhão, não ao ponto junto à foz do rio Ceará, onde se estabeleceu o «guerreiro branco» Martim. A época em que escrevia, faltar-lhe-iam informações mais minuciosas, por sua ausência do Brasil, durante todo o ano de 1613. Estas já aparecem no mapa n.º 21, do Ceará aos confins do Maranhão, que assinala com o nome primitivo de Santiago o forte ali fundado. Aliás, como registrou Diogo na **Jornada do Maranhão** (ed. de 1874, p. 164|165) por essa época estêve Martim Soares Moreno abandonado e esquecido no Ceará, onde teria sido vítima dos índios, não fôssem as suas reais qualidades de conquistador. No códice **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa**, cit., a fls. 323, encontra-se inesperado comentário à notícia da fundação do Ceará, em nome de Filipe III feito a 7 de agosto de 1614, pelo Arcebispo-Primaz (de Braga, D. Aleixo de Menezes, vice-rei de Portugal) e por D. Estêvão de Faro. Dizendo-se informados de «que se criou uma praça e povoação a que chamam Seará (sic), que tem capitão e soldados, oficiais, almoxarife e escrivão, com os quais se dispendem ordenados de minha Fazenda sem haver para isso provisão, hei por bem que me mandeis as ordens por onde se ordenou esta praça e povoação e para que efeito»... Muito digna foi, porém, a resposta a 31 de janeiro de 1615 dada por Gaspar de Sousa ao rei: «O presídio de Ceará achei já levantado quando vim a êste govêrno, por meu antecessor D. Diogo de Menezes, onde estava por capitão Martim Soares, com dezesseis soldados e um sargento. E como particularmente Vossa Majestade me mandou a esta capitania (Pernambuco) para dela continuar a conquista do Maranhão, achei de muito importância sustentar-se, e acrescentar-lhe um cura», etc. (Cf. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, cit., vol. XXVI, de 1904 (Rio 1905), p. 319. Duas cartas de Martim Soares Moreno, de 1617, até agora desconhecidas dos historiadores do Ceará, encontram-se no Códice **Livro Primeiro do Govêrno do Brasil**, agora em vias de publicação pelo Ministério das Relações Exteriores, à cuja Biblioteca pertence.

Digitized by Google

Foi orçada esta capitania, no que rende com o engenho (20).

Faz de despesa:

Igreja

§ Ao vigário	200$000
§ Ao coadjutor	25$000
§ As ordinárias	43$360
	268$360

Fazenda

§ Ao provedor	$ (21)
§ Ao escrivão da Fazenda	50$000
§ Ao almoxarife	60$000
	110$000

Gente de Guerra

§ Ao capitão, de seu ordenado	200$000
§ Ao alferes por Sua Majestade	96$000

(20) — Tanto no códice do Instituto Histórico como no da Biblioteca do Pôrto está em branco a indicação do que rendia a capitania do Rio Grande, com seu único engenho de açúcar, o de Jerônimo de Albuquerque, mencionado na nota 13, supra. O mesmo acontece no apógrafo da Biblioteca Nacional de Lisboa, cujo capítulo «Rio Grande, Capitania de Sua Majestade», devido às referências ao Ceará, comentadas na nota anterior, transcreveu o Barão de Studart na **Revista Trimensal do Instituto do Ceará**, vol. XXII, de 1.º e 2.º trimestres de 1908 (Fortaleza, 1908), p. 193|198, apesar de sua má cópia.

(21) — Tanto no apógrafo do Instituto Histórico como no da Biblioteca portuense está em branco a indicação do pagamento devido ao provedor da Fazenda da capitania, provàvelmente por não se encontrar provido o cargo, na ocasião em que foi redigida a **Razão do Estado**. A mesma situação ainda se verificava a 24 de outubro de 1616, conforme a «Fôlha das Despesas do Estado do Brasil», contida no «Livro Segundo do Govêrno do Brasil», publ. nos **Anais do Museu Paulista**, cit., tomo III, 2a. parte, p. 29.

Digitized by Google

§ Ao abandeirado	14$400	
§ Ao sargento	60$000	
§ A um tambor	33$600	
§ A um condestabre	50$000	
§ A dois bombardeiros	80$000	
§ A quatro cabos de esquadra	153$600	
§ A quarenta mosqueteiros, a 33$600	1:344$000	
§ A quarenta arcabuzeiros, a 28$800 . .	1:152$000	
Soma tôda a despesa	3:561$960	(22)

8.904 cruzados e 360 réis (23)

Tôda esta fortaleza do Rio Grande está por acabar; não chega por algumas partes ao cordão, e assim tem menos de dezoito palmos de alto; faltam-lhe todos os parapeitos e entulhos das quartinas, tôdas as casas da vivenda e armazêns; não tem poço, nem cisterna, nem fonte, antes com muito trabalho todos os dias se provém de muito longe, em vazilhas de água ou de cacimbas (24) da praia; não tem restrelo, nem contraportas, e até as portas da mesma fortaleza estão consumidas do tempo; finalmente, é a mais miserável vivenda que se pode achar no mundo, por não estar acabada, pelo que os soldados fogem dela como da morte (25).

(22) — Houve êrro na soma da despesa da capitania que aparece com o total de 3:183$960 tanto no códice do Instituto Histórico como no da Biblioteca do Pôrto, o que não duvidamos corrigir. Na **História Geral do Brasil**, cit., tomo II, p. 132, Varnhagen repetiu o engano da cópia portuense.

(23) — Evidenciando o êrro assinalado na nota anterior está certa, nos dois códices, a conversão do total exato em cruzados, a $400 cada um.

(24) — No apógrafo do Instituto Histórico está, por engano do copista — «cazinhas». Corrigimos para **cacimbas**, tanto pelo sentido como por registrar o códice do Pôrto — «casimbas».

(25) — A crítica, contida neste parágrafo, baseia-se nas vistorias que do forte dos Reis Magos (nunca denominado dos Três Reis Magos, como aparecia em obsoletos compêndios de **História do Brasil**) em 1608 e 1611 fêz o sargento-mor Diogo de Campos Moreno, a primeira por ordem de D. Diogo de Menezes, a segunda adiante mencionada. (Cf. a «Correspondência» dêsse governador, publ. nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, cit., p. 45). E' que tendo sido a sua construção provisória «sòmente de taipa, estacada e de areia sôlta», realizada ainda em

Digitized by Google

O âmbito e traça desta fortaleza mostra-se em grande no ponto B, e como ficará sendo acabada, porque, como fica advertido, só está em defensa e o recife em que está situada seis horas o cobre o mar, e outras tantas fica como se vê na dita planta, que a podem passear por tôdas as partes, arrimando-se à coronha rasa (26) quaisquer mosqueteiros, porquanto, sem parapeitos, nem seteiras, têm os do forte necessidade de assistirem descobertos à defensa do muro, e, descobrindo-se, claro está que os de baixo estão melhores, e assim, de razão à defensa não pode parar ninguém, pelo que está em notável perigo de uma escala vista e de um petardo. Não trato das demais cousas da paga e mantimento dos soldados, por ser a mais miserável de tôda a costa (27).

Tem esta fortaleza as armas e munições seguintes:

§ De bronze, nove peças de dezoito até trinta e oito quintais, e jogam bala de nove até quinze libras; são as

---

fins do século XVI pelo jesuíta Gaspar de Samperes, não pôde resistir aos estragos do tempo e às dificuldades do local. Conseqüentemente, mandou Filipe III, no Regimento dado a Gaspar de Sousa, em 1612, que se cuidasse da reconstrução, em novas bases, a qual competiu, desde 1614, ao engenheiro-mor do Estado, Francisco de Frias da Mesquita. No valioso estudo que lhe dedicou D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B. (na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 9, cit.), vêm reproduzidos desenhos e «Apontamento» de sua autoria, contidos no «Livro Primeiro do Govêrno do Brasil», códice do Ministério das Relações Exteriores (**op. cit.**, p. 13|16, 67|71). Convém lembrar que se trata da mais antiga fortificação brasileira ainda existente no país e que se conserva nos mesmos moldes em que foi delineada. As plantas, que figuram nos mapas da capitania do Rio Grande, n.º 20 do códice do Instituto Histórico, n.º 17 da Biblioteca do Pôrto, referem-se ao forte dos Reis Magos tal como foi reconstruído pelo referido engenheiro-mor, e não, como até pouco tempo se pensava, em sua feição primitiva, devida ao jesuíta Samperes.

(26) — Em bateria descoberta, conforme nota 9 ao capítulo sôbre a Paraíba.

(27) — Embora o sôldo da «gente de guerra» do Rio Grande não fôsse inferior ao das demais capitanias do Brasil, como se verifica nas respectivas fôlhas, queria o autor referir-se, provàvelmente, ao modo por que seria pago, pois do cit. códice inédito **Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa** consta a queixa que em 1613 fizeram os soldados da guarnição do Rio Grande, de receberem a maior parte de seus pagamentos em fazendas, motivo pelo qual no mesmo ano resolveu o rei que fôssem pagos sòmente em dinheiro. (Códice cit., fls. 260 v e 248). E' êste mais um exemplo de coincidência em questões apresentadas no **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** e resolvidas pouco depois, como se seu texto tivesse sido apresentado ao rei ou aos governantes de Portugal, em seu nome.

Digitized by Google

quatro peças de grande alcance e tôdas de reputação e muito serviço, e estão bem a ponto.

§ Mais dezessete peças de ferro coado, de nove até 17 quintais; jogam bala de três até sete libras.

Tôdas estas peças estão de modo maltratadas do ar do mar, da quentura e humidade, que tôdas se desfazem em fôlhas de ferrugem e criam gretas e abelheiros dentro, pelo que não ousam fiar-se delas os artilheiros, e assim a maior parte estão apeadas.

Pela mostra que no ano de 611 tomou o sargento-mor dêste Estado, visitando esta fortaleza (28), acharam-se efetivos setenta e cinco soldados com suas armas bem a ponto, e o capitão e oficiais maiores e menores (29).

Da primeira plana apareceram no armazém:

§ Vinte e três quintais de pólvora.
§ Mil e duzentas balas de ferro coado.
§ Oito quintais de chumbo em pasta e pelouros.
§ Quatro serras altas.
§ Doze jarras por vidrar, que não podem ter água.
§ Duzentos canos de arcabuzes e mosquetes velhos.
§ Duzentos piques no corpo da guarda.
§ Vinte e quatro mosquetes de sobresalente.
§ Não tem nenhum morrão, peito, nem rodela, nem outra cousa tocante à defensa; pouco morrão de Flandres, servem-se com o da terra.

(28) — Referência direta à segunda visita de Diogo de Campos Moreno ao Rio Grande, que examinamos ao tratar da questão da autoria do **Livro que dá Razão do Estado.**

(29) — Neste ponto, no apógrafo do Pôrto encontra-se — «da primeira plana» em seguida a «oficiais maiores e menores»; e, na linha seguinte — «Apareceram no armazém», etc.

Digitized by Google

Nesta capitania há minas de ferro, que descobriu Jerônimo de Albuquerque a quarenta léguas da fortaleza, no ano de 608 (30).

Tem algum pau-brasil fino, mas mui raro, a respeito de lho arrancarem os franceses até às raízes, quando ali continuavam; tem jacarandá mais delgado que o da Bahia; tem pau amarelo para tintas e outras madeiras para obras de tôda sorte de embarcações ou casas.

Todo o gênero de criação multiplica muito e nos matos há muita caça e tôda a costa grandes pescarias e muito âmbar (31).

(30) Mandou Filipe III que Alexandre de Moura, capitão-mor de Pernambuco, fôsse investigar essas minas de ferro, conforme ao rei escreveu D. Diogo de Menezes. (Cf. «Correspondência» cit., dêsse governador, nos **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, p. 67).

(31) — Confirmou o aparecimento de âmbar nas praias do Ceará frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**, cit., 2a. ed., p. 612. E o próprio Diogo de Campos Moreno ao âmbar gris se referiria, ao terminar suas notas sôbre o Maranhão na cit. **Jornada**, p. 264 da ed. de **Cândido Mendes de Almeida**.

Digitized by Google

RESUMO ESTATÍSTICO DO *LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL*

Transcrito e comentado todo o texto do códice do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, exemplar pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, julgamos conveniente dêle extratar um *Resumo Estatístico* que permita o rápido aproveitamento das cifras que contém. Algumas das quantias mencionadas para as despesas das oito capitanias que constituíam o Govêrno do Norte, em 1610|1612, não são, rigorosamente, as que constam do texto do referido apógrafo. São, porém, as que resultam das correções mencionadas em notas, nos devidos lugares, inclusive em conseqüência da colação procedida com o códice pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto.

E' o seguinte o respectivo quadro:

CAPITANIAS	POPULAÇÃO	N.º DE ENGENHOS	RECEITA	DESPESA
Pôrto Seguro (1610)	——	1	80$000	442$520
Ilhéus (1611) . . .	250 (1)	5	260$000	150$050
Bahia (1611)	3.000 (2)	50	18:356$000 (3)	18:740$240
Sergipe (1611) . .	——	1	580$000	323$920
Rio S. Francisco (4)	——	——	——	80$000
Pernambuco	8.000	99	17:360$000 (5)	10:311$500
Itamaracá	500 (6)	10	2:400$000	572$840
Paraíba	——	12	4:000$000	1:841$760
Rio Grande	——	1	——	3:561$960
Total		179 (7)	43:036$000 (8)	36:024$790

Digitized by Google

(1) — Embora diga o texto que os moradores da capitania de Ilhéus seriam até 250, também nêle foi registrado que ao alardo da vila de São Jorge, no ano de 1611, comparecem 107 homens; e que a gente de Boipeva, Camamu e Tinharé poderia formar outra companhia de **mais** de 150 homens. E' portanto, exíguo aquêle primeiro total apresentado.

(2) — Esta era a população apenas do Recôncavo, não compreendendo a da cidade do Salvador, de acôrdo com o texto respectivo.

(3) — O texto da capitania da Bahia de Todos os Santos assinala que os seus dizimos, com as miunças, valiam 50.000 cruzados, equivalentes a .... 20:000$000.

(4) — A região da foz do rio São Francisco não constituia capitania. Vai aqui incluída devido à despesa mencionada.

(5) — O rendimento citado é apenas o dos dizimos da capitania, cobrados para a Fazenda Real; não foram incluídos os direitos das Alfândegas e a renda do pau-brasil, que são «muitos mil cruzados», segundo o texto.

O donatário beneficiava-se da redizima de 3:200$000 anuais, fora a do rendimento da Alfândega.

Era Pernambuco a mais rica das capitanias brasileiras.

(6) — «Os moradores desta capitania são mais de quinhentos» — diz o texto respectivo.

(7) — A exportação anual do açúcar, segundo a introdução intitulada «Razão do Estado do Brasil», ia de 500.000 a 600.000 arrobas, que pagavam de fretes e avarias 68:000$000.

(8) — De acôrdo com a mesma introdução, a renda das oito capitanias sujeitas ao govêrno de D. Diogo de Menezes estava avaliada, em 1612, em 50:000$000.

Digitized by Google

ÍNDICE

Págs.

PREFÁCIO 3

I — INTRODUÇÃO 5

1. **Fontes e Bibliografia** 7
2. **Questão da Autoria (Crítica de Atribuição)** 31

a) Atribuições de autoria 31
b) Diogo de Campos Moreno 38
c) A **Jornada do Maranhão** e a **Razão do Estado do Brasil** . 50

3. **Colação dos códices da "Razão do Estado do Brasil", da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** 61

4. **Análise Cartográfica** 71

Colação das cartas e plantas dos códices da **Razão do Estado** do Rio de Janeiro e do Pôrto e do Atlas da Biblioteca Nacional, de Paris 77

N.º 1 — **Estado do Brasil** 78
N.º 2 — **Costa do Rio de Janeiro a São Vicente** 79
N.º 3 — **Rio de Janeiro** 80
N.º 4 — **Das ilhas de Maricá ao cabo de São Tomé** .. 80
N.º 5 — **Capitania do Espírito Santo** 81
N.º 6 — **Pôrto Seguro** 83
N.º 7 — **Demonstração dos Abrolhos** 84
N.º 8 — **Pôrto Seguro e Ilhéus** 86
N.º 9 — **Capitania dos Ilhéus** 86
N.º 10 — **Rio das Contas, Camamu e Morro de São Paulo** 87
N.º 11 — **Bahia de Todos os Santos** 88

Digitized by Google

Págs.

N.º 12 — **Planta da cidade do Salvador, na Bahia de Todos os Santos** 89
N.º 13 — **Sergipe d'El-Rei** 91
N.º 14 — **Rio de São Francisco** 92
N.º 15 — **Forte Novo da Passagem** 95
N.º 16 — **Capitania de Pernambuco** 95
N.º 17 — **Recife e Olinda** 97
N.º 18 — **Capitania de Itamaracá** 99
N.º 19 — **Paraíba ou Rio de São Domingos** 100
N.º 20 — **Rio Grande** 101
N.º 21 — **Ceará** 102
N.º 22 — **Maranhão** 103

II — TEXTO EM LINGUAGEM ATUAL E ANOTADO, DO CÓDICE DO LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 107

1. Razão do Estado do Brasil 107
2. Capitania de Pôrto Seguro, do Duque de Aveiro 123
3. Capitania dos Ilhéus, de Francisco de Sá de Menezes . 131
4. Bahia de Todos os Santos 139
5. Capitania de Sergipe d'El-Rei 161
6. Rio de São Francisco 167
7. Pernambuco — Senhor, Duarte de Albuquerque Coelho . 173
8. Itamaracá, capitania de donatário 193
9. Paraíba, capitania de Sua Majestade 199
10. Rio Grande, capitania de Sua Majestade 207

III — RESUMO ESTATÍSTICO DO LIVRO QUE DÁ RAZÃO AO ESTADO DO BRASIL 217

Digitized by Google

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Págs.

1 — Fôlha de rosto do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** apógrafo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro . . 14

2 — Última fôlha da **Jornada do Maranhão,** de Diogo de Campos Moreno, manuscrito pertencente ao anotador desta edição da **Razão do Estado** 54

3 — Mapa da costa da capitania de Pernambuco, do **Atlas** de João Teixeira Albernaz, incorporado ao códice da **Razão do Estado** pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 96

4 — Mapa do Recife, Olinda e vizinhanças, do mesmo **Atlas** e códice 98

5 — Mapa da costa do Rio Grande ao Ceará, do mesmo **Atlas** e códice 102

6 — Mapa da ilha de São Luís e vizinhanças, do mesmo **Atlas** e códice 104

7 — Fôlha inicial do capítulo sôbre Pernambuco, do códice do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 172

8 — Fôlha inicial do capítulo sôbre Pernambuco, do códice da **Razão do Estado do Brasil,** diferente do anterior, pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Pôrto 174

NOTA — As fotografias de números 1, 3, 4, 5 e 6 foram gentilmente cedidas pelo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade; as de números 7 e 8 foram amàvelmente oferecidas pelo Sr. Guilherme Auler.

Digitized by Google

Digitized by Google

ACABOU-SE de imprimir, nesta cidade do Recife, Capital de Pernambuco, aos 13 de junho de 1958, Dia de Sto. Antônio, padroeiro da cidade, sendo Diretor do Arquivo Público Estadual o Prof. Jordão Emerenciano e Diretor da Imprensa Oficial o dr. Cleophas de Oliveira. O dr. Gaspar Guimarães e Luís Neves Sena Santos encarregaram-se da revisão. O arranjo gráfico esteve a cargo de Carlos Melquíades Carneiro, Chefe de Secção da Imprensa Oficial. Esta edição foi uma iniciativa da Comissão do Tricentenário da Restauração Pernambucana presidida pelo Prof. Gilberto Osório de Andrade.

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

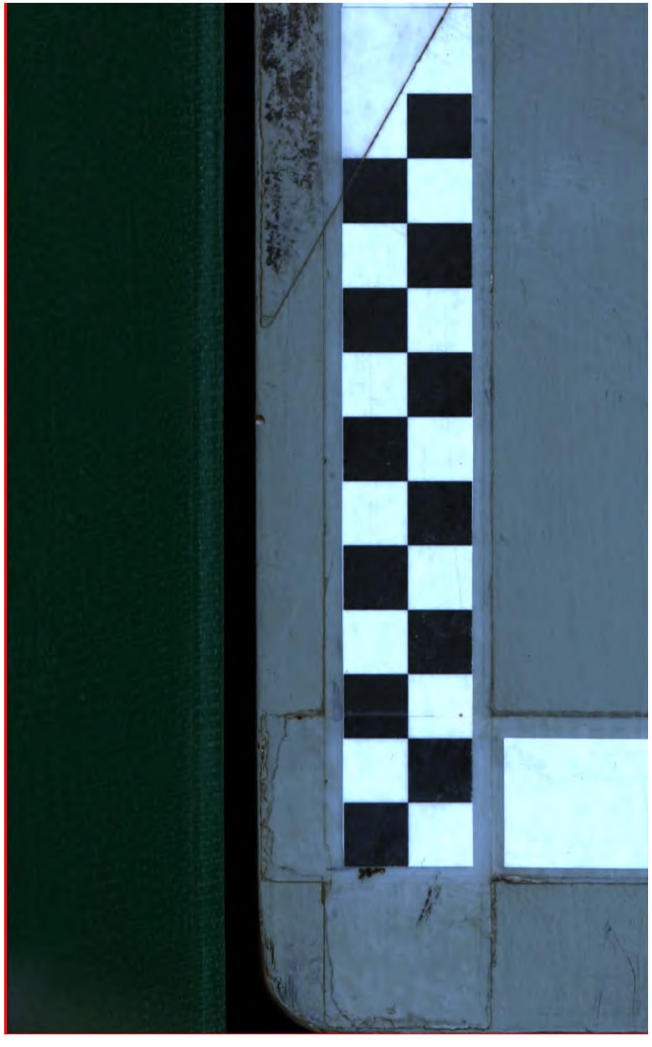
Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

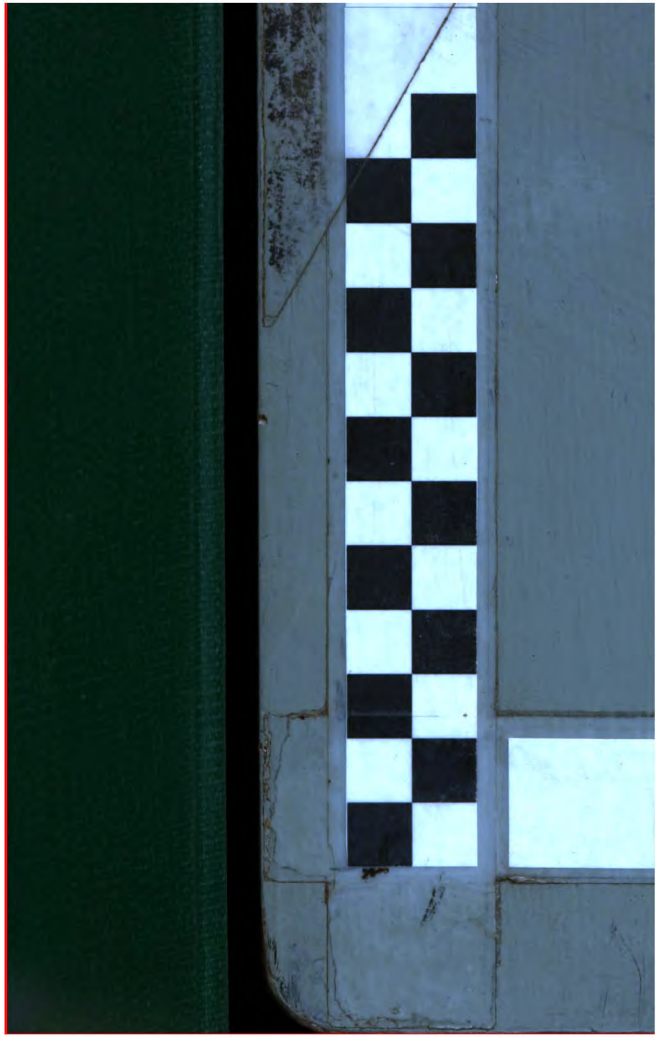
Digitized by Google

Digitized by Google



Digitized by Google

Digitized by Google



Digitized by Google

Digitized by Google